

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias



Vol. 33 / 2014
II Série

hams

chc

Centro de História
d'Aquem e d'Além-Mar
CHAM

Centro de História da Cultura
Centro de História d'Aquem e d'Além-Mar



ARTE

Mulher vestida de verde, tem na mão direita um pincel e um escopro e na esquerda uma vara cravada no chão, à qual esteja ligada uma planta ainda jovem e tenra.

O pincel e o escopro significam a imitação da natureza, que se vê particularmente expressa no pintar e no esculpir; o que se mostra no pincel e no escopro, e porque nalguma outra arte não imita, mas acode aos defeitos, como na Agricultura particular, se acrescenta a vara cravada no chão, a qual com a sua rectidão faz com que, pelo vigor da arte, o rebento torto e tenro possa crescer.

Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618.

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias

(II Série) vol. 33 – 2014

*Publicação semestral do Centro de História da Cultura
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*

Referenciada no catálogo LATINDEX, no ERIH, no classifICS, no CAPES e na AERES.

Publicação interdisciplinar fazendo convergir as perspectivas da história, da filosofia, do pensamento político e dos estudos literários. Trata ideias e práticas políticas, religiosas, científicas, económicas, sociais, estéticas e filosóficas, nas suas formas de expressão e difusão, com destaque para a ligação entre o espaço português e o espaço ibérico, brasileiro e ibero-americano.

Fundador: J. S. da Silva Dias

Director: José Esteves Pereira

Subdirector: Luís Manuel A. V. Bernardo

Coordenador editorial: Adelino Cardoso

Conselho de Redacção: Adelino Cardoso; Ana Maria Martinho; António Camões Gouveia; Isabel Cluny; João Luís Lisboa; José Esteves Pereira; José Henrique Dias; Luís Crespo de Andrade; Luís Manuel A. V. Bernardo; Margarida Isaura Almeida Amoedo; Maria do Rosário Monteiro.

Comissão de acompanhamento científico: Armando Savignano (Univ. Trieste, Itália); Claude Gilbert Dubois (Univ. Bordéus, França); Luís de Oliveira Ramos (Univ. Porto); Norberto Cunha (Univ. Minho); Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University, EUA); Roger Chartier (EHESS, Paris e Collège de France, França).

Referees deste número: Vanda Anastácio (Univ. de Lisboa); Evanildo Costeski (Univ. Federal do Ceará); João Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa); Maria do Rosário Pimentel (Univ. Nova de Lisboa); Manuel Sérgio (Univ. Técnica de Lisboa); Vitor Serrão (Univ. de Lisboa); José Custódio Vieira da Silva (Univ. Nova de Lisboa).

Capa: Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618

Direcção gráfica: Edições Húmus

Editor: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus

Depósito legal n.º 97341/96 ISSN: 0870-4546

Preço deste número: 16,96 euros Assinatura: 26 euros

Correspondência relativa a colaboração de permutas e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Centro de História da Cultura – FCSH da UNL, Av. de Berna, 26 C – 1069-061 LISBOA

Fax: 217 939 228 E-mail: chc@fcs.unl.pt

Para referência de números anteriores, consultar: www.fcs.unl.pt/chc

*Publicação subsidiada ao abrigo do PEst-OE/HIS/UI0015/2014,
da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).*

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 33 – 2014 / II Série

Iconografia do livro impresso

Coordenação científica

Artur Anselmo e João Luís Lisboa

hnmus


chc

Centro de História
d'Aquém e d'Além-Mar
CHAM

Índice

Iconografia do livro impresso – impressores e papelheiros, algumas questões <i>Artur Anselmo e João Luís Lisboa</i>	9
Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo <i>Maria José Ferreira dos Santos</i>	11
Notícias sobre a história do papel em Portugal <i>João Ruas</i>	31
Marcas d'água de livros impressos em Portugal (Séculos XV-XVIII). Recolha na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa <i>Henrique Tavares e Castro</i>	39
<i>Inspice signum</i> : reflexión metodológica para la creación de un instrumento de control de las marcas tipográficas españolas <i>Julián Martín Abad</i>	45
Les marques typographiques en France des origines à 1600: définition, usages, typologie, sémiologie <i>Pierre Gheno</i>	75
Uma, duas, quantas edições? Os argumentos sobre a contrafacção de <i>Os Lusíadas</i> no século XVI <i>João Luís Lisboa</i>	97
Marcar e falsificar: o caso dos impressores da família Galrão <i>Maria Teresa Payan Martins</i>	109

A marca tipográfica e outros símbolos dos impressores de nome António Álvares <i>Ana Cristina Torres</i>	123
As marcas de Pedro Ferreira <i>Ana Teresa Brito</i>	141
Armas nacionais portuguesas como marcas tipográficas <i>Artur Anselmo</i>	157
VÁRIA	
José Saramago: da realidade à utopia. O Homem como lugar onde <i>Ana Paula Arnaut</i>	171
A historiografia sobre os escravos em Portugal <i>Jorge Fonseca</i>	191
Jogo e desporto no Portugal contemporâneo (1870-1910) <i>Ricardo Serrado</i>	219
Considerações sobre representação política na filosofia de Eric Weil <i>Pedro Dias</i>	253
Autores	271
Authors	275
Resumos e palavras-chave	279
Abstracts and keywords	285

Iconografia do livro impresso – impressores e papeleros, algumas questões

*Artur Anselmo e João Luís Lisboa**

Para compreender as relações entre imagem e texto no livro moderno, é necessário ter em conta todos aqueles que contribuem para estabelecer os significados dos textos e das imagens. Falamos, assim, também de impressores e papeleros que nos deixaram, como testemunho, as suas marcas.

Duas diferentes vias nos levam, através da análise da imagem, aos impressores e ao seu trabalho: por um lado, o conhecimento da principal matéria-prima, o papel, com as suas marcas de água e filigranas, e, por outro, o conhecimento das marcas e insígnias impressas, os símbolos escolhidos pelos impressores, o modo como os desenhos são partilhados.

O conhecimento do papel permite a relação entre imagem, indústria e comércio, associando cada impressor com as redes europeias de circulação do papel. Mas fornece também uma auto-representação da indústria do papel através da imagem. Em consequência, permite a identificação dos impressores que recorrentemente usam papel com uma certa qualidade ou origem.

O conhecimento de marcas e insígnias das oficinas tipográficas permite construir um quadro do seu universo, partindo das imagens que os impressores dão de si próprios, as suas características e capacidades técnicas e artísticas, as suas referências simbólicas e as placas de que dispunham.

Embora estes dois conjuntos de imagens não pertençam originalmente ao mesmo universo, os estudos do papel e das marcas tipográficas têm, como ponto de convergência, o impressor, com as suas características sociais e culturais. Podemos identificar um impressor, ainda que não assine o seu trabalho num cólofon, através da investigação sobre imagem e material. Podemos igualmente identificar as suas relações, as suas redes comerciais ou familiares e as suas hipotéticas linhas de continuidade, no tempo e no espaço, quem ele segue, quem o segue, e onde.

* CHC/FCSH-UNL e CHAM/FCSH-UNL e UAç.

Os textos que a seguir se publicam evidenciam esta preocupação, procurando cruzar contributos de quem, em equipas diferentes, vem estudando estas questões. Podemos assim comparar e relacionar, procurando motivos e padrões, traços e, finalmente, propor um quadro mais aprofundado sobre a cultura impressa e os seus agentes na Europa e, em particular, em Portugal.

Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo

*Maria José Ferreira dos Santos**

Introdução

O interesse que o estudo das marcas de água tem vindo a assumir nos últimos anos em Portugal, quer através do contributo de diferentes investigadores na área da História do Papel, quer como objecto temático de projectos de investigação no âmbito de dissertações académicas, sugere a necessidade de utilização rigorosa de uma terminologia específica nesta área de estudo, que possibilite uma partilha de conhecimentos e, simultaneamente, contribua para uma clarificação de procedimentos orientadores sobre recolha e reprodução de marcas de água.

Esta necessidade de normalização torna-se ainda mais premente no contexto actual, com a importância crescente de bases de dados acessíveis *online*, que permitem o recurso a redes internacionais sobre marcas de água¹. De facto, não podemos esquecer que o estudo das marcas de água, embora com particularidades específicas a nível regional, terá de ser enquadrado num âmbito europeu, face à intensa circulação do papel pelo mundo ocidental, desde que, no século XIII, este novo suporte de escrita, vencendo progressivamente as naturais resistências, substituiu o pergaminho.

1. Da filigrana à marca de água

Não pretendemos, nem seria possível fazê-lo no âmbito desta comunicação, analisar todos os aspectos e termos específicos da área do estudo das marcas de água. Creio, no entanto, que, pelas particularidades que este estudo comporta, esta clarificação constitui um desafio prioritário, de forma a não correremos o risco de, a médio prazo, construir uma

* Museu do Papel Terras de Santa Maria.

¹ Como exemplo, o portal do projecto Bernstein (<http://memoryofpaper.eu>), que integra bases de dados com diferentes colecções de referência na área das marcas de água, nomeadamente os grandes catálogos WILC e Piccard, bem como uma extensa lista, traduzida em sete línguas, de termos essenciais à descrição destas marcas.

Torre de Babel, não só em Portugal mas também nos países de expressão portuguesa, com destaque para o Brasil, onde é manifesto o interesse por esta área de investigação.

Vejamos, por exemplo, a utilização da expressão “marca de água”, frequentemente designada por “filigrana”. Na linha da tradição portuguesa, quer a nível historiográfico, quer a nível da linguagem corrente usada na indústria do papel, a palavra “filigrana” corresponde à figura formada por finos fios metálicos, bordada ou aplicada sobre a superfície da teia da forma manual² ou do rolo filigranador³. No processo de produção, aquando da formação da folha de papel, nos espaços ocupados por essa filigrana, verifica-se, necessariamente, uma menor acumulação de fibras, o que ocasiona áreas de uma maior transparência, visíveis à contraluz. Ou seja, a filigrana dá origem a uma marca na folha de papel no momento da sua produção, chamada marca de água. Neste sentido, em Portugal, e por questões de coerência com o passado e de rigor técnico, “filigrana” e “marca de água” não deveriam ser usadas como tendo o mesmo significado, porque de uma resulta a outra⁴.

Referindo um outro exemplo, parece-nos também essencial recuperar o significado exacto dos termos “vergaturas” e “pontusais”. Na verdade, o facto de, em Espanha, as vergaturas serem designadas por “pontizones” e os pontusais serem chamados de “corondeles” tem originado algumas imprecisões e, por isso, urge repor o sentido que destes termos fizeram uso, na linha da terminologia francesa⁵, investigadores portugueses de referência nesta área, nomeadamente Ataíde e Melo e Artur Anselmo⁶.

As vergaturas e os pontusais são resultantes, na produção manual de papel, da configuração da teia da forma. Esta, usualmente de cobre, era formada por fios muito próximos, paralelos ao lado maior da forma (trama das vergaturas), e por fios mais distantes, paralelos ao lado menor da forma, chamados pontusais. Deste modo, numa folha de papel

² Molde de madeira, utilizado na produção manual de papel. É constituído por um quadro solto e uma teia metálica (formada pelas vergaturas e pelos pontusais) aplicada num marco rectangular, sendo este marco reforçado, no seu interior, por travessas de secção em cunha, paralelas ao lado mais curto da forma. No processo de fabrico, eram usadas duas formas em simultâneo.

³ Peça de forma cilíndrica revestida a teia metálica (sobre a qual são fixadas as filigranas), com eixo concêntrico de pontas salientes para apoio rotativo.

⁴ Em Espanha, a palavra “filigrana” é usada pelos investigadores desta área para denominar a composição formada por fios metálicos aplicada sobre a teia da forma, designando, simultaneamente, a marca de água da folha de papel.

⁵ “Fils vergeures” (vergaturas) e “fils de chainettes” ou “pontuseaux” (pontusais).

⁶ Arnaldo Faria de Ataíde e Melo, *O Papel como Elemento de Identificação*, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926; Artur Anselmo, *História da Edição em Portugal. Das origens até 1536*, Vol. I, Lello & Irmão – Editores, Porto, 1991.

avergoados⁷ são visíveis as vergaturas, linhas de cor clara, com reduzidos espaços de separação, cruzadas pelos pontusais, linhas que apresentam um maior espaçamento entre si. Naturalmente que, de acordo com a dobragem de uma folha de papel, estas vergaturas e pontusais poderão aparecer na horizontal ou na vertical, condicionando a localização e visibilidade da própria marca de água⁸.

2. A personalização das marcas de água

Desde que em 1282, em Fabriano, Itália, surgiu a primeira marca de água, os fabricantes de papel tornaram-na, desde muito cedo e em toda a Europa, uma marca pessoal do papel por eles produzido. De facto, se ainda no século XIII, as marcas de água primam pela simplicidade, com um traço hesitante e uma dimensão reduzida, já no século XIV, tornam-se mais significativas e personalizadas, através da referência ao local do moinho produtor, às iniciais, ou mesmo ao nome, do fabricante⁹.

O aumento da procura de papel, a partir da invenção da imprensa, esteve na origem do aparecimento de novos moinhos papeleiros por toda a Europa, obrigando os fabricantes a uma produção de papel com características físico-mecânicas que assegurasse uma maior resistência à pressão exercida pela prensa. Por esta mesma razão, impressores e gravadores preferiam utilizar papel sem marca de água, porque a inerente fragilidade da área do papel filigranado poderia originar pontos de ruptura no papel, aquando da impressão¹⁰. Ao papel, passa também a ser exigida a necessária lisura, bem como uma reduzida absorção, condições essenciais para uma boa reacção à difusão da tinta. Também a opacidade do papel passa a ser uma condição básica, sem a qual não seria possível a impressão da frente e do verso da folha. Destas novas exigências resulta um aperfeiçoamento no modo de produção e no controle de qualidade, tanto mais que os impressores exigem também um papel de boa resistência, mas de baixa gramagem, para que o livro pudesse ter menos volume e menos peso.

Assim, este aumento da procura de bom papel gera um aperfeiçoamento das técnicas de fabrico do papel de escrita, independentemente do seu uso futuro como suporte

⁷ Designação do papel marcado por vergaturas e pontusais, também chamado papel “linha de água”.

⁸ Ataíde e Melo, *O Papel como Elemento de Identificação...*, ob. cit., p. 17.

⁹ Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria* (Séculos XVIII-XIX), ed. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997, pp. 169-170.

¹⁰ José Carlos Balmaceda, *Filigranas. Propuestas para su reproducción*, Universidad de Málaga, Málaga, 2001, pp. 55-56.

para impressão ou para escrever à mão¹¹, suscitando também uma maior concorrência entre os fabricantes. Esta concorrência terá contribuído decididamente para uma cada vez maior personalização do papel, reforçando a sua posterior importância como componente essencial para a localização no tempo de documentos não datados. A marca de água passa a ser acompanhada por um conjunto de elementos informativos, desde a qualidade do papel à identificação do lugar ou região onde se localizava a unidade papelreira e à identificação do nome do fabricante produtor. Torna-se assim possível estabelecer o período cronológico de produção desse mesmo papel e, a partir do século XVIII, seguindo uma tendência que já se prefigura desde meados do século XVII, poder-se-á localizar, com rigor, o ano de produção, uma vez que este aparece, frequentemente, assinalado na própria marca de água¹².

Naturalmente que ao ano de fabrico do papel, há que somar a possibilidade do uso das mesmas formas de produção em anos posteriores ao da data filigranada, sem esquecer os períodos de armazenamento, quer na própria fábrica, quer nos depósitos dos comerciantes ou no consumidor final, e sem esquecer também os tempos inerentes aos transportes. Por todas estas razões, é comum encontrarmos nos arquivos papel que foi utilizado decorridos vinte anos da sua data de fabrico. Conhecidos e identificados todos estes elementos informativos, poder-se-á chegar às vastas áreas geográficas de implantação comercial controladas pelas grandes unidades papelreiras, detectando igualmente áreas mais restritas de comunidades locais, onde a resposta ao consumo de papel era assegurado, quase exclusivamente, pelos pequenos moinhos da região.

Importa lembrar que esta personalização do papel, através de uma marca de água própria, sendo objectivamente uma afirmação do fabricante, constitui também uma garantia de qualidade do produto apresentado, desencadeando por isso, e num processo quase simultâneo, a falsificação da marca de água, por inteiro (principalmente nos papéis de maior qualidade), ou através da cópia do motivo principal¹³, passando este a ser acompanhado por novos elementos informativos e identitários. O prestígio que o papel italiano continuava a ter em Portugal ainda no século XIX explica as indevidas apropriações de

¹¹ Maria del Carmen Hidalgo Brinquis, "El papel de los Incunables españoles", in *Isabel I y La Imprenta. Consecuencias materiales en el mundo cultural de esta revolución tecnológica. Actas de las Jornadas*, Madrid, 2004, p. 15.

¹² Edward Heawood, "Watermarks mainly of the 17th and 18th centuries", in *Monumenta Chartae Papyraceae*, The Paper Publications Society, Holland, 1950, pp. 30-31.

¹³ Considera-se motivo principal de uma marca de água a sua representação mais dominante e caracterizadora, decorrendo desta tipologia a respectiva classificação em determinada classe ou subclasse.

uma das marcas de água emblemáticas de Giorgio Magnani, tão assiduamente encontrada nos nossos arquivos e fielmente copiada por diferentes fabricantes portugueses¹⁴. Em 1813, já os irmãos Magnani, Giorgio e Domenico, possuíam sete fábricas de papel em Pescia, com um total de vinte tintas de produção. Em 1840, este número cresce para 27 tintas de produção de papel branco, o que lhes permite assegurar uma significativa fatia da exportação de papéis de escrita, tanto mais que incorporava também papel produzido por outros fabricantes, mas com a marca Magnani¹⁵. A distribuição deste papel, em Portugal, era feita a partir de Lisboa, onde os irmãos Magnani possuíam uma filial de venda. As marcas de água dos Magnani, e dum modo particular a de Giorgio Magnani, líder deste império papelero italiano da primeira metade do século XIX, vão perpetuar-se, mesmo após o desaparecimento do patriarca dos Magnani, como sinónimo de qualidade do papel de escrita.

3. A importância da contramarca

Não deixando de ser uma marca de água, a contramarca constitui uma informação complementar, figurando geralmente, e daí o seu nome, no outro lado da folha, em simetria com a marca de água. Como, em princípio, a marca de água se encontra no centro da metade direita da folha, a contramarca é colocada do lado esquerdo da mesma folha, ambas perpendicularmente aos pontuais. No entanto, esta distribuição não pode ser tida como regra absoluta. A criatividade dos fabricantes, mantendo-se embora fiel à “assinatura” do papel por si produzido, foi originando ao longo dos séculos as mais variadas composições, inserindo diferentes elementos figurativos e informativos, numa distribuição aleatória, mais estética que padronizada, apesar dos normativos estatais que, progressivamente, vão surgindo por toda a Europa.

Como refere José Carlos Balmaceda, “já em 1582, em França, uma ordenação de Henrique III impunha aos fabricantes usar a contramarca na outra metade da folha, em simetria com a filigrana principal, com as iniciais ou nomes completos. Em 1739 e 1741, será confirmado o uso da contramarca com a denominação da qualidade do papel e o local do fabrico”¹⁶.

¹⁴ Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel...*, ob. cit., p. 174.

¹⁵ José Carlos Balmaceda, “Los Magnani: papeles y filigranas en documentos Hispanoamericanos”, in *Actas del VIII Congreso Nacional de Historia del Papel en España*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Burgos, 2009, p. 53.

¹⁶ José Carlos Balmaceda, *Filigranas...*, ob. cit., pp. 43-44.

Constituindo uma confirmação da identidade do fabricante, a contramarca surge também representada, dum modo menos ostensivo, através de letras isoladas ou formando siglas e monogramas. Por exemplo, no papel português do século XIX, a letra “A” foi usada como contramarca do papel produzido na “Fábrica dos Azevedos”, em Paços de Brandão, Santa Maria da Feira, e as letras “P” e “C” surgem como uma sigla identificadora da Fábrica de Porto de Cavaleiros, em Tomar.

Por outro lado, como refere Edward Heawood, desde finais do século XVII que o papel exportado pelos genoveses para Espanha e Portugal era assinalado com uma pequena contramarca de canto, para além da contramarca principal, contendo as iniciais correspondentes ao nome do fabricante¹⁷. Estas letras isoladas, ou formando um monograma, podem surgir no canto inferior ou superior, direito ou esquerdo, da folha de papel, nem sempre sendo fácil descobrir o seu sentido de leitura quando se não conhecem o nome e o sobrenome do fabricante.

Como forma de assegurar a identificação do papel, independentemente da dobragem que a folha pudesse vir a ter posteriormente, alguns fabricantes, nomeadamente os italianos Polleri, colocavam frequentemente a letra “P” como contramarca de canto, em dois, ou mesmo nos quatro cantos da folha de papel. No entanto, estas letras isoladas, ou formando monogramas e siglas, podem também surgir integradas na composição da própria marca de água ou da contramarca principal.

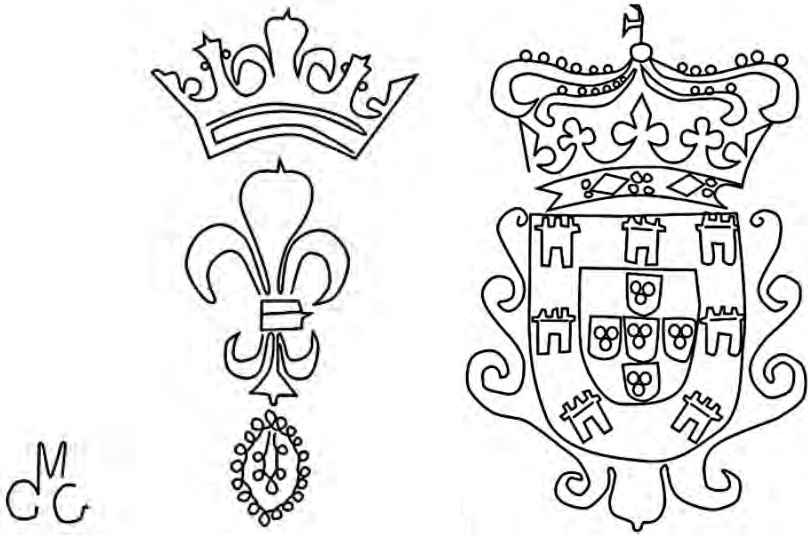
A identificação da marca de água que a seguir apresentamos só se tornou possível através da decifração do monograma da contramarca secundária que figura no canto inferior esquerdo da folha de papel, uma vez que a contramarca principal, representando uma flor-de-lis coroada, nada acrescenta à sua identificação. Este monograma, formado pelas letras “J”, “M” e “O”, corresponde às iniciais de José Maria Ottone, o genovês incontornavelmente ligado ao surto manufactureiro do papel, ocorrido nos primeiros anos do século XVIII, em Portugal.

Oriundo de uma família papelreira de Voltri, Génova, José Maria Ottone terá chegado a Portugal ainda em finais do século XVII. Em 1706, o seu nome surge ligado à fundação de uma fábrica de papel na cidade de Braga¹⁸ e, em 1708, encontramos-lo ligado à criação da Fábrica de Nossa Senhora da Lapa, em São Paio de Oleiros, Santa Maria da Feira¹⁹.

¹⁷ Edward Heawood, “Watermarks mainly of the 17th and 18th centuries”, *ob. cit.*, p. 24.

¹⁸ Aurélio de Oliveira, “Indústrias em Braga. As fábricas de papel do Rio Este”, in *Bracara Augusta*, vol. XLIX, 96 (109), Braga, 1993, pp. 432-434.

¹⁹ Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel...*, *ob. cit.*, p. 43.



Fotografia digital, com luz transmitida.
Pormenores de marca de água e contramarcas usadas por José Maria Ottone.

Em 1713, já fabricava papel num engenho na Vila da Lousã, tendo apresentado, em finais desse ano, um pedido de empréstimo à Coroa para a construção de uma nova fábrica, naquela mesma vila, o qual lhe seria concedido em Fevereiro de 1714²⁰.

Apesar das diferentes designações e grafias com que nos deparamos, no respeitante ao sobrenome deste técnico papeleiro genovês, nomeadamente na documentação da Junta do Comércio, onde aparece frequentemente designado como “Joze Oton”²¹, a verdade é que nos registos paroquiais de São Paio de Oleiros, a referência é “Joseph Maria Ottone”²², o mesmo sucedendo nos registos paroquiais da Lousã²³. Concluimos, por isso, ser este o nome de família que mais tempo usou ao longo da sua vida, tanto mais que, numa escritura de 13 de Fevereiro de 1715, ele próprio assina “Jozeph M Ottone”²⁴. Todavia, em Braga,

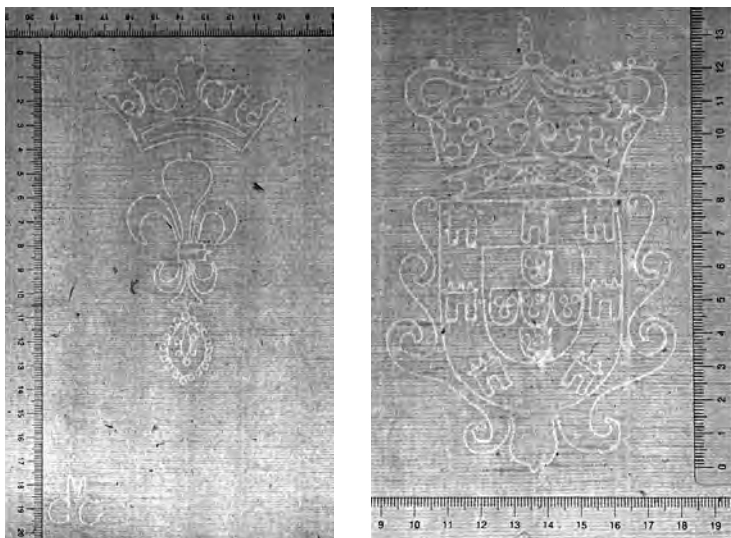
²⁰ Maria José Ferreira dos Santos, “José Maria Ottone e a indústria do papel em Portugal no século XVIII”, in *O Papel Ontem e Hoje*, Arquivo da Universidade de Coimbra; Renova, Coimbra, 2008, pp. 41-48.

²¹ AHMOP, JC 8, *Processos de Licenciamento de Fábricas e Matrículas de Servidores – Papel. 1760-1833*.

²² ADA, *Registos Paroquiais de S. Paio de Oleiros, Livro Misto n.º 2, 1703-1749*, fl. 12/v-13.

²³ AUC, *Registos Paroquiais da Lousã, Livro de Baptismos, 1677-1743*, fl. 356.

²⁴ AUC, *Livros Notariais da Lousã, Tabelaão Luís Miguel das Neves, 1714-1716*, fl. 95/v.



Reprodução por decalque vectorial, a partir de fotografia digital, de marca de água e contramarcas usadas por José Maria Ottone, com recurso a mesa digitalizadora.

no início, ou praticamente no início do seu percurso como fabricante de papel, este genovês assinava, dum modo bem legível, “Ottoni”, como refere Aurélio de Oliveira²⁵.

A nova Fábrica de Papel da Lousã, que seria “delineada pelo fabricante” José Maria Ottone, como consta na provisão de D. João V de 13 de Julho de 1714, inicia a laboração em meados de 1716²⁶. Actualmente designada por “Prado-Cartolinas da Lousã S. A.”, constitui um exemplo invulgar de longevidade industrial na História do Papel em Portugal.

Centro Documental do Museu do Papel. Folha de papel sem registo de data. Dimensão da folha de papel: 300 x 413mm (alt. x larg.). Dimensão da marca de água (lado direito da folha): 139 x 87mm (alt. x larg.). Dimensão da contramarca principal: 137 x 73 mm (alt. x larg.). Dimensão da contramarca de canto: 20 x 21 mm (alt. x larg.).

²⁵ Aurélio de Oliveira, “Fabrico de papel em Braga no século XVI”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, Vol. 8, Porto, 2007, p. 27.

²⁶ Nesta mesma provisão, D. João V confirma a nomeação que havia feito, em 19 de Fevereiro do mesmo ano, a João Netto Arnault, residente no lugar do Espinhal, Lousã, como “Conservador do Engenho do Papel que se fabrica na Vila da Lousã”, referindo-o também como “superintendente desta fábrica”. AHMOP, JC 8, *Processos de Licenciamento de Fábricas* [...] 1760-1833.

4. A convergência de um estudo

Em Portugal, embora a utilização de papel como suporte documental remonte ao século XIII, e a arte de fazer papel seja conhecida dos portugueses desde o início do século XV, é somente de 1536 a primeira marca de água até agora considerada como genuinamente portuguesa²⁷. Esta marca de água foi identificada no âmbito da investigação patrocinada pela TECNICELPA (Associação Portuguesa dos Técnicos de Celulose e Papel), desenvolvida entre 1986 e 1992, sob a orientação científica dos Professores Artur Anselmo e Aires do Nascimento²⁸. O estudo e classificação deste acervo de marcas de água, propriedade da TECNICELPA e em depósito no Museu do Papel, será objecto de publicação em 2015.

No entanto, as diferentes notícias sobre a actividade papeleira do centro do país, a partir do início do século XV, fazem-nos admitir a possibilidade da existência de marcas de água de origem portuguesa em data anterior a 1536. De facto, a mais antiga referência até agora conhecida sobre moinhos de papel em Portugal surge numa carta régia, datada de 29 de Abril de 1411, na qual D. João I concede ao seu Escrivão de Puridade, Gonçalo Lourenço de Gomide, avô de Afonso de Albuquerque, licença para instalar em dois moinhos arruinados, situados junto ao rio Liz, em Leiria, engenhos de fazer ferro, serrar madeira, pisar burel e fazer papel²⁹. Mesmo que só posteriormente ao ano de 1411 o fabrico de papel aqui se tivesse, efectivamente, iniciado, a verdade é que, desde a década de 1430, como refere Saul António Gomes, são várias as alusões indiciadoras de uma actividade papeleira mencionadas em documentação da cidade de Leiria: em 1433, habitava nesta cidade um João Peres do Papel e, pelo ano de 1435, uma Leonor Rodrigues, a Trapeira, foreira de Alcobaça³⁰.

Já nas Cortes de Lisboa de 1439, os procuradores da vila de Leiria haviam requerido que lhes fosse declarado quanto deveriam aplicar de foro ao “emgenho do papell que he

²⁷ Sobre este assunto, vd. Aires Nascimento, “A propósito da edição de um códice alcobacense (B.N.L. cód. 6747)”, in *Euphrosyne*, Nova série, Vol. IX, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1979, pp. 216-217; Artur Anselmo, “História da Edição em Portugal...”, *ob. cit.*, p. 95.

²⁸ Maria Manuel Fernandes Pinto Lares, *Para a História do Papel Português nos Livros Impressos do Século XVI*, Dissertação final do Curso de Ciências da Informação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1989, (policopiado), pp. 370-375; Manuel Cipriano Alegre Ribeiro, “A fabricação de papel em Portugal”, in *Pasta e Papel. Revista Portuguesa para a Indústria Papeleira*, Orléans, 1995, pp. 32-33.

²⁹ Ataíde e Melo, *O Papel como Elemento de Identificação...*, *ob. cit.*, p. 25.

³⁰ Saul António Gomes, “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, Vol. I, 1996, p. 440.

cousa nova que nunca ouve em estes rregnos”, indagando se este foro deveria ser igual ao aplicado ao pisão de burel, “pois que o pisam lavra ssem cabedal e o emgenho do papel há mester grandes custos e cabedal”³¹.

Anos mais tarde, a 27 de Fevereiro de 1441, este moinho encontrava-se ainda na posse dos descendentes de Gonçalo Lourenço de Gomide e em franca actividade produtiva. Só assim ganha sentido a concessão de privilégios sobre o transporte, em regime de exclusividade, dos carregamentos de trapo necessários à produção de papel deste moinho, feita por D. Afonso V a Fernão Rodrigues, curador dos filhos de João Gonçalves, netos do fundador³². Como mostrou Saul António Gomes, esta actividade ter-se-á mantido durante todo o século XV e até ao início do século XVI: em 1464, habitava em Leiria um “Gil Afonso do Papel” e, em 1501, um “João Pires, trapeiro”³³.

Como aconteceu, nesta mesma época, em diferentes regiões da Europa, esta actividade papeleira em Leiria terá ocasionado uma reprodução de mão-de-obra conhecedora da arte de fazer papel, suscitando o aparecimento de novos engenhos ou a adaptação de antigos moinhos farinheiros ao fabrico de papel. De facto, ainda na primeira metade do século XV, configura-se, como salienta Saul António Gomes, um segundo centro produtor de papel, em Cernache, onde existiram uns “artefícios de fazer papel”, em actividade em 1431, ano em que foram registados no tomo dos bens do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra³⁴.

Neste novo eixo papeleiro Cernache-Coimbra, a arte de fazer papel parece ter firmado raízes. No Foral de Cernache, concedido por D. Manuel em 15 de Setembro de 1514, na referência dos direitos deste Senhorio, pode ler-se, como refere Ana Maria Leitão Bandeira: “E alem dos ditos direitos tem mais o senhorio outros direitos [...] – a saber – Moenda dagua. Dadas a particulares pessoas per muytos preços e contrautos segundo nelles he decrarado – a saber – ho moinho do cubo. E as açenhas do papel...”³⁵. Corresponderão estas “azenhas do papel” da Ribeira de Cernache aos “artifícios de fazer papel” de 1431, registados no tomo dos bens do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra?

³¹ ANTT, *Livro X da Estremadura*, fl. 68 e 69. *Apud* Maria Manuel Fernandes Pinto Lares, *Para a História do Papel Português nos Livros Impressos do Século XVI*, *ob. cit.*, pp. 357 e 411.

³² ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 96. *Apud* Sousa Viterbo, *Artes industriaes e Industrias Portuguezas. O vidro e o papel*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1903, pp. 83-84.

³³ Saul António Gomes, “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel...”, *ob. cit.*, p. 441.

³⁴ *Ibidem*, pp. 442-443.

³⁵ Ana Maria Leitão Bandeira, “O fabrico do papel no distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico”, in *Pasta e Papel. Revista Portuguesa para a Indústria Papeleira*, Orléans, 1999, p. 29.

Torna-se assim expectável o aparecimento e identificação de novas marcas de água em papel de fabrico nacional no século XV, possibilidade que se reforça para o século XVI, com a difusão desta arte pelo Norte e centro do país: em anos anteriores a 1534, segundo Aurélio de Oliveira, já se fabricava papel na cidade de Braga³⁶; em 1537, o moinho de papel de Manuel de Góis, na Ribeira de Fervença, recebe de D. João III carta de privilégio³⁷; e, em 1565, Alenquer terá iniciado o seu percurso papelheiro, com a concessão de privilégios a Manuel Teixeira, para aqui construir uns moinhos de fabricar papel³⁸.

Sobre o tantas vezes citado Moinho do Papel de 1514, na Batalha, tal como havia admitido Sousa Viterbo quando pela primeira vez lhe fez referência e como recentemente mostrou Miguel Portela, este não terá, de facto, existido. Trata-se somente de uma propriedade inscrita no tomo dos bens do Convento da Batalha e que, dada a sua localização junto ao Moinho do Papel de Leiria, aparece referida como o “Olival do moinho do papel que traz Pero Alvares, ou o chão dos moinhos do papel”³⁹.

Para o século XVII, os recentes estudos de João Ruas trouxeram uma nova visão sobre o Engenho do Papel de Vila Viçosa, mandado construir por D. João II, duque de Bragança, futuro rei D. João IV. A produção de papel ter-se-á iniciado no Inverno de 1637-1638, mantendo-se o engenho de Vila Viçosa em actividade até agosto de 1641⁴⁰. Ainda no século XVII, é a vez de Figueiró dos Vinhos conhecer também esta arte: em 1663, foi passado alvará a Francisco Dufour, superintendente das Ferrarias de Tomar e de Figueiró dos Vinhos, para “fazer a sua custa hums engenhos de agoas [...] e huma ofesina pera fazer toda a sorte de papel”⁴¹, actividade continuada por Pedro Dufour, por um período que durou aproximadamente vinte anos⁴².

Mas apesar de o projecto de Vila Viçosa ter sido acompanhado por um mestre papelheiro castelhano e, apesar de, em Figueiró dos Vinhos, haver notícia de mão-de-obra francesa conhecedora da arte de fazer papel, só no século XVIII assistimos, no nosso país, a um

³⁶ Aurélio de Oliveira, “Fabrico de papel em Braga no século XVI”, *ob. cit.*, pp. 26-27.

³⁷ Sousa Viterbo, *Artes Industriaes e Industrias Portuguezas...*, *ob. cit.*, p. 74.

³⁸ *Ibidem*, p. 75; Manuel Ferreira Rodrigues e José M. Amado Mendes, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Europa-América e Associação Industrial Portuense, Lisboa, 1999, p. 113.

³⁹ Miguel Portela, “Houve ou não fabrico de papel na Batalha no século XVI? Notas sobre o fabrico de papel no Distrito de Leiria”, in *Boletim Semestral do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha*, edição n.º 2, Batalha, 2014, p. 17.

⁴⁰ João Ruas, “O engenho de papel”, in *Monumentos*, n.º 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa, 2007, p. 152.

⁴¹ Miguel Portela, *O Fabrico do Papel em Figueiró dos Vinhos no Século XVII*, ed. do autor, 2012, p. 9.

⁴² *Ibidem*, p. 16.

surto industrial do papel, que acompanha, aliás, o percurso do genovês José Maria Ottone. Neste processo de consolidação da indústria do papel, foi relevante o contributo dado pela vinda de mão-de-obra europeia especializada na arte de fazer papel, com destaque para os Baguetto, os Varezi, os Buzano, os Thomate e os Canneva, oriundos de Génova, e para os Erse, naturais de Karemberg, nos Estados Alemães⁴³. Alguns destes nomes, como os Buzano, os Thomate e os Canneva, surgem como contramarcas de marcas de água representando o escudo português, o que nos faz admitir, apesar de a contramarca sugerir uma origem italiana, a possibilidade de se tratar de papel de fabrico nacional, dos séculos XVIII e XIX.

Foi precisamente a partir do início do século XVIII que, em Portugal, se generalizou a produção de papel com marca de água, quer na fábrica da Lapa, em São Paio de Oleiros, Feira, quer na Fábrica da Lousã. Todavia, só em 1766 encontramos pela primeira vez uma referência documental sobre o uso da marca de água e da contramarca, num requerimento apresentado à Real Junta do Comércio, por João Baptista Bourgeois⁴⁴. Este “homem de negócios da cidade do Porto” propunha-se “arrematar, debaixo de algumas condições a fábrica de papel da Vila da Lousã”, especificando na sétima e na oitava condições “que todo o papel desta fábrica tenha por marca de uma parte uma estrela coroada e de outra a inscrição Louzã. Que seja reputado de contrabando, proibido na sua entrada, todo o papel que vier de fora com a marca e contramarca acima referidas impondo-se-lhes a pena imposta pelo capítulo 17.º dos estatutos desta preclaríssima Junta do Comércio”⁴⁵.

Anos mais tarde, a 14 de Julho de 1770, nas condições de venda da Real Fábrica de Papel da Lousã, especificadas no alvará de privilégios, vê-se confirmado o direito de utilizar uma certa e particular marca em cada folha de papel aí manufacturado, como forma de proteger os interesses daquela fábrica⁴⁶. As condições clausuladas neste alvará constituirão uma

⁴³ Maria José Ferreira dos Santos e Juan Castelló Mora, “The Ottone family and paper manufacturing in Spain and Portugal – 17th and 18th century”, in *IPH Congress Book*, International Association of Paper Historians, Switzerland, 1998, pp. 149-150.

⁴⁴ Embora o requerimento apresentado por João Baptista Bourgeois não esteja datado, admitimos que possa ter dado entrada na Junta de Comércio ainda em 1766, uma vez que a informação dada a esta Junta pelo Provedor da Comarca de Coimbra é de 30 de Janeiro de 1767. O parecer da Junta de Comércio a este requerimento, com base na informação do Provedor da Comarca de Coimbra, é somente de 22 de Setembro de 1767. AHMOP, JC 8, *Processos de Licenciamento de Fábricas* [...]. 1760-1833.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel...*, *ob. cit.*, pp. 219-220.

referência para a Real Junta de Comércio, aquando da atribuição de posteriores alvarás a novas fábricas de papel, nomeadamente o alvará de 24 de Novembro de 1789, concedido à Real Fábrica de Papel de Vizela⁴⁷. Entre outros privilégios, também o respeitante à utilização de uma marca de água própria continuar a ser uma referência, o que contribuiu, decididamente, para o aparecimento de uma enorme variedade de marcas de água portuguesas neste último quartel do século XVIII.

A partir do início do século XIX, em Portugal, e particularmente na região de Santa Maria da Feira e de Tomar, com a multiplicação de fábricas de papel, a identificação do fabricante torna-se frequentemente o motivo figurativo principal, ocupando toda a largura inferior da folha de papel. Assumindo-se como uma marca de água particularmente identitária, dispensa, obviamente, a inserção de uma contramarca.

5. A descodificação das marcas de água

Ao estudo desta tão vincada personalização do papel é inerente uma reflexão sobre as possíveis razões da escolha, por parte do fabricante, de determinado motivo iconográfico. Desde cedo, os fabricantes de papel inseriram na composição da marca de água uma variada simbologia cultural e religiosa, com destaque para a de raiz judaico-cristã, como a estrela, o quarto crescente ou a cruz, esta nas suas mais diferentes formas⁴⁸. Mas, e não menos essencial, é fundamental a interpretação das chamadas contramarcas do papel, que podem figurar de uma forma objectiva, mas também através de siglas e de símbolos que exigem uma descodificação. Na verdade, por vezes, esta identificação é assumida dum modo subtil através de um símbolo que se reporta, normalmente, ao apelido de família do fabricante. Por exemplo, a pequena “perna”, “gamba” em italiano, frequentemente dentro de uma circunferência, colocada no canto inferior ou superior da folha como contramarca de canto, ou integrada na composição iconográfica da marca de água como um elemento aparentemente decorativo, mais não é que o símbolo utilizado pelos fabricantes italianos

⁴⁷ “Parecer da Junta do Comércio sobre o requerimento apresentado por António Álvares Ribeiro e Companhia, da Cidade do Porto, para estabelecer uma fábrica de papel, no Termo de Guimarães.” AHMOP, JC 8, *Processos de Licenciamento de Fábricas* [...]. 1780-1833. Sobre as condições constantes no alvará concedido a esta fábrica, vd. Joaquim Antero M. Ferreira, “Breves apontamentos sobre a indústria papelreira em Vizela: as fábricas de papel dos Álvares Ribeiro (séculos XVIII-XX)”, in *O Papel Ontem e Hoje*, ob. cit., pp. 51-53.

⁴⁸ Artur Anselmo, *História da Edição em Portugal*... ob. cit., pp. 394-395; José Carlos Balmaceda, *La contribución Genovesa al desarrollo de la manufactura papelera española*, Centro Americano de Historiadores del Papel, Málaga, 2004, pp. 223-226.

Gambini, de Génova, na identificação do papel saído das suas fábricas⁴⁹. O mesmo sucede, só para citar alguns exemplos, com a representação da colmeia, mais ou menos estilizada, símbolo do excelente papel holandês da família Honig, com a representação da balança, usada como contramarca pelo fabricante Giusto, ou mesmo com a pequena figura de uma espada, símbolo dos papeleiros italianos Spada.

Neste sentido, o estudo das marcas de água torna-se cada vez mais interpretativo, ultrapassando o patamar heurístico do registo da infinidade de representações, mais ou menos elaboradas, concebidas ao longo dos séculos pelos mestres papeleiros ou pelos proprietários ou arrendatários de moinhos, engenhos ou fábricas de papel. Para isso, é essencial termos presentes os nomes destes fabricantes e a localização, no tempo e no espaço, das respectivas unidades produtivas. E se pensarmos que, não só em Portugal mas por toda a Europa, gerações sucessivas da mesma família se dedicam a esta arte, repetindo em cada geração os nomes dos progenitores, torna-se essencial o conhecimento das genealogias das famílias do papel como parte integrante do inventário das fábricas e como suporte desta interpretação.

Através da decifração de elementos simbólicos associados à composição da marca de água, perspectiva-se a possibilidade de conhecer o contexto sociocultural dos seus autores. Estes elementos figurativos são muitas vezes indiciadores do grau de alfabetização dos fabricantes, da sua criatividade inovadora ou assumidamente conservadora, das suas aspirações sociais, em síntese, das suas mentalidades⁵⁰. Neste sentido, não podemos dissociar o estudo das marcas de água de uma interpretação de todos os elementos informativos, mais ou menos evidentes mas sempre valiosos, que podem permitir o conhecimento do contexto manufactureiro ou fabril em que foram criadas. Ou seja, o estudo das marcas de água não pode ser desintegrado de um universo maior que abrange as diferentes vertentes que constituem a História do Papel.

Conclusão

Como vimos, a marca de água proporciona um vasto campo de análise intrinsecamente dependente do papel, seu habitat centenário, e o seu estudo não pode ser encarado numa perspectiva isolada, mas sempre integrada na análise do suporte da folha de papel, de que faz intrinsecamente parte. Neste sentido, a elaboração de uma ficha técnica de registo

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 120 e 219.

⁵⁰ Maria José Ferreira dos Santos, *A Indústria do Papel...*, *ob. cit.*, pp. 201-206.

de papéis, com e sem marca de água, constitui uma base estruturante de trabalho, com vista à clarificação de procedimentos normativos a nível da especificação dos dados a recolher aquando do seu levantamento, tendo como orientação as normas da Associação Internacional de Historiadores do Papel⁵¹.

Sem desvalorizar os sistemas de reprodução tradicionais de marcas de água⁵², o recurso à fotografia digital com luz transmitida parece-nos actualmente o mais prático, o mais rigoroso e o menos invasivo a nível da conservação do próprio papel. As possíveis distorções da dimensão real, decorrentes de uma eventual manipulação da fotografia, podem ser ultrapassadas pela indicação das medidas da folha de papel e da marca de água, o que não dispensa a colocação de réguas milimétricas junto à marca de água, aquando do registo fotográfico. Só assim se asseguram condições posteriores para uma rigorosa interpretação das dimensões reais da imagem.

A utilização de uma mesa com tampo de luz fria é suficiente para o registo fotográfico de documentos soltos. No entanto, para a recolha de marcas de água em livros impressos, o recurso a um equipamento de fibra óptica mostra-se o mais adequado, porque a flexibilidade da lâmina de luz fria, brilhante e livre de UV, permite um registo de imagens de grande definição, nomeadamente para a recolha de marcas de água que se encontram na dobragem do livro. Mas a verdade é que, por razões várias, nem sempre se consegue obter uma imagem fotográfica com a qualidade desejada⁵³. Frequentemente, a densidade de escrita ou a tinta repassada, ou mesmo as manchas de humidade ou de ferrugem, impedem um bom resultado, embora este possa ser melhorado através de programas de tratamento de imagem, fazendo-se sobressair os contornos menos nítidos da marca de água. Nestes casos, e com o recurso a uma mesa digitalizadora e a programas de desenho digital vectorial, poderá completar-se esta recolha, como fizemos no exemplo anteriormente apresentado⁵⁴. O desenho vectorial, embora sujeito a erros de interpretação ou de

⁵¹ *International standard for the registration of papers with or without watermarks*, International Association of Paper Historians, Version 2.1.1. (2013).

⁵² Sobre este assunto, *vd.* Maria del Carmen Hidalgo Brinquis, "Proyecto de creación de un plan nacional de filigranas al servicio archivos y bibliotecas y centros de documentación españoles", in *Actas del VII Congreso Nacional de Historia del Papel en España*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Madrid, 2007, pp. 133-134.

⁵³ Para minimizar os efeitos da luz ambiental, o registo fotográfico deve ser realizado com recurso a um pano opaco que cubra todos os elementos envolvidos, ou num espaço sem luz.

⁵⁴ Foram medidas e registadas as vergaturas, num espaço de 20 mm, sobre o pontusal mais próximo da marca de água e à esquerda desta. De forma a não interferir visualmente com o desenho da marca de água, este registo foi colocado na parte inferior do pontusal.

destreza, tal como o decalque manual, não só possibilita a correcção imediata de qualquer desvio do traço, como permite que se possa prescindir do documento original, o que constitui uma mais-valia para a conservação do próprio papel.

Apesar dos testemunhos documentais sobre diferentes moinhos de papel na região centro do país, desde o início do século XV, a verdade é que a sua produção teria tido um significado meramente local. E mesmo com o surto industrial que a arte de fabricar papel conheceu em Portugal a partir do século XVIII, a produção nacional não era ainda suficiente para as necessidades do reino e do vasto império português, como se constata pela diversidade de marcas de água de fabricantes europeus, encontradas nos documentos dos nossos arquivos. Nos séculos XVII e XVIII, e mesmo ainda no século XIX, algum deste papel era produzido especificamente para o mercado português, com marca de água representando as armas de Portugal. Mas, contrariando o natural erro de simpatia, a contramarca lá está, quase sempre, dum modo ostensivo ou subtil, mostrando a sua proveniência italiana ou francesa.

Por isso, apesar do deslumbramento incontornável que sempre nos toma, quando, no silêncio dos arquivos, olhando uma folha de papel em contraluz, nos deparamos com um aparentemente novo e surpreendente desenho de uma desconhecida marca de água, não podemos esquecer que a sua beleza iconográfica constitui apenas uma parte da riqueza de informação que ela transporta. A sua interpretação e contextualização e, frequentemente, a sua descodificação, são essenciais, bem como a delimitação de alguns critérios que possibilitem a sua partilha e comunicação. Só assim toda a simbologia contida numa marca de água ou numa contramarca se revela, contribuindo para a identificação do próprio papel e convergindo, simultaneamente, para o conhecimento da História desta Indústria.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Junta do Comércio.

AHMOP, JC8, Processos de Licenciamento de Fábricas e Matrícula de Servidores – Papel. 1760-1833 e 1780-1833.

Arquivo Distrital de Aveiro

ADA, Registos Paroquiais de S. Paio de Oleiros, Livro Misto n.º 2, 1703-1749, fl.12/v-13.

Arquivo da Universidade de Coimbra

AUC, *Registos Paroquiais da Lousã, Livro de Baptismos, 1677-1743*, fl. 356.

AUC, *Livros Notariais da Lousã, Tabelião Luís Miguel das Neves, 1714-1716*, fl. 95/v.

Bibliografia citada

ANSELMO, Artur, *História da Edição em Portugal. Das origens até 1536*, Vol. I, Lello & Irmão – Editores, Porto, 1991.

BALMACEDA, José Carlos, *Filigranas. Propuestas para su reproducción*, Universidad de Málaga, Málaga, 2001.

BALMACEDA, José Carlos, *La contribución genovesa al desarrollo de la manufactura papelera española*, Centro Americano de Historiadores del Papel, Málaga, 2005.

BALMACEDA, José Carlos, “Los Magnani: papeles y filigranas en documentos Hispanoamericanos”, in *Actas del VIII Congreso Nacional de Historia del Papel en España*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Burgos, 2009.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “O fabrico do papel no distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico”, in *Pasta e Papel. Revista Portuguesa para a Indústria Papeleira*, Orléans, 1999.

FERREIRA, Joaquim Antero M., “Breves apontamentos sobre a indústria papeleira em Vizela: as fábricas de papel dos Álvares Ribeiro (séculos XVIII-XX)”, in *O Papel Ontem e Hoje*, Arquivo da Universidade de Coimbra; Renova, Coimbra, 2008.

GOMES, Saul António, “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, Vol. I, Coimbra, 1996.

HEAWOOD, Edward, “Watermarks mainly of the 17th and 18th centuries”, in *Monumenta Chartae Papyraceae*, The Paper Publications Society, Holland, 1950.

HIDALGO BRINQUIS, Maria del Carmen, “El papel de los Incunables españoles”, in *Isabel I y La Imprenta. Consecuencias materiales en el mundo cultural de esta revolución tecnológica. Actas de las Jornadas*, Madrid, 2004.

HIDALGO BRINQUIS, Maria del Carmen, “Proyecto de creación de un plan nacional de filigranas al servicio archivos y bibliotecas y centros de documentación españoles”, in *Actas del VII Congreso Nacional de Historia del Papel en España*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Madrid, 2007.

International standard for the registration of papers with or without watermarks, International Association of Paper Historians, Version 2.1.1. (2013).

LARES, Maria Manuel Fernandes Pinto, *Para a História do Papel Português nos Livros Impressos do Século XVI*, Dissertação final do Curso de Ciências da Informação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1989. (Policopiado)

- MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e, *O Papel como Elemento de Identificação*, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926.
- NASCIMENTO, Aires, “A propósito da edição de um códice alcobacense (B.N.L. cód. 6747)”, in *Euphrosyne*, Nova série, Vol. IX, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1979.
- OLIVEIRA, Aurélio de, “Indústrias em Braga. As fábricas de papel do Rio Este”, in *Bracara Augusta*, vol. XLIX, 96 (109), ed. Câmara Municipal de Braga, Braga, 1993.
- OLIVEIRA, Aurélio de, “Fabrico de papel em Braga no século XVI”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, Vol. 8, Porto, 2007.
- PORTELA, Miguel, *O Fabrico do Papel em Figueiró dos Vinhos no Século XVII*, ed. do autor, Figueiró dos Vinhos, 2012.
- PORTELA, Miguel, “Houve ou não fabrico de papel na Batalha no século XVI? Notas sobre o fabrico de papel no Distrito de Leiria”, in *Boletim Semestral do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha*, edição n.º 2, Batalha, 2014.
- RIBEIRO, Manuel Cipriano Alegre, “A fabricação de papel em Portugal”, in *Pasta e Papel. Revista Portuguesa para a Indústria Papeleira*, Orléans, 1995.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José M. Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Europa-América e Associação Industrial Portuense, Lisboa, 1999.
- RUAS, João, “O engenho de papel”, in *Monumentos*, n.º 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa, 2007.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos, *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séculos XVIII-XIX)*, ed. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Santa Maria da Feira, 1997.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos; CASTELLÓ MORA, Juan, “The Ottone family and paper manufacturing in Spain and Portugal – 17th and 18th century”, in *IPH Congress Book*, International Association of Paper Historians, Switzerland, 1998.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos, “José Maria Ottone e a indústria do papel em Portugal no século XVIII”, in *O Papel Ontem e Hoje*, Arquivo da Universidade de Coimbra e Renova, Coimbra, 2008.
- VITERBO, Sousa, *Artes industriais e indústrias portuguesas. O vidro e o papel*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1903.

Outra bibliografia consultada

- ANSELMO, Artur, *Origens da Imprensa em Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1981.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Indústria da Pasta e do Papel em Portugal. O grupo Portucel*, PORTUCEL SGPS, S. A., 2001.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão, *Pergaminho e Papel em Portugal. Tradição e conservação*, CELPA – Associação da Indústria Papeleira; BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Lisboa, 1995.

- BRIQUET, Charles M., *Les Filigranes. Dictionnaire historique des marques du papier, dès leur apparition vers 1282 jusqu'en 1600*, Tomos I-IV, Leipzig, 1927.
- Cabeza de Buey y Sirena. *La Historia del Papel y las Filigranas desde el Medievo hasta la Modernidad*, (coord. Emanuel Wenger), Proyecto Bernstein The Memory of Paper, Instituto Valenciano de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, València, 2011.
- CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de, "A fábrica de papel da Lousã e o processo de industrialização em Portugal", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, Vol. 10, Porto, 2009.
- CHURCHILL, William Algeron, *Watermarks in Paper in Holland, England, France etc. in the XVII and XVIII centuries and their interconnection*, Amsterdam, 1965.
- HIDALGO BRINQUIS, Maria del Carmen, "Sistemas tradicionales en la reproducción de filigranas", in *Investigación y Técnica del Papel*, n.º 124, Madrid, 1995.
- MARQUES, António Jorge, *A obra religiosa de Marcos António Portugal (1762-1830): catálogo temático, crítica de fontes e de texto, proposta de cronologia*, Biblioteca Nacional de Portugal, CESEM, Lisboa, 2012.
- MENDES, José M. Amado, "História e património industrial do papel: a indústria papeleira no distrito de Coimbra", in *ARUNCE – Revista de Divulgação Cultural*, n.º 16, ed. da Câmara Municipal da Lousã, Lousã, 2001.
- MENDES, José M. Amado, "O papel e a Renova: tradição e inovação", in *O Papel Ontem e Hoje*, Arquivo da Universidade de Coimbra e Renova, Coimbra, 2008.
- WENGER, Emanuel; FERRANDO CUSÍ, Marisa, "Como hacer y organizar una base de datos de filigranas y como hacerla accessible desde el portal Bernstein. Base de datos de IVC+R: Un ejemplo para la integración", in *Actas del X Congreso Nacional de Historia del Papel en España*, Asociación Hispánica de Historiadores del Papel, Madrid, 2013.

Notícias sobre a história do papel em Portugal

*João Ruas**

O presente texto sobre a história do papel em Portugal tem duas notas de fábricas relacionadas com a Casa de Bragança e um terceiro ponto que se refere a quatro marcas de água.

Uma breve resenha da história do papel conduz-nos desde o século I da nossa era, na China, onde surgiu como matéria de suporte para a escrita e o desenho, até à Idade Média central, quando se torna bastante conhecido na Europa, através dos Árabes, que o transportaram percorrendo a rota da seda.

A primeira referência a moinhos de papel, no nosso continente, ocorre na Península Ibérica, na Andaluzia, no século XII, ainda sob o domínio muçulmano. No entanto, nos finais do século seguinte, inicia-se em Itália uma produção já com outra consistência, e ao longo do século XIV verifica-se uma expansão desta actividade por todo o espaço europeu.

Em Portugal são conhecidos os primórdios do fabrico do papel a partir de dois documentos que testemunham essa prática na região de Leiria: uma autorização, datada de 1411, para Gonçalo Lourenço Gomide instalar um engenho de papel junto ao rio Lis; e outro documento, de 1441, que se refere ao transporte do trapo para os moinhos de Leiria.

No século XVI temos mais duas notícias; a primeira é a autorização concedida a Manuel de Góis, irmão de Damião de Góis, para produzir papel em Fervença, na região de Alcobaca (1537); a segunda é outra concessão feita a Manuel Teixeira para instalar um moinho de papel em Alenquer (1565).

O século XVII vai trazer mais duas referências documentais, recolhidas por Sousa Viterbo, e a construção de um engenho de papel em Vila Viçosa (1636).

A primeira é a petição de Hieronime Agostini de la Torre para produzir papel em Lisboa (1623) e a segunda, um alvará de privilégio outorgado a Pedro Dufour para iniciar a produção de papel, em Tomar (1633).

Contudo, o caso de Vila Viçosa é o que nos importa, pois, apesar de ainda não termos obtido nenhum resultado seguro da sua laboração, estamos cientes da sua importância porque o edifício ainda existe e esteve em actividade.

* Bibliotecário-arquivista.



Documento onde ficou exarado e assinado, à esquerda, o despacho do Duque.

O primeiro documento sobre este assunto data de 16 de Janeiro de 1636 (AHCB NNG 678 f. 12) e aprova o local – “o asento dachenha de entre ambas as aguas” –, onde aliás foi construído, no ponto de encontro das ribeiras do Beiçudo e de Borba.

Seis meses depois, o Duque D. João II volta a dar um despacho sobre o moinho e decide aplicar uma verba “até mil cruzados os quaes depois se pagarão do q[ue] render o moinho” (AH CB, NNG 678 f. 15).

Em Setembro desse mesmo ano ainda outro documento: um contrato com Afonso Pires, mestre do engenho de ferro, também existente na zona, para produzir o metal para a construção do moinho de papel e que custou “quarenta mil réis em dinheiro de contado” (ADE Notariais de V. V., livro 96, f. 152 e 153).

Cerca de um ano depois, a 3 de Agosto de 1637, já com o edifício construído, o Duque de Bragança celebra um contrato com Francisco Ortiz de Montesinhos, mestre do engenho de papel, com todas as condições para poder laborar e o pessoal “técnico” que era necessário contratar (quatro oficiais) (ADE, Notariais V.V. livro 96, f. 177 a 179).

Durante os Invernos de 1638-39 e 1639-40 podemos supor que o moinho funcionou, mas a 2 de Agosto de 1640 (ADE, Notariais V.V., livro 105, f. 19 a 21) o moinho foi arrendado a João Martins, ainda para produzir papel, talvez “paspolam”, por 26 000 réis (sendo vinte e quatro mil pelo moinho e dois mil pelo ferragial). Não se sabe o que resultou deste arrendamento, mas as condições eram rígidas. O rendeiro seria obrigado a custear as



O moinho de papel em 1960.



O mesmo edifício em 2008.

reparações e não poderia pedir escusa do pagamento “por estrelidade das sequas que ouver ou demaziadas agoas ou qualquer outro caso fortuito...”.

O ducado de D. João II foi também importante para a história da Imprensa no nosso país, pois foram impressos dois livros em Vila Viçosa, em 1635 e 1636, tendo o primeiro como local: “Em Vila Viçosa No Paço do Duque”.

A partir de 1641, tendo o Duque sido aclamado D. João IV Rei de Portugal, o engenho e o ferragial passam a ser arrendados como “a courelinha do moinho de papel” por dois mil

réis. A renda foi crescendo até ao século XIX, quando a Casa de Bragança vendeu a terra e o edifício em ruínas. O acontecimento está bem documentado e tem a respectiva correspondência na realidade, tal como ainda hoje se observa.

Todavia, cerca de duzentos anos depois, o Arquivo Histórico da Casa de Bragança volta a surpreender-nos com documentação de interesse para a história do papel em Portugal e ainda sobre outra fábrica.

Em 18 de Julho de 1823, por ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Sua Majestade ordenou que baixasse à Junta do Sereníssimo Estado e Casa de Bragança um requerimento para a Junta consultar quem estendesse e depois voltasse à sua Real Presença como Administrador da Casa de Bragança.

Nesse requerimento (AHCB, NG 21 – A3), consta que Francisco Roure, “propondo-se estabelecer huma Fábrica de Papel no sitio do Prado, próximo a Villa de Thomar, mandando vir de Génoua hum Mestre e sua família todos operários da dita manufactura com grande desembolço seu afim de conseguir que na mesma Fábrica se manufacture bom papel, para a laboração della se fazem necessárias madeiras tanto para a construção dos Edifícios como para a das Maquinas necessárias ...”. Esclarece ainda o documento que nas zonas mais próximas não há madeira boa para o efeito e “só o pinhal de Ourém é de muito boa qualidade”, acrescentando que “a Fábrica é de grande Utilidade para o Reyno”.

Por tudo isso, o requerente pedia que lhe fosse concedido retirar trezentos pinheiros da referida mata e assim conseguir dar andamento a tão importante obra.

A consulta prossegue o seu caminho e passa pelo Desembargador Procurador da Fazenda que por sua vez a faz seguir para o Corregedor da Comarca.

A resposta final demora muitos meses. E entretanto, em Julho de 1824, dá-se um incêndio no pinhal. Faz-se uma arrematação pública de toda a parte ardida, onde se incluem pinheiros já assinalados para o requerente Francisco de Roure. Esta arrematação tem de ser rápida para a madeira poder ainda ser aproveitada. Apesar da dificuldade da situação, a 6 de Setembro de 1824 surge um parecer favorável da Junta que afirma não haver prejuízo para a Fazenda e “assim V. M. pode animar hum estabelecimento que pode ser de utilidade pública”.

No entanto, por novo Aviso de 20 de Setembro de 1824, o processo inicia-se outra vez tendo uma resolução muito mais rápida, a 10 de Dezembro, mas agora com parecer negativo. Já assinado pelo Rei, o despacho que conclui o processo tem a seguinte redacção: “Não tem lugar a pretensão do suplicante. Palácio do Alfeite, 30 de Dezembro de 1824.”

Este episódio teve um despacho negativo para Francisco de Roure, mas vem trazer alguma luz sobre a data e o proprietário da Fábrica do Prado, tal como é assinalado pela

Dra. Ana Maria Bandeira, ao referir-se a Henrique Roure Pietra que funda a fábrica em Tomar, no ano de 1836.

Gostaríamos agora de apresentar algumas marcas de água cuja investigação foi fundamental para podermos datar várias espécies quer impressas quer manuscritas. Começamos por um incunábulo espanhol que julgamos ser espécie única conhecida e sobre a qual escrevemos em 2001, quando se realizou na Biblioteca Nacional um encontro sobre o Livro Antigo Português e Espanhol.

Exposicion del Pater Noster / por el obispo de salamanca [Diego Deza].

– [Sevilha: Estanislaio Polono, 1496?]

Quer pela indicação de “Reyna christianissima” e não “Rainha Católica”, título concedido a partir de 1496; quer pela identificação de Diego Deza “por el obispo de salamanca” entre 1494 e 1496; quer ainda pelo cargo que está no título: “capellan-mayor del príncipe”, sabemos tratar-se de D. Juan, que morreu em Outubro de 1497. Tudo ajudava à identificação do Autor, mas a marca de água B-11.164 permitiu assinalar a data de 1495, após a qual a obra pôde ser impressa.



B-11164. Marca de água do papel usado na espécie em estudo.



Marcas de água dos séculos XVI e XVIII, com o escudo de Portugal.



A marca com a coroa sobre o escudo de Portugal no Res. Ms. I da B.D.M. II, referida também pelo Prof. Artur Anselmo e pelo Prof. Aires do Nascimento, pode ter sido feita em Alcobaça, ou no estrangeiro por encomenda, tal como aconteceu no século XVIII.

Outra espécie cuja marca de água foi determinante para a sua datação é a resposta de Gualter Hadon a Jerónimo Osório, a propósito da carta do bispo de Silves à Rainha Isabel I de Inglaterra, escrita em 1562. A marca de água B-1122 indica ser de Avalon, com data a partir de 1564, o que já foi também corroborado pelo Dr. António Guimarães Pinto, tradutor de vários textos de Osório. Assim, a resposta de Gualter Hadon só pode ter sido impressa depois de 1564.

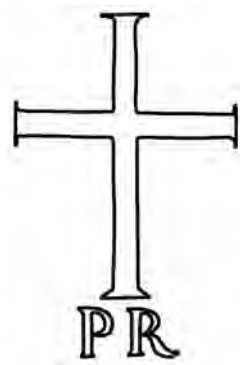
Datámos com mais segurança outra espécie: o BDM II 615 com o número 593 do Catálogo dos impressos dos séculos XV e XVI da BDM II.

Para culminar esta pequena série de identificações, devemos referir o catálogo de manuscritos da BDM II, cuja ordenação cronológica foi muitas vezes determinada pelas marcas de água.

O número 150 – “Breve compendio do que pertence ao aparelho de qualquer nau ou fragata ...” – não tem qualquer data que identifique quando foi elaborado. Todavia a marca de água G – 185 permite apontar 1760 como o ano a partir do qual se considera possível a sua elaboração.



H-303. Exemplos de marcas de água de “Manuscritos da BDM II”.



G-185. Marca de água do número 150 do catálogo.

O último ponto que deixaria ficar nesta curta exposição diz respeito à possibilidade de criarmos um “corpus” com as marcas de água de papéis importados até ao século XVIII, já levantadas, identificadas e datadas por vários historiadores: A. M. Bandeira, M. J. Santos, H. Castro, Ataíde e Melo, etc.

Seria um manual simples com desenho, identificação e data, o que permitiria aos investigadores estarem seguros da datação dos documentos e da ordem dos factos aí relatados.

Abreviaturas

ADE – Arquivo Distrital de Évora

AHCB – Arquivo Histórico da Casa de Bragança

BDM II – Biblioteca de D. Manuel II

B – Briquet

G – Gaudriault

H – Heawood

Bibliografia

BANDEIRA, Ana Maria Leitão, *Pergaminho e Papel em Portugal: Tradição e conservação*, Lisboa, CELPA, 1995.

BRIQUET, Charles Moïse, *Les Filigranes. Dictionnaire historique des marques du papier*, Leipzig, Verlag Von Karl W. Hiersemann, 1923, 2.ª ed. 4 vols.

GAUDRIAULT, Raymond, *Filigranes et autres caractéristiques des papiers fabriqués en France aux XVII e XVIII siècles*, Paris, C.N.R.S. Éditions, J. Telford, 1995.

HEAWOOD, Edward, *Watermarks Mainly of the 17th and 18th Centuries*, Hilversum (Holland), The Paper Publication Society, 1950.

MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e, *O Papel como Elemento de Identificação*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

RUAS, João, “Duas espécies da Biblioteca de D. Manuel II”, *Leituras* n.º 9-10, 2001/2002, pp. 269-275.

RUAS, João, “Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II”, Caxias, Fundação da Casa de Bragança, 2006.

SANTOS, Maria José Ferreira dos, *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séc. XVIII e XIX)*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997.

VITERBO, Sousa, “Artes industriaes e indústrias portuguesas: o papel”, *O Instituto*, n.º 50, 1903, pp. 555-563.

VITERBO, Sousa, *Estudo sobre Damião de Goes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900.

Marcas d'água de livros impressos em Portugal (Séculos XV-XVIII)

Recolha na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

*Henrique Tavares e Castro**

Em finais do ano de 2009, o Prof. Artur Anselmo houve por bem estender-me o honroso convite para participar do núcleo de universitários e estudiosos da História do Livro que desenvolveriam o Projecto "Iconografia do livro impresso em Portugal (séculos XV-XVIII) – Marcas tipográficas e insígnias de papeleiros".

Tenho para mim que à memória incansável do Professor ocorreu a circunstância de, em tempos, me ter dedicado ao estudo de marcas d'água. De facto – vida breve, longa jornada – cumprem-se agora precisamente 25 anos da data em que o Professor sugeriu o meu nome ao saudoso Eng.º Alegre Ribeiro, a quem aqui presto a minha homenagem, grato por, durante esses anos de intenso convívio, me ter ensinado o quanto o espírito se engrandece quando ao saber e acção de índole técnica se é capaz de aliar a sã curiosidade pelo mundo da denominada cultura humanística.

Em 1986, aceitei, pois, o convite formulado por Alegre Ribeiro, em representação da Tecnicelpa, para coordenar um grupo de trabalho que procedesse à investigação de marcas d'água existentes em manuscritos e impressos portugueses.

Este grupo integrava o Centro de Estudos da História do Papel, da Tecnicelpa – cujo presidente era então o Eng.º João Vinagre –, que passou a denominar-se GIMA – Grupo de Investigação de Marcas d'Água.

Este grupo de investigadores procedeu à recolha e arquivo, por um lado, de marcas d'água existentes em livros impressos em Portugal entre 1501 e 1548; e, por outro, das marcas d'água dos manuscritos provenientes de fundos de mosteiros portugueses.

A primeira destas vertentes de investigação teve a superior orientação do Prof. Artur Anselmo; a segunda, a do Prof. Aires Nascimento.

Sabemos hoje que esse extenso acervo de marcas d'água recolhido foi, em anos recentes, por iniciativa da actual direcção da Tecnicelpa, alvo de um estudo de que resultará uma obra a ser publicada, sob os auspícios daquela Associação Portuguesa dos Técnicos das Indústrias de Celulose e Papel.

* CHC/FCSH-UNL / CHAM/FCSH-UNL e UAç.



Página do Boletim da Tecnicelipa de outubro de 1988, em que se descreve o trabalho do GIMA.

Desde o início dos nossos trabalhos no GIMA que se nos depararam diversos problemas técnicos, característicos de quem se propõe proceder à recolha sistemática de marcas d'água em papéis antigos, impressos ou manuscritos. Relembro este facto porque, um quarto de século depois, impuseram-se-me as mesmas questões.

Naquele tempo, em Boletim da Tecnicelipa, tivemos oportunidade de elucidar sobre estas questões.

Escrevemos então:

“A recolha de marcas-d’água colocava vários problemas técnicos nem sempre satisfatoriamente resolvidos (...) posto que estavam de lado os recursos à fotografia por excessivamente onerosos: ou os rígidos regulamentos das bibliotecas não permitiam a recolha pelo sistema de decalque em papel vegetal devido ao natural receio de danificar as obras, ou a posição da filigrana na dobra do fólio dificultava a sua reprodução, ou ainda a falta de luz, nalgumas salas, impedia a ‘leitura’ das marcas de água à transparência.

Uma mesa de luz não bastava. Podendo ser usada, embora, na recolha de filigranas dos manuscritos, onde os fólhos estão normalmente soltos (...), o mesmo não acontece com os livros impressos, muitas vezes volumosos e pesados, não permitindo estender-se as folhas na mesa de luz de forma adequada para uma boa reprodução.

(...) Inventámos, então, o filigranoscópio, (...) uma mesa de luz leve e móvel, cuja face vidrada pode, sem causar dano, ser apoiada (...) na dobra do livro. Um foco móvel de luz fria, uma folha de Perspex protectora (...) e a reprodução executada em acetatos com canetas de feltro, completam o trabalho.

Os “protótipos” de cada espécimen são rigorosamente reproduzidos no seu tamanho natural (...).”

Vinte e cinco anos percorreram o seu tempo, entretanto.

Felizmente, o panorama mudou e os recursos da investigação na nossa área são outros.

No período inicial desta nova investigação, na companhia do Prof. Artur Anselmo, visitámos o Museu do Papel, em Paços de Brandão, dirigido pela Dra. Maria José Santos, onde nos foi mostrado o aparelho que os técnicos do Museu usam para recolha de marcas d'água.

Trata-se de um modelo comercializado pela Neschen, denominado FOLS – Fibre Optic Light Sheet, o qual, criado com o mesmo intuito, assegura com maior maleabilidade de funcionamento as funções do “nosso” velho filigranoscópio.

Trata-se, no fundo, de uma folha móvel de luz fria que, fácil e levemente, se pode introduzir entre os fólhos da obra a ser examinada.

Assim, desde meados de 2010, retomámos a busca de marcas d'água, desta vez com a intenção de recolher e catalogar filigranas de obras impressas em Portugal entre 1501 e 1800. Tal significa que haverá que reproduzir marcas d'água de livros produzidos pelos cerca de trezentos impressores que laboraram no nosso país naquele período extenso de três séculos.



O aparelho FOLS. Recolha de marcas d'água com FOLS e filigranoscópio.

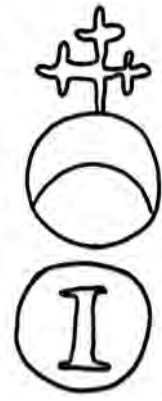
Processo de catalogação e selecção das filigranas para reprodução.



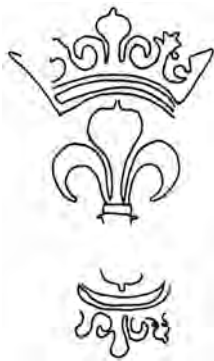
Frutuoso Lourenço de Basto
Braga, 1624
Musa Panegyrica in Theodosium



Pedro Ferreira
Lisboa, 1755
P. Luiz Montez Mattozo
História do Senhor Roubado



José António Da Silva
Lisboa, 1736
Filipe José da Gama
*Oração fúnebre na morte
do Senhor D. Manuel
Caetano de Sousa*



António Isidoro da Fonseca
Lisboa, 1739
Thomaz Caetano de Bem
*Panegírico ao Senhor
D. Francisco de Almeida Mascarenhas*



Oficina Joaquiniana da Música de Bernardo Fernandes Gayo
Lisboa, 1739
Fr. Francisco de Santa Rosa Viterbo
Apêndice ao Tesouro dos Cristãos – tomo II

Propomo-nos, pois, recolher entre duas e três marcas d'água de papéis utilizados por cada um desses impressores, o que totalizará entre 600 e 750 filigranas.

Até ao momento, e pelo facto de aí concorrerem as melhores condições, no que comporta quer ao acervo bibliográfico, quer à amável disponibilidade e diligência dos seus bibliotecários, o nosso trabalho heurístico tem-se desenvolvido na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Tive já o ensejo de, até ao momento, consultar 246 obras, grande parte delas constante de miscelâneas compactas e extensas. Destas obras, fruto do labor de 71 impressores, fiz uma selecção prévia de aproximadamente 740 papéis filigranados. Essas marcas d'água têm vindo a ser reproduzidas em acetatos, com a ajuda do FOLS, pela arquitecta Cláudia Castro, que já nos acompanhou na investigação promovida pelo GIMA em 1986.

Procuraremos, em relação a cada um dos impressores, coligir os dois ou três exemplares de marcas d'água que se encontrem nas melhores condições de visibilidade, fazendo com que "apareçam" apenas os traços bem visíveis da filigrana, sem completar o desenho "por intuição", ou seja, sem inventar.

Recorremos, pois, a um processo manual – que tem como preceito básico os cuidados a ter com o exemplar, tantas vezes danificado pela roda do tempo, diverso de outros porventura mais completos, mas certamente mais onerosos. Estamos, de qualquer modo, um passo adiante dos processos reprodutores que se limitam a examinar os livros à transparência, recorrendo à luz solar e à perícia de qualquer exímio "desenhador à distância".

***Inspice signum*: reflexión metodológica para la creación de un instrumento de control de las marcas tipográficas españolas**

Julián Martín Abad*

Resumen

Concretaré, en primer lugar, las sucesivas etapas en la historia de la construcción de un repertorio de marcas tipográficas españolas.

Merece una primera cita la obra inédita de Cristóbal Pérez Pastor, *Marcas Tipográficas de España*, premiada por la Biblioteca Nacional en 1890, obra superficial en todos los sentidos, en opinión de Juan Delgado Casado¹. Konrad Haebler ofrecía en 1898, en *Spanische und portugiesische Bücherzeichen des XV. und XVI. Jahrhunderts*², las reproducciones, a su tamaño, de 208 marcas, con las oportunas anotaciones de interés bibliográfico. Hay que señalar en cambio que no presentan para nuestro interés ningún valor especial ni la *Bibliografía gráfica: Reproducción en facsímil de portadas, retratos, colofones y otras curiosidades útiles a los bibliófilos, que se hallan en obras únicas y libros preciosos o raros*, de Pedro Vindel Álvarez, de 1910³, en que aparecen reproducidas 24 marcas, casi todas pertenecientes al siglo XVI, con alguna muestra del XVII y XVIII, con indicaciones bibliográficas mínimas, ni tampoco la obra de James P. R. Lyell, *Early Book Illustration in Spain*, de 1926⁴, aunque lógicamente ofreció algunas reproducciones. La remisión al repertorio haebleriano antes recordado aparece en un repertorio posterior, de 1931, el *Handbuch der Iberischen Bilddrucke des XV. Jahrhunderts* de Martin Kurz⁵. Gracias a este repertorio puede controlarse la aparición de

* Biblioteca Nacional de España.

¹ *Un siglo de Bibliografía en España: Los concursos bibliográficos de la Biblioteca Nacional (1875-1953)*. Madrid, Ollero y Ramos, 2001, I, pp. 83-85, y II, pp. 678-681. El conjunto de la obra se conserva en la Biblioteca Nacional de España: el Mss. 22815 contiene las *Marcas tipográficas de España, con noticias biográficas de los Impresores y Libreros que las usaron (Siglos XV, XVI y XVII)*, con las copias a pluma de las marcas, y el Ms. 21731, contiene las *Noticias biográficas de los Impresores y Libreros cuyas Marcas se estudian en esta monografía*.

² Strassburg: J. H. Ed. Heitz (Heitz & Mündel), 1898. (Die Büchermarken oder Buchdrucker- und Verlegerzeichen;³). Existe reproducción: Narrden, Anton W. van Bekhoven, 1969.

³ Madrid, Impr. de la Sucesora de M. Minuesa de los Ríos, 1910.

⁴ London, Grafton Co., 1926. Existe traducción: *La ilustración del libro antiguo en España*. Edición, prólogo y notas, Julián Martín Abad, [traducción de Héctor Silva]. 3.ª ed. Madrid, Ollero y Ramos, 2012.

⁵ Leipzig, Verlag Karl W. Hiersemann, 1931.

las marcas en los ejemplares de las 372 ediciones descritas, pero sin que el autor ofrezca ninguna imagen ni descripción propiamente dicha. Finalmente hay que recordar que los trabajos mencionados de Haebler y de Lyell, cuyas reproducciones se ofrecen de nuevo, son la principal fuente de información de la que se sirve Hugh William Davies en *Devices of the Early Printers, 1457-1560: their history and development, with a chapter on portrait figures of printers*, publicada en 1935⁶; reproduce 17 marcas tipográficas y acompaña las imágenes con un comentario de especial interés.

Francisco Vindel publicó en 1935 su repertorio de *Escudos y marcas tipográficas de los impresores en España durante el siglo XV (1485-1500)*⁷. Justifica la duplicidad de la denominación incluida en el título de esta forma: «Las marcas de los impresores deben dividirse en dos clases; unas, las marcas tipográficas propiamente dichas, que se caracterizan en ser de configuración geométrica y con iniciales, y otras, las que son de carácter alegórico, que más bien deben ser llamadas escudos, si bien estos escudos muchas veces llevan en su composición la marca tipográfica e iniciales o nombres». El contenido de esta obra desembocará totalmente en su nueva obra, de 1942, *Escudos y marcas de impresores y libreros en España durante los siglos XV a XIX (1485-1850): con 818 facsímiles*⁸; a la que añadirá un *Apéndice* en 1950⁹. Las marcas reproducidas son 844. En el artículo de Luisa Cuesta Gutiérrez, «Marcas de impresores alemanes en libros españoles de los siglos XV y XVI», incluido en el *Gutenberg-Jahrbuch* de 1962¹⁰, simplemente se presentan los trabajos ya citados de Pérez Pastor, de Haebler y de Francisco Vindel, sin aportar ninguna novedad de especial interés.

La parte X, correspondiente a España y Portugal, del *Catalogue of books printed in the XVth Century now in The British Museum* aparecida en 1971¹¹ constituye una fuente de información de absoluta fiabilidad. Las marcas tipográficas aparecen rigurosamente descritas y datadas, dentro de la detallada noticia sobre los talleres de imprenta. Se remite a las reproducciones ofrecidas en los repertorios de Konrad Haebler y Francisco Vindel. En el caso de las marcas recogidas por alguno de ellos o por ambos y que no están presentes en ninguno de los ejemplares de la colección catalogada se ofrecen los detalles conocidos, colocando delante de la noticia un triple asterisco (*,**). Se precisa el arco cronológico de uso de la marca y se indica, por primera vez, una información de especial interés: la medida de la estampa, alto por ancho, en milímetros. Como es lógico suponer, F. J. Norton

⁶ London, Grafton & Co., 1935.

⁷ Madrid, El autor, 1935.

⁸ Madrid, Editorial Orbis, 1942.

⁹ Madrid, El autor, 1950.

¹⁰ Pp. 459-465.

¹¹ London, The Trustees of The British Museum.

aplicaré la misma metodología en *A descriptive catalogue of printing in Spain and Portugal 1501-1520*¹². Remite a las reproducciones ofrecidas por Francisco Vindel cuando es posible, poniendo de manifiesto las muchas duplicidades en la reproducción de una misma marca que existen en dicho repertorio. A la altura de 1978 disponemos, pues, de un posible repertorio de consulta, fiable, sobre las marcas tipográficas utilizadas en los talleres de imprenta españoles desde 1485 hasta 1520.

Finalmente ha supuesto un claro avance parcial hacia el repertorio necesario el proyecto *Tipobibliografía Española*. Dentro del conjunto de los repertorios aparecidos tienen especial interés mis repertorios sobre la producción complutense de los siglos XVI y XVII, publicados respectivamente en 1991¹³ y 1999¹⁴, y los de Lorenzo Ruiz Fidalgo sobre la producción salmantina, de 1994¹⁵, y de Mercedes Fernández Valladares sobre la burgalesa, de 2005¹⁶. En estos repertorios tipobibliográficos se ofrece una amplia introducción y en el apartado dedicado a cada uno de los impresores y mercaderes de libros se describen y se reproducen las marcas, y se analiza la historia de usos de los tacos xilográficos con que se obtienen. La oferta de repertorios en forma de bases de datos no es especialmente interesante ni útil¹⁷.

Motivación y tareas

Puede resultar interesante mostrar un brevísimo panorama de cómo viven, mutan e incluso mueren los tacos xilográficos con los que el impresor obtenía y ponía ante los ojos del lector/comprador las estampas que denominamos *marcas tipográficas*. Quiero con ello llegar a una conclusión que adelanto: lograr un repertorio de control de las marcas tipográficas implica individualizar cada uno de los tacos xilográficos, ofreciendo la estampa a su tamaño real, como *entrada* de cada noticia propiamente dicha. La imagen deberá estar acompañada de una descripción rigurosa, limpia de interpretaciones subjetivas, con la indicación de las medidas y, en su caso, con las anotaciones precisas sobre el estado de conservación de cada

¹² Cambridge, etcétera, Cambridge University Press, 1978.

¹³ Julián MARTÍN ABAD, *La imprenta en Alcalá de Henares (1502-1600)*. Introducción a la «Tipobibliografía Española» [por] José Simón Díaz. Madrid, Arco/Libros, 1991. (Colección Tipobibliografía Española).

¹⁴ Julián MARTÍN ABAD, *La imprenta en Alcalá de Henares (1601-1700)*. Madrid, Arco/Libros, 1999. (Colección Tipobibliografía Española).

¹⁵ *La imprenta en Salamanca (1501-1600)*. Madrid, Arco/Libros, 1994. (Colección Tipobibliografía Española).

¹⁶ *La imprenta en Burgos (1501-1600)*. Madrid, Arco/Libros, 2005. (Colección Tipobibliografía Española).

¹⁷ En todo caso merece una especial alusión la base *Marca de impresores* creada en 1998 por la Biblioteca de Reserva de la Universidad de Barcelona: www.bib.ub.ed/fileadmin/impressors/home_spa.htm. El alcance temporal abarca los siglos XVI al XVIII y el repertorio refleja inevitablemente la procedencia tipobibliográfica de la colección concreta.

taco xilográfico, que podemos descubrir al reconstruir pormenorizadamente su historia de uso. Las estampas, siguiendo su orden cronológico de aparición, delatarán ante nuestros ojos las secuelas motivadas por una utilización intensiva, es decir la presencia de roturas en el taco o los indicios de su manipulación bien con el propósito de repararlo o de modificar su significado o su contenido intencionadamente¹⁸. Trataré, pues, de ejemplificar algunas de las tareas imprescindibles en el proceso de construcción del instrumento de control de las marcas tipográficas españolas que necesitamos y deseáramos, tomando en consideración especialmente las maduras aportaciones de las tipobibliografías burgalesa, complutenses y salmantina antes recordadas, sin ningún propósito de exhaustividad:

1. La marca supone la existencia de una intencionalidad significativa, sea puramente mercantil en los primeros tiempos o identitaria de su taller posteriormente, que el impresor materializa a través de un taco xilográfico creado por decisión personal o heredado cuando se trata de miembros sucesivos de una familia en el caso de talleres longevos¹⁹. Discernir por un lado las *falsas* marcas tipográficas y por otro las marcas tipográficas *falsificadas* es sin duda la primera tarea necesaria.

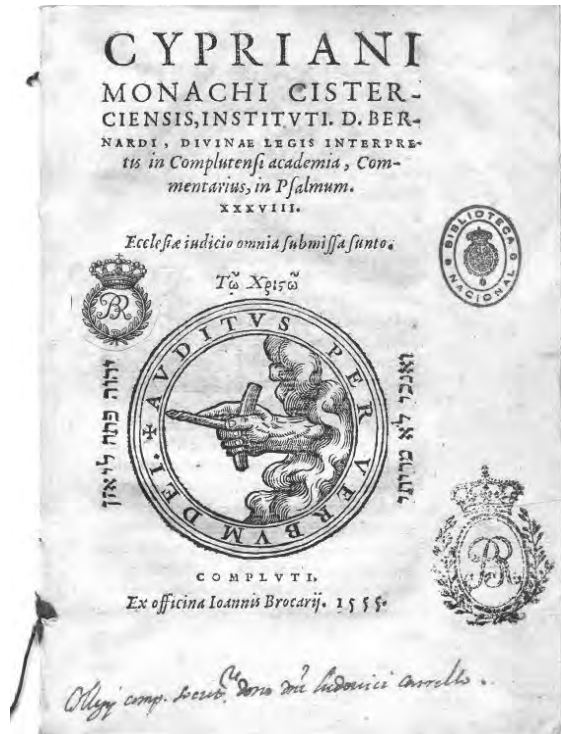
Presentaré en primer lugar algunos ejemplos de *falsas* marcas tipográficas. Es el caso, por ejemplo, de bastantes divisas de autor que se han considerado improcedentemente como marcas tipográficas.

Descubrimos en la primera impresión de uno de los *Commentaria* bíblicos de Cipriano de la Huerca (O. Cist.), realizada en 1555, en el taller complutense del difunto Juan de Brocar, una divisa perteneciente al propio autor [Fig. 1]: una mano que sale de una nube empuñando una barrena, dentro de un doble círculo con el lema AUDITUS PER VERBUM DEI. Marcel Bataillon, que localizó esta misma divisa en otra edición complutense de otro breve texto del cisterciense, recuerda: «Reconocemos en esa divisa el versículo de San Pablo [Rom. X, 17] que designa la palabra Dios como fuente de la fe. Esta glorificación de la palabra divina, este taladro sobrenatural que horada el tabique de la humana sordera, eran

¹⁸ Véase Valentino ROMANI, *Bibliologia: Avvitamento allo studio del libro tipografico*. Milano, Edizioni Sylvestre Bonnard, [2000], p. 86.

¹⁹ Son de sobra conocidas las llamadas de advertencia para el comprador que el impresor boloñés Benedetto di Ettore Faelli (Benedictus Hectoris) incorporó en varias de sus ediciones de comienzos del siglo XVI, de cuyo texto había cuidado Filippo Beroaldo. Recuerdo el texto citado por Francesco BARBERI en *Il frontespizio nel Libro Italiano del Quattrocento e del Cinquecento*. Milano, Edizione Il Polifilo, 1969. (Documenti sulle Arti del Libro, 7), I, p. 115: «Emptor, attende. Quando emere vis libros formatos in officina mea excussoria, inspicie Signum quod in liminari pagina est. Ita numquam falleris. Nam quidam malivoli impressores libris suis inemendatis et maculosis apponunt nomen meum ut ita fiant vendibiliores. Quo pacto et mihi et nomini doctissimi nostri Philippi Beroaldi derogant vel potius derogare contendunt».

las armas parlantes del profesor de Biblia de la Universidad de Alcalá»²⁰. No falta ni sobra por lo mismo, al final del volumen, una de las marcas tipográficas utilizadas en el taller. Este mismo hecho, es decir la presencia de la divisa del autor en la portada y la marca del impresor al final, ocurre cuando en la misma ciudad se imprimen otros de sus *Commentaria*, en 1582 (se indica en el colofón 1581) ahora en el taller de Juan Íñiguez de Lequerica. Juan Catalina García convirtió de hecho esta divisa de autor en marca alegórica de Juan de Brocar al ofrecer una reproducción de una copia a mano de dicha estampa en su *Ensayo de una Tipografía Complutense* en 1889 (p. 615), quizás una reproducción del dibujo de Pérez Pastor y que, sirviéndose del *Ensayo*, reproducirán igualmente Konrad Haebler y Francisco Vindel. Este último, ante la divisa del cisterciense, se permite esta impertinente descripción: «marca alegórica al apellido [Brocar]: una mano que empuña una broca» (véase el núm. 194 de su repertorio)²¹. Las ocasiones en que aparece dicha



1

²⁰ «Carlos Quinto Buen Pastor, según Fray Cipriano de Huerga», en *Varia lección de Clásicos Españoles*. Madrid, Gredos, 1964. (Biblioteca Románica Hispánica. II: Estudios y Ensayos; 77), p. 134.

²¹ Como muestra de la ligereza de algunos comentarios léase el siguiente texto de Rosa Margarita CACHEDA BARREIRO en «Aproximación iconográfica a la figura del impresor a través de sus marcas tipográficas: una visión emblemática del siglo XVI», *Cuadernos de arte e iconografía*, 21 (2002), p. 54: «Otra de las portadas [reproduce la de la edición de los *Commentaria in Librum Beati Iob & in Cantica canticorum Salominis regis* de 1582, anteriormente citada] presenta, en el interior de una composición circular, de pequeño tamaño, dos manos que empuñan un timón, con la inscripción: «AUDITUS PER VERBUM DEI» (ESCUCHAD LA PALABRA DE DIOS). Tanto la presencia de las manos entre las nubes como la figura del nivel, nos sitúan ante una imagen que sólo puede ser leída bajo los parámetros de un simbolismo cristiano. Desde este punto de

estampa, en los años intermedios entre ambas ediciones citadas, en impresiones costeadas por el librero Juan Gutiérrez Ursino tendríamos a suponer que se ha producido una mutación: la divisa del cisterciense se ha convertido en marca de librero. Es curioso observar que, cuando más adelante, a partir de 1587, ejerza ya no solo de librero sino también de impresor, recuperará para su uso personal una marca tipográfica de Juan de Brocar pero actuando sobre el taco xilográfico para personalizarla, como tendré ocasión de mostrar, actuación que no observamos en este caso. Posiblemente el taco lo había cedido o vendido a Juan Íñiguez de Lequerica cuando en su taller se editan nuevamente la obra del exégeta bíblico antes recordada.

También Konrad Haebler y Francisco Vindel han convertido la divisa de fray Luis de León, con la representación, dentro de una cartela y a su vez de un óvalo con lema (inevitablemente) horaciano [*Od.* 4, 4, 59-60]: AB IPSO FERRO, de un árbol sobre el que se apoya un hacha, que aparece en muchas ediciones salmantinas, en marca tipográfica de Juan Fernández [Fig. 2]. Pero es fácil comprobar que la divisa aparece en ediciones cuya impresión ha corrido a cargo de talleres diversos, es decir no es taco xilográfico propio de ningún impresor, si es que no lo declara suficientemente el lema recordado²². Así ocurre en los talleres de Lucas de Junta (1580, 1582), del aludido Juan Fernández (1583/1584, 1593, 1595) y de los Herederos de Matías Gast y luego de Cornelio Bonardo (1585, 1586).

Igualmente se ha dado el caso de otorgar calidad de marca tipográfica a una estampa que nunca ha tenido tal uso. En una edición complutense de las *Epístolas familiares* de Francisco Ortiz Yáñez (O.F.M.) cuya impresión se concluyó el 19 de noviembre de 1551, aunque en la portada figura el año 1552, justamente el del fallecimiento del maestro impresor Juan de Brocar, se ha utilizado un taco xilográfico para rellenar el birlí disponible después de componer para el verso de la cuarta hoja un breve «Aviso para el lector», resultando una estampa en la que se muestra una figura femenina alegórica, que camina sobre el diablo y la esfera del mundo, y de su mano izquierda pende una balanza y da limosna, con la

vista, la estampa nos está diciendo que la fortuna, representada a partir de su atributo principal, el timón, solamente es conducida por las manos de Dios, que surge de entre las nubes. Esta imagen ha sido utilizada como marca por los impresores Juan Garcían y Juan Íñiguez de Lequerica, aunque en su origen se constituyó como el escudo del cisterciense Cipriano de Huerga y es esta función la que cumple en esta portada, siendo la vida de este religioso, el tema central de la obra». Debe tenerse en cuenta por lo que afecta al lema que el texto paulino del que parte es: «Ergo fides ex auditu, auditus autem per verbum Christi» = «Luego la fe viene de la audición; y la audición, por la palabra de Cristo» (tomo el texto latino de la edición del *Novum Testamentum Latine*. 2., neubearbeitete Aufl. Stuttgart, Deutsche Bibelgesellschaft, 1992, y la traducción de Eloiño Nacar Fuster y Alberto Colunga (O.P.). 31.ª ed. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1972).

²² Frente a tanto comentario deshinchado de emblematistas a *la violeta* resulta modélica la lectura de la divisa luisiana por parte de Fernando RODRÍGUEZ DE LA FLOR en *Emblemas: Lecturas de la imagen simbólica*. Madrid, Alianza Editorial, 1995. (Alianza Forma), pp. 305-312.



2



3

derecha, a un pobre arrodillado, enmarcada la escena por la leyenda GRAVIORA, MISERICORDIA, FIDES, IVDICVM, MAT. XXIII [Fig. 3]. Pudo resultar atractiva esta estampa para Juan de Brocar, que vio la representación utilizada como marca tipográfica en alguna impresión del taller antuerpiense de Gregorio de Bonte, y encargó una entalladura. El lugar donde aparece la estampa en esta única ocasión documentada en la historia de su uso en el taller no permite en modo alguno considerarla marca tipográfica de Juan de Brocar como hiciera Pérez Pastor. La aparición en impresiones realizadas en el momento siguiente del mismo taller, siendo ya titular Andrés de Angulo, ha llevado a Juan Catalina García y a Francisco Vindel a considerarla marca tipográfica de éste, pero es atribución gratuita, al igual que lo es considerarla marca propia de Andrés Sánchez de Leyva que prolongará la actividad del antiquísimo taller fundado a principios de siglo por Arnao Guillén de Brocar. En los repertorios existen diversas afirmaciones impertinentes sobre esta *falsa* marca tipográfica, pero *non est hic locus*.



4



5

La afirmación de Lorenzo Ruiz Fidalgo respecto a las consideradas marcas de Lorenzo de Liondedei, en que se representa a dos ángeles sujetando una mandorla, en cuyo borde aparece una leyenda e incluyendo en su interior una cruz patriarcal, rodeada por una fila de cabezas y rematada en una de ellas, la de mayor tamaño, por la Paloma del Espíritu Santo, es realmente fácil de asumir: «En cuanto a dos grabados que tanto Norton como Vindel [*sic*, pero debió indicar en distinto orden las referencias] consideran marca de imprenta, entiendo que, si se analizan con calma las tres portadas en que tales grabados aparecen, la conclusión es que están utilizados como simples grabados sin ningún sentido de marca»²³. Tal sensación es sin duda inevitable cuando se contempla la portada de los *Libri Paraphraseos Themistij... in posteriora Aristotelis. Et tractatus de anima editus a domini Petro de Alliaco*, con colofón de 31 de marzo de 1518, y se descubre el taco de la presunta marca amontonado con otros muchos tacos [Fig. 4]. Cuando se examina la portada de la única ocasión en que aparece la estampa de mayor tamaño y detalle en el dibujo, es decir en la edición del *Consilium contra perentiam*, juntamente con el *Tractatus de resistentijs seu de contra operantijs* de Gentile da Foligno, *circa* 1515, también la sensación de despreocupación brota naturalmente al

²³ *Op. cit.*, I, p. 48.

descubrir que la pieza que incluye las iniciales IHS aparece en posición inadecuadamente vertical [Fig. 5].

A la hora de crear un instrumento de control es necesario pues asumir el peso de la tradición bibliográfica. Los incunabulistas nos ofrecen la mejor solución metodológica para *anular bibliográficamente* las marcas tipográficas que resulten espurias: actuar de la misma manera que ellos han actuado en relación con los *post-incunables bibliográficos*, es decir los *incunables* que no lo son realmente, pero que en algún momento recibieron la consideración de tales e incluso sus noticias tuvieron lugar propio dentro de repertorios o catálogos de ediciones del siglo XV. Sus noticias, poniendo de manifiesto su identidad tipográfica correcta, aparecen dentro de la secuencia alfabética, llamando la atención sobre ellas bien por el menor tamaño de la letra o por la presencia de un signo especial, por ejemplo.

Aunque la sospecha de la falsificación surja de inmediato al comparar estampas que parecen iguales, no será tarea nada fácil la de identificar tipobibliográficamente las marcas tipográficas *falsificadas*, cuya estampa, obviamente, deberá tener entrada propia en el instrumento de control.

Para ejemplificar esta situación y para insistir al mismo tiempo en la gran utilidad del hallazgo de la falsificación de una marca tipográfica en el quehacer del tipobibliógrafo me limitaré a recordar el estudio modélico de Jaime Moll: «*Novelas ejemplares*, Madrid, 1614: edición contrahecha sevillana»²⁴. La detección de significativas diferencias entre la marca tipográfica que aparece en los ejemplares de una edición, que dice *con falsedad* que fue impresa en Madrid, en el taller de Juan de la Cuesta, en 1614 [Fig. 6], y la marca auténtica de Pedro de Madrigal, que utilizará también Juan de la Cuesta, como continuador suyo en



6

²⁴ *Anales Cervantinos*, XX (1982), pp. 125-133. Incluido en *De la imprenta al lector: estudios sobre el libro español de los siglos XVI al XVIII*. Madrid, Arco/Libros, 1994. (Colección *Instrumenta Bibliologica*), pp. 29-40. Podría haberme servido igualmente de otro de sus trabajos: «Sobre la edición atribuida a Barcelona de la «Quinta parte de Comedias» de Calderón», *Boletín de la Real Academia Española*, LIII (1973), pp. 207-213.



7

el taller madrileño [Fig. 7], ha permitido descubrir, tras el análisis de los tipos y la toma en consideración de otros detalles, la existencia de una segunda edición de las *Novelas ejemplares* cervantinas, contrahecha, impresa en Sevilla, en el taller de Gabriel Ramos Bejarano, en ese año 1614 (siendo este último el único dato veraz en la portada de los ejemplares). Como este tipo de reedición trata de suplantar una edición legal previa copia los datos del lugar y del taller y del año, aunque este último puede cambiarlo, como en este caso: el impresor ha indicado 1614 en lugar de 1613. Es habitual en estos casos que se imite la portada de la edición que sirve de modelo, de ahí la *falsificación* de la marca.

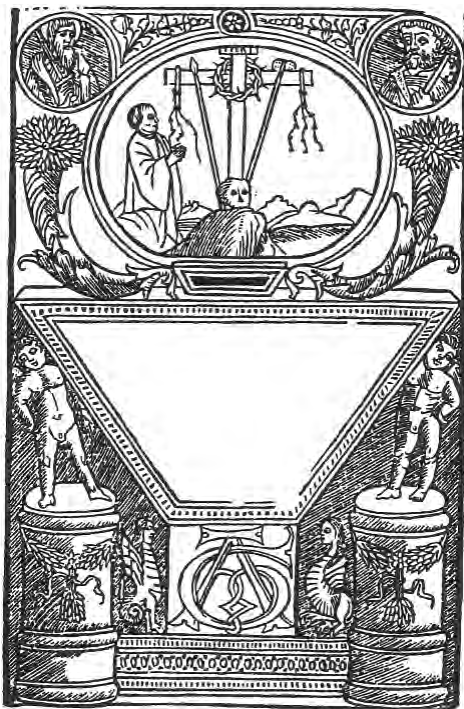
2. Fijar la *totalidad significativa* de las marcas es sin duda la segunda tarea necesaria. Comenzaré con un ejemplo problemático. En 1563 aparece por primera vez la marca de Matías Gast en su taller salmantino: se representa un tronco de árbol construido con el entrelazo de siete serpientes de cuyas bocas arrancan las ramas desnudas como recuerdo de los siete pecados capitales, indicados en su arranque por la primera letra de su nombre (formando la palabra SALIGIA); a la izquierda, en una filacteria, figura la leyenda SECVRIS AD RADICEM POSITA EST; a la derecha un esqueleto se esfuerza por talar el tronco con un hacha; en la tierra, entre las raíces del árbol, se encuentra una cartela con las iniciales MG entrelazadas. El conjunto aparece flanqueado por una leyenda tipográfica: ARBOR, QVAE NON FACIT BONVM FRVCTVM, EXCIDETVR, & Matth.3. [10] Sin duda nos encontramos ante un *dibujo con lema* necesarios tanto uno como otro en su coincidencia para transmitir al lector/comprador el significado total pretendido por el impresor al diseñar su marca emblemática [Fig. 8].



8

9

La utilización, varios años después, en 1569, en un segundo momento de su historia de uso dentro del taller salmantino, de la estampa sin el lema tipográfico, puede plantearnos la duda sobre qué constituye realmente la marca tipográfica. Hay que considerar carente de significado, ni siquiera ya como marca tipográfica, la aparición posterior, por ejemplo, en 1676, sin la leyenda, en una impresión realizada por la Imprenta Real (que recuerda Francisco Vindel en su núm. 517, aunque no reproduce realmente la estampa tomándola de un ejemplar de la edición del siglo XVII, en que se muestra el cansancio, prácticamente el agotamiento total, del grabado, sino que repite una reproducción ya ofrecida al controlar la marca en el siglo anterior en su número 289) [Fig. 9]. Es el riesgo que padecen las marcas para cuya impresión hay que acudir a un taco xilográfico pero al mismo tiempo el cajista debe aportar una composición tipográfica. La carencia, pues, de la leyenda es fruto del ritmo del trabajo o de la falta de atención que supone la reutilización de materiales mucho después de su nacimiento originariamente simbólico.



10

Per signū cru-
cis de inimicis
nris libera
nos dñe Deus
noster.

Per signū crucis de inimicis
nostris: libera nos do-
mine deus noster.

Per signū sanctæ crucis libe-
ra nos a peccatis nostris
deus noster.

IN HOC SIGNO
VINGES.

Nos aut̄ gloriari oportet
in cruce dñi nři Iesu
xpi. Dulce lignū
dulces clauos
dulcia ferēs
pōdera.

11

Presentará ahora otro ejemplo igualmente problemático. Se trata de una de las marcas utilizadas por Arnao Guillén de Brocar. Puede servir también para insistir en la compleja descripción que algunas marcas pueden requerir. En este caso se trata de un rectángulo, con las iniciales A y G, superpuestas y con fondo blanco, dentro de un dado flanqueado por dos arpias y, a cada lado de éstas, dos niños sobre pedestales cilíndricos, sosteniendo una cartela, en forma de tronco de pirámide invertido, dejado en blanco para incorporar un *lema*; sobre la cartela figura un medallón ovalado encima de una pequeña pieza de la que arrancan dos cornucopias, y, en los ángulos superiores, se muestran dos medallones circulares con los bustos de los santos Pedro y Pablo. La estampa de este taco xilográfico de uso múltiple puede constituir la entrada única en el instrumento de control sobre el que reflexiono [Fig. 10]. Habrá que añadir al texto de la descripción formal que la imagen se completa siempre (pues no está documentada en ningún caso la impresión con la cartela vacía) con un *lema* añadido aleatoriamente y sin que su elección incorpore significado propio a la marca [Fig. 11].

Sin embargo, habrá que descubrir si existe algún tipo de relación particular entre la elección del texto y la geografía o la cronología tipográfica de su uso. De ser así podría conservarse el conjunto de *dibujo con lema* como un todo significativo. Puede decirse que existe ciertamente un orden de uso del lema primeramente en Alcalá de Henares desde el 14 de febrero de 1515 hasta 2 de febrero de 1518. Los sucesivos lemas mostrados en la imagen, de arriba abajo, se utilizan respectivamente en 1515, en 1516, en 1517, en 1517, y en 1518. El *dibujo con lema*, cuyo uso he podido confirmar en la sucursal toledana, a continuación, es decir, a partir del 11 de mayo de 1519, es siempre el *lema*. «Nos autem gloriari oportet... pondera» [Fig. 12]. El énfasis es mío y



12

tiene el propósito de individualizar este *lema* frente a otro exactamente igual salvo en la presentación de esta última palabra: *pōdera*. ¿Podría tratarse de una composición en tipos que se conserva atada junto al taco xilográfico trasladada desde el taller complutense? Presumo que sí y quizás este detalle y la cronología sucesiva animaría a dar entrada independiente a los seis conjuntos posibles de *dibujo con lema*, como marcas tipográficas.

En los repertorios se ha reproducido uno u otro de los conjuntos posibles de *dibujo con lema* sin prestar atención a esta problemática ni siquiera en la posible consideración de *estados* de una única marca tipográfica.

3. En parte relacionada con la anterior problemática está la necesidad de fijar la *totalidad iconográfica* cuando descubrimos que una misma marca tipográfica en ocasiones aparece exenta y en otras se presenta orlada con piezas xilográficas o se integra dentro de un marco.

Cuando construimos la historia de uso de la conocida marca de Fadrique de Basilea, que mide 81 X 68 mm [Fig. 13], en la que, bajo un arco escarzano soportado por dos columnas



13



14

delgadas culminadas por sendas figuras de aves con largos cuellos y picos, aparece la cabeza de un león que presenta un escudo con una cruz con pie en forma de 4, en tanto que en una filacteria envolvente se ofrecen lema, año (anulado en un segundo momento) y nombre del impresor: NIHIL SINE CAUSA, 1499 (o espacio *en blanco*) y .F.A. DE BASILEA, entre los años 1499 y 1517, descubrimos que figura en los ejemplares de un número muy significativo de ediciones y que en casi todas las ocasiones la marca propiamente dicha aparece orlada con cuatro listones de adorno adheridos a sus cuatro lados, pero no podemos considerar dicha orla como un todo con la marca por el hecho de que se prescinde de ella en ocasiones y por el hecho de que la coincidencia en la colocación de las mismas piezas para construir la orla tampoco es constante. No se trataba, pues, de un todo formado por los cinco tacos xilográficos atados.

Esta misma situación se produce, por ejemplo, en el caso de una marca con un emblema muy del gusto del taller salmantino de Matías Gast, pues dispuso de hasta cuatro tacos distintos con el mismo motivo, consistente en la representación, dentro de un óvalo, de una espada en posición vertical, convertida luego en palmas coronadas, rodeada la empuñadura por una filacteria envolvente con el lema CESSIT VICTORIA VICTIS. A veces la estampa muestra el resultado de haber incorporado este taco en la forma, en el momento de la

imposición, dentro de otro previsto para obtener la estampa de un marco puramente ornamental ajeno, es decir no imprescindible en modo alguno ni para completar necesariamente la marca ni para interpretarla [Fig. 14]. La doble observación de Lorenzo Ruiz Fidalgo²⁵, al indicar que en ocasiones aparece estampada en tinta roja la marca propiamente dicha y en tinta negra el marco, e incluso que dentro del mismo ejemplar se da el caso de que figure la marca exenta y al mismo tiempo incorporada dentro del marco (ocurre por ejemplo en unos *Commentaria* de Antio de León editados en 1581), ratifica la mutua independencia.



15

Acudo ahora a una marca del taller complutense de la sociedad formada por Francisco de Cormellas y Pedro de Robles (que continuarán empleando posteriormente la nueva sociedad formada por Pedro de Robles y Juan de Villanueva, y finalmente el taller de este segundo ya en solitario). En este caso el marco porta una iconografía y unos textos propios. Es necesario descubrir si existe, pues, la necesidad de la estampa única, conseguida por ambos grabados, para la comprensión plena del mensaje pretendido por el creador de la marca tipográfica [Fig. 15]. La pregunta es inevitable cuando descubrimos que en los ejemplares de seis ediciones de los años 1563 y 1564, se muestra exenta la marca tipográfica propiamente dicha, en la que tradicionalmente se ha visto una representación de Mercurio sobre la leyenda: COR SAPIENS PROBATA DOCTRINAM, ET OS IGNAVVM PASCITVR CALVMNIA [Prov., 15, 14], todo dentro de un óvalo que incluye esta doble leyenda: OS HOMINI SVBLIME DEDIT [Ovid. *Met.*, I, 85] y SOL ET LVCINA PARENTES.

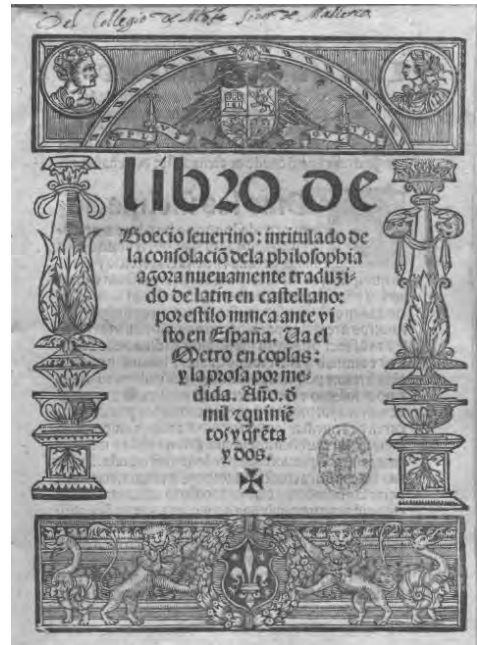
Pero la falta de atención a la historia de uso de la marca hace que los estudiosos del grabado la consideren de hecho formando un *unicum* con un marco rematado por una representación del ara de Diana: DIANAE SACRVM, en el que aparece la leyenda PACI ORBI TERRARUM²⁶. Considero que los tres datos siguientes desmienten tal interpretación: la marca figura enmarcada solo en una edición (conocida) del año 1563; vuelve a aparecer

²⁵ *Op. cit.*, I, pp. 85-86.

²⁶ Como muestra de las poco afortunadas descripciones de algunos estudiosos véase la ofrecida por María Ángeles SANTOS QUER, en *La ilustración en los libros de la Imprenta de Alcalá en el siglo XVI: (Introducción y*



16



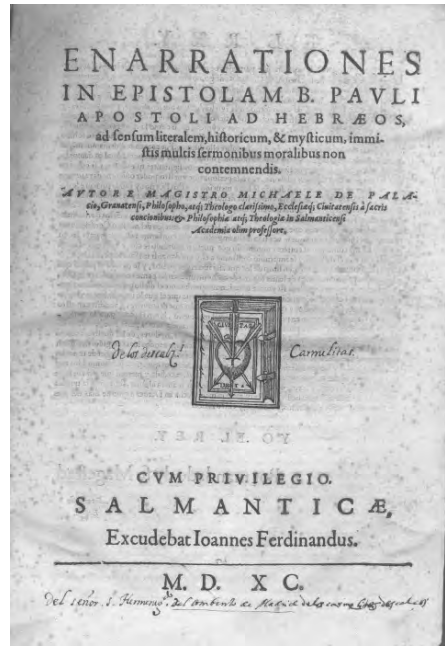
17

el marco en 1564, en una solitaria ocasión pero acogiendo no la marca sino un pequeño óvalo en el que aparece un minúsculo escudo cisneriano; y finalmente aparece también en una única ocasión conocida, en 1565, pero en el taco xilográfico se ha anulado la indicación DIANA SACRVM, apareciendo ese espacio en blanco en la estampa. El marco del DIANA SACRVM es presumiblemente ajeno a la marca tipográfica.

El instrumento de control tiene que asumir otra modalidad: la instalación de los elementos significativos de la marca –iniciales y/o dibujo–, naturalmente, dentro de un taco, formando parte pues de un dibujo más amplio [Fig. 16]; el taco, pues, generalmente rectangular, no se ha abierto para realizar, en solitario, una estampa, sino que estaba destinado a formar, junto con otras piezas xilográficas, un grabado único y obtener así la estampa de una portada ricamente ilustrada, habitualmente presentada en forma de arquitectura [Fig. 17]. La pieza xilográfica en cuanto tal, solitaria e incompleta, es, pues, la marca.



18



19

4. La marca o las marcas utilizadas en un taller pueden ofrecernos informaciones muy útiles sobre la historia del propio establecimiento, de sus hombres y de sus materiales. Para realizar una lectura correcta de esos datos es necesario controlar siempre si nos encontramos ante un único taco, utilizado en distintos momentos y/o lugares, o de varios tacos, en este segundo caso especialmente cuando las estampas resultantes *parecen* idénticas.

Ejemplificaré esta realidad con dos estampas, cuya aparición hasta el momento solo se ha confirmado en una edición en cada caso, lo que resulta sorprendente [Fig. 18]: ¿se abrieron dichos tacos xilográficos con el propósito de crear realmente dos marcas tipográficas? La estampa en ambos casos, dentro de un rectángulo, de 46 X 36 en un caso, y de 47 X 37 en el otro, diferencia visualmente imperceptible, representa un libro cerrado por tres broches, uno en el corte superior y dos en el delantero; y en la tapa delantera, a modo de supralibros figura un corazón traspasado por tres flechas sobrepuesto a un rectángulo de tres filetes que incluye el lema CIVITAS DEI. El examen atento hace aflorar fácilmente las diferencias [Fig. 19]. Ambos tacos fueron utilizados en Salamanca, el primero por Miguel Serrano de Vargas en una edición de 1589, y el segundo por Juan Fernández en 1590.



20



21

22



23



Aunque mi propósito ahora era advertir sobre los parecidos de las estampas, debo señalar que en este caso se trata, sin duda, de dos *falsas* marcas tipográficas, es decir ambas estampas muestran la divisa de la Orden Agustiniiana, remachada con una leyenda que ciertamente no deja lugar para la duda. Tal hecho anima a pensar en encargos de un posible convento agustiniano como costeador, lo que quizá explique igualmente que en el plazo de un año fuera preciso abrir un nuevo taco tomado como modelo el anterior.

Gran atención requiere un conjunto de marcas tipográficas empleadas por Arnao Guillén de Brocar en sus diversos talleres coetáneos. Parecen totalmente iguales pero existen mínimas variantes en el diseño y en el tamaño que es necesario detallar en la descripción de las estampas y consecuentemente datar su uso.

En la primera de dichas marcas nos encontramos un dibujo en blanco dentro de un rectángulo en negro rodeado por un filete; dentro del rectángulo, un círculo, y apoyando el pie sobre el diámetro del mismo, una cruz; en la parte inferior del círculo el monograma AG entre dos puntos; en la parte superior, a uno y otro lado del palo de la cruz, unidas a él y entre sí por una cadeneta, las iniciales D y G; en las enjutas arabescos que incluyen en la parte inferior izquierda una flor de cuatro pétalos y en la parte inferior derecha una flor de cinco pétalos. Las medidas de la estampa son 57 X 41 mm [Fig. 20]. Está documentado un uso interno en sus diversos talleres: en Pamplona, de 1492 a 1501; en Logroño, de 1502 a octubre de 1510; en Alcalá de Henares, durante los meses de marzo y junio de 1511; nuevamente en Logroño, en septiembre de 1511; y finalmente en Alcalá de Henares otra vez, entre diciembre de 1511 y abril de 1514.

La estampa de la nueva marca, que mide 57 X 40 mm, muestra los mismos elementos decorativos, pero presentando los arabescos y las flores de las enjutas en situación opuesta a aquella en que aparecían en la marca anteriormente descrita [Fig. 21]. Su uso en los diferentes talleres puede datarse de la siguiente manera: entre el 17 de abril de 1512 y el 21 de enero de 1514, en Logroño; el 28 de febrero de 1514, en Valladolid; y del 17 de marzo de 1515 al 18 de octubre de 1517, en Alcalá de Henares.

Una copia de esta segunda marca [Fig. 22], difícil de distinguir si no se toma en consideración su tamaño, 62 X 48 mm, fue enviada por Arnao Guillén de Brocar al impresor burgalés Fadrique de Basilea para que la utilizase en las ediciones cuya impresión iba a encargarle. Está, pues, documentado su uso, únicamente en Burgos, entre el 30 de septiembre de 1512 y el 9 de mayo de 1517.

Se realizó además otra copia [Fig. 23], igualmente difícil de diferenciar de la primera de las cuatro, pero cuyas medidas no eran idénticas: 58 X 42 mm²⁷ cuyo uso se documenta en Valladolid el 15 de junio de 1518.

²⁷ F. J. NORTON, *Op. cit.*, p. 160, indicó por errata 58 X 45 mm.



24



25

Presentará todavía otra historia de uso de un taco que nos ayuda a entender la red formada por diversos talleres activos en diferentes ciudades [Fig. 24]. En el seguimiento de la historia de uso de este taco hay que tomar en consideración el minúsculo detalle de la discontinuidad en dos lugares, en la parte superior derecha de la línea exterior del óvalo, apreciable en las estampas en todos los casos para estar seguros de que el taco utilizado es el mismo.

Detectamos la utilización de un taco xilográfico en los ejemplares de ediciones costeadas por el librero Adrián Ghemart en Medina del campo –sirviéndose del taller de Guillermo de Millis– mostrándonos una estampa en que se representa, dentro de un óvalo, a un azor con caperuza sobre una mano enguantada, que brota de una nube, por la derecha, y sobre el conjunto una filacteria con el lema POST. TENEBRAS. SPERO. LVCEM. Hace su aparición en 1551. El taco, aportado por el librero, se incorpora a la historia tipográfica complutense en 1554 en una edición de los *Elegantiarum latinae linguae libri sex*, añadiendo el *De reciprocatione Sui, & Suus, libellus*, de Lorenzo Valla, impresa en el taller de Juan Mey Flandro, debido a que se realizaron

dos emisiones una costeada por el librero Bartolomé de Robles, de Alcalá de Henares, con su marca en la portada, y otra costeada por el librero medinés con esta marca en la portada. En cuanto a sus materiales, el taller complutense de Juan Gracián es un auténtico cajón de sastre. No sorprenderá pues que utilice este mismo taco en 1573, únicamente en una ocasión, en los ejemplares de una edición de las *Interrogationes naturales, morales & mathematicae* de Gaspar Cardillo de Villalpando [Fig. 25]: ¿podríamos denominar a esta estampa en justicia marca tipográfica?, presumo que no: es ya un puro elemento decorativo. Cuando descubrimos la utilización del mismo taco en el taller de Juan Soler, en 1577, en Zaragoza, necesariamente nos preguntaremos por qué medio ha llegado allí [Fig. 26]. Presumiblemente la causa esté en el traslado del impresor Juan de Villanueva desde Alcalá de Henares a Lérida y tal vez posteriormente a Zaragoza, pues su viuda forma sociedad con Juan Soler en esta última ciudad, al menos en una ocasión.



26

5. Datar la historia de uso del taco xilográfico con que se obtiene la estampa de la marca es algo necesario y de gran utilidad, sobre todo en el periodo de la historia de la imprenta española en que abundan las ediciones *sine notis*, es decir, hasta el año 1520. Mostraré un par de *historias de uso* de grabados para marcar y su reflejo en las estampas que ofrecen los ejemplares.

Vuelvo a una marca a la que ya me he referido anteriormente al plantear la problemática de la *totalidad iconográfica*: la de Fadrique Biel de Basilea, datada en 1499. Años después, concretamente en impresiones del año 1511, la estampa refleja una fractura incipiente



27

no bien de nuestras almas Jesu christo nuestro redemptor
que vive y Reyna con el padre y el espíritu santo por todos
los siglos de los siglos. Amen.

¶ Acabose la presente obra en la muy noble
y muy leal ciudad de Burgos: por ffadria
que alemán de Basilea. El xx. dias del mes
de febrero, Año de mill. y 8. y. xliii.

28

29



30



vertical ocupando la mitad superior del taco [Fig. 27].

En los ejemplares de ediciones de 1513 descubrimos una nueva fractura, ahora en la mitad inferior. Al año siguiente descubrimos que se ha retocado el taco para conseguir una mejor lectura del lema de la filacteria envolvente, limpieza que se aprecia igualmente en las pupilas del león que se pone de manifiesto en una estampa menos negra a lo largo de los siguientes años en que el taco permanece en uso, es decir hasta 1517 [Fig. 28].

También existe otra situación que conviene tener muy en cuenta y es cuando con un único taco, utilizado por varios impresores, se obtienen estampas de marcas diferentes, la propia de cada uno de ellos, lo que



31

me animaría a proponer el término de *emisiones* de una única marca. Recordaré la historia de una marca utilizada, en un primer momento, en el taller complutense de Juan de Brocar [Fig. 29], aquella en que se representa, en un paraje campestre, la lucha del alma, personalizada en un hombre, contra el mundo al que pisa, y el demonio, que de él tira por detrás, y la carne, personalizada en una joven a la que trata de apartar de su camino, apareciendo en la parte superior dos ángeles sosteniendo una corona y una filacteria con el lema LEGITIME CERTANTI. El propio impresor, que ha incorporado a la marca sus iniciales I. y B., ha presentado su divisa en el epílogo destinado al lector que incluye en la edición de la primera obra donde la utiliza, el *Codex de poenitentia* de Juan de Medina de 1544. Acompaña la marca de varios textos explicativos, en latín y en griego, en las dos primeras ocasiones de uso, la segunda en el siguiente año. En 1545 prescinde del griego y añade en castellano: «Quien con estos tres lidiare virilmente, | Gozara de premio excelente.»

Se utiliza el taco xilográfico, sin añadido textual alguno, de forma continuada y en perfecto uso hasta 1547, cuando descubrimos que la entalladura de la primera inicial de su nombre se ha deteriorado, lo que obligará a manipular el taco en el taller, ya fallecido el maestro. En 1553 observamos que el taco se ha perforado y se ha sustituido la inicial I., deteriorada, introduciendo un trozo de madera con la misma letra y el punto, pero manifiestamente de menor tamaño que la primera [Fig. 30]. Podemos claramente establecer la



32



33



34



35



36

existencia, pues, de dos *estados*. La vida de uso del taco en este segundo estado se prolongará hasta 1559. Muchos años después, concretamente en 1587, utilizará Juan Gutiérrez Ursino este mismo taco manipulándolo previamente para convertirlo en marca tipográfica propia [Fig. 31]: lo perfora para anular la B. de Brocar e introduce un tipo metálico con la inicial G, quedando el punto primitivo a media altura de la letra. El cambio voluntariamente significativo invita a hablar ahora de una *emisión* del antedicho segundo estado.

Sigamos ahora las peripecias de un taco que localizamos por primera vez en Salamanca, en 1542, para incorporar a los ejemplares impresos en el taller de Juan de Junta la marca de impresor [Fig. 32]: sobre una esfera situada encima de una pequeña ménsula, en la que se apoyan los tres pies, dos de ellos en forma de volutas, de una ménsula de mayor tamaño, que incluye la leyenda NICHIL SINE CAUSA, y sobre la que a su vez se sitúan dos angelotes, sosteniendo su respectivo cuerno de la abundancia, sentados en sendos leones; entre sus piernas aparece un escudete con las iniciales I A, y más arriba, entre sus cabezas, se presenta la cabeza cortada de Juan el Bautista, dentro de una corona de laurel, y aún más arriba la flor de lis florentina.

El siguiente momento en la historia de uso del taco nos lleva al año 1555, en que figura la marca, pero con escudete en blanco, en los ejemplares de tres ediciones, promovidas por Matías Gast, responsable del taller burgalés de su suegro, Juan de Junta, desde 1553 [Fig. 33]. Cuando Felipe de Junta queda al frente del taller descubrimos que ha eliminado el cimacio donde figura la leyenda, partiendo el taco en dos piezas, y continúa utilizando el primitivo taco doblemente manipulado, es decir con el escudete todavía en blanco unas veces y con más frecuencia incluyendo en ese espacio vacío del escudete un tipo con la F de su nombre [Fig. 34], tipo que será sustituido en 1593 [Fig. 35] por las iniciales de su propio apellido y del de su yerno y socio Juan Bautista Varesio: I, V, y nuevamente en 1598 [Fig. 36] por las iniciales del nombre y apellido de este último: I. B. | V.

6. Recomendaría no desentenderse de los testimonios del naufragio de los tacos para marcas tipográficas. El control de los restos dispersos de las marcas de antiguos talleres, que descubrimos entre el material xilográfico de otros posteriores, utilizados los trozos de tacos simplemente para incorporar estampas de adornos, puede también resultar de utilidad para establecer nexos secuenciales entre talleres de la misma ciudad o de diferentes ciudades. No es raro que un taller de segunda categoría, en términos cuantitativos de producción, haya logrado completar su utillaje en una recogida de entalladuras cansadas.



En el taller complutense de Sebastián Martínez, por ejemplo, encontraremos [Fig. 37], en el verso del folio xvj de los ejemplares de una edición del *retablo de la vida de Christo: hecho en metro* del cartujo Juan de Padilla, de 1577, la mitad superior del taco utilizado por Arnao Guillén de Brocar en una única ocasión, en Logroño, para incorporar la magnífica estampa con su marca a los ejemplares de la edición logroñesa de la *Crónica del rey D. Juan II*, con colofón de 10 de octubre de 1517. Se abrió el grabado sin duda alguna expresamente para esta edición y se utilizó en otras ediciones *sine notis*. Volveremos a encontrar esta marca, en una única ocasión, en Alcalá de Henares en 1523. La detención de la actividad en el taller riojano motivó el poco uso del taco, sin olvidar la connotación política de la edición promovida por Carlos V para la que sin duda el impresor había preparado su divisa. De hecho Arnao Guillén de Brocar utilizará en Alcalá de Henares, durante los años de 1519 y 1523 un taco, abierto a la vista de la estampa de esa marca, pero de mucha menor calidad artística.

38



39



7. Por último, al igual que al controlar la producción tipográfica de un lugar, el tipobibliógrafo se esfuerza por construir las historias bibliográficas, más o menos rigurosas o fiables, de las ediciones que describe, descubriendo, con más frecuencia de la deseable, ediciones imaginarias, ocasionadas las más por los volúmenes facticios y los ejemplares mútilos, también en nuestro caso conviene estar ojo avizor a las reproducciones previas de las marcas tipográficas.

Recordaré la historia de una reproducción que resultará sin duda ejemplarizadora para mí propósito. Pedro Vindel ofreció la imagen de una marca en el número 963 de su recordada *Bibliografía Gráfica* indicando que pertenecía a Pedro Madrigal y que la había tomado de una edición de 1592: se trata de una marca con la repetidísima imagen de una cartela barroca acogiendo un óvalo con la leyenda POST TENEBRAS SPERO LVCEM, dentro del cual se presenta a un azor con caperuza sobre una mano enguantada, que brota de una nube, por la izquierda, y apareciendo debajo un león, desproporcionadamente pequeño, acurrucado [Fig. 38]. James P. R. Lyell aprovechó dicha imagen, un tanto precipitadamente, en *Early Book Illustration in Spain*, en 1926 (Fig. 38, pp. 308-309) [Fig. 39], señalando literalmente al ocuparse del taller de Pedro Madrigal: «un ejemplo de su trabajo se encuentra en los *Commentarios de Don Bernardino de Mendonça, de lo sucedido en las Guerras de los Payses baxos, desde el Año de 1567 hasta el 1577*, impreso en 1592.

La portada lleva su marca, realmente hermosa. Es la misma utilizada más adelante por Juan de la Cuesta en la portada de la primera edición del *Quijote*, en 1605. Madrigal ha empleado para realizar el diseño una plancha de cobre, en lugar del habitual taco de madera». El examen de un ejemplar de la aludida edición de la obra de Bernardino de Mendonza pone de manifiesto que yerra el bibliófilo, pues la estampa corresponde a un taco xilográfico (no «una plancha de cobre») diferente y realmente coincidente con las estampas de marcas de otras ediciones realizadas en el taller de Juan de la Cuesta²⁸ [Fig. 40].

40



²⁸ Augusto Jurado, en *Juan de la Cuesta impresor de El Quijote por encargo del librero Francisco de Robles y breves noticias de ambos y del autor de la obra*



41

Curiosamente Francisco Vindel reaviva la noticia y la imagen, ofrecidas por su padre, en su repertorio de 1942, concretamente en su número 359 (p. 274), pero precisando que él no ha logrado localizar esa marca, que su predecesor declara haber tomado de una edición de 1592. Podríamos preguntarnos si la reproducción ofrecida no corresponderá de hecho a una copia a mano, no plenamente respetuosa con la estampa original, de una marca auténtica de Pedro Madrigal, que ofreció por vez primera Konrad Haebler en 1898 (p. 45, d) tomándola de un ejemplar de la edición de los *Exegemata in Habacuc*, de Antonio de Guevara, impresa por la viuda de Pedro Madrigal (María Rodríguez de Rivalde) en 1595 [Fig. 41], pero de hecho seguimos sin autenticar aquella imagen y quizás nunca se logre.

Estas reproducciones inevitablemente también deben quedar incorporadas al pretendido instrumento de control, debidamente anotadas, y si abundan los indicios que hacen sospechar que la reproducción es espuria, debe actuarse, al igual que se propuso en el tratamiento de las marcas tipográficas *falsas*.

Conclusión y propuesta de presentación del repertorio

La conclusión a la que deseaba llegar está asumida (y anunciada) desde el inicio de mi ejemplificación de la problemática a la que la metodología ha de hacer frente: un instrumento de control de utilidad tipobibliográfica necesariamente debe singularizar cada taco xilográfico: la *entrada* o *noticia* del repertorio debe incluir una estampa de la marca tipográfica plenamente autenticada en su materialidad y en su contenido iconográfico y/o textual, incluyendo las precisiones que requieran los *estados* del taco; una descripción

Miguel de Cervantes. Madrid, C & C Comunicación Gráfica y Sociedad Cervantina, 2007, pp. 31-32, núm. 4, que reproduce la imagen y recuerda las reproducciones previas de F. Vindel y Lyell, y sus comentarios sobre la marca, aceptó como buenas, sin realizar ninguna comprobación, las inexactitudes bibliográficas del segundo.

fiel y minuciosa de todos sus elementos; y la reconstrucción de su *historia de uso*, que recupere las *emisiones*, añadiendo las inevitables referencias bibliográficas. En la secuencia de las estampas de las auténticas marcas tipográficas ocuparán su lugar propio las de las *falsas* marcas y las de las *reproducciones de marcas* en los repertorios previos, cuya autenticidad no ha podido documentarse plenamente, pero tampoco rebatirse de hecho, entradas o noticias que, como ya he señalado, deberán singularizarse de algún modo para llamar la atención del consultante sobre su carácter secundario o prescindible. La utilización del repertorio de Francisco Vindel como *canon* autorizado ha otorgado categoría de marca tipográfica a muchas estampas, claro reflejo del cansancio de tacos rodados de taller en taller, como ponen de manifiesto bastantes de las representaciones de grifos, que sujetan, suspendido de su garra, un sillar de piedra con una argolla a modo de asa, de la que a su vez pende una bola alada. Es una realidad que puede descubrirse en las tipobibliografías de las que me servido en particular para esta reflexión metodológica.

Necesariamente la secuencia de las imágenes en el repertorio exigirá fijar una clasificación tipológica de los *dibujos*, pues, como he tenido ocasión de ejemplificar, una organización de las *entradas* o *noticias*, cronológica, geográfica y/o por talleres de imprenta, obliga a repetir una o muchas veces la estampa de una misma marca y distorsiona el conocimiento inmediato de la *historia de uso* de cada taco xilográfico. Es la alternativa planteada, por ejemplo, en *Le marche dei tipografi e degli editori italiani del Cinquecento: Repertorio di figure, simboli e soggetti e dei relativi motti*, de Giuseppina Zapella²⁹, frente a la fórmula de organización que hemos encontrado en los repertorios de Konrad Haebler y de Francisco Vindel. Los repertorios de las marcas recogidas en el proceso de catalogación de una biblioteca concreta, de los que existen buenos ejemplos en el caso de algunas bibliotecas italianas, no se han planteado obviamente esta problemática. Los índices de *lemas*, de lugares con imprenta; de talleres e impresores; de correspondencias de las localizaciones de las *estampas* en los diversos repertorios en que se hayan reproducido las marcas; y los que ocasionen las referencias bibliográficas incluidas en las *entradas* o *noticias*, multiplicarán las posibilidades de localización e identificación de las marcas de interés para cualquier persona interesada en los libros impresos antiguos, incluido el estudioso de la emblemática y hasta el coleccionista³⁰.

²⁹ Milano, Editrice Bibliografica, 1986. (Grandi Opere; 1).

³⁰ Véase Hugh WILLIAM DAVIES, *Op. cit.*, p. 6.

Les marques typographiques en France des origines à 1600 : définition, usages, typologie, sémiologie*

Pierre Gheno**

La marque typographique est une gravure représentant un signe graphique distinctif, apposée sur un livre par une ou plusieurs des personnes responsables de la fabrication et de la publication de celui-ci (imprimeurs, libraires, ou bailleur de fonds), dans le but d'être reconnues comme telles. Cette fonction d'identification de la marque explique l'évolution de son usage et la constitution de son système sémiologique, le vocabulaire et la grammaire iconographiques qui la caractérise. La marque typographique entretient à cet égard des rapports étroits mais nuancés avec les arts héraldiques et emblématiques.

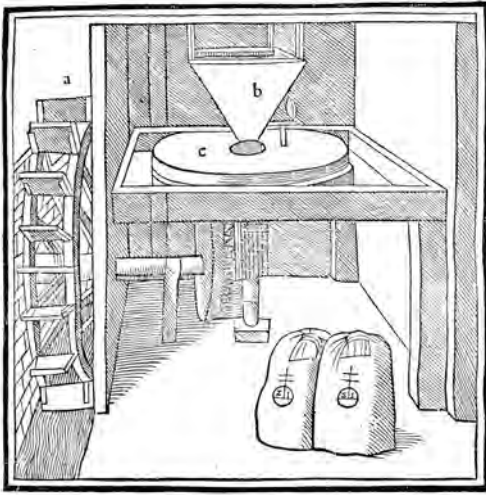
*

L'usage d'un tel signe n'apparut dans les livres qu'avec la naissance de l'imprimerie au quinzième siècle : on peut y voir la conséquence d'une plus grande individualisation du rôle des personnes intervenant dans la fabrication du livre, et le résultat des progrès des techniques de gravure opérés dans les pays germaniques qui rendirent possible la reproduction en série. Par ailleurs, l'imprimerie avait ouvert la fabrication du livre au milieu artisanal et commerçant, lequel avait déjà en usage ses propres systèmes graphiques

* Cette étude s'inspire d'une thèse soutenue à l'École des chartes en 1999, qui s'appuie sur un corpus descriptif de 2022 marques typographiques (pour 767 imprimeurs et libraires ayant adopté au moins une nouvelle marque), établi principalement sur la base d'une concordance entre les grands recueils et ouvrages de référence déjà publiés : Henri Baudrier, *Bibliographie lyonnaise* (1895-1921), Paul Heitz, *Elsässische Büchermarken bis Anfang des 18. Jahrhunderts* (1892), Louis Polain, *Les marques des imprimeurs et libraires en France au XV^{ème} siècle* (1926), Philippe Renouard, *Les marques typographiques parisiennes des XV^{ème} et XVI^{ème} siècles* (1926-1928) et Louis-Catherine Silvestre, *Marques typographiques [...] des libraires et imprimeurs qui ont exercé en France, depuis l'introduction de l'imprimerie, en 1470, jusqu'à la fin du XVI^{ème} siècle* (1867).

Les pourcentages que nous indiquons ici fournissent des indications significatives en raison de l'ampleur du corpus analysé, mais sont à tempérer en raison des critères fluctuants avec lesquels les auteurs des recueils utilisés ont traité les cas complexes ou tangents : armoiries de France seules, marques avec encadrements mobiles absents ou présents, encadrements-marques composites, devises typographiées, bois ayant subi des modifications en cours d'usage, etc.

** Archiviste-paléographe.



1. Marque de fabrique d'un meunier, représentée sur des sacs de farine.
Vitruve, *Architecture ou Art de bien bastir*, Paris, Jacques Gazeau, 1547, f. 143v°.

représentatifs – marques de fabrique et de maison (cf. reproduction n° 1) –, et avait commencé à adopter l'usage des armoiries à partir des treizième et quatorzième siècles.

La première marque typographique fut apposée en 1462 sur une Bible réalisée à Mayence par les imprimeurs Johann Fust et Peter Schöffer. Cet usage s'étendit ensuite progressivement à toute l'Europe. En France, ce fut relativement lent : alors que l'imprimerie y fut introduite en 1470 à Paris (1458 à Strasbourg, en terre d'Empire), les premières marques n'apparurent vraiment qu'au cours des années 1480. Guy Marchant, à Paris, Nicolas Philippi et Marc Reinhard, à Lyon, furent les premiers à en utiliser, au cours de la même année 1483, de même que Jean Grüninger à Strasbourg au début de la décennie.

L'usage s'en répandit ensuite au rythme de l'expansion de l'imprimerie, avant de se généraliser après 1510 environ. Si tous les imprimeurs ou libraires du seizième siècle n'utilisèrent pas de marque, pour des raisons sans doute financières car la commande d'une gravure était coûteuse, en revanche les plus grands parmi eux en possédèrent tous.

Le droit vint progressivement encadrer l'usage des marques typographiques, mais il ne réussit jamais à l'imposer dans les faits. Le premier texte juridique publié traitant des métiers de l'imprimerie, l'édit de Blois du 9 avril 1513, n'en soufflait pas un mot ; il faut

attendre l'important édit de Fontainebleau du 28 décembre 1541 pour voir abordé le sujet de la marque, sur la base d'une définition implicite : « Item, ne pourront prendre les maistres imprimeurs & libraires les marques les uns des autres, ains chacun aura une à part soi [...], en manière que les acheteurs des livres puissent facilement cognoistre en quelle officine les livres auront été imprimez, & lesquels livres se vendront ausdites officines, & non ailleurs ». Les dispositions de cet édit, plusieurs fois rappelées ensuite par le pouvoir royal, soulignait ainsi la fonction distinctive de la marque, en liant son utilité juridique à l'identification des imprimeurs et libraires dans le cadre de la lutte contre la contrefaçon et contre la diffusion imprimée des textes protestants. L'édit de Châteaubriand, du 27 juin 1551, alla plus loin et tenta d'imposer une véritable obligation, exigeant explicitement que « faire l'exercice et estat d'impression [...] soit sous un maistre imprimeur, duquel le nom, le domicile, & la marque soient mis aux livres ainsi par eux imprimez, le temps de ladite impression, & le nom de l'auteur ». Cette obligation fut reprise dans les lettres patentes de juin 1618 fixant pour Paris les nouveaux statuts des métiers de la librairie et de l'imprimerie.

Dans le même temps que l'usage de la marque était rendu censément obligatoire, fut développé un dispositif de contrôle plus contraignant et plus efficace, car préalable à l'impression, celui des permissions et privilèges. Le problème des contrefaçons ou de l'impression de textes prohibés se déplaça rapidement à l'étranger, et devint celui de l'importation. Enfin, la sclérose progressive des métiers du livre, au cours du dix-septième siècle, amena une diminution très importante du nombre d'imprimeurs et de libraires en France ainsi que la suprématie de Paris, et contribua à rendre l'usage des marques très marginal.

Les imprimeurs et libraires pouvaient utiliser plusieurs marques différentes : si 64 % d'entre eux ne s'en firent graver qu'une seule chacun, en revanche, 4 % s'en firent graver 10 ou plus chacun (soit environ 16 marques en moyenne). Les 32 % d'imprimeurs et libraires restants s'en firent graver chacun entre 3 et 4 en moyenne.

Avoir la propriété d'une marque, c'était d'abord avoir la propriété d'un sujet ayant valeur de signe distinctif. Les graveurs sollicités par le libraire ou l'imprimeur pouvaient réaliser différentes compositions de ce sujet, sous différentes formes et de différentes tailles, de même qu'il pouvaient à la demande faire plusieurs regravures à l'identique d'une même composition, ou encore en faire une copie seulement partielle (cf. reproductions n° 2 à 4, page suivante).

Les marques typographiques faisaient partie intégrante du matériel d'imprimerie ou du fonds de librairie. Elles pouvaient donc, à l'instar de ceux-ci, être la propriété seule et entière d'un individu, ce qui était le cas le plus fréquent, mais aussi appartenir à un



2, 3 et 4. Trois des marques de Jérôme de Marnef (Paris, 1546-1595), soit : un même motif dans deux compositions distinctes, dont une gravée presque à l'identique sur deux bois différents. Renouard, n° 737, 738 et 739.

groupe d'individus rassemblés dans une association, qu'ils gardent une identité distincte (cf. reproduction n° 5) ou qu'ils abandonnent leur identité propre dans la raison sociale de cette association (cf. reproduction n° 6). Dans le cas d'associations ponctuelles, généralement destinées à réunir les fonds nécessaires à la réalisation d'un ouvrage précis, deux solutions pouvaient être adoptées : ou bien seule la marque personnelle du personnage



5. Une des marques conjointes de Jean Bouyer et Guillaume Bouchet (associés à Poitiers, 1491-1515).
Silvestre, n° 377.



6. Une des marques de la Compagnie de la Grand'Navire, qui compta jusqu'à six membres au seizième siècle (Paris, 1585-1641).
Renouard, n° 825.

le plus important était apposée sur tous les exemplaires, ou bien les exemplaires imprimés étaient répartis entre les associés, qui apposaient séparément leurs marques sur ceux qui leurs revenaient.

Il était fréquent de réutiliser la marque d'un imprimeur ou libraire précédent. Les moyens légaux d'entrer en possession d'une marque déjà existante étaient donc au nombre de trois : le mariage, l'héritage et l'achat. Si l'atelier ou la librairie conservait son intégrité, même sous la direction d'une toute autre personne qu'un ayant droit (qui pouvait en garder le contrôle financier), il changeait de raison sociale (Veuve de Balthazar Arnoullet ; Héritiers de Guillaume Rouillé ; En la maison de feu Barnabé Chaussard, etc.) et continuait logiquement à user de la marque du défunt. En revanche, si l'atelier ou la librairie perdait son intégrité, les ayants droit se partageaient le fonds ou le matériel, et gardaient chacun individuellement le droit d'utiliser la marque du défunt (par exemple les quatre héritiers de la veuve de Simon Vostre). Des litiges pouvaient s'élever et être portés devant la justice : les deux cas les plus célèbres opposèrent Jeanne Giunta à son cousin Philippe Tinghi en

1579, pour l'usage des marques de Jacques Giunta, et Jan Moretus à Gilles Beys de 1590 à 1594, pour l'usage des marques de leur beau-père Christophe Plantin.

Certains imprimeurs et libraires pouvaient concéder l'usage de leur marque à un autre individu, tout en en gardant la propriété. Outre le cas rarissime des frères Senneton autorisant Louis et Charles Pesnot à utiliser pour leur compte personnel leur marque à la salamandre, les concessions furent toujours réalisées dans les limites du cadre d'une association, généralement inégale : ainsi l'exemple de Jérôme de Marnef à Paris qui, associé d'abord avec sa sœur Denise (de 1547 à 1555), puis avec Guillaume Cavellat (de 1566 à 1576), mari de sa nièce Denise Girault, et enfin avec cette nièce elle-même (de 1576 à 1595), concéda à chacun d'eux l'usage de ses propres marques au pélican. Il est à noter que Guillaume Cavellat abandonna ses anciennes marques du jour où il s'associa avec Jérôme de Marnef.

Au cours de sa carrière, une même personne pouvait donc utiliser des marques à sujets différents, concurremment ou successivement, créées spécialement pour elle ou réutilisées, et, à l'inverse, pouvait ne pas utiliser nécessairement une marque après en avoir acquis la propriété. La possibilité du réemploi doit relativiser d'ailleurs le rôle des héritiers dans l'adoption de leur marque : seuls le choix initial, le changement et l'abandon d'une marque sont des gestes à valeur personnelle forte.

Les marques n'ont pas toujours figuré au même emplacement, et ont en cela épousé l'évolution des formes de présentation des livres imprimés. Les premières marques apparurent en fin de volume, à la suite ou parfois à la place du colophon. Les pages de titre se développèrent ensuite, et les marques vinrent le plus fréquemment s'y intégrer. Par ailleurs, nous sont parvenus un nombre restreint d'exemplaires d'ouvrages imprimés dont les reliures (d'édition ou de librairie) portent des motifs estampés à froid ou dorés correspondant aux marques typographiques des imprimeurs ou libraires concernés.

La taille des marques varia dans le temps : jusque vers 1530, on trouve de grands bois utilisés aussi bien pour des volumes in-folio que pour des volumes in-8, qui pouvaient donc parfois remplir toute la page. Progressivement néanmoins, et surtout après 1530, un plus grand souci esthétique d'équilibre poussa les imprimeurs à adapter la taille des gravures des marques au format des volumes : certains imprimeurs possédèrent ainsi en même temps un même sujet gravé dans plusieurs dimensions.

Dès le début du siècle existait l'usage des encadrements gravés, auxquels certains imprimeurs ou libraires intégrèrent des signes distinctifs qui les caractérisaient, réalisant par là ce que l'on pourrait appeler des « encadrements-marques », composites ou d'un seul tenant.

L'organisation spatiale de la marque est hiérarchisée. Elle comprend généralement une combinaison d'éléments significatifs, c'est-à-dire un élément principal signifiant entouré d'éléments secondaires également signifiants, l'ensemble accompagné d'éléments simplement décoratifs. Cette hiérarchisation s'opère principalement au moyen d'une relativisation par la taille ou par l'emplacement, du plus visible au moins visible.

Toutes les libertés offertes par la gravure sont mises en œuvre : les marques peuvent montrer une scène, une figure ou un groupe de figures, une scène animalière, un animal ou un groupe d'animaux, un ou plusieurs végétaux, un ou plusieurs objets, de même que des armoiries ou des monogrammes, et tout cela de manière isolée ou en combinaisons variées.

52 % des marques ancrent leur représentation dans la réalité, c'est-à-dire dans un véritable décor ou par la simple suggestion d'un sol ; les autres marques présentent les mêmes éléments, mais comme existant en soi, sous une forme emblématique plus libre. Un peu moins de 60 % des marques sont circonscrites par un encadrement, les autres étant laissées libres sur le blanc de la page, ces dernières utilisées surtout dans la seconde partie du seizième siècle. La prédominance de la disposition verticale (89 % de cas) est liée à des raisons d'équilibre esthétique dans des pages elles-mêmes de format vertical.

*

La fonction de signe distinctif de la marque a conduit à la mise en place d'un système sémiologique à référés multiples organisé dans une grammaire référentielle très souple. Nous appellerons « référé » la personne ou l'enseigne à laquelle renvoie un signe iconique, et « marque à référence » toute marque dont au moins un élément constitue un tel renvoi (48 % du corpus).

Le possesseur d'une marque est statistiquement le référé le plus souvent présent sur les marques : 49 % du nombre total de marques comportent au moins un élément renvoyant au possesseur, soit 85 % du nombre de marques à références, le possesseur étant, comme nous l'avons rappelé, un individu ou un groupe d'individus en association.

Ensuite, 24 % du nombre total des marques comportent un renvoi à une enseigne, soit 33 % des marques à références, l'enseigne servant à cette époque à identifier une adresse. Si le thème de certaines marques fut choisi d'après une enseigne (la fontaine de Scipion de Gabiano, par exemple), à l'inverse, le thème de certaines enseignes fut parfois choisi d'après une marque (le Pégase de Chrétien Wechel ou le pot cassé de Geoffroy Tory, par exemple). Quand un imprimeur ou libraire changeait d'adresse, cela pouvait le conduire ou bien à transporter son enseigne commerciale au nouvel emplacement ou bien à adopter



7. Première marque de Pierre Corbault figurant entre autres un cygne avec une croix, faisant référence à l'enseigne de l'adresse qu'il occupa à Paris de 1583 à 1594, « le Cygne-de-Croix ». Renouard, n° 203.



8. Seconde marque de Pierre Corbault, reprenant le même motif que la première, auquel ont été ajoutés deux dauphins faisant référence à l'enseigne de la nouvelle adresse qu'il occupa à Paris de 1595 à 1618, « le Dauphin ». Renouard, n° 204; Silvestre, n° 1197.

l'enseigne de maison qu'il y trouvait, et parfois dans ce dernier cas à modifier sa marque en conséquence (cf. reproductions n° 7 et 8).

31 % des imprimeurs ou libraires ne possèdent aucune marque à référence (noms, initiales et monogrammes inclus). Malgré tout, la fonction principale de la marque, qui est d'être un signe distinctif, suppose en définitive comme référent implicite la personne ou le groupe de personne la faisant figurer sur un livre.

La référence à une autorité supérieure, qui ne saurait identifier à elle seule la marque typographique, se retrouve dans environ 6 % du nombre total de marques, soit 11 % des marques à références. Ces « référés de déférence », comme on pourrait les appeler, concernent des autorités sous la protection symbolique desquelles se placent les imprimeurs et libraires, et sont de plusieurs sortes : principalement un roi ou prince (François I^{er}, Henri II, Charles IX, ou encore Catherine de Médicis, Diane de Poitiers ou Claude de France), une entité géographique et politique (très généralement le royaume de France) ou encore une institution (ville ou Université).



9. Marque de Simon Pourcelet, figurant entre autres un porcelet (Tours, 1494). Polain, n° 200.



10. Marque de Claude Jaumar, figurant entre autres saint Claude (Paris, 1493-1500). Polain, n° 109 ; Renouard, n° 487.

Pour faire référence à un imprimeur ou libraire, une solution était d'employer les ressources de l'art graphique pour suggérer son nom en images. Les marques parlantes, au sens large, représentent ainsi près de 20 % du nombre total de marques, soit 37 % du nombre de marques à références. Trois procédés furent utilisés : d'abord le procédé parlant simple, qui constitue la quasi totalité des cas de marques parlantes et permet de signifier, en un seul élément simple représenté, le nom de l'imprimeur ou du libraire (cf. reproductions n° 9 et 10).

Ensuite l'allusion, bien moins fréquente : les marques allusives montrent un élément qui fait référence au nom de l'imprimeur ou du libraire par une lecture approximative donnant une partie seulement du nom (cf. reproduction n° 11, page suivante), ou par une lecture au second degré qui doit permettre de trouver le nom à partir de la représentation d'un élément concret qui s'y rapporte mais n'en est pas la figuration directe (cf. reproduction n° 12, page suivante). Enfin le rébus : 37 marques seulement sont construites sur la base d'un rébus, ce qui ne concerne que 18 imprimeurs et libraires (cf. reproduction



11. Une des marques de Claude Chevallon, figurant entre autres deux chevaux (Paris, 1506-1557).

Renouard, n° 176 ; Silvestre, n° 295.

12. Marque de Jean Calvez avec armoiries portant des instruments de charpentier, allusion au nom de famille de l'imprimeur, qui signifie « charpentier » en breton (Tréguier, 1499-1512).

Silvestre, n° 19 ; Polain, n° 201.

13. Une des marques de Pierre Ricouart, où son nom figure en rébus sur l'écu : saint Pierre, les lettres « RI », un coq dans les flammes, soit la lecture « Pierre », « RI », « coq », à prononcer sans la finale, « art », c'est-à-dire « brûle ».

Renouard, n° 993 ; Silvestre n° 840.

n° 13). Cette faible proportion s'explique sans doute par l'effet de mode temporaire d'une pratique essentiellement ludique. Le rébus, qui connut sa plus grande vogue de la fin du quinzième siècle jusque vers 1530, appartenait en effet à la culture populaire de divertissement, et, s'il fut beaucoup pratiqué par la jeunesse étudiante et parfois utilisé dans l'émblématique (comme la lettre « S » fermée lue « fermesse »), il fut en revanche toujours regardé en France comme un art plaisant mais grossier, ainsi que l'écrivirent Geoffroy Tory ou Étienne Tabourot. En outre, le déchiffrage du rébus présentait des difficultés liées à la destruction du langage qu'il opère, à l'absence de rapport direct entre le sens du mot ou de la phrase signifiée et le sens des images utilisées, ainsi qu'aux variations géographiques de dénomination et de prononciation caractérisant encore la France de la Renaissance¹.

Une autre solution passait par l'écriture : près de 68 % du nombre total de marques montrent un élément à base de signe tracé, soit nom, initiales ou monogramme. 20 % des marques font apparaître en toutes lettres un nom, lequel n'est d'ailleurs pas toujours imprimé dans le texte du volume où figure la marque. On trouve des initiales sur un peu moins de 5 % du nombre total de marques. Nous appelons initiales la représentation disjointe des premières lettres du prénom et du nom, hors de tout champ circonscrit, parfois gravées séparées l'une de l'autre à des emplacements très éloignés. Enfin, environ 43 % du nombre total de marques présentent un monogramme, c'est-à-dire une construction graphique composite non figurative réalisée par imbrication, liaison ou circonscription. Son utilisation dans les marques typographiques se rattache à deux traditions : la première est religieuse, tandis que la seconde se rattache à l'usage des marques de fabrique et de maison. La structure du monogramme, dans la quasi totalité des cas, s'organise autour d'un axe vertical avec assise autour desquels des éléments graphiques viennent se greffer. Ces éléments sont de trois sortes : symboles religieux (croix, symboles christiques et mariaux, symbole du monde), lettres de l'alphabet (dont les initiales de l'imprimeur ou libraire), et signes conventionnels (« quatre de chiffre », crochets). Une comparaison systématique montre que ces symboles apparaissent plus ou moins déformés, conséquences probables de copies de signes plus ou moins compris : nous serions ainsi tenté de reconnaître dans certains cœurs la déformation de l'abréviation de « Maria » (« M » avec « a » suscrit) et dans certains « quatre de chiffre » la déformation du chrisme.

L'art héraldique proposait un vocabulaire de signes distinctifs à la fois lisible et bien ancré dans les habitudes visuelles. Ainsi, pour faire référence au possesseur, il est fait usage de ce vocabulaire héraldique dans près de 41 % des marques, ce qui concerne en fait environ 70 % d'imprimeurs et de libraires, beaucoup d'entre eux en utilisant plus d'une.

¹ Cf. Jean Céard et Jean-Claude Margolin, *Rébus de la Renaissance. Des images qui parlent*. Paris, 1986.



14. Une des marques d'Henri Vogtherr, représentant son portrait (Strasbourg, 1538-1540).

Heitz, pl. n° XXXIV, n° 1.

15. Une des marques de Josse Bade, représentant son atelier (Paris, 1503-1535).

Renouard, n° 22 ; Silvestre, n° 7, en réduction.

16. Une des marques de Nicolas Le Rouge, bois déjà utilisé en 1488-1489 par Jean Dupré pour illustrer des *Heures*, mais ici modifié par l'ajout d'un monogramme aux initiales « NLR » (Paris, 1510-1550).

Polain, n° 203.

Enfin, une solution marginale consistait à représenter directement l'imprimeur ou libraire sur sa marque. Cela ne concerne que 37 marques en tout, avec d'évidentes réserves, dont 2 seulement relèvent objectivement du portrait (Heinrich Vogtherr et Pierre Baquelier), les autres renvoyant à un type : imprimeur en action (par exemple Josse Bade) ou chrétien en dévotion (par exemple Guillaume Le Rouge) (cf. reproductions n° 14 à 16).



17. Première marque de Simon de Colines, qu'il utilisa en 1526-1527, dont les lapins, dits « conils » à l'époque, renvoient à son enseigne et sans doute aussi à son nom par anagramme (Paris, 1520-1546). Renouard, n° 189 ; Silvestre, n° 79.



18. Une des marques de Jean I^{er} Knobloch, où l'aigle – symbole de l'évangéliste Jean – fait référence à son prénom, et où l'ail – *Knoblauch* en allemand – renvoie à son nom de famille (Strasbourg, 1500-1528). Heitz, pl. IX, n° 1.

La triple liberté réglementaire, coutumière et artistique a ouvert à la réalisation des marques un vaste champ de possibilités, et a laissé se constituer une grammaire référentielle souple et complexe, s'autorisant la surdétermination, la redondance et la juxtaposition. Tout d'abord, un même élément d'une marque peut en effet renvoyer à plusieurs référés, ce qui est plutôt rare (*cf.* reproduction n° 17). Ensuite, plusieurs éléments juxtaposés peuvent renvoyer simultanément au même référé, ce qui est relativement fréquent ; le plus souvent, il s'agit de deux éléments renvoyant l'un au prénom, l'autre au nom de famille (*cf.* reproduction n° 18). Par ailleurs, plusieurs éléments juxtaposés peuvent renvoyer chacun à des référés différents, ce qui est le plus courant, et enfin, des combinaisons de juxtaposition et de redondance peuvent se rencontrer (*cf.* reproduction n° 19, page suivante). Il faut cependant remarquer que ces cas complexes tendirent à se faire rares au cours du seizième siècle, la seule juxtaposition qui reste fréquente à la fin de la période étant celle d'un élément figuratif et d'un monogramme.



19. Seconde marque de Jean I^{er} Frelon : les frelons font référence à son nom de famille, saint Jean-Baptiste à son prénom, et les renards à son enseigne « Aux Deux-Renards » (Paris, 1500-1518). Renouard, n° 332 ; Silvestre, n° 157, en réduction.



20. Marque de Robert Masselin (Paris, 1552-1553, Rouen, 1554, Thiers, 1556-1557). Renouard, n° 749.

*

Les armoiries, d'un usage ancien et généralisé, de même que les emblèmes, qui connurent un succès durable au seizième siècle, entretenirent des liens de parenté avec les marques typographiques qui mêlent similitudes et différences.

Les armoiries « sont des emblèmes en couleurs, propres à une famille, à une communauté ou, plus rarement, à un individu, et soumis dans leur disposition et dans leur forme à des règles précises qui sont celles du blason [...]. Servant le plus souvent de signes distinctifs à des familles, à des groupes de personnes unies par les liens du sang, elles sont en général héréditaires. Les couleurs dont elles peuvent être peintes n'existent qu'en nombre limité. Enfin, elles sont presque toujours représentées sur un écu »².

Parmi toutes les composantes du vocabulaire héraldique, la couleur (pourtant essentielle à l'identification des armoiries) est la seule que la technique de gravure ne permet pas de

² Remi Mathieu, cité par Michel Pastoureau, *Traité d'héraldique*, Paris, 1979, p. 13.



21. Première marque de Jean I^{er} Larcher dit Du Pré, avec monogramme sur un écu (Paris, 1481-1504).
Polain, n° 101 ; Renouard, n° 259.



22. Seconde marque de Jean I^{er} Larcher dit Du Pré, avec monogramme sur un cœur.
Polain, n° 102 ; Renouard, n° 260 ; Silvestre, n° 178, en réduction.

reproduire dans les marques typographiques, mais les sceaux et monnaies avaient déjà donné l'exemple de représentations héraldiques sans couleur ni code conventionnel palliatif.

Pour l'écu, les marques typographiques suivirent la pratique courante, et comportèrent d'abord des écus aux formes classiques et réalistes, avant de voir se développer des formes de fantaisie, principalement sous l'influence des artistes italiens, et très fréquemment après 1540. Il est ainsi souvent difficile de déterminer si un champ bien délimité sur lequel est représenté un élément graphique peut être assimilé à un écu : l'écu peut s'orner de franges végétales, se tordre à la manière d'un cuir, ou encore être délimité par des contours inhabituels (cf. reproduction n° 20). Par ailleurs, un même élément peut être « mis en scène » de manières différentes sur plusieurs marques d'un même propriétaire : sur un écu, une pierre, un socle, un repli de tissu, etc. Cette difficulté à reconnaître l'écu est particulièrement fréquente dans le cas de représentation des monogrammes (cf. reproductions n° 21 et 22). L'absence d'écu n'est d'ailleurs pas incompatible dans les marques avec la présence de tenants ou supports encadrant des meubles ou sortes de meubles. Il est sans doute



23. Une des marques de Thielman I^{er} Kerver (Paris, 1497-1522).
Renouard, n° 501 ; Silvestre, n° 51, en réduction.



24. Une des marques de Jean I^{er} Kerver, fils aîné de Thielman I^{er} (Paris, 1521-1522).
Renouard, n° 507 ; Silvestre, n° 457.



25. Une des marques de Jacques I^{er} Kerver, fils puîné de Thielman I^{er} (Paris, 1535-1583).
Renouard, n° 515 ; Silvestre, n° 973.



26. Une des marques de Thielman II Kerver, fils cadet de Thielman I^{er} (Paris, 1544-1566).
Renouard, n° 524 ; Silvestre, n° 961.

loisible de déduire que l'écu et les ornements extérieurs étaient considérés non seulement comme faisant partie des usages héraldiques mais également comme de simples moyens de mise en relief au sein d'une composition graphique. Il est à noter que les références de déférence sont presque toujours héraldiques et qu'on n'y observe aucune distorsion.

Seulement environ 16 % des représentations sur écu respectent les règles formelles du blason de division du champ (produisant pièces et partitions) et de stylisation dans leurs figures ; 7 % de ces représentations sur écu sont traitées sur un mode réaliste et non conventionnel, et environ 61 % ne sont constituées que par un monogramme ou de simples initiales liées par un lac.

L'organisation du système de propriété de la marque est proche de celui des armoiries mais beaucoup plus large, puisqu'il laisse à chacun la liberté d'employer autant de signes différents qu'il le souhaite et inclut la vente dans les usages de transmission. Les règles de transmission ne se sont pas, pour les marques, illustrées par des règles graphiques, comme la mi-partition ou les brisures dans l'art héraldique. On trouve néanmoins des cas isolés : par exemple, les marques des Kerver constituent un exemple de transmission avec dérivation graphique à partir d'un même monogramme de base, mais qui peut être simplement le résultat de la liberté des graveurs (*cf.* reproductions n° 23 à 26).

Il existe des usages croisés entre armoiries et marques chez certains imprimeurs et libraires : des armoiries utilisées antérieurement furent représentées sur des marques ou même servirent de marque, dans une douzaine de cas familiaux avérés (*cf.* reproduction n° 27, page suivante), et des marques virent leur utilisation élargie hors des livres à celle d'armoiries (Thielman I^{er} Kerver a financé deux vitraux dans une église et y a fait apposer son monogramme³).

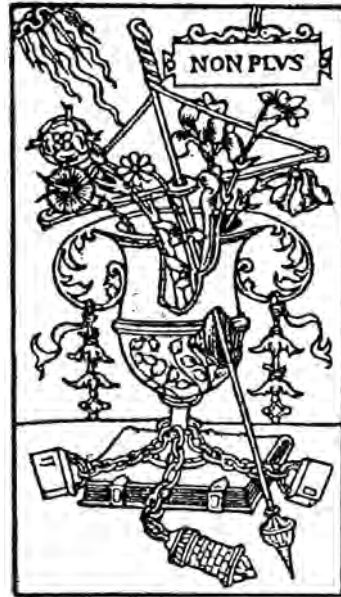
Les marques typographiques se distinguent donc en soi des armoiries comme suit : absence presque totale de stylisation, système de propriété élargi à plus d'une marque à la fois et ouvert à la transmission par achat, et enfin utilisation presque exclusivement restreinte aux livres.

Les marques typographiques entretinrent également des liens étroits avec l'art emblématique : c'est surtout vrai pour les marques qui ne présentent aucun référent explicite et n'ont pratiquement pas recours au vocabulaire héraldique, mais également vrai pour une partie des marques à références où le vocabulaire iconographique et les rapports entre texte et image renvoient explicitement aux règles et au fonds commun d'inspiration de l'emblématique.

³ Jean de La Caille, *Histoire de l'imprimerie et de la librairie*. Paris, 1689, p. 76.



27. Une des marques de Gilles de Gourmont, à ses armoiries (Paris, 1499-1533). Renouard, n° 380 ; Silvestre, n° 82, en réduction.



28. Une des marques de Geoffroy Tory, représentant son enseigne, « Le Pot-cassé », avec un toret faisant référence par approximation phonétique à son nom de famille, le tout investi d'un sens emblématique complexe.

On trouve une grande analogie entre la liberté du système des marques et celle des « devises héroïques ». Celles-ci apparurent vers le milieu du quatorzième siècle devant le déclin du rôle militaire des armoiries et la codification de celles-ci sous l'influence des hérauts d'armes, et furent particulièrement en vogue jusqu'à la fin du quinzième siècle, avant de connaître un second souffle grâce à la mode des emblèmes humanistes qui dura jusqu'à la fin du dix-septième siècle. Ces devises sont, à l'origine, des « marques propres à un individu ou à un groupe de personnes, constituées par une figure (animal, plante, objet) accompagnée d'une sentence, et dont la composition et l'utilisation ne sont soumises à aucune règle [...]. On les utilise comme motifs décoratifs, comme signes de ralliement et souvent comme marques de propriété, associées ou non aux armoiries »⁴. Si

⁴ Michel Pastoureau, *op. cit.*, p. 218.

définir la marque demande à prendre en compte d'autres éléments absents de cette définition, en revanche tous les points qui y sont indiqués peuvent correspondre à un aspect de la marque.

L'emblématique apporta bientôt aux imprimeurs et libraires un nouveau modèle, par ses règles de représentation et par son vocabulaire symbolique renouvelé. La symbolique humaniste traduisait une volonté de retrouver les traces de la pensée divine à travers la création : elle consistait « en une science du signe, et du signe parfait, dont la mise en code poétique [serait] l'emblématique⁵ ». Les recherches des humanistes en ce domaine réalisèrent une première avancée à travers la hiéroglyphique, en particulier avec les *Hiéroglyphiques* d'Horapollon⁶ et le *Songe de Poliphile* de Francesco Colonna⁷, puis donnèrent lieu à toute une série de recueils dont le premier paru furent les *Emblemata* d'André Alciat⁸. « L'emblématique apparut ainsi dans la première moitié du seizième siècle et vit se mettre en place une série de règles ou plutôt de principes dont la théorisation ne commença en fait qu'à partir de la seconde moitié de ce siècle »⁹.

Geoffroy Tory fut sans doute le premier à concevoir personnellement une marque emblématique, vers 1520, qu'il explicite d'ailleurs dans son ouvrage *Champ fleury*¹⁰ (cf. reproduction n° 28). Les imprimeurs et libraires semblent ensuite avoir plutôt fait des emprunts directs aux grands recueils emblématiques ou ouvrages assimilés existants (cf. reproductions n° 29 et 30, page suivante), même s'il n'est pas toujours aisé de savoir à quelle publication précise l'emprunt est fait (certains emblèmes étant communs à plusieurs d'entre

⁵ Anne-Élisabeth Spica, *Symbolique humaniste et emblématique. L'évolution et les genres (1580-1700)*. Paris, 1996, p. 15.

⁶ Édition originale en 1505, première traduction française et première édition illustrée en 1543.

⁷ Édition originale en 1499, et première adaptation française en 1546.

⁸ Édition originale en 1531, et première traduction française en 1536.

⁹ Anne-Élisabeth Spica, *op. cit.*, p. 25.

¹⁰ « Premièrement en icelle y a ung vase antique qui est cassé, par le quel passe ung toret. Ce dict vase & pot cassé, signifie nostre corps, qui est ung pot de terre. Le toret signifie *fatum* qui perce & passe foible & fort. Soubz icelluy pot cassé y a ung livre clos à trois chaines & cathenats, qui signifie que après que nostre corps est cassé par mort, sa vie est close des trois deesses fatales. Cestuy livre est si bien clos, qu'il n'y a celluy qui y sceust rien veoir, s'il ne sçaict les segrets des cathenats, & principalement du cathenat rond, qui est clos & signé à lettres. Aussi après que le livre de nostre vie est clos, il n'y a plus homme qui y puisse rien ouvrir, si non celluy qui sçaict les segrets. Et celluy est Dieu, qui seul sçaict & cognoist avant & après nostre mort, qu'il a esté, qu'il est, & qu'il sera de nous. Le feuillage & les fleurs qui sont au dict pot, signifient les vertus que nostre corps pouvoit avoir en soy durant sa vie. Les rayons de soleil qui sont au dessus & auprès du toret & du pot, signifient l'inspiration que Dieu nous donne en nous exerçant à vertus & bonnes opérations. Auprès dudict pot cassé, y a en escript .NON PLUS. qui sont deux dictiones monosyllabes tant en françois qu'en latin, qui signifient ce que Pittacus disoit jadis en son grec, *Miden agan, Nihil nimis*. Ne disons, ne faisons chose sans mesure, ne sans raison, sinon en extreme necessité » (Geoffroy Tory, *Champ fleury*, Paris, 1529, f. xlili).



29. Emblème à l'alcyon d'André Alciat. *Emblematum libellus*, Paris, Chrétien Wechel, 1534, p. 23.



30. Première marque de Jean I^{er} Ruelle (Paris, 1538-1571), inspirée de l'emblème à l'alcyon d'André Alciat. Renouard, n° 1022 ; Silvestre, n° 463.

elles), ni s'il s'agit d'un emprunt à un recueil d'emblèmes ou à la source textuelle ayant inspiré ce recueil (Bible ou classiques latins et grecs).

Beaucoup de marques typographiques sont de toute façon conçues comme des images investies d'un sens emblématique, souvent avec *motto* : leur élaboration matérielle obéit alors généralement aux règles des emblèmes, qui se résument dans l'idée d'« obscurité relative » organisée dans un rapport étudié entre image et texte, le sens se dévoilant par le rapprochement des deux. Une distinction peut être établie entre l'emblème et la « devise » : « tout en reposant sur des principes similaires d'association du texte bref et de l'image, l'un vise à enseigner et énonce une vérité d'ordre général [...], alors que l'autre vise à exprimer une pensée toujours singulière »⁸⁰. Dans cette perspective, si la fonction particulière de signe distinctif qui caractérise les marques l'apparente plutôt à la « devise », il n'en demeure pas moins que certaines marques peuvent prétendre à une portée symbolique d'ordre général, essentiellement en rapport avec le fonds commun d'inspiration de l'emblématique humaniste.

En définitive, les marques peuvent dénoter le recours aux règles de l'émblématique telles qu'elles se mirent progressivement en place, mais de manière plus ou moins fidèle et parfois en combinaison avec d'autres règles, les imprimeurs et libraires n'hésitant pas par exemple à mêler le vocabulaire des emblèmes avec celui de l'héraldique.

*

L'usage des marques typographiques eut une utilité pratique et décorative, et jouit d'une liberté presque absolue. Son développement intervint dans un contexte particulier (l'invention de l'imprimerie) et sous l'influence de systèmes sémiologiques préexistants (marques de fabrique et de maison, héraldique, devises, enseignes) ou au développement concomitant (emblèmes humanistes). D'où la mise en place d'un système original qui cultiva constamment des ambiguïtés liées à son absence de codification, et ce malgré le caractère univoque de sa rôle de signe distinctif. Ainsi, nous pouvons dire d'une marque typographique qu'elle est un champ graphique à fonction représentative pouvant admettre en son sein l'utilisation de plusieurs systèmes sémiologiques, parfois en combinaison les uns avec les autres.

Uma, duas, quantas edições? Os argumentos sobre a contrafacção de *Os Lusíadas* no século XVI

João Luís Lisboa*

São pouco mais de três dezenas de exemplares, nas bibliotecas do mundo inteiro. No frontispício, pode ler-se:

“Impressos em Lisboa, com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinário: em casa de António Gonçalvez Impressor. 1572.”

Três dezenas de exemplares fariam desta edição de *Os Lusíadas* um livro não raríssimo, independentemente da sua importância. E, no entanto, um olhar mais atento logo nota muitas diferenças, algumas mais visíveis do que outras, diferenças que têm levado a discussões acesas desde há muitos anos. Não há, pois, em todas essas bibliotecas, trinta livros iguais, mas exemplares diferentes, onde a data 1572 é um dos elementos comuns. O que é que essas diferenças significam? Reedições no mesmo ano? Reimpressões? Complexidade do próprio processo de edição quinhentista? Pirataria, produzida em ano que por razões evidentes não se tornou público? Os principais argumentos que correm são conhecidos. Entretanto, sobretudo nos últimos doze anos, dados novos foram sendo publicados. Porquê então falar de um caso que não é novo?

Por duas razões. Uma razão próxima é o interesse em discutir as formas e a materialidade da imprensa para se compreender a história da edição. As gravuras, as letras, bem como o papel (que também se conhece em traços desenhados por papeleiros), fornecem contributos tanto ou mais importantes que os elementos textuais para a identificação das mãos e dos gestos de quem produziu cada livro. Esse motivo nasceu das discussões de um grupo de investigação, coordenado por Artur Anselmo, que se vem ocupando sistematicamente de questões de iconografia para o mapeamento, o mais completo possível, dos agentes da actividade livreira no Portugal moderno. Por si só, esse interesse já justificaria estas páginas¹.

* CHAM/FCSH-UNL e UAç.

¹ Devo aqui registar o modo como, pela dinâmica criada no grupo, e muito pelas qualidades de Artur Anselmo, fui levado a mudar de perspectiva sobre o assunto de que aqui trato. Só tenho de estar grato por isso.

Mas a principal razão, aquela que ultrapassa o programa de um grupo, é a necessidade de confrontar argumentos que vêm sendo apresentados em paralelo. Ou seja, argumentos inscritos em duas linhas que não se encontram (senão no infinito?). Se nem os argumentos nem as conclusões são novos, ao fazer o seu confronto, podemos chegar a resultados sólidos, e não apenas a mais dúvidas. Ou seja, a história da edição em Portugal e, em concreto, da recepção de *Os Lusíadas* nos finais do século XVI, ganha outros contornos.

Regressemos ao fio das primeiras edições. Após 1572, o livro foi merecendo os favores dos contemporâneos, e voltou a ser publicado, com sucessivos “melhoramentos” introduzidos pela censura². São conhecidas as edições, ainda no século XVI, que saíram dos prelos de Manuel de Lyra. Em 1584 é impressa a edição dita “dos piscos”, num formato reduzido (in 8º, 15 cm). Em 1591 e 1597 o livro retoma o seu formato original em duas novas edições deste impressor (in 4º 20 cm). Entretanto, também em Espanha o texto era publicado, em edições concorrentes. Chamam a atenção, em particular, as duas traduções impressas no mesmo ano de 1580, uma em Salamanca (na oficina de Juan Perrier, com Luiz Gomes Tapia, tradutor) e outra em Alcalá (na oficina de Juan Gracián, com Benito Caldera, tradutor). Poucos anos mais tarde, em 1591, em Madrid, Guillermo Drouy publicaria uma nova tradução, desta vez feita por Henrique Garcez.

Esta série mostra o interesse que o livro suscitava, nesses anos, tanto em Portugal como em Espanha. Assim, quando, em 1639, a oficina de Juan Sanchez, em Madrid, prepara uma nova edição em português, com comentários em castelhano, de Manuel de Faria e Sousa, há já um conjunto considerável de edições a ter em conta, incluindo uma de Vicente Alvarez em 1612 e várias produzidas pelos Craesbeeck a partir de 1609. Sucede que Faria e Sousa, apesar de ter ficado com a fama de intervir abusivamente na obra lírica de Camões, pretendia publicar o texto original, prescindindo das “melhorias” que, em edições portuguesas, tinham entretanto sido introduzidas. Vai, pois, olhar para os livros de 1572. Tem acesso a mais do que um e verifica que não são iguais. É o texto que lhe interessa recuperar, mas é possível que, antes de se aperceber de outras diferenças, tenha imediatamente reparado na gravura do frontispício. Num exemplar, o pelicano está virado para a sua (do leitor) esquerda. Noutra, para a sua direita. Ainda nessa página, terá notado diferenças nas flores da gravura (no plinto) e nas letras.

Avançando pelo texto, foi dando conta de diversos outros casos, alguns dos quais tinham interferência directa no que pretendia fixar. Pareceu-lhe logo plausível que, dado o sucesso do livro, logo em 1572 tivessem sido feitas duas edições, na mesma oficina. A

² Ver, por exemplo, Artur Anselmo, “Coelho, Manuel” in Vítor Manuel Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, 2011, pp. 269-270.



Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal.
Ver <http://purl.pt/1>



Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal.
Ver <http://purl.pt/14997>

quantidade e o tipo de diferenças impunham-se. A mais importante, e que veio a servir para identificar os exemplares (juntamente com o lado para que se virava o pelicano), estava no 7.º verso do Canto 1.º. Onde num exemplar se lia “E entre gente remota edificação”, noutro estava escrito “Entre gente remota edificaram”, aparentemente sem prejudicar a métrica do verso. Mas seguia-se um grande conjunto de variações (como “ão” em vez de “am” ou datação com numeração romana em vez de numeração árabe) e pequenos erros, nomeadamente na foliação e na identificação dos cantos, na cabeça das folhas.

O mais curioso dos “erros” encontra-se no Canto 2.º, no fólio 28, na segunda linha da terceira estrofe. Onde, num exemplar, se lê “Filho de Maia”, noutro lê-se “filho de Maria”. Para o compositor que escreveu “Maria”, nenhuma outra palavra faria sentido, e certamente nem pensou no assunto. E, no entanto, trata-se de uma das Plêiades, Maia, cujo filho Mercúrio é enviado para ajudar os navios de Vasco da Gama, perto de Mombaça, o que as edições comentadas de 1584 e 1613 explicam.

Partindo deste caso, as hipóteses de explicação apresentam-se sob duas formas. Ou numa primeira composição o erro passou despercebido e, alertado o impressor, quem

sabe pelo próprio poeta, logo se corrigiu (não desaproveitando as folhas já impressas), ou numa cópia não controlada, o erro foi introduzido posteriormente em ano não identificado, noutra oficina. Qualquer destas hipóteses corresponde bem ao que conhecemos sobre como era o mundo da edição quinhentista. Por um lado, sabemos como, numa mesma edição, as folhas iam sendo impressas e emendadas, não se desaproveitando aquelas que já estavam prontas na feitura dos cadernos. Não podemos, pois, pensar em edição quinhentista como se estivéssemos perante a indústria tipográfica dos séculos seguintes, com produtos fixados no processo. Esta imagem sobre o que é a tipografia nesses anos perturba justamente a ideia de texto “fixo”, oposto ao que ocorria com o manuscrito. Pelo contrário, o objecto impresso apresenta-se-nos flexível, obrigando a seguir versões e variantes. Essa é a imagem actualizada que resulta de estudos sobre os livros quinhentistas em toda a Europa.

Por outro lado, acentuando essa flexibilidade, sabemos bem como a cópia não controlada, a contrafacção, se fazia, com impressores a apropriarem-se de textos de outrem, ou a mascararem a origem das suas produções mais sensíveis. São frequentes as queixas de autores e impressores relativamente aos que se aproveitam do sucesso de um livro, e lhes provocam danos tanto comerciais como de reputação, dada a frequente inferior qualidade das cópias³.

Tudo isto existe no mundo da edição, na época, e torna aceitável qualquer das explicações. Em boa verdade, a explicação menos plausível era a de Faria e Sousa, que admitia a existência de uma segunda edição, no mesmo ano, nunca mencionada por António Gonçalves.

Desde então, no que diz respeito a *Os Lusíadas*, duas correntes alternativas se foram constituindo. Pela tese das correcções progressivas numa mesma edição, posicionaram-se autoridades como o Morgado de Mateus (1817), Dias Agudo (1972) ou, mais recentemente, David Jackson (2001). Pela tese da contrafacção, em data e por oficina desconhecida, posicionaram-se Tito de Noronha (1880), José Maria Rodrigues (1921) e, mais recentemente, Artur Anselmo (2002) e João Ruas (2009).

Os primeiros problemas que se colocam são os seguintes:

³ Teresa Payan Martins aborda diversos problemas para o século XVIII que podem ser considerados também em períodos anteriores. Ver Maria Teresa Payan Martins, *Livros Clandestinos e Contrafacções em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Colibri, 2012. Um exemplo do estudo da flexibilidade do livro impresso desse final de quinhentos pode ler-se em Rodolfo Savelli, “La biblioteca disciplinata. Una ‘libreria’ cinque-seicentesca tra censura e dissimulazione” in *Tra storia e diritto. Studi in onore di Luigi Berlinguer*, Università di Siena e di Sassari, Soveria Mannelli, Rubbettino, 2008, II, pp. 865-944.

Primeiro, é certamente um mistério (que a primeira tese não resolve) o facto de termos duas gravuras diferentes nos frontispícios, mas o problema aumenta quando encontramos três. Há um exemplar misto, justamente o único que na Biblioteca Nacional de Portugal mostra o pelicano virado para a direita, e onde a flor do plinto se parece com as dos frontispícios que têm o pelicano virado para a esquerda. É um caso único, em três dezenas de exemplares, mas existe. Verificando com atenção, podemos no entanto concluir que, sendo mais parecida, as flores não são, contudo, iguais, pelo que se pode excluir que se trate da mesma gravura.

O segundo problema é que, no conjunto de mais de trinta exemplares conhecidos, não há apenas dois conjuntos distintos. Hoje é possível ver e comparar dezenas de exemplares em versões digitalizadas. David Jackson, que publicou um DVD-Rom com 29 exemplares completos, provenientes de bibliotecas de vários continentes, cruza um conjunto de vinte diferenças para chegar a uma conclusão imbatível. Conseguiu formar pelo menos nove conjuntos distintos e poderia ainda haver mais, se se resolvesse a cruzar outras diferenças.

Propõe, por isso, quatro tabelas, e uma quinta onde cruza as quatro anteriores.

Tabela 1. Frontispício e caderno prévio

	Pelicano	Flor	E ou EE	Alvará	ão ou am	Número de exemplares
1	Esquerda	A	EE	xxiii	ão	21
2	Esquerda	A	E	xxiii	am	1
3	Direita	B	E	vinte & quatro	am	10
4	Direita	B	E	xxiii	am	1
5	Direita	A	E	vinte & quatro	am	1

Tabela 2. Erros de foliação

1	15/13		72/69					145/154		19
2	15/13	22/32	72/69	118/108	104/114	117/121	128/122	145/154		2
3		22/32		118/108	104/114	117/121	128/122	145/154		1
4		22/32		118/108	104/114	117/121	128/122		149/154	10
5		22/32			104/114	117/121	128/122		149/154	1

Tabela 3. Erros na identificação de cantos

	Fl. 23	Fl. 65	Fl. 99	Fl. 100	Fl. 103	Fl. 148	Fl. 152	Fl. 160	
1	Segundo	Terceiro	Sexto	Sexto	Qvinto	Octavo	Octavo	Octavo	18
2		Terceiro					Octavo		1
3	Segundo	Quarto	Sexto	Sexto	Qvinto	Octavo	Octavo	Octavo	2
4	Primeiro	Quarto	Qvinto	Qvinto	Qvinto	Nono	Nono	Octavo	1
5	Segundo	Quarto	Qvinto	Qvinto	Qvinto	Nono	Nono	Nono	4
6	Primeiro	Quarto	Qvinto	Qvinto	Qvinto	Nono	Nono	Nono	7

Tabela 4. Cabeçalhos de folhas

	F. 114	F. 116	F. 118	F. 120	F. 122	F. 124	F. 126	F. 128	F. 129	
1	SEPT	SEPT	SEPT	SEPT	SEPT	SEPT	SEPT	OCTAVO	OCTAVO	20
2	SET	SEPT	SEPT	SET	SET	SET	SET	OCTVO	OCTAVO	1
3	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	OCTVO	OCTAVO	1
4	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	OCTVO	OCTVO	10

Destas tabelas resulta a imagem de uma grande mistura, embora se veja, nas primeiras linhas de cada uma, uma maior concentração de exemplares. Do cruzamento das quatro tabelas, David Jackson propõe uma quinta.

Tabela 5. Cruzamento das Tabelas 1 a 4

	Tabela 1	Tabela 2	Tabela 3	Tabela 4	Número de exemplares
1	1	1	1	1	17 *
2	1	1	3	1	2
3	1	2	1	1	2
4	1	?	2	?	1 **
5	2	3	4	2	1
6	3	4	6	4	6 ***
7	3	4	5	4	3
8	4	4	5	4	1
9	3	5	6	3	1
10	5	(5)	(4/6)	?	1 ****

* Um destes é um *fac-simile* que não tem significado, igual aos modelos. Em rigor devemos, referir dezasseis exemplares.

** Exemplar em *fac-simile* cujo interesse está no facto de não ser igual a nenhum conhecido.

*** Um destes é a edição de Teófilo Braga, de 1898, igual aos modelos. Em rigor, devemos referir cinco exemplares.

**** Exemplar incompleto.

Parecia pois inquestionável a tese segundo a qual, numa mesma oficina, ao longo da impressão, se foram misturando as folhas. Não era possível imaginar que duas oficinas diferentes tivessem trocado folhas com variantes de impressão. Um ou outro caso ainda se poderia justificar por encadernação posterior, realizada por livreiro ou bibliófilo a partir de exemplares incompletos de edições diferentes, mas um tão grande número de cruzamentos teria de ter outra explicação. Ao longo de um processo de impressão demorado, muitos erros foram sendo identificados e corrigidos, e os exemplares mais frequentes seriam o resultado desse processo. António Gonçalves teria sido o único impressor, de uma única edição, com a flexibilidade que se constata. Mas, entre as dúvidas da primeira hora, ficava por explicar a mudança da gravura do frontispício. Porquê fazer uma segunda, claramente um decalque da primeira? Tinha-se deteriorado? Tinha-se perdido?



Na realidade, não ficava apenas essa dúvida. A tese da edição única não respondia a três objecções.

A primeira é de que não há apenas correcções pontuais, em dezenas de páginas. As páginas são novas. Mesmo naquelas onde não se vê qualquer correcção, percebe-se que o texto foi de novo composto.

A segunda decorre do estudo da gravura do frontispício. Tendo de considerar, não apenas os exemplares desta edição, mas todos os livros onde a mesma gravura foi usada, chega-se a uma cronologia que não autoriza a ideia de que, a meio do processo de impressão, António Gonçalves se viu obrigado a fazer uma nova.

A gravura com o pelicano para a esquerda foi usada, segundo João Ruas e Artur Anselmo, em pelo menos dezassete livros diferentes, entre 1548 e 1598. Qualquer análise deste processo tem de ter em conta que a gravura é muito anterior e sobrevive ainda à edição de *Os Lusíadas* feita por António Gonçalves.

Podemos ver alguns exemplos:

As duas primeiras são portadas de livros anteriores a 1572, ambos da oficina de Germão Galhardo, em Lisboa. O primeiro é a *Historea de nossa redençam* (1552)⁴. O segundo, provavelmente de 1555, é o livro de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Summario e[m] que breuemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*⁵. O terceiro livro, impresso por António Alvarez em Lisboa, em 1598, é, *Ho auto ...*

⁴ <http://purl.pt/15151>.

⁵ <http://purl.pt/14435>.



Breve sumario da historia de Deus, de Gil Vicente. Nota-se o desgaste da gravura, o desaparecimento de elementos que existiam inicialmente. Mas parece evidente que a gravura passou de umas oficinas para outras, tendo pertencido a Germão Galhardo (entre 48 e 63), a António Gonçalves (entre 70 e 72), a António Ribeiro (em 86) e a António Alvarez (entre 94 e 98).

E a gravura com o pelicano para a direita? Também se conhece outro uso, não num frontispício, mas em cortinas, separando as partes primeira (devoção), segunda (comédias) e quinta (farsas) da “Compilaçam”, de Gil Vicente na edição de 1586 de Andres Lobato⁶.

Nestas páginas, vemos um decalque que muda a orientação esquerda-direita dos diversos elementos relativamente à gravura de António Gonçalves. Um decalque realizado provavelmente por Andres Lobato, e não depois de 1586. De resto, de notar apenas a inversão do plinto na quinta parte.

Finalmente, os argumentos que se baseiam no estudo do papel, e das suas marcas de água, feito por João Ruas são decisivos. Todas as folhas identificadas em exemplares com o pelicano para a esquerda podem ser datadas de 1566 a 1570. Pelo contrário, os exemplares com o pelicano para a direita têm papel que terá sido produzido entre 1574 e 1581. Acresce que António Gonçalves usa, noutros livros que imprime entre 1570 e 1574, o mesmo tipo de papel que se encontra nesse primeiro conjunto, sempre anterior a 1571, enquanto o papel do segundo conjunto é usado por Andres Lobato em livros publicados entre 1583 e 1586.

⁶ <http://purl.pt/15106>, ver fólios 1, 105 e 216.

Um exemplo apenas, dos muitos que João Ruas apresenta. Esta filigrana está identificada em papel proveniente de Toulouse, de 1581.

Este argumento é, como se percebe, decisivo. Papel fabricado em 1581 não foi certamente usado oito anos antes. E, apesar de termos acesso a dezenas de edições digitalizadas, a análise do papel continua a ter de ser feita nos próprios exemplares. Mas então como conciliar estes argumentos com as evidências de múltiplos cruzamentos de páginas?



B – 10860
Toulouse – 1581

Voltando às tabelas anteriores, vemos que o próprio David Jackson nos fornece elementos para uma história diferente. Existem muitos cruzamentos, isso é indelmentável. Mas nos dados e tabelas é possível verificar uma separação nítida de que não se falara. As variações identificadas nas primeiras cinco linhas da Tabela 5 nunca se cruzam com as variações das linhas 6 a 10 da mesma tabela. O próprio David Jackson fornece o argumento final, a favor da tese da existência de duas edições diferentes, cada uma com uma história de impressão onde se vão juntando e corrigindo folhas. Os seis exemplares correspondentes

às linhas 2 a 5 da Tabela 5 têm folhas com pequenos erros entretanto corrigidos, ou variações entretanto fixadas (como a substituição “ão/am”, ou a correção de foliações ou identificação de cantos). Já a cerca de uma dezena de exemplares identificados nas linhas 6 a 10 dessa mesma tabela é mais variada, mas claramente pode ser identificada como momentos da produção da contrafacção, por Andres Lobato. E, aqui, a sequência ganha outros pormenores, tanto na relação entre estas duas edições como na relação entre a edição-pirata e as do seu tempo, já que é plausivelmente posterior, mas próxima da que Manuel de Lyra publicou em 1584.

Vemos que a variante “Entre” já estava num exemplar da edição de António Gonçalves⁷ e se mantém nas edições de Manuel de Lyra. O mesmo não acontece com o erro “Maia/Maria”, que foi introduzido pela edição-pirata e resulta do facto de o compositor não ter lido a nota no exemplar de Manuel de Lyra. Ou seja, é possível que o exemplar usado para fazer as cópias fosse um dos primeiros saídos do prelo de António Gonçalves, que também teria servido de modelo a Manuel de Lyra. O mesmo raciocínio se pode aplicar a outros erros, compreensivelmente copiados pela edição-pirata, que não confrontou exemplares. Usou certamente um apenas, e esse era claramente anterior a correções que foram sendo introduzidas e que resultaram nos exemplares mais perfeitos. Já as várias edições de inícios do século XVII, tanto de Craesbeeck como de Vicente Alvarez,

⁷ Exemplar que se conserva na British Library.

reproduzem a versão “E entre”. Não copiaram nem a edição de Manuel de Lyra, nem a de Andres Lobato.

Não parece haver dúvidas de que este livro teve um sucesso comercial que justificou as várias edições ainda no século XVI. Quando, nos anos 80, Manuel de Lyra decidiu pela primeira vez republicar o livro, acreditava que a obra ainda teria leitores e compradores. O mesmo raciocínio fez (imagina-se que logo depois), Andres Lobato. Manuel de Lyra talvez não tivesse feito a sua edição se no mercado estivessem já os novos exemplares da suposta primeira. E esta permite ultrapassar, como supostamente original, a que entretanto fora impressa. Passados uns anos, continua a haver leitores e compradores suficientes para voltar a publicar a mesma obra, tanto legal como clandestinamente.

Terminamos com uma pequena história de alguém que teve um destes exemplares, no final do século XVI e nele escreveu um pequeno comentário. Esse é, aliás, um dos argumentos que sempre levou a acreditar que as edições que se podem hoje atribuir a Andres Lobato eram originais. Um desses exemplares tinha pertencido a Frei José Índio, que havia conhecido o poeta e sobre isso escrevera uma nota no próprio exemplar. A proximidade do leitor ao autor dava crédito à edição. Mas agora é possível ler estas linhas de outro modo, a partir da nova datação alternativa. Frei José Índio escreve as suas notas já após a morte do poeta, e isso é compatível com a saída da edição-pirata, por volta de 1585. Porque é que este leitor havia de duvidar que adquirira a edição de António Gonçalves? Não tinha razões para isso, não confrontara exemplares e a questão nem sequer se lhe colocava. Com o livro na mão, sentia-se de novo próximo de um poeta que conhecera e que o impressionara. As fortunas (boa e má) do poeta juntavam-se no interesse que o livro suscitava. E no seu exemplar escreveu:

“q cosa mas lastimosa q ver un tal gran ingenio mal logrado yo lo ui morir en un hospital en Lysboa sin tener una sauanda com que cubrirse despues de aver triunfado en la India Oriental y de auer nauegado 5500 Leguas per mar q aviso ta grande pa los q de noche y de dia se cansan estudiando sin provecho como a araña en urdir tellas pa casar moscas.”⁸

Referências

Agudo, Francisco Dias, “A Edição d’*Os Lusíadas* de 1572”, *Garcia da Orta: Revista da Junta de Investigações do Ultramar* [Lisboa], Número Especial Comemorativo do 4.º Centenário da Publicação de “*Os Lusíadas*”, 1972.

⁸ Exemplar conservado no Harry Ranson Center, Universidade de Texas.

- Anselmo, Artur, *Camões e a Censura Literária Inquisitorial*, Braga, Barbosa & Xavier, 1982.
- _____, *Livros e Mentalidades*, Lisboa, Guimarães, 2002.
- Bismut, Roger, "La Critique textuelle des *Lusiadas*." *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de "Os Lusíadas," 1973.
- Jackson, K. David, "Camões and the First Edition of *The Lusiads* [*Os Lusíadas*], 1572: An Introduction to the CD-ROM", Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts, Dartmouth, 2003.
- Morgado de Mateus, *Os Lusíadas* de Luís de Camões, Paris, Firmin Didot, 1817.
- Noronha, Tito de, *A Primeira edição dos Lusíadas*, Porto/Braga, Livraria Ernesto Chardron, 1880.
- Payan Martins, Maria Teresa, *Livros Clandestinos e Contrafacções em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Colibri, 2012.
- Ribeiro, Aquilino, "A Edição *Princeps* dos *Lusiadas*." *Boletim da Junta de Província da Estremadura* 1946; reimpresso in *Revista Ocidente*, 138, 1949.
- Rodrigues, José Maria, "Introdução", *Os Lusíadas* de Luís de Camões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1921.
- Ruas, João, "Os dois pelicanos", in *Os Lusíadas de Luís de Camões. Restauro da primeira edição de 1572*, Lisboa, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2009, pp. 21-65.
- Savelli, Rodolfo, "La biblioteca disciplinata. Una 'libreria' cinque-seicentesca tra censura e dissimulazione" in *Tra storia e diritto. Studi in onore di Luigi Berlinguer* promossi dalle Università di Siena e di Sassari, Soveria Mannelli, Rubbettino, 2008, II, pp. 865-944.

Marcar e falsificar: o caso dos impressores da família Galvão

Maria Teresa Payan Martins*

João Galvão, filho de Jorge Fernandes e de Bárbara Pedrosa, «natural do lugar de Urmal, termo da vila de Sintra», foi baptizado no dia 21 de Março de 1634, na freguesia de Nossa Senhora da Purificação, em Montelavar (Sintra)¹.

Não é conhecida a data em que João Galvão se fixou e estabeleceu em Lisboa, mas, em Agosto de 1657, no processo inquisitorial movido ao impressor Henrique Valente de Oliveira por irregularidades cometidas na impressão da *Relação da viagem que fez ao Brasil a Armada da Companhia*, da autoria de Francisco de Brito Freire, João Galvão interveio como testemunha e declarou ser «livreiro, morador na rua Nova»².

No dia 1 de Setembro de 1661 prestou juramento e assinou nos Estaus a provisão do cargo de Familiar do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, onde, a par de outros dados biográficos, se refere a sua actividade profissional – livreiro. Por este documento, ficamos também a saber que, à data (01.09.1661), estava já casado com Mariana de Sousa, filha de Vicente Luís, latoeiro, e de Francisca de Sousa, natural de Lisboa, e baptizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição desta cidade³.

Quando João Galvão começou, em 1673, a imprimir livros na sua oficina, tinha já alguns anos de experiência no ramo editorial como livreiro e editor.

Revelando estar perfeitamente integrado no meio profissional e dando mostras de prosperidade, mandou imprimir à sua custa, no ano de 1669, as obras seguintes: *Exercícios Divinos das tres vias Purgativa, Illuminativa e Unitiva, compostos em Latim pelo venerável Doutor Niculau Esquio Traduzidos em Portuguez por ordem de João Galvão, Familiar do S. Officio, & à sua custa impressos*. Lisboa, por António Craesbeeck de Mello, Impressor de S. Alteza. Ano de 1669 e *História dos Milagres do Rosário da Virgem, Nossa Senhora*. Lisboa, por António Craesbeeck de Mello, 1669. À custa de João Galvão. Situação idêntica repetiu-se em 1670: João Galvão foi o editor da obra intitulada *A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo, impressa em Lisboa, na oficina de António Craesbeeck de Mello.

* CHC/FCSH-UNL.

¹ ANTT, Registos Paroquiais. Montelavar. Mistos, microfilme 1409, ano de 1634.

² ANTT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 10646.

³ ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 106, fol. 88v.



Obra impressa à custa de João Galvão, no ano de 1669.



Rosto do *Sermam de Santa Cecilia*, onde se encontra estampada uma marca tipográfica de João Galvão.

Como referimos, este livreiro-editor estabeleceu-se, mais tarde, como impressor, acumulando, como era habitual na época, estas funções com as de livreiro.

Pelo levantamento da produção bibliográfica saída dos prelos de João Galvão, podemos afirmar que a sua oficina tipográfica esteve em actividade de 1673 a 1694. A qualidade e o número elevado de espécies impressas atestam a solidez da sua casa impressora que se localizava na Rua Nova.

Ao contrário da maioria dos impressores portugueses seus contemporâneos, João Galvão empregou, ao longo dos mais de vinte anos de exercício profissional, quatro marcas tipográficas, não se verificando qualquer sequência cronológica na sua utilização.

João Galvão cumpriu o preceito de estampar a sua marca no rosto e/ou no cólofon das espécies, associando a uma mera função identificadora uma dimensão estética.

As quatro marcas de João Galvão, onde não se vislumbram intenções simbólicas ou emblemáticas, têm em comum a presença das iniciais do impressor – IG – e a ausência de qualquer divisa ou ligação sémica entre a personalidade do impressor e os elementos iconográficos presentes nas marcas em apreço.

Xavier da Cunha descreve sumariamente três das marcas de João Galvão na sua obra *Impressões Deslandesianas*. Socorremo-nos das suas palavras para aqui as apresentar:

1. «De João Galvão encontro por marca uma vinheta decorativa em fundo-de-lâmpada, na qual se acham representados, entre folhedos de fantasia, na parte superior um livro aberto e sobrepujado por uma coroa, na parte inferior um escudete com as iniciais I G.»

2. «A vinheta ornamental com o escudo da palmeira, adquirida por João da Costa em casa de Agostinho Courbé, veio a ser em Portugal imitada noutra chapa, que João Galvão adoptou por marca de impressor, suprimindo-lhe o escudete inferior e substituindo o escudo elíptico da palmeira por um escudete de fantasia com as iniciais I G. subjacentes a uma cruz potentea.»

Esta marca surge, por exemplo, na última página do tomo primeiro da *História do Portugal Restaurado*, da autoria de Dom Luís de Meneses, Conde da Ericeira, estampado em 1679.



Marca tipográfica de João Galvão, inspirada na de Agostinho Courbé.

3. «De João Galvão conheço também outra chapa com a respectiva marca de impressor. “Marca de impressor” lhe chamo, por excesso de indulgência, – pois que, além das duas iniciais J G entrelaçadas em monograma, nenhum elemento alegórico ou emblemático encerra o desenho da gravura. Imagine-se uma chapa quadrangular de madeira, toscamente abertos nela vários elementos de ornamentação (como figuras humanas, grotescos, flores, frutos, etc.), e na parte inferior um escudete oval com o supra-indicado monograma: se não fossem as duas letras deste, dir-se-ia uma simples vinheta ornamental.»⁴



Marca tipográfica de João Galvão com as suas duas iniciais entrelaçadas em monograma.

⁴ CUNHA, Xavier da. *Impressões Deslandesianas. Divagações bibliográficas*. Lisboa, Imprensa Nacional, 2 vols., 1904; vol. 1, pp. 387-396.



Marca de João Galvão não referenciada por Xavier da Cunha.



Esta marca de João Galvão é inspirada na de impressores franceses, como ilustram as imagens.

Esta marca profissional figura, entre outros exemplos que poderiam aduzir-se, no cólofon de *Luz verdadeira, e recopilado exame de toda a cirurgia...*, da autoria do licenciado António Ferreira, impressa em 1693.

Xavier da Cunha não faz referência a uma marca também muito usada por João Galvão, presente, por exemplo, no tomo segundo de *O Príncipe dos Patriarcas de São Bento* de Frei João dos Prazeres, estampado em 1690.

Trata-se de uma composição de estrutura simétrica, organizada a partir de uma cornucópia, símbolo da fertilidade, da abundância e da riqueza, de onde brotam exuberantes elementos fitomórficos (flores e frutos). Na parte superior da vinheta, a ladear as flores e os frutos que saem da cornucópia, duas figuras humanas, de pé, sobre bases disfarçadas entre a folhagem: uma masculina (do lado direito do observador) e outra feminina, parecendo segurar na sua mão direita uma cruz. Na parte inferior da cornucópia, numa moldura quadrangular, encontra-se o monograma do impressor, encimado por uma cruz muito singela. A envolver esta parte central da marca, a par de uma decoração de gosto rocaille, a presença de quatro gárgulas, de onde jorram ornatos de feição vegetalista.

As marcas tipográficas de João Galvão, tal como Xavier da Cunha já denunciara para uma delas, não primam pela originalidade.

A descrita em primeiro lugar, a que ostenta um livro, talvez o livro eterno da Sabedoria, é claramente inspirada na marca do impressor parisiense que estampou, em 1647, a obra de Hugo Grotius intitulada *De imperio summarum potestatum circa sacra. Commentarius*



João Galvão inspirou-se na marca de João da Costa e Diogo Soares.

Posthumus. Também é evidente a afinidade estética da referida marca de João Galvão com a presente no rosto da tragédia *Bérénice* de Racine, dada à estampa por Claude Barbin, em Paris, no ano de 1671.

A marca de João Galvão que apresentamos em segundo lugar é, como bem notou Xavier da Cunha, uma imitação imperfeita, rudimentar, da marca tipográfica utilizada por João da Costa e Diogo Soares, de origem francesa e de qualidade inegável.

Também a última marca de Galvão a que aludimos, não mencionada por Xavier da Cunha, é decalcada na marca do impressor lisboeta Domingos Carneiro.

João Galvão faleceu no dia 14 de Abril de 1702, constando na sua certidão de óbito que «recebeu a extrema-unção e não recebeu os mais sacramentos por impedimento que o incapacitava»⁵. Esta mesma incapacidade obrigou-o a ditar, dois meses antes do seu falecimento, o testamento a Joaquim Correia, o qual interveio no acto como sua testemunha⁶.

De acordo com as disposições testamentárias, pediu para «ser amortalhado em o hábito de Nossa Senhora do Carmo, de onde era irmão terceiro, e sepultado no carneiro da irmandade do Santíssimo Sacramento, na freguesia da Madalena, donde fora e era irmão». Depois de designar o seu filho Padre António Galvão, clérigo do hábito de São Pedro, como testamenteiro, João Galvão elegeu sua mulher, Mariana de Freitas de Sousa, «por sua herdeira universal, assim de todos os bens que ao presente existiam no casal como de todos

⁵ ANTT, Registos Paroquiais. Óbitos, Salvador, Livro n.º 1, p. 83.

⁶ ANTT, Registo Geral de Testamentos, Livro 101, fols. 189v-190v.



João Galrão decalcou nesta marca a do impressor lisboeta Domingos Carneiro.

os mais que por qualquer via lhe pudessem vir a pertencer e, em especial, da sua terça em remuneração do que lhe tinha gasto dos bens do casal a quem pertencer a cobrança de tudo o que lhe devessem e a satisfação do que constar estar devendo».

Esta determinação testamentária decorria de já ter cumprido as suas obrigações legais em relação à sua filha Madre Mónica de Jesus, religiosa carmelita no Convento de Carnide. Em devido tempo, havia «satisfeito o dote e feito concerto com a Priora e religiosas do dito Mosteiro sobre as legítimas paterna e materna que a dita sua filha e religiosa do dito mosteiro lhe podiam vir a pertencer por sua morte e da dita sua mulher».

Não nos surpreende, neste testamento, a ausência de referências ao seu património profissional: tendo os seus dois descendentes directos abraçado a vida religiosa, João Galrão passou a sua casa impressora, em 1694, em circunstâncias ainda não bem esclarecidas, a um sobrinho – António Pedroso Galrão⁷.

Curiosamente, os últimos anos de actividade profissional de João Galrão ficaram marcados por um longo processo que lhe foi movido pelo padre procurador-geral da Companhia de Jesus da Província de Portugal, sob acusação de ter publicado a tradução portuguesa da obra *Praxis Exercitiorum spiritualium P. N. S. Ignatis*, do padre jesuíta Sebastiano Isquierdo, sem prévia autorização da Companhia de Jesus. De 1691 a 1693, João Galrão, depois de invocar o seu estatuto de familiar do Santo Ofício e de ter feito valer o privilégio de ser julgado pelo Juízo do Fisco, foi ouvido várias vezes em audiência, acabando por estabelecer

⁷ Cf. Alvará de Privilégio concedido, em 1711, a António Pedroso Galrão para impressão do livro *Diferença entre o Temporal e o Eterno*. ANTT, Chancelaria de D. João V, Livro 35, fol. 347v.

como seus procuradores nesta causa três personalidades, entre as quais se encontrava o livreiro Miguel Manescal.

Em Maio de 1692, João Galvão «agravou para os Senhores do Conselho Geral do despacho de D. Sebastião da Costa que o declarava culpado», mas, em Dezembro de 1693, ganhou a acção. No preâmbulo do despacho que iliba João Galvão de responsabilidades, o Conselho Geral não se coibiu de afirmar: «E examinadas com cuidado as circunstâncias do facto sobre que se contende, não podemos deixar de fazer reparo na pouca cautela com que os autores se animaram a pôr em pela judiciária uma pretensão tão alheia do seu Instituto. Pois sendo eles os que piamente nos aconselham que não inquietemos o próximo com demandas injustas, parece que deviam confirmar a sua doutrina com o seu exemplo»⁸.

Nada nos autoriza a estabelecer uma relação causal entre este pleito movido pela Província portuguesa da Companhia de Jesus a João Galvão e a cessação da sua actividade profissional, mas é inegável a proximidade entre as duas datas (Dezembro de 1693 e 1694). Para nos fixarmos apenas em dados objectivos, lembremos que João Galvão deixou de exercer a sua profissão aos 60 anos de idade, isto é, oito anos antes da data do seu falecimento.

O ano de 1694 marca a passagem de testemunho de João Galvão para António Pedroso Galvão: datam deste ano as últimas espécies saídas dos prelos de João Galvão e as primeiras estampadas na oficina de seu sobrinho António Pedroso Galvão, cumprindo-se a tradição de continuidade familiar no desempenho desta profissão.

António Pedroso Galvão estabeleceu-se na Rua dos Espingardeiros, onde permaneceu até 1739. Uma observação, ainda que superficial das espécies estampadas na sua oficina, permite concluir que o material tipográfico da oficina de João Galvão passou para a sua posse. Entre ornatos e vinhetas, as marcas tipográficas de João Galvão foram remetidas para uma função meramente ornamental.

Tudo indica que Pedroso Galvão se iniciou nas lides profissionais e ganhou experiência na arte tipográfica na oficina de seu tio, mas disto não há comprovação documental. Um dado é, no entanto, de destacar: António Pedroso Galvão foi o impressor lisboeta do século XVIII «com o maior número de obras acabadas», como o fez notar o Prof. Artur Anselmo no ensaio intitulado «O livro português na época de Dom João V»⁹.

Pouco se sabe da vida deste impressor. Em Maio de 1724, em consequência do processo inquisitorial movido a Pedro Ferreira, seu colega de profissão, António Pedroso Galvão foi ouvido como testemunha, e declarou, a instâncias do Inquisidor João Álvares Soares, que

⁸ ANTT, Santo Ofício, Autos forenses, João, maço 1, n.º 5.

⁹ ANSELMO, Artur. «O livro português na época de D. João V», in *Estudos de História do Livro*. Lisboa, Guimarães Editores, 1997, pp. 87-98.

«era compositor, natural de Pedro Pinheiro, termo de Sintra, morador nesta cidade, na rua dos Espingardeiros, freguesia de São Nicolau, e de 58 anos de idade»¹⁰.

Onze anos mais tarde, em 1735, durante a instrução do processo de habilitação ao Santo Ofício de Maurício Vicente de Almeida, António Pedroso Galrão prestou declarações e intitulou-se «impressor e familiar do Santo Ofício». Disse ser «morador na rua dos Espingardeiros, natural de Montelavar, Sintra, e ter 66 anos de idade»¹¹.

A concordância de datas não é absoluta, mas admitimos que o seguinte assento de baptismo seja o de António Pedroso Galrão: «Aos vinte e três dias do mês de Setembro de 1668, baptizei a António, filho de António Pedroso e de Francisca Serrão, moradores no lugar de Pêro Pinheiro. Foram padrinhos Francisco Migueis e Maria Migueis, irmãos, do mesmo lugar de Pêro Pinheiro. O cura Domingos Duarte»¹².

Excepto nos dois documentos acima referidos, não há rasto de António Pedroso Galrão. Mas, à volta de 1756, encontramos a sua viúva, Maria Rosa Clara, a requerer às autoridades competentes uma compensação pelas suas casas que ficaram destruídas em consequência do terramoto de 1755. O processo, longo e dificultado pelo facto de a requerente, já viúva à data do terramoto, não poder apresentar os documentos comprovativos de ser a proprietária daquele imóvel, «em razão de se lhe haverem incendiado nas mesmas casas em que assistia na antiga rua dos Espingardeiros», contém elementos de interesse.

Para suprir a documentação em falta, o seu genro, Bernardo Borges da Silva, subscreveu a declaração seguinte:

«Por esta por mim feita e assinada atesto e certifico em como minha sogra a Senhora Rosa Maria Clara era senhora e possuidora de uma propriedade de casas sita em o fim da rua dos Espingardeiros, da parte nascente, a qual lhe pertence por lhe ficarem de seu marido António Poderoso [*sic*] Galrão, por morte do qual lha lançaram de sua meação em a partilha que o Juízo dos Órfãos lhe fez, sem que da dita propriedade houvesse de dar tornas algumas a minha mulher, sua única filha, porque a esta se lhe adjudicaram outros bens que havia no casal, e, por se me pedir a presente a passei e o seu conteúdo o juro aos Santos Evangelhos. Lisboa, 18 de Junho de 1756.»

A partir de 1739, a oficina de António Pedroso Galrão ficou nas mãos dos seus herdeiros até 1755. Mas tudo leva a crer que não foram os seus herdeiros directos a prosseguir a actividade tipográfica iniciada por João Galrão no século XVII e continuada por António

¹⁰ ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 155, fols. 221-229.

¹¹ ANTT, Habilitação a Familiar do Santo Ofício, Maurício, maço 1, doc. 10, microfilme 3453.

¹² ANTT, Registos Paroquiais, Lisboa, Sintra, Montelavar, Livro B-1, fol. 29.

Pedroso Galvão. Bernardo Borges da Silva, genro de António Pedroso Galvão, era fidalgo da Casa Real e nessa qualidade desempenhou vários ofícios, como o de Apontador das Moradias dos Fidalgos Cavaleiros ou o de Oficial Maior da Secretaria dos Filhamentos; Ana Joaquina Rosa, sua mulher e filha de António Galvão, em nenhuma das ocasiões em que prestou declarações públicas referiu o exercício de qualquer actividade profissional ou ligação a uma oficina tipográfica¹³.

A par de uma carreira bem-sucedida e prestigiada aos olhos da sociedade como impressor, António Pedroso Galvão desenvolveu, na sombra, ao longo da sua vida profissional, uma actividade ilícita. Muitas são as contrafacções saídas dos seus prelos; não nos custa admitir que a sua implicação em contrafacções e edições clandestinas, camufladas pela imagem de respeitabilidade que o estatuto social lhe conferia, tivesse como motivação razões de ordem financeira.

Mas não deixa de ser revelador do à-vontade com que António Pedroso Galvão se movia neste mundo paralelo da edição, o facto de estampar, em espécies pirateadas, as marcas tipográficas de seu tio João Galvão, como vinhetas ornamentais.

Por descaso, ou numa atitude de desafio ao poder instituído, o criminoso não apagou as pistas do seu delito; pelo contrário, quase o autografou¹⁴.

Em 1627, António Álvares imprimiu, «com todas as licenças necessárias», a *Memoravel relação da perda da nau Conceição...*, da autoria de João Carvalho Mascarenhas.

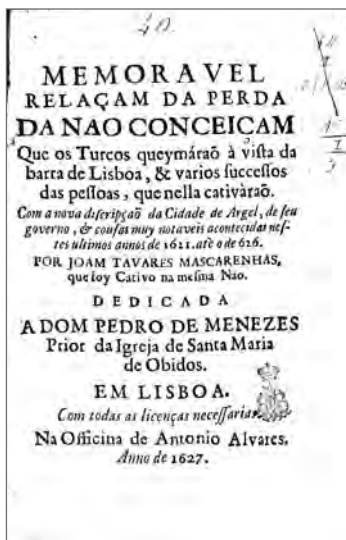
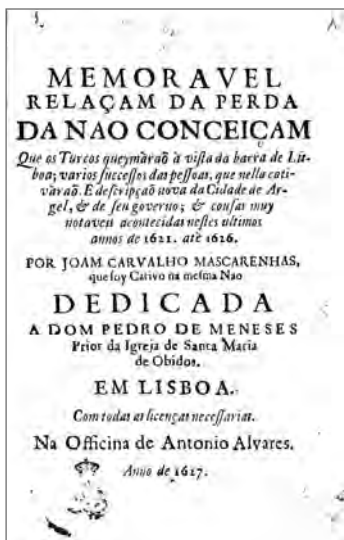
Transcorrido cerca de um século, António Pedroso Galvão estampou, pelo menos, duas edições fraudulentas da mencionada relação de naufrágio, sem grandes preocupações de imitação da *editio-princeps*.



Folha de rosto da *Memoravel relação da perda nau Conceição*, impressa por António Álvares, no ano de 1627.

¹³ ANTT, Inspecção de Bairros, Rossio, maço 40.

¹⁴ MARTINS, Maria Teresa Payan. *Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Colibri, 2012.



Rostos das contrafacções da *Memoravel relação da perda da nau Conceição*, realizadas por António Pedroso Galvão.



António Pedroso Galvão utilizou, como vinheta ornamental, a marca tipográfica de seu tio, João Galvão.

Nas duas impressões apócrifas, o impressor usou, na página 33, como vinheta ornamental, uma marca tipográfica de João Galvão, aquela que apresenta um livro aberto.

A colecção completa da primeira edição dos *Sermões* do Padre António Vieira, constituída por catorze volumes, foi contrafeita na oficina de António Pedroso Galvão. O êxito garantido de vendas e o lucro fácil motivaram, certamente, este impressor a lançar no mercado uma edição, que, sendo falsamente a primeira, se escoava bem, sem indispor o poder instituído, em conflito aberto com a Companhia de Jesus.



Portada da edição original e da contrafacção da parte décima terceira dos *Sermões* de Vieira.

A marca de João Galvão é utilizada como mera vinheta ornamental, numa das páginas da contrafacção do tomo décimo terceiro dos *Sermões* do Padre António Vieira.



A parte décima terceira dos referidos *Sermões*, intitulada *Palavra de Deus empenhada e desempenhada...*, foi impressa em Lisboa, no ano de 1690, por Miguel Deslandes e contrafeita por Pedroso Galvão, no século XVIII.

São muitos os sinais que atestam que António Pedroso Galvão é o responsável pela paternidade desta edição-pirata, mas nenhum é tão inequívoco como a vinheta ornamental que assinala o final do «Sermão de Acção de Graças pelo nascimento do Príncipe D. João Primogénito de SS. Majestades», a páginas 120. Aí se reproduz a marca tipográfica que fora de João Galvão, onde figura a cornucópia.



Primeira e última página da *editio princeps* da *Gramática da Língua Portuguesa*, da autoria de João de Barros.

Vem a propósito mencionar uma situação pouco vulgar, mas isenta de intenções fraudulentas, que envolve um exemplar, pertencente ao espólio da Biblioteca da Ajuda, da raríssima primeira edição da *Gramática da Língua Portuguesa*, da autoria de João de Barros, impressa em Lisboa por Luís Rodrigues, no ano de 1540. Numa descrição bibliográfica muito abreviada desta espécie quinhentista, de que só estão referenciados quatro exemplares, podemos dizer que a *Gramática* ocupa os cinquenta fólhos iniciais e que no verso do último fólho da *Grámatica* começa o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, o qual termina no fólho 61. A preencher o espaço livre desta página, ocupada por três linhas de texto, encontra-se a marca tipográfica do impressor responsável pela publicação desta obra, destinada a «os meninos facilmente aprenderem a ler» e a conhecerem «os mandamentos da Santa Madre Igreja» – Luís Rodrigues.

A raridade desta obra explica-se, naturalmente, por ser um livro didáctico, destinado a crianças. E é a consciência dessa raridade que motiva, no século XVIII, o restauro de um exemplar incompleto, hoje pertencente ao acervo da Biblioteca da Ajuda.



No restauro do exemplar hoje pertencente à Biblioteca da Ajuda, António Pedroso Galvão substituiu a marca tipográfica de Luís Rodrigues pela de seu tio João Galvão.

Tendo debaixo dos olhos um exemplar perfeito da obra em apreço, o impressor encarregado de imprimir os fólhos em falta [59 v., 60 e 60v.] serviu-se do material que tinha à sua disposição: usou um tipo de letra ligeiramente mais miúdo, o que levou a não respeitar a distribuição do texto por página, e não fez questão de mandar abrir uma matriz semelhante à marca tipográfica de Luís Rodrigues. António Pedroso Galvão foi por um caminho mais simples e mais económico: imprimiu a marca de seu tio João Galvão.

Seguiu o original, preencheu o espaço, ornamentou-o e deixou a sua impressão digital, para memória futura¹⁵.

¹⁵ Exemplar pertencente à Biblioteca da Ajuda.

A marca tipográfica e outros símbolos dos impressores de nome António Álvares

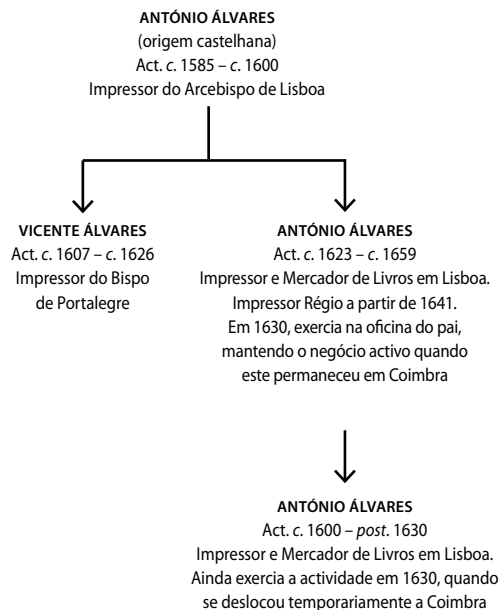
Ana Cristina Torres*

O objectivo desta apresentação é a descrição da marca tipográfica e de outros símbolos, usados por uma família de impressores de nome António Álvares, que trabalharam em Lisboa, numa sequência cronológica compreendida entre cerca de 1585 e 1659. Impõe-se o esclarecimento e a separação daquele material tipográfico que pode ser confundido como marca pessoal, mais não sendo do que um adorno, não só por ter sido usado antes por outros impressores como insígnia profissional, mas também porque a tradição bibliográfica lhes tem dado essa errada designação.

Dados biográficos e da actividade destes impressores

O estudo da actividade dos impressores António Álvares está ainda por fazer, mas, ao pesquisarmos as suas marcas tipográficas, não podemos deixar de nos aperceber dos seus dados biográficos. Conseguimos assim ordenar essas informações, acrescentando novos elementos e corrigindo algumas das afirmações comumente aceites.

Com o nome António Álvares, e membros da mesma família, existiram em Lisboa, não dois impressores (pai e filho), mas sim três (pai, filho e neto), que aí tiveram oficina própria. A estes junta-se ainda o impressor Vicente Álvares, respectivamente filho, irmão e tio dos anteriores (Fig. 1).



1. Genealogia dos Álvares

* CHC/FCSH-UNL.

O primeiro António Álvares era de origem castelhana, e pode conjecturar-se uma ligação de parentesco com os impressores de Sevilha Antón Álvarez (actividade entre 1544 e 1556) e Cristóbal Álvarez (1550-1551)¹. Trabalhou sozinho ou de parceria com outros impressores – Marcos Borges, António Ribeiro, Afonso Lopes e Alexandre de Siqueira – em Lisboa, entre *circa* 1585 e *circa* 1600, com excepção de duas obras executadas em Alcobça (1597). O seu nome aparece pela primeira vez em 1585 na *Primera parte de la Carolea Inchiridion que trata de la vida e hechos del ... Emperador Carlos Quinto*, obra impressa por si e por Marcos Borges e António Ribeiro; sozinho, o seu nome surge pela primeira vez apenas em 1588. Em 1593, assinou a impressão das *Definições da Ordem de Cister* como impressor do arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro. Foi pai dos impressores António Álvares e Vicente Álvares.

No que diz respeito a António Álvares (filho), pode situar-se o seu período de actividade, como impressor e mercador de livros, entre o início do século XVII e *post* 1630.

Em 1618 foi alvo de um processo da Inquisição de Lisboa², por ter imprimido, sem as licenças necessárias, papéis com orações e imagens de Nossa Senhora e de outros santos.

Como pode ler-se no processo, no dia 20 de Setembro de 1618 foi chamado aos Estaus um cego, trazido do Rossio, por estar a vender imagens e orações, impressas sem licenças. Quando inquirido, o cego referiu que dava os aludidos papéis ao povo, por esmola de uma moeda. Quando tinha dinheiro ia comprá-los ao impressor António Álvares, que morava numa travessa junto à rua Nova, que os compunha e imprimia, nada sabendo das licenças. Mas acreditava que as licenças tinham sido pedidas, já que havia mais de quinze anos que comprava semelhantes papéis a António Álvares e a seu irmão, Vicente Álvares, tal como «assim os comprava dantes a António Álvares seu pai, já defunto, sendo vivo, que era impressor castelhano».

Ainda em 1618, António Álvares (filho) apresentou uma petição ao Senado da Câmara de Lisboa para que lhe fosse permitido abrir na cidade uma loja de livreiro, onde colocaria um oficial examinado e se encadernariam e venderiam livros³. Fazia esse pedido por ter uma grande quantidade de obras impressas na sua oficina de Lisboa, e ainda muitos outros livros impressos em Castela, obtidos através de trocas, material que não conseguia escoar e se danificava, dando-lhe muito prejuízo.

¹ DELGADO CASADO, Juan. *Diccionario de impresores españoles (siglos XV-XVII)*. Madrid, Editorial Arco/ Libros, 1996, vol. 1, pp. 26-27.

² ANTT/TSO/IL/Proc. n.º 13031.

³ DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988, (1.ª ed., Lisboa, 1888), pp. 172-175.

A petição foi levada ao juiz do ofício de livreiro, que a rejeitou. A recusa do juiz assentou na contradição do pedido com o regimento do seu ofício, que dizia não ser possível um impressor exercer ao mesmo tempo a actividade de livreiro, mas também por António Álvares não falar verdade na sua petição: não era tão rico como se descrevia, nem tinha tão grande quantidade de livros como indicava, antes exercia o ofício de impressor com bastantes dificuldades. Por tal circunstância, fora chamado várias vezes ao tribunal da Inquisição de Lisboa, assim como o seu irmão, e admoestado, por imprimir e vender obras sem licenças. O interesse em abrir uma loja dever-se-ia ao facto de mais facilmente vender as obras sem licenças, pelo que o Senado da Câmara não deveria autorizar a petição. Esta foi indeferida.

Certo é que António Álvares contornou essa proibição, como diz João José Alves Dias a propósito:

António Álvares deve ter conseguido arranjar alguém com o ofício de livreiro, que deu a cara, pois numa rara edição da *Primeira e Segunda Parte de Crisfal*, impressa por si, em Lisboa, no ano de 1619, se imprimiu «Vende se em sua casa ao poço da fotea».⁴

Também a partir de 1619, assinou obras como mercador de livros e impressor. Em 1630, estava ainda activo, trabalhando na sua oficina em Lisboa, de parceria com o filho. Todavia, nesse mesmo ano, deslocou-se, por breve tempo, a Coimbra⁵.

O último dos António Álvares, o neto, parece ter iniciado a sua actividade como impressor em 1623, como declara na dedicatória ao duque de Bragança D. Teodósio⁶, na *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. O novo impressor dedicou esse primeiro fruto do seu engenho ao duque, mantendo a tradição iniciada por seu pai, António Álvares, que dedicara ao mesmo duque a *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis, por si impressa e custeada, em 1619. No cólofon da *Crónica do Condestável*, datado de 20 de Maio de 1623, António Álvares (neto) assinou como impressor e mercador de livros, tendo a obra sido feita à sua custa.

Em 1630, António Álvares (neto) foi chamado à Casa do Despacho da Inquisição de Lisboa, conjuntamente com todos os impressores lisboetas, para se comprometerem a

⁴ DIAS, João José Alves. *Craesbeeck — Uma dinastia de impressores em Portugal*. Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996, p. XIII. Esclareça-se que tanto a travessa como o largo do «Poço da Fotea» (ou «Foteia»), se situavam, na época, na freguesia da Conceição de Lisboa.

⁵ AZEVEDO, Pedro de, «Os impressores de Lisboa em 1630» in *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa*, 2.ª série, vol. 1, n.º 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, pp. 169-174.

⁶ D. Teodósio, 1568-1630, sétimo duque de Bragança e pai do rei D. João IV.

nada imprimirem sem licença do Conselho Geral da Inquisição, sob pena de graves castigos. António Álvares disse que imprimia na oficina de seu pai e que este estava ausente por ter ido a Coimbra.

Por esse documento da Inquisição de Lisboa, transcrito por Pedro de Azevedo, em 1916, verifica-se que existiam em 1630, em Lisboa, cinco impressores activos: os dois António Álvares, Pedro Craesbeeck, Jorge Rodrigues e Mateus Pinheiro.

António Álvares (neto) foi nomeado por D. João IV impressor régio, sucedendo nesse cargo a Lourenço Craesbeeck, porventura pela mudança deste para a cidade de Coimbra⁷. A última obra impressa por António Álvares (neto) localizada, tem a data de 1659 e intitula-se *Tratado de la oración, y meditación compuesto por el S. P. Fr. Pedro de Alcantara...*

A marca tipográfica e as supostas marcas

Esta família teve uma única marca tipográfica e utilizou outros símbolos, a que chamaremos *supostas* marcas, material que algumas vezes os Álvares trocaram entre si. Vamos apresentá-las por ordem cronológica, tal como foram aparecendo impressas ao longo do tempo.

A primeira dessas supostas marcas foi usada por António Álvares (pai) no rosto de duas obras de Cícero, em 1590 e 1591, respectivamente, *Dos Deveres (De Officiis)*, edição feita de parceria com Afonso Lopes, e as *Cartas Familiares (Epistolae ad Familiares)*, impressas à custa do livreiro Simão Lopes⁸ (Figs. 2a e 2b).

Trata-se da representação, sem legenda, de um grifo que sustém com as garras um paralelepípedo, no qual está suspensa uma esfera alada. É muito semelhante à marca usada por Sébastien Gryphe (e pelos seus descendentes). Impressor e livreiro, em Lyon, trabalhou por conta própria entre 1528 e 1556 e escolheu o grifo como insígnia, numa clara alusão ao seu apelido, com a legenda VIRTUTE DVCE, COMITE FORTVNA. Esta legenda, que pertence a uma frase de Cícero, foi retirada das *Epistolae ad Familiares*, 10, 3, de uma carta dirigida pelo autor a Munatius Plancus (tido por fundador de Lyon), e pode traduzir-

⁷ Lourenço Craesbeeck imprimiu em Lisboa entre 1632 e 1638, conservando os títulos de cavaleiro da Casa Real e de impressor régio, nomeações que seu pai, Pedro Craesbeeck, detivera em vida – em 1648, em Coimbra, Lourenço ainda assinava como «impressor del Rei». Em 1638 mudou-se para Coimbra, aí trabalhando como impressor, só ou com Diogo Gomes de Loureiro, até 1648. Durante a sua laboração em Coimbra, Lourenço Craesbeeck utilizou os mesmos tipos de Diogo Gomes de Loureiro. Cf. DIAS, João José Alves, *op. cit.*, pp. XIII-XIV. Ver tb. DESLANDES, Venâncio, *op. cit.*, nota à p. 171.

⁸ Apesar da imprecisão, registre-se o que a propósito deste grifo usado por António Álvares (pai) disse António Joaquim Anselmo na *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, reedição de 1977, p. 1: «[António Álvares, (pai)] não usou marca, a não ser que como tal se queira considerar o grifo pousado num livro que, de resto, só aparece na edição das *Epístolas familiares* de Cícero.»



2a. Gravura utilizada por António Álvares, em 1591



2b. Marca tipográfica de Sébastien Gryphe, em 1541

-se por: «Com a Virtude como guia e a Fortuna como companheira [tiveste as maiores conquistas]»⁹.

A interpretação da marca de Sébastien Gryphe deve ser feita tendo por base a legenda. O grifo, que congrega em si a força terrena do leão (rei dos animais terrestres) e a vigilância aérea e sábia da águia (rainha das aves), sustenta com as garras um paralelepípedo, símbolo da solidez e estabilidade da Virtude, sob o qual pende uma esfera alada, que representa as oscilações da Fortuna.

A associação de um paralelepípedo com uma esfera é muitas vezes entendida como uma representação da totalidade do terreno com o celestial, da dimensão humana com a dimensão espiritual e divina. Assim, para que o impressor alcançasse a perfeição da sua obra, era preciso que fosse diligente e perseverante, e que fosse, não só guiado pela Virtude, mas também acompanhado pela boa Sorte (Engenho e Fortuna).

⁹ BATS, Raphaëlle; MIACHON, Coralie; MONTLAHUC, Marie-Laure e SCHMAUCH-BLENY, Roseline. Direction de Raphaëlle Mouren, conservateur des bibliothèques, directeur adjoint, Cité du Livre, Aix-en-Provence. *Étude de la production éditoriale de Sébastien Gryphe sur deux années caractéristiques: 1538 et 1550*. Diplôme de conservateur de bibliothèque. Mémoire de Recherche – Junho 2006, (versão online), pp. 17-18, 21 e 53-55.



3. A mesma gravura foi usada por Vicente Álvares, em 1607, no final do *Tratado da prática de Arismética*.

Não obstante a semelhança entre a marca tipográfica de Sébastien Gryphe e a gravura usada por António Álvares no rosto das referidas edições, esta não deve ser encarada como uma marca deste último, mas antes como um ornato, embora com influências prováveis do emblema do célebre impressor lionês e dos que se lhe seguiram.

A mesma matriz de António Álvares foi posteriormente usada pelo seu filho Vicente Álvares, que a imprimiu no final do *Tratado da prática de Arismética*, de Gaspar Nicolas, dado ao prelo na sua oficina, em 1607 (certamente um dos seus primeiros trabalhos como impressor) (Fig. 3).

A utilização do emblema profissional de António Ribeiro

António Álvares (pai) colaborou com António Ribeiro, que foi impressor e livreiro. António Ribeiro usou uma única marca tipográfica, com a qual personalizou o rosto ou o fólio final de alguns dos seus trabalhos. Trata-se de uma marca de forma oval, rematada, no topo, pela cabeça de um leão, e, na base, por um pomo. No plano central, destaca-se uma frondosa palmeira, coroada, sobre a qual um sol humanizado brilha. Ladeando esta árvore, estão dois homens sentados segurando, cada um deles, um pote de onde brota água. São a personificação dos rios «DORO» e «MIÑO», respectivamente à esquerda e

à direita, conforme a legenda em castelhano, que os identifica (Fig. 4).

O mote latino *VIRTUS MEDIA VTROQUE GAUDET* contorna a cena. Este lema relaciona-se com a máxima popular «no meio está a Virtude», a qual, por estar nessa posição («*Virtus media*»), se deleita («*gaudet*») com ambos os lados («*utroque*»). A pujança e a exuberância da palmeira, coroada e iluminada pelo vibrante sol, ilustram o carácter excepcional do centro, o que, conseqüentemente, remete neste caso para a zona intermédia dos dois rios, o chamado Entre-Douro-e-Minho português.

A actividade como impressor de António Ribeiro decorreu, sensivelmente, entre 1574 e 1590, em Lisboa, onde teve tipografia; depois de 1581, foi também livreiro, com loja aberta. Por tal circunstância, admite-se que a referência à região de Entre-Douro-e-Minho na marca tipográfica, possa ter sido uma homenagem do impressor ao local onde nascera¹⁰.

Esta marca, desprovida já da sua ligação com o impressor, foi usada em pelo menos duas obras impressas pelos Antónios Álvares. Em 1595, surgiu no rosto do *Manual de Epicteto...*, traduzido para português por Frei António de Sousa. Depois de um hiato de vários anos, a antiga marca de António Ribeiro surgiu de novo, em 1645, impressa junto ao cólofon da *Comedia famosa, intitulada la maior hazaña de Portugal*, mas amputada já das palavras «Doro» e «Miño», que identificavam as duas figuras masculinas sentadas (Figs. 5a e 5b).

Todavia, neste caso há uma clara afinidade entre o autor da obra, o licenciado Manuel Araújo de Castro, e a eventual exaltação do Entre-Douro-e-Minho português da antiga marca. Manuel Araújo de Castro era natural da vila minhota de Monção e reitor da igreja de São Pedro de Merufe, no concelho de Monção e arcebispado de Braga. O autor, na dedicatória que fez à rainha D. Luísa de Gusmão, relewa a sua lealdade e alegria pela ascensão ao trono do rei português — a maior «hazaña (façanha) de Portugal»:



4. A marca tipográfica de António Ribeiro estampada num trabalho seu, em 1576.

¹⁰ ANSELMO, Artur. *Livros e mentalidades*. Lisboa, Guimarães Editores, 2002, pp. 92-94. Pode consultar-se ainda CUNHA, Xavier da, *Impressões deslandesianas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, vol. 2, pp. 350-352 e ANSELMO, António Joaquim, *op. cit.*, p. 267.



5a. Em 1595, António Álvares (pai) usou a marca tipográfica de António Ribeiro no rosto do *Manual de Epicteto*.



5b. Final da *Comédia famosa intitulada la mayor hazaña de Portugal*, impressa por António Álvares (neto), em 1645.

Eu, posto que eclesiástico, nesta fronteira de Galiza, Ribeira do Minho, aonde assisto, em todas as ocasiões que me competirem com as armas e pessoa, de minha parte farei o que devo no serviço d'el-Rei meu Senhor. Na suspensão da guerra este inverno, sobre a ditosa aclamação, tirei em limpo esta comédia, que fiz em língua espanhola, assim por ser natural de V. Real Majestade, e mui engraçada para semelhantes obras, como também porque Castela saiba ler em língua sua, glórias nossas. Este humilde serviço ofereço à protecção de V. Real Majestade, em companhia d'el-Rei meu Senhor com prósperos sucessos desta Lusitana Monarquia [...].

A marca tipográfica desta família

Os homónimos António Álvares tiveram uma única marca tipográfica, a qual, aparentemente, aparece pela primeira vez, em 1608, no rosto e antes do cólofon da obra de Frei Diego Murillo, *Discursos predicables sobre todos los Evangelios...*, e pela última vez, em 1651, no rosto das obras *O pastor peregrino* e *O desenganado*, de Francisco Rodrigues Lobo. Entre estas duas datas, a mesma marca surge em várias obras e anos, no rosto ou no cólofon, por vezes em conjunto com uma das outras supostas marcas (Fig. 6).



6. Insignia dos impressores António Álvares que surge, entre 1608 e 1651, no rosto ou no cólofon de trabalhos seus.

No interior da oval, vê-se um caminheiro, com alforje e bordão, que observa o topo da montanha e o caminho sinuoso que terá de subir para atingir o cume. A cena é circundada pela legenda VIAS TVAS DOMINE DEMONSTRAM MIHI¹¹ («Senhor, mostra-me os teus caminhos»). Quatro «putti», um de cada lado, em cima e em baixo, emolduram o conjunto, com os rostos dirigidos para o interior da cena. Na base, surgem as iniciais do impressor «ATO. ALZ.», ou seja, «Antonio Alvarez», inscritas numa cartela.

A legenda foi retirada de um passo do Livro de Salmos, 24, 4, da *Vulgata Latina* (Salmos 25, 3 e 4, nas traduções actuais): «confundantur omnes iniqua agentes supervacue vias tuas Domine demonstra mihi et semitas tuas doce me» («Sejam confundidos todos os que em vão cometem iniquidades. Mostra-me, Senhor, os teus caminhos e ensina-me as tuas veredas»).

¹¹ Esta legenda surge também na edição alargada das *Devises Heroïques* de Claude Paradin (Lyon, 1557), como sendo a divisa de Andrea Doria, almirante de Génova e comandante naval do Imperador Carlos V. Aí se diz que Andrea Doria, antes da tomada de Tunes, tinha inscrita, na proa da sua galera, uma estrela de raios flamejantes e esta divisa, como forma «de invocar o acompanhamento, a direcção e o poder de Deus».

Para o seu emblema, o impressor escolheu o tema do «homo viator» (homem viandante ou peregrino), concebendo a vida como uma viagem, trilhada, neste caso, no caminho de Deus, aquele que conduz à salvação e à vida eterna. Como homem e impressor, ao trilhar essa via, as dificuldades do seu percurso constituem uma forma de amadurecimento, de aperfeiçoamento e de sabedoria¹².

Uma suposta marca como contrafacção de um emblema tipográfico

António Álvares (filho) usou uma outra suposta marca no rosto da edição de 1617 das *Novelas Exemplares*, de Miguel de Cervantes Saavedra. Contudo, na página final da obra, após o texto e antes do cólofon, fez imprimir o seu emblema pessoal (a imagem do «peregrino»).

Em 1622, aquele símbolo surgiu de novo, no rosto das *Comédias famosas portuguesas* de Francisco de Sá de Miranda e António Ferreira, dedicadas a Gaspar Severim de Faria; e, em 1627, no rosto da edição de *Las obras de Publio Virgilio Maron*, traduzidas para castelhano por Diego Lopez (Fig. 7).

A gravura tem a forma oval; é cercada por uma moldura adornada por volutas, frutos e ramagem e limitada, no topo, pela cabeça de um leão e, na base, pela de um anjo. No centro, visualiza-se, à esquerda, um braço enluvado que, saindo das nuvens, segura um falcão encapuçado, enquanto, mais à direita, um leão jacente dormita. Toda a cena é envolvida pela legenda latina: POST TENEBRAS SPERO LVCEM («Depois das trevas espero a luz»). Esta legenda foi retirada do Livro de Job, 17, 12 (*Vulgata Latina*): «noctem verterunt in diem et rursum post tenebras spero lucem», de tradução possível: «trocaram a noite em dia, e, de novo, depois das trevas, espero a luz.»

Analisada em pormenor, verifica-se que esta suposta marca de António Álvares é uma imitação grosseira da insígnia profissional usada por Juan de la Cuesta, na primeira edição de *El ingenioso hidalgo Don Quixote de la Mancha* (Madrid, 1605), e nas edições da *Segunda parte del ingenioso cavallero Don Quixote de la Mancha* (1615) e das *Novelas Exemplares* de Miguel de Cervantes Saavedra (1613). Por tal circunstância, foi erradamente atribuída à marca de Juan de la Cuesta uma ligação com Cervantes, facto já corrigido por Francisco Vindel¹³, entre outros autores.

¹² Sousa Viterbo interpretou de forma diferente esta marca, como diz, a propósito da sua impressão, em 1644, na obra *Sermones para las festividades de Christo* do licenciado Pedro Avendaño: «No fim do volume, em folha solta, o escudo do livreiro – Moisés diante da rocha donde mana água, e o dístico “Demonstrat mihi vias tuas Domine”». In *A litteratura hespanhola em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 26.

¹³ VINDEL, Francisco. *Escudos y marcas de impresores y libreros en España durante los siglos XV a XIX (1485-1850) con 818 facsimiles*. Barcelona, Editorial Orbis, 1942. p. XIX.



7. Gravura usada pelos impressores António Álvares, estampada no rosto de três obras de 1617, 1622 e 1627.





8. Marca tipográfica de Juan de la Cuesta utilizada, quer nas edições cervantinas, quer em outras obras. Aqui, na primeira edição das *Novelas Exemplares*, 1613.

Vindel afirma que esta marca foi usada antes por Pedro Madrigal (Madrid, 1586-1594). Depois da sua morte, a viúva e herdeira contratou Juan de la Cuesta para dirigir a oficina. Este conservou o material tipográfico de Pedro Madrigal, bem como a sua marca, que usou, não só nas edições cervantinas, mas também em outras obras que imprimiu (Fig. 8).

Acompanhada da sua legenda, a representação simbólica da marca de Juan de la Cuesta/Pedro Madrigal pode ser interpretada da seguinte forma: enquanto o leão dormita, envolvido pelas trevas, já o falcão está desperto e alerta, pronto para a caçada. Mas também esta ave, por estar encapuçada, anseia que lhe seja retirada a venda, para poder voar por cima das nuvens e alcançar a luz, com toda a sua intensidade. O leão está associado, simbolicamente, ao sol, pela sua cor amarelada, pela sua força e energia, e até mesmo pela sua juba, semelhante aos raios de luz. Devido ao seu poder, diz-se que o leão pode olhar o sol de frente, sem pestanejar. Também o falcão, em muitas culturas antigas, era considerado a epifania do próprio sol.

É, sem dúvida, uma notável metáfora do alcance da imprensa que permite, rápida e amplamente, fazer chegar a luz do conhecimento, intelectual e/ou religioso, a todos os que antes estavam nas trevas. Sabe-se da importância que a imprensa teve na divulgação das ideias reformistas e também no intenso controlo a que foram sujeitos os autores, impressores e livreiros pela censura inquisitorial.

Pedro Salvá no catálogo da sua biblioteca¹⁴, ao descrever uma segunda edição das *Novelas Exemplares*, com pé de imprensa de “Madrid, Juan de la Cuesta, 1614”, observou que a marca tipográfica existente na folha de rosto não era a legítima de Juan de la Cuesta/Pedro Madrigal, mas sim uma cópia, pelo que concluiu ser esta edição uma contrafacção¹⁵.

¹⁴ *Catálogo de la Biblioteca de Salvá escrito por D. Pedro de Salvá y Mallen e enriquecido con la descripción de otras muchas obras, de sus ediciones, etc.* Valencia, Imprenta de Ferrer de Orga, 1872, tomo II, p. 126, n.º 1744.

¹⁵ Como diz Maria Teresa Payan Martins, em *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, FCG-FCT, 2005, pp. 14-15: «A contrafacção é a reprodução fraudulenta de um livro autorizado. Esta ope-

Salvá, que conhecia a edição das *Comédias famosas portuguesas* de António Ferreira e Sá de Miranda feita por António Álvares, comparou as duas marcas e verificou serem diferentes. Registrou assim três marcas semelhantes: a legítima, de Juan de la Cuesta/Pedro Madrigal, e duas cópias – uma, usada em Lisboa, no rosto das *Comédias famosas portuguesas* de António Ferreira e Sá de Miranda (referida por nós atrás como uma suposta marca), e uma outra cópia, usada na contrafacção das *Novelas Exemplares* de Cervantes, que Salvá admitiu ter sido feita também por António Álvares, já que sabia da existência duma edição lisboeta desta obra, de 1617, embora não tivesse visto nenhum exemplar.

Anos mais tarde (1982), Jaime Moll¹⁶ investigou esta questão, analisando o rosto e o material tipográfico destas edições e concluiu que a contrafacção das *Novelas Exemplares*, de 1614, tinha sido feita em Sevilha por Gabriel Ramos Bejarano¹⁷, no mesmo ano – daí a existência de uma segunda cópia da marca tipográfica. Gabriel Ramos Bejarano, em Sevilha, fez uma edição contrafeita, contornando os privilégios régios de impressão, atribuídos por dez anos ao autor e vendidos por este ao livreiro Francisco de Robles, com direitos de exclusividade unicamente para os reinos de Castela e de Aragão. O interesse económico neste tipo de obras ilegais era óbvio: Sevilha não só estava longe da coroa, como era a via de passagem para a América e o Oriente (Fig. 9).



9. Contrafacção da primeira edição, com a data de 1614; impressa em Sevilha por Gabriel Ramos Bejarano.

ração de pirataria comercial, que evidencia o carácter de “*marchandise*” que o livro encerra, tal como qualquer outro produto industrial, é altamente vantajosa para o infractor.»

¹⁶ «*Novelas Ejemplares*, Madrid, 1614: Edición contrahecha sevillana»; «De nuevo sobre *Novelas Ejemplares*, Madrid, 1614», in *De la imprenta al lector – Estudios sobre el libro español de los siglos XVI al XVIII*. Editorial Arco/Libros, Madrid, 1994, pp. 29-40 e 41-44, respectivamente. O primeiro trabalho foi publicado originalmente nos *Annales Cervantinos*, XX, 1982, pp. 125-133.

¹⁷ Gabriel Ramos Bejarano imprimiu em Córdova entre 1585 e 1609 e em 1620; em Marchena, em 1621; em Sevilha, entre 1609 e 1623; em 1624, nesta mesma cidade, a sua viúva prosseguiu o seu trabalho com os mesmos tipos. Cf. DELGADO CASADO, Juan, *op. cit.*, vol. 2, pp. 571-573. Ver tb. Jaime Moll, *op. cit.*



10. Edição legítima das *Obras* de Virgílio impressas por Juan de la Cuesta, em 1614.



10. Contrafacção efectuada por António Álvares, com data de 1614, tendo no rosto, a cópia da marca tipográfica de Juan de la Cuesta.

Mas terá acontecido algo semelhante com a suposta marca usada por António Álvares? Jaime Moll responde afirmativamente. Em 1614, Juan de la Cuesta imprimiu uma edição de *Las obras de Publio Virgilio Maron*, traduzidas para castelhano por Diego Lopez, usando no rosto a sua marca. Desta edição fez António Álvares uma contrafacção, provavelmente no mesmo ano, imitando igualmente a marca de Cuesta¹⁸ (Fig. 10). Posteriormente, em 1617, 1622 e 1627, António Álvares utilizou esta marca contrafeita, ornamentando o rosto das obras impressas de forma legal, já referidas¹⁹ (ver Fig. 7).

¹⁸ Agradecemos ao Professor Julián Martín Abad ter feito chegar às nossas mãos estes trabalhos de Jaime Moll, bem como à Biblioteca de Catalunya, em Barcelona, a ajuda prestada na digitalização do rosto do seu exemplar Res. 314-12.

¹⁹ Apesar do seu rigor, Venâncio Deslandes enganou-se quando afirmou ser esta a marca de António Álvares (pai): «A marca do impressor António Álvares, pai, era um braço saindo de uma nuvem, tendo na mão um falcão pousado, e em baixo um leão dormindo, tudo encerrado num oval, a que faz orla a letra: "Post tenebras spero lucem". É o mesmo emblema de que se serviu Juan de la Cuesta, impressor em Segóvia e depois em Madrid, onde lhe estava reservada a glória de tirar, em 1605, a primeira estampa do Don Quixote de la Mancha, do imortal Miguel de Cervantes Saavedra, inestimável glória que o fez para sempre memorável.» *Op. cit.*, pp. 171-172.

No caso da impressão das *Novelas Exemplares* (1617) tratou-se, na verdade, de uma edição licenciada (com licenças da Inquisição, do Ordinário e do Paço) mas não autorizada, quer pelo seu autor, quer por Francisco de Robles. Como já referido, a exclusividade de impressão das obras cervantinas estava circunscrita aos reinos de Castela e de Aragão. Fora desses reinos, apenas era necessário obter as licenças para que as obras pudessem circular sem sanções legais. Neste caso, António Álvares conseguiu, sem problemas, as licenças portuguesas para a sua edição de 1617. Contudo, segundo Jaime Moll, para fazer a sua impressão das *Novelas Exemplares*, António Álvares ter-se-á servido da edição sevilhana contrafeita, de 1614, provavelmente a única que encontrou, e não da edição original, madrilena e de 1613, conforme se poderá constatar cotejando os respectivos exemplares.

Um outra questão a considerar é a seguinte: entre 1625 e 1634, a *Junta de Reformación*, instituída pelo rei Filipe IV, de Castela, proibiu a autorização de licenças para a impressão de comédias e novelas, por serem consideradas moralmente inadequadas. Deste modo, durante dez anos o Conselho de Castela não licenciou tal tipo de obras. Esta proibição deu origem a muitas edições contrafeitas e clandestinas, algumas delas também estudadas por Jaime Moll²⁰.

Porém, localizámos um possível exemplar cujo rosto apresenta a marca contrafeita por António Álvares: *Parte veinte ocho de las varias comedias famosas de los insignes poetas de España*. Pensamos tratar-se de uma edição clandestina, com *fausse adresse*: «Año 1634. En Barcelona. Por Geronymo Margarit», mas certamente feita em Lisboa, por António Álvares (Fig. 11).

Estando a fazer o estudo desta edição, não referida por Jaime Moll nos seus trabalhos, podemos, salientar o interesse comercial de António Álvares também pelas falsificações de teatro, provavelmente para serem comercializadas em Sevilha. Era natural que assim tivesse acontecido porque os impressores António Álvares eram descendentes de espa-



11. Edição clandestina, com *fausse adresse*, provavelmente executada por António Álvares, visto apresentar a marca contrafeita

²⁰ MOLL, Jaime. «Diez años sin licencias para imprimir comedias y novelas en los Reinos de Castilla: 1625-1634», in *Boletín de la Real Academia Española*, ano 1974, tomo 54, n.º 271, pp. 97-103. Madrid, Real Academia Española, 1974.

nhóis, eram bilingues (como se pode verificar nos textos, redigidos em castelhano, de vários prólogos e dedicatórias assinados por eles) e mantinham relações comerciais com Castela (como disse António Álvares, filho, em 1618, na petição que apresentou ao Senado da Câmara de Lisboa para abrir uma loja de livreiro).

A terminar, queremos chamar a atenção para o interesse do estudo das marcas tipográficas, não apenas em casos esporádicos, mas num âmbito mais geral. A análise destas marcas como «pinturas falantes» desvenda aspectos da mentalidade da época, aos níveis cultural, religioso, político, poético, artístico, etc.

Destacámos neste texto a forma como as marcas tipográficas, e outro material de gravação, circulavam entre os impressores portugueses, quer entre membros da mesma família, o que é natural, quer entre os colegas de ofício. Referimos também a marca de António Ribeiro.

Salientamos ainda como os impressores portugueses dos séculos XVI e XVII estavam a par do que se fazia no estrangeiro em termos tipográficos, tendo por isso copiado, com intuítos comerciais, o que aí era feito, quer de forma legal (por exemplo, a marca de Sébastien Gryphe), quer de forma ilegal (no caso, a impressão contrafeita de uma obra de Juan de la Cuesta, ou a edição clandestina atribuída a Geronymo Margarit, Barcelona). Porque, também para o estudo das obras contrafeitas e clandestinas, o conhecimento das marcas tipográficas se revela de uma grande importância.

Bibliografia

Fontes Impressas

- ANSELMO, António Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, reedição de 1977. (1.ª edição, Lisboa, 1926).
- ANSELMO, Artur. *Livros e mentalidades*. Lisboa, Guimarães Editores, 2002.
- AZEVEDO, Pedro de. «Os impressores de Lisboa em 1630», in *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa*, 2.ª série, vol. 1, n.º 2. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, pp. 169-174.
- BATS, Raphaëlle; MIACHON, Coralie; MONTLAHUC, Marie-Laure e SCHMAUCH-BLENY, Roseline. Direction de Raphaëlle Mouren, conservateur des bibliothèques, directeur adjoint, Cité du Livre, Aix-en-Provence. *Étude de la production éditoriale de Sébastien – Gryphe sur deux années caractéristiques: 1538 et 1550*. Diplôme de conservateur de bibliothèque. Mémoire de Recherche – Junho 2006, (versão online).
- BIEDERMANN, Hans. *Dicionário ilustrado de símbolos*. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1993.

- CATÁLOGO de la Biblioteca de Salvá escrito por D. Pedro de Salvá y Mallen e enriquecido con la descripción de otras muchas obras, de sus ediciones, etc, tomo II. Valencia, Imprenta de Ferrer de Orga, 1872.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dictionnaire des symboles*. Paris, Robert Laffont/Jupiter, 1987.
- COOPER, J. C. *An Illustrated Encyclopaedia of Traditional Symbols*. Londres, Thames and Hudson, 1978.
- CUNHA, Xavier da. *Impressões deslandesianas – Divagações bibliográficas*. Lisboa, Imprensa Nacional, 2 vols., 1895-1896.
- DELGADO CASADO, Juan. *Diccionario de impresores españoles (siglos XV-XVII)*, 2 vols. Colección Instrumenta Bibliologica, Director Julián Martín Abad. Madrid, Editorial Arco/Libros, 1996.
- DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII. Reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1888 da Biblioteca da INCM*. Introdução de Artur Anselmo. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- DIAS João José Alves. *Craesbeeck – Uma dinastia de impressores em Portugal*. Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996.
- MARTINS, Maria Teresa Payan Martins. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.
- MOLL, Jaime. «Diez años sin licencias para imprimir comedias y novelas en los Reinos de Castilla: 1625-1634», in *Boletín de la Real Academia Española*, tomo 54, ano 1974, n.º 271, pp. 97-103. Madrid, Real Academia Espanhola, 1974.
- IDEM. «*Novelas Ejemplares*, Madrid, 1614: Edición contrahecha sevillana», in *De la imprenta al lector – Estudios sobre el libro español de los siglos XVI al XVIII*. Colección Instrumenta Bibliologica, Director Julián Martín Abad. Editorial Arco/Libros, Madrid, 1994, pp. 29-40.
- IDEM. «De Nuevo sobre *Novelas Ejemplares*, Madrid, 1614», in *De la Imprenta al Lector – Estudios sobre el Libro Español de los siglos XVI al XVIII*. Colección Instrumenta Bibliologica, Director Julián Martín Abad. Editorial Arco/Libros, Madrid, 1994, pp. 41-44.
- PARADIN, Claude. *Devises Heróïques*. Lyon, Jean de Tournes e Guillaume Gazeau, 1557, (versão online).
- VINDEL, Francisco. *Escudos y marcas de impresores y libreros en España durante los siglos XV a XIX (1485-1850) con 818 facsimiles*. Barcelona, Editorial Orbis, 1942.
- VITERBO, Sousa. *A litteratura hespanhola em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.

Fonte manuscrita

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa. Processo de António Álvares, n.º 13031.

As marcas de Pedro Ferreira

Ana Teresa Brito*

Esta comunicação baseia-se em grande parte na dissertação de mestrado que realizei, sob a orientação do Senhor Professor Artur Anselmo, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, intitulada “A actividade tipográfica de Pedro Ferreira em Lisboa (1723-1769)”, que defendi em Janeiro de 2009. Na dissertação, procurei reconstituir a biografia e o percurso profissional deste impressor, assim como fazer o levantamento o mais exaustivo possível das obras por ele impressas. A minha atenção não se centrou nas marcas tipográficas, apesar de ter referido numa passagem rápida uma delas.

Pedro Ferreira, filho de Manuel João e de sua mulher, Antónia Ferreira, moradores em Anaguéis, na freguesia de Almalaguês, bispado de Coimbra, foi baptizado em 4 de Fevereiro de 1686 naquela freguesia. Os seus pais casaram-se na Igreja de S. Tiago de Almalaguês em 25 de Maio de 1671 e tiveram seis filhos: Maria, baptizada em 22 de Maio de 1672, Manuel, em 17 de Fevereiro de 1675, João, em 6 de Março de 1678, Miguel, em 10 de Março de 1680 e, depois de Pedro, em 1686, Francisca, em 2 de Abril de 1690. Foi, portanto, o quinto dos seis filhos.

São desconhecidas a data e as circunstâncias que levaram Pedro Ferreira a fixar-se em Lisboa, mas pensa-se que antes de 1713 já vivia na capital, porque terá sido por volta deste ano que a sua filha, natural da cidade de Lisboa, aqui terá nascido, na freguesia de São Nicolau. O impressor teria, então, 27 anos.

Pedro Ferreira foi casado com Maria Teresa, natural do lugar do Paiol, freguesia de Aldeia Galega da Merceana, comarca de Alenquer. Pedro Ferreira e Maria Teresa tiveram, pelo menos, três filhos: João e Carlos Ferreira Baptista, que trabalharam na oficina do pai, e Teresa de Jesus da Conceição. Fruto do casamento desta sua filha com António Rodrigues Beja, sapateiro, nasceu em 1738 um filho, Feliciano António Baptista, que viria a trabalhar na oficina do avô e a ser alvo de um processo na Inquisição de Lisboa, em 1762, por dar ao prelo um romance sem as licenças necessárias.

* Câmara Municipal de Lisboa.

Pedro Ferreira faleceu em Lisboa, em 26 de Outubro de 1769, com 83 anos de idade, já viúvo de Maria Teresa, que tinha falecido oito anos antes, no dia 27 de Fevereiro de 1761. Morreu sem ter recebido os sacramentos, porque, como atesta o assento de óbito, “a qualidade da moléstia não deu a isso lugar”. Não fez testamento. Foi sepultado na Igreja de S. José.

De acordo com a informação que foi possível apurar, Pedro Ferreira não iniciou a sua vida profissional como livreiro ou mercador de livros, como aconteceu com outros impressores, mas no mundo da tipografia, em oficinas de outros impressores, onde terá feito a aprendizagem deste ofício. Sabemos que trabalhou na oficina de António Manescal, localizada na Rua Nova, em Lisboa, por este o ter dito no processo de averiguação que a Inquisição de Lisboa moveu contra Pedro Ferreira, em 1724, que o acusou de ter dado ao prelo sem as licenças necessárias um “papel” que anunciava um certame poético organizado pela Academia dos Aplicados, e que a Prof. Maria Teresa Payan Martins referiu a propósito de António Pedroso Galvão, uma das testemunhas.

Este incidente na Inquisição no segundo ano de actividade da sua oficina, em 1724, não impediu que Pedro Ferreira viesse a ocupar, ao longo da sua carreira profissional, o cargo de impressor de três entidades distintas. Foi impressor da Corte de Maio de 1730 a Julho de 1731, tendo sido nomeado “por ser pessoa suficiente e capaz para servir no dito ministério”, como se afirma na carta de privilégio; entre Junho e Julho de 1731, acumulou o cargo de impressor da Corte com o de impressor da Província dos Frades de S. Francisco de Portugal; e, depois de seis meses sem ter ostentado nenhum cargo no pé-de-imprensa ou no cólofon das obras que imprimiu (entre Julho de 1731 e Janeiro de 1732), foi nomeado impressor da Rainha, em 1732, cargo que manteve até ao final da sua vida. A nomeação, ocorrida no dia 10 de Janeiro de 1732, ficou a dever-se ao facto de o lugar se encontrar vago, por falecimento do impressor José Lopes Ferreira.

Quatro anos mais tarde, em 1736, Pedro Ferreira voltou a dirigir-se à Rainha, pedindo-lhe agora que aceitasse o seu filho, João Ferreira, no cargo que ele próprio ocupava, porque Pedro Ferreira dizia que, devido aos “seus anos e achaques¹, não podia continuar na ocupação, a qual exercitava seu filho João Ferreira, administrando a oficina com boa satisfação”. No dia 4 de Dezembro de 1736, D. Maria Ana de Áustria determina: “Hei por bem fazer-lhe a mercê de o aceitar por oficial de minha Casa no lugar em que servia seu pai para me servir como os mais oficiais dela e gozará de todas as honras, privilégios e liberdades que logram os meus criados.” Apesar da forma verbal “servia”, Pedro Ferreira

¹ Pedro Ferreira tinha, na altura, cerca de 50 anos.

continuou a ocupar o cargo de impressor da Rainha e a ostentá-lo em todas as publicações saídas dos seus prelos até ao final da sua vida, ou seja, por mais 33 anos.

Todos os elementos que conseguimos obter acerca de Pedro Ferreira apontam para que este impressor não tenha vivido de forma abastada. Pelo contrário, passou por dificuldades financeiras, e um desses momentos levou-o a contrair um empréstimo, em 1744, junto da Irmandade de Nossa Senhora da Doutrina, uma das irmandades sediadas na Igreja de São Roque, no valor de 200\$000 réis a juro de 6,25%. Relativamente a esse empréstimo, ia pagando anualmente a quantia de 12\$500 réis. Em 1754, dez anos depois, celebrou um novo contrato com a Irmandade da Doutrina. No ano seguinte, ocorreu o terramoto de Lisboa e a situação de Pedro Ferreira piorou.

No livro de registo de despesa desta Irmandade que diz respeito aos anos de 1762 e 1763, incluído no conjunto documental da Administração do Património da Congregação de Nossa Senhora da Doutrina, pertencente ao fundo do Hospital de São José, e que se encontra à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, podemos ler, na rubrica “Despesa com os gastos que se fizeram nos litígios pertencentes à Fábrica”, o seguinte: “Com o caminheiro que foi ao lugar do Outeiro notificar o depositário para trazer os bens à praça na penhora que se fez ao fiador de Pedro Ferreira 1\$600”. Parece, então, que só em 1763 a questão da dívida ficou resolvida, ao que parece com a penhora dos bens do seu fiador.

A actividade de Pedro Ferreira sofreu bastante com o terramoto de 1755. A oficina, que durante 32 anos tinha estado localizada no Calçado Velho, junto ao Arco de Jesus, na freguesia de São Nicolau, foi transferida, em Janeiro de 1755, para a Rua Nova dos Ferros, frente à Igreja da Conceição Nova, uma das zonas mais afectadas pelo terramoto e pelo incêndio que se lhe seguiu. Pedro Ferreira perdeu todo ou quase todo o seu material tipográfico. Devido aos estragos, viu-se obrigado, durante os dois anos seguintes, a procurar outros locais, agora mais afastados do centro da cidade: foi para o cimo da calçada de Arroios e, mais tarde, para o sítio da Cotovia, por baixo do pombal, na Rua de Nossa Senhora dos Prazeres, até se instalar definitivamente na Calçada da Glória, freguesia de São José, de 1757 até ao final da sua vida. De acordo com os livros da décima existentes, à guarda do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Pedro Ferreira viveu nessa calçada, numa casa arrendada a João Pedro Xavier Ferrari, pelo menos entre 1762 e 1769. Nos livros da décima relativos à freguesia de São José, refere-se em 1769 que Pedro Ferreira estava doente e, em 1770, o livro informa que o andar se encontrava devoluto. Como referi, Pedro Ferreira tinha falecido em Outubro de 1769.

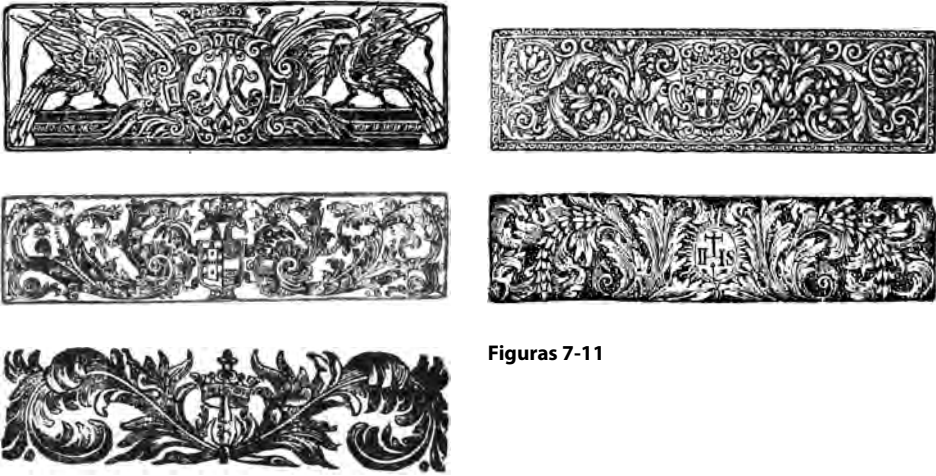


Figuras 1-6

Através do levantamento da produção bibliográfica impressa na oficina de Pedro Ferreira, concluímos que a oficina esteve activa durante 46 anos, entre 1723 e 1769, ano da morte do impressor, o que a torna uma das oficinas mais duradouras do século XVIII e, provavelmente, da história da tipografia portuguesa em geral. De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, foram impressas nesta oficina, entre 1723 e 1769, pelo menos 648 títulos de livros e folhetos e, para além destes, mais de 1500 números de diversas publicações periódicas, como, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa*, o *Anonymo* ou o *Hebdomadario Lisbonense*.

O ano mais produtivo da oficina foi o de 1753, durante o qual saíram a lume pelo menos 37 livros e folhetos e 154 números de periódicos; o ano menos produtivo foi o de 1769, último ano da sua actividade, durante o qual foram impressos apenas dois livros.

À semelhança das obras impressas na maioria das outras oficinas tipográficas setecentistas, a maior parte das obras saídas dos prelos de Pedro Ferreira possuía ilustrações modestas, geralmente em madeira: capitulares (Imagens 1 a 6), cabeções (Imagens 7 a 11), vinhetas e ornatos decorativos (Imagens 12 a 19).



Figuras 7-11

É curioso notar que estas vinhetas e os próprios tipos utilizados eram, por vezes, bem conhecidos dos outros impressores. De facto, no processo de averiguação de 1724, que referi há pouco, o impressor António Pedroso Galvão, quando interrogado como testemunha, atribuiu de imediato a paternidade do “papel” em questão a Pedro Ferreira, porque, segundo lhe parecia, as letras utilizadas na impressão daquele papel eram provenientes daquela oficina. Também, em 1762, no processo que a Inquisição moveu contra o responsável pela impressão clandestina do *Romance heróico por esdruxulos em Louvor de Fr. Domingos de Fontes, e seus conselheiros*, impresso sem indicações tipográficas e sem a menção do seu autor, Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Ofício, quando foi chamado a depor, afirmou de imediato “que parte da letra do dito romance é da oficina de Pedro Ferreira” por nele constarem “duas qualidades de letra, texto e tanásia, as quais lhe não consta haverem em outra oficina”. No entanto, Miguel Manescal da Costa acrescentou que Pedro Ferreira ou consentiu na impressão contra sua vontade ou, mais certo ainda, não devia ter conhecimento dessa impressão. A impressão afinal tinha sido feita, como veio a saber-se depois, pelo neto de Pedro Ferreira, Feliciano António Baptista. Outros casos houve passados com outros impressores em que foi a própria iconografia que serviu para identificar os autores dos delitos.



Figuras 12-19



Figuras 20-21

Para além destas xilogravuras utilizadas com frequência nas suas obras, Pedro Ferreira recorreu, menos frequentemente, a outras, também relativamente modestas, em madeira ou em metal, geralmente assinadas pelo seu autor. As gravuras mais artísticas que se encontram nas obras impressas por Pedro Ferreira são da autoria dos gravadores Manuel Freire (Imagens 20-21), Bernardo Fernandes Gayo (Imagens 22-24), Jean-Baptiste Michel Le Bouteux (Imagem 25), Guilherme Francisco Lourenço Debrie (Imagens 26-27) e João Silvério Carpinetti (Imagem 28-29). Foi ainda utilizada uma calcogravura de autoria anónima.

Não foram muitos os impressores que, em Lisboa, no século XVIII, usaram uma marca tipográfica. Vou referir-me, em primeiro lugar, a uma gravura usada por Pedro Ferreira como marca. Trata-se de uma pequena xilogravura presente em inúmeras obras que imprimiu pelo menos entre 1734 e 1755, na maior parte das vezes nas folhas de rosto, mas também, menos frequentemente, no interior dos livros como mero ornato decorativo. Não tem nada que identifique o impressor: apenas uma imagem e uma legenda. Depois, referir-me-ei a uma gravura marca de outro impressor, mas utilizada por Pedro Ferreira como simples vinheta ornamental.



Figuras 22-24



Figura 25



Figuras 26-29

“In Æternū non Cōmovebit”

Esta marca tipográfica (Imagem 30) tem como tema central uma flor, que se mantém imóvel, resistindo ao vento que lhe é soprado da esquerda. Apresenta uma divisa em latim – “In Æternū non Cōmovebit” –, provavelmente adaptada do Livro dos Salmos 111, versículo 6, “quia in æternum non commovebitur”, ou do Livro dos Provérbios 10, versículo 30, “justus in æternum non commovebitur [...]”, e que podemos traduzir como “jamais vacilará” ou “jamais será abalado”.

A mesma inscrição – com a forma verbal *commovebitur*, como nos textos bíblicos – foi também utilizada, em 1702, num emblema, publicado em *Symbolographia sive de arte symbolica sermones septem*, de Jacob Bosch, e representa uma torre, uma fortaleza, que simboliza o refúgio interior do homem, o qual se mantém eternamente invencível.

Se considerarmos, como refere Hans Biedermann, no seu *Dicionário Ilustrado de Símbolos*, que a flor é, na Bíblia, uma “referência ao que é aprazível a Deus” e que é uma figura humana que sopra ar para a flor; e se tivermos em conta que, como referem Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, no seu *Dicionário dos Símbolos*, o sopro humano “está carregado de impurezas e pode sujar aquilo em que toca”, uma interpretação possível é ver a flor da marca tipográfica como símbolo da rectidão e da robustez da alma e o vento como as tentações que estão por todo o lado e às quais não nos devemos vergar.

Como referi, esta marca foi usada pelo menos durante 21 anos em inúmeras obras de temáticas diversas, entre 1734 e 1755. A título de exemplo, vejam-se as folhas de rosto de algumas delas: *Modello de conversações para pessoas polidas, e curiosas* (Imagem 31), impresso em 1734, e *Relaçam summaria de hum combate, sucedido nos mares de Alicante entre cinco chavecocos de guerra hespanhoes, e três arjelinos em 16 de Abril de 1755* (Imagem 32), impressa nesse mesmo ano de 1755.

A partir de 1755, esta marca nunca mais voltou a aparecer, assim como as suas vinhetas e os outros elementos decorativos.

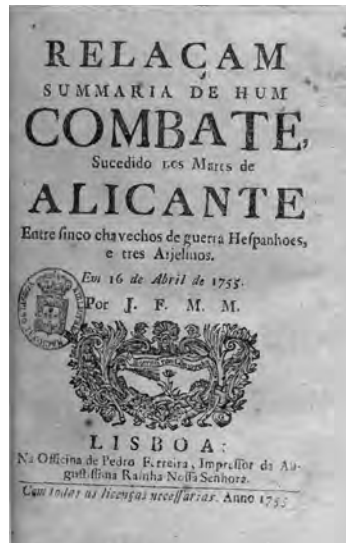


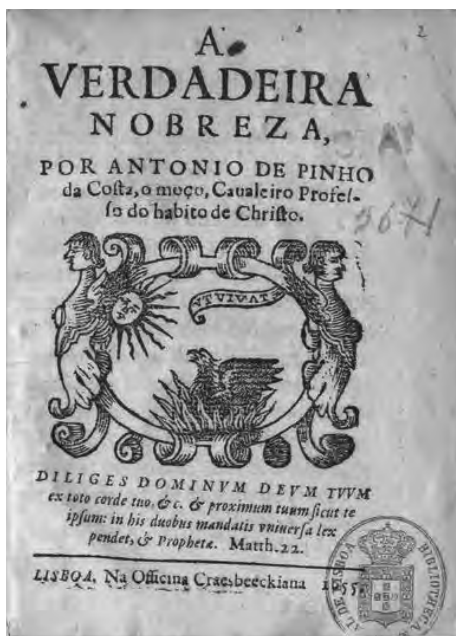
Figura 30

“Ut vivat”

Esta marca (Imagem 33) apresenta uma situação diferente. Quando usada por Pedro Ferreira, já tinha perdido o seu carácter de marca de impressor, para ser utilizada como simples vinheta decorativa. Assim, antes de ter sido utilizada por ele, já tinha sido usada por outros impressores (Imagem 34). Na base de dados de *Marcas de impresores* da Universidade de Barcelona, disponível e pesquisável *online*, aparece atribuída a Bernardo da Costa, impressor activo em Lisboa em finais do século XVII até pelo menos 1734. Contudo, antes de ser usada por Bernardo da Costa, também já tinha sido usada por outros impressores.

Figuras 31-34





A marca tem como tema a fénix, ave mítica e fabulosa que tem o poder de renascer das suas próprias cinzas, depois de se consumir pelo fogo. A fénix sempre foi uma imagem muito difundida da imortalidade e da ressurreição. A sua origem remonta à cultura egípcia e, para os cristãos, esta ave sagrada é símbolo da ressurreição, ou seja, do triunfo da vida sobre a morte. Nesta marca, a fénix encontra-se voltada para a esquerda, lado em que se encontra o sol, fonte da luz, do calor e da vida. A marca apresenta também a inscrição “Ut vivat” (“Para que viva”), que remete ela também para a vida e para a imortalidade.

Esta marca aparece em obras impressas em Lisboa, pelo menos, de acordo com os pés-de-impressa das obras, desde 1655. De facto, foi usada pela Officina Craesbeeckiana, por exemplo, em *A verdadeira Nobreza* (Imagem 35), de António de Pinho da Costa, impressa em 1655, e pelo impressor António Craesbeeck de Melo, em *Noticias astrologicas & universal influencia das estrellas, em particular prognostico deste Reyno do anno de 1660*, impressas no ano de 1659, e, mais tarde, em 1671, na *Escola das verdades aberta aos princepes*.

Foi ainda usada, posteriormente, pelo impressor Bernardo da Costa de Carvalho, entre outras obras, no *Seram politico, abuso emendado, dividido em três noytes para divertimento*



Figuras 35-37

dos curiosos, impresso em 1723, e na *Breve noticia das entradas que por mar, e terra fizeram nesta Corte suas Magestades com os Serenissimos Principes do Brazil, e Altezas, que Deos guarde, em 12 de Fevereiro de 1729* (Imagem 36), impresso neste mesmo ano.

Pedro Ferreira usou esta marca em 1734, na obra *Portugal illustrado pelo sexo feminino* (Imagem 37), não na folha de rosto, mas na última folha do texto, antes do índice. Aparece aqui, não como marca tipográfica, mas como vinheta ornamental.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo Distrital de Coimbra, Registos Paroquiais, Almalaguês, Baptismos, Livro 1.

Arquivo Distrital de Coimbra, Registos Paroquiais, Almalaguês, Baptismos, Livro 2.

Arquivo Distrital de Coimbra, Registos Paroquiais, Almalaguês, Casamentos, Livro 1.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

- Décima da Cidade de Lisboa, S. José, Arruamentos, Livro 544 AR.
Décima da Cidade de Lisboa, S. José, Arruamentos, Livro 545 AR.
Décima da Cidade de Lisboa, S. José, Arruamentos, Livro 546 AR.
Décima da Cidade de Lisboa, S. José, Arruamentos, Livro 547 AR.
Décima da Cidade de Lisboa, S. José, Juros, Livro 543 J.
Décima da Cidade de Lisboa, S. José, Propriedades, Livro 545 PP.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, S. José, Óbitos, Livro 5.
Arquivo Distrital de Lisboa, Registos Paroquiais, S. José, Óbitos, Livro 6.
Casa das Rainhas, Livro 37.
Chancelaria de D. João V, Livro 76.
Hospital de S. José, Administração do Património da Congregação de Nossa Senhora da Doutrina, Livro 1355.
Hospital de S. José, Administração do Património da Congregação de Nossa Senhora da Doutrina, Livro 1399.
Inquirição de Lisboa, Processo n.º 3774.

Fontes impressas

- BAÍA, Jerónimo – *Elysbetha Triumphans*. Vlyssipone Occident.: ex Officina Petri Ferreyra..., 1732.
BAIÃO, José Pereira – *Portugal glorioso, e illustrado com a vida, e virtudes das bemaventuradas rainhas santas Sancha, Theresa, Mafalda, Isabel, e Joanna*. Lisboa Occidental: na Officina de Pedro Ferreyra, 1727.
BELLEGARDE, Abade de – *Modello de conversações para pessoas polidas, e curiosas I parte*. Lisboa Occidental: na Officina de Pedro Ferreira..., 1734.
BOSCH, Jacob – *Symbolographia, sive, de arte symbolica sermonens septem*. Augustae Vindelicorum & Dilingae: apud Joannem Casparum Bencard, 1702.
Conclusiones theologicas ad irrefragabilem mentem scoti doctoris mariani, & subtilissimi... Ulysspone [sic] Occidentali: apud Petrum Ferreira, 1731.
COSTA, António de Pinho da – *A verdadeira nobreza*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1655.
GAMA, Leonarda Gil da, pseud. – *Reyno de Babylonia, ganhado pelas armas do empyreo*. Lisboa: na Officina de Pedro Ferreira, 1749.
Gazeta de Lisboa. Lisboa. 1730-1760.
GRAÇA, Manuel Coelho da – *Breve noticia das entradas, que por mar, e terra fizeraõ nesta corte suas magestades com os serenissimos principes do Brasil, e altezas, que Deos guarde, em 12 de Feveryro de 1729*. Lisboa Occidental: na Officina de Bernardo da Costa..., 1729.

- LEAL, Bento de Araújo – *Miscellanea grammatical*. Lisboa Occidët.: na Officina de Pedro Ferreira..., 1734.
- MASCARENHAS, José Freire Montarroio – *Relaçam summaria de hum combate sucedido nos mares de Alicante entre cinco chavechos de guerra Hespanhoes, e três Arjelinos em 16 de Abril de 1755*. Lisboa: na Officina de Pedro Ferreira..., 1755.
- O cavalheiro christão: dialogo sobre a vida, virtudes, e acções do Senhor Manoel Jozé Soares de Brito*. Lisboa: na Officin. de Pedro Ferreira..., 1761.
- SANTA CATARINA, Lucas de – *Seram politico, abuso emendado, dividido em três noytes para divertimento dos curiosos...* Lisboa: na Officina de Bernardo da Costa, 1723.
- SANTÍSSIMA TRINDADE, Agostinho da – *Promptuario augustiniano, ou despertador diario*. Lisboa Occidental: na Officina de Pedro Ferreira..., 1737.
- SOARES, José Marques – *Divertimento de estudiosos, ou nova compilaçam de bons ditos, e factos moraes, politicos, e graciosos... tomo II*. Lisboa Occidental: na Officina de Pedro Ferreira..., 1740.
- TAVARES, Manuel – *Portugal illustrado pelo sexo feminino, noticia historica de muytas heroínas portuguezas, que floreceraõ em virtude, letras, e armas. Tomo I*. Lisboa Occidental: na Officina de Pedro Ferreira..., 1734.

Bibliografia

- BÉNÉZIT, Emmanuel – *Dictionnaire critique et documentaire des peintres, sculpteurs et graveurs*. Paris: Gründ, 1966.
- BIEDERMANN, Hans – *Dicionário ilustrado de símbolos*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.
- BRITO, Ana Teresa Guerreiro de – *A Actividade Tipográfica de Pedro Ferreira em Lisboa (1723-1769)*. Lisboa: [s.n.], 2008. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema, 1994.
- MARTINS, Maria Teresa Payan – *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.
- SOARES, Ernesto – *Evolução da Gravura de Madeira em Portugal, Séculos XV a XIX*. Lisboa: Câmara Municipal, 1951.
- SOARES, Ernesto – *História da Gravura Artística em Portugal: Os artistas e as suas obras*. Lisboa: [s.n.], 1940.
- SOARES, Ernesto – *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.
- SOARES, Ernesto; LIMA, Henrique de Campos Ferreira – *Dicionário de Iconografia Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1947-1960.
- UNIVERSIDADE DE BARCELONA – *Marcas de impressores* [Em linha]. 1998-2015. [Consult. 10.06.2015]. Disponível na Internet: <http://www.bib.ub.edu/fileadmin/impressores/cerca_spa.htm>.

Armas nacionais portuguesas como marcas tipográficas

Artur Anselmo*

A incorporação das armas nacionais portuguesas nas portadas dos livros impressos em Portugal, desde os alvares da tipografia até aos fins do século XVI, é um facto absolutamente normal. No ponto de vista da Heráldica, dir-se-ia que os impressores assumiam papel semelhante ao dos *arautos* e dos *passavantes* colocados sob a autoridade do *rei-de-armas*. Humildes oficiais mecânicos, sem fumaças de brasonagem, os primeiros tipógrafos acolhiam-se ao mecenato da Casa Real ou das famílias abastadas, e eles próprios usavam a sua arte para homenagearem os seus patrocinadores, imprimindo em lugar de destaque os símbolos nacionais ou os brasões de famílias nobres. Sucedeu isso também na generalidade dos países europeus, e mais ainda naqueles em que a identidade nacional era mais viva.

Aliás, o que se passa na tipografia não é senão uma forma particular de apoio à disseminação dos símbolos nacionais, que encontramos igualmente nas filigranas de papel, nos selos pendentes da correspondência oficial, nas moedas e nas iluminuras, para não falarmos das pedras-de-armas. Intencionalmente ou não, a verdade é que a incrustação dos símbolos nacionais na memória colectiva só podia fazer-se com êxito recorrendo às armas falantes. Como lembra algures Armando de Matos – sem dúvida, um dos mais autorizados especialistas destas questões no século XX –, “a Heráldica documenta a História e esta, por sua vez, valoriza-a. Envolve-a no seu simbolismo próprio e assim, geralmente, um escudo de armas é uma página da vida histórica da Nação” (*Manual de Heráldica Portuguesa*, p. 19).

Obviamente, os primeiros testemunhos de autonomia heraldística aparecem na esfragística portuguesa e na numismática. Ora, de todos os emblemas caracteristicamente portugueses, o mais vulgarizado no numerário é o das quinas dispostas em cruz: vemo-lo já no *morabitino* de D. Sancho I, nos tornezes e barbudas de D. Fernando, nos reais de D. João I, nos escudos de D. Duarte, assim como nos cruzados de D. Afonso V e de D. João II. E, já em tempos de tipografia, os *portugueses* (assim se chamaram as moedas de ouro que Vasco da Gama levava a bordo das primeiras naus que foram à Índia) atestavam a identificação do reino de Portugal com as suas armas: cinco escudetes postos em cruz, cada um dos quais carregado com cinco besantes em sautor, e bordadura carregada com sete castelos.

* CHAM/FCSH-UNL e UAç. Academia das Ciências de Lisboa.



1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.



Os impressores alemães trabalharam em Portugal a partir de 1495, sendo embora estrangeiros, não só aprenderam a língua portuguesa, a ponto de não tardarem a escrevê-la com desenvoltura (basta pensarmos em Valentim Fernandes da Morávia, “ex natione germanum”, como orgulhosamente se considerava), mas também espalharam profusamente, nas portadas dos livros que imprimiram, as armas de Portugal. Sucedeu isso, por exemplo, na edição dos *Autos dos Apóstolos* (Fig. 9), saída dos prelos de Valentim Fernandes em 1505, sob o patrocínio material da rainha D. Leonor, viúva de D. João II.



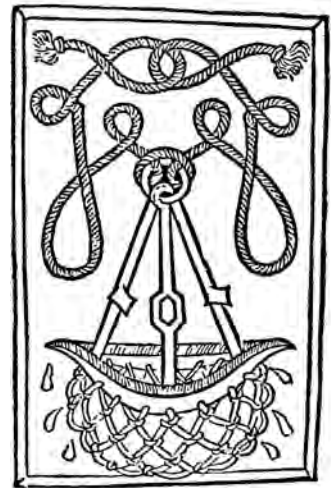
9.



10.

Reinava então D. Manuel, irmão da rainha, o que justifica a presença dos emblemas de ambos ladoando as armas de Portugal: a esfera manuelina à esquerda e a rede de pescador que D. Leonor tomara como divisa pessoal após a morte do seu filho e príncipe-herdeiro, o infante D. Afonso.

Já na *Vita Christi*, impressa em 1495 pelo mesmo Valentim Fernandes, a rede de pescador (por sinal, invertida) figurava ao lado da divisa real do pelicano, emblema de D. João II, que este começara a usar sendo ainda príncipe (Figs. 10 e 11). O pelicano, “ave rompente sangue no peito para sustentamento e criação de seus filhos, que no ninho tem consigo”, como a caracteriza o cronista Rui de Pina, marca as intenções paternalistas do rei para com os seus súbditos, mas o sentido global da imagem completa-se no moto “Pola lei e pola grei”, isto é, ao serviço do direito e da religião, para bem do povo.



11.



12.



13.

As representações da esfera armilar, símbolo que Damião de Góis diz ter sido escolhido por D. João II para com ele presentear o cunhado D. Manuel, duque de Beja, quando este, sendo então jovem, hesitava na escolha do seu emblema pessoal, são muito frequentes em livros portugueses, não apenas no século XVI mas também em épocas posteriores. Numa delas surge a frase “Spera in Deo [confia em Deus] et fac bonitatem [e espalha a bondade]” (Fig. 12). Com a esfera dá-se um caso surpreendente: chegou mesmo a ser usada, senão como marca, ao menos – e repetidas vezes – como elemento decorativo das impressões parisienses do tipógrafo francês Gillet Hardouin (Fig. 13). Encimada pelas armas de Portugal, estas com bordadura de doze castelos (isto é, anteriores à reforma de 1485, pela qual os castelos foram endireitados e reduzidos a sete), a esfera usada por Gillet Hardouin é aquela que tem na eclíptica as letras M.R.O.E., abreviatura de “Maximus rex orbis Emmanuelis”, proposta em duas obras minhas.

Voltando às armas portuguesas, vem a propósito recordar um facto já salientado pelo meu colega João José Alves Dias na excelente introdução à edição fac-similada do *Livro de Horas de Nossa Senhora*, impresso em 1501, por Narcisse Brun, em Paris. Refiro-me ao decalque da gravura das armas de Portugal, utilizada pelos impressores Valentim Fernandes e João Pedro Buonhomini de Cremona, na portada do referido *Livro de Horas*, o que evidencia a íntima associação sémica estabelecida, na mentalidade dos impressores estrangeiros, entre Portugal, a língua portuguesa e o brasão do país que então começava a dar novos mundos ao Mundo (Fig. 14). Ainda acerca das armas nacio-



14.



15.

nais, talvez valha a pena observar com atenção a gravura impressa no volume I das *Ordenações* na edição de 1514: o corpo do brasão é idêntico ao anterior, mas a coroa é substituída por um conjunto de elmo e timbre, o primeiro com viseira onde avultam cinco quinas em aspa, cada uma com seu losango ao centro, e o segundo com um animal quimérico do tipo do dragão (Fig. 15).

Outra particularidade interessante da representação icónica das armas reais portuguesas, em livros impressos nos princípios do século XVI, é a presença, na portada do *Regimento dos Oficiais das cidades, vilas e lugares destes Regnos* (obra executada na oficina de Valentim Fernandes, em 1504), de dois anjos como figuras tenentes do brasão coroadado português (Fig. 16). Por coincidência fortuita ou por intenção deliberada do impressor (ele próprio escudeiro de D. Leonor, a “rainha-velha”), é neste mesmo ano de 1504 que o rei D. Manuel e os bispos portugueses solicitaram ao



16.



17.



18.

papa Leão X a instituição da festa do Anjo Custódio do Reino, pedido que foi prontamente aceite, sendo certo que o culto prestado ao Anjo Custódio vinha já do século XV.

Os heraldistas mais reputados – como Franz-Paul de Almeida Langhans – consideram que “as figuras humanas não são propriamente heráldicas” e restringem o seu uso ao campo exterior dos escudos. Ainda segundo o mesmo especialista, “as figuras humanas inteiras utilizadas como *tenentes* dos escudos são muito variadas e livres de qualquer disciplina heráldica” (*Heráldica*, pp. 133-135). Exemplos dessa utilização da figura humana suportando as armas nacionais não se encontram em Portugal, mas sim no estrangeiro: é o caso dos indígenas que figuram em duas edições alemãs saídas dos prelos de Johann Weysenburger, em Nuremberga, no ano de 1507: (uma em latim e outra em alemão), da *Gesta proxime per Portugalenses* (“Feitos recentes dos Portugueses na Índia, África e outras terras do Oriente”) (Fig. 17). E é também o caso da portada da tradução alemã do *Mundus Nouus*, de Américo Vespúcio, aparecida em Basileia em 1505: aqui, a figura tenente do escudo de Portugal é um guerreiro coroado, de espada embainhada e empunhando um ceptro na mão direita, enquanto a esquerda segura o escudo das armas portuguesas (Fig. 18).

Quem esteja familiarizado com a bibliografia estrangeira dos Descobrimentos, no primeiro quartel do século XVI, não pode deixar de notar a posição cimeira que o espaço geo-



19.

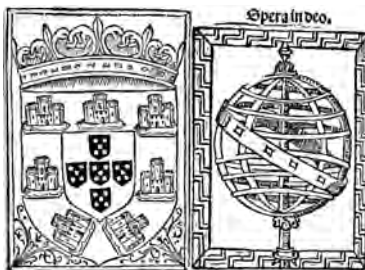
gráfico de língua alemã ocupa na divulgação – geralmente cuidada, minuciosa mesmo – dos acontecimentos relacionados com Portugal, seja no próprio continente europeu, seja no ultramar. Que esses acontecimentos tenham projecção invulgar, a ponto de suggestionarem os próprios impressores, percebe-se quando olhamos para a portada da tradução alemã da *Carta de D. Manuel* ao papa Leão X acerca das vitórias portuguesas na Índia e em Malaca, espécie sem indicações tipográficas, mas provavelmente impressa em Nuremberga à roda de 1513 (Fig. 19).

Entretanto, em Portugal, a qualidade estética dos livros saídos dos prelos nacionais tornava-se cada vez mais marcante, apesar do reduzido número de edições que aqui se produziam, em comparação com a crescente industrialização do movimento editorial noutros países europeus.

Curiosamente, ao contrário do que sucede nos primeiros anos do reinado de D. Manuel, as marcas tipográficas dos impressores deixam de publicar-se nos livros que estes executam, raras vezes por sua conta e risco e, cada vez mais, por encomenda da Casa Real ou de alguns mecenas. Em resultado desta situação e da projecção mundial do país, as obras de maior riqueza iconográfica ostentam invariavelmente nas portadas as armas reais e o emblema pessoal do monarca (Figs. 20, 21, 22, 23, página seguinte).



20.



Juro quarto das ordenações com sua traçoada q̃ a signa os titulos e folbas. e tractate nelle dos côtrautos e dos qualy con trautos e dos testamẽtos: nouamente conregio na segunda empressam. He de especial mãõ do muy alto e muy poderoso senho: Rey donm adanud em omeido.:

Com preuilegio de sua alteza.

21.



22.



23.

A este respeito, é elucidativa a página de título da *Breve doutrina e ensinaça de príncipes*, impressa por German Galharde em 1525 (Fig. 24). D. Manuel morrera em 1521, o novo rei (D. João III), a quem o livro, aliás, é dedicado, estava no poder havia já quatro anos, mas o centro da portada é ocupado pela esfera manuelina. E, até ao terceiro quartel do século XVI, as armas de Portugal estarão presentes em quase todas as portadas. Uma vez, as armas aparecem com adequada motivação dos textos das obras, como faz German Galharde em 1526 (Fig. 25). Outras vezes de uma forma discreta, como acontece na portada do *Modus curandi cum balsamo*, obra de cerca de 1530 (Fig. 26). Dez anos



24.



25.



26.



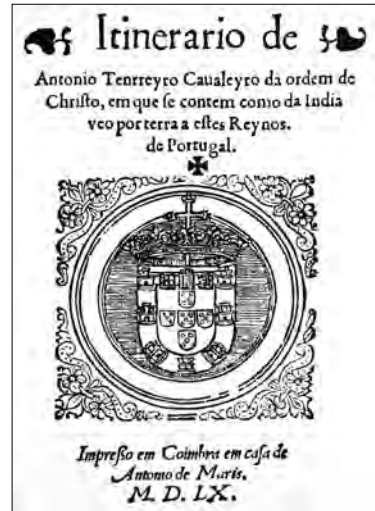
27.



28.

depois (em 1540), Luís Rodrigues, que em Paris se abastecera de algumas das mais belas vinhetas ornamentais, a fazerem esquecer o estilo pesadão e farfalhudo das portadas de Hermam de Campos, ensaia um pórtico renascentista na edição do *De patientia christiana*, de Jorge Coelho (Fig. 27). Decorridos três anos (em 1543), o mesmo Luís Rodrigues não hesita em aporuguesar as *Obras de Boscán e Garcilaso de la Vega* com um brasão em que a falta explícita do elmo é compensada por um timbre fogo e agressivo, tudo cercado de ornatos que dir-se-iam inspirados na decoração de capitéis românicos (Fig. 28).

Em 1555, a ilustrar a portada da Crónica do imperador Clarimundo, donde os reis de Portugal descendem, da autoria de João de Barros, o bom do imperador, de pé, tem ao colo a águia bicéfala do Sacro Império Germânico, de cujo escudo partem as raízes da árvore pujante e ramalhosa donde emergem os rebentos sucessivos da Casa Real Portuguesa (Fig. 29). Cinco anos depois (em 1560), na falta de elemento decorativo mais explícito, António de Maris, em Coimbra, abona-se às armas de Portugal, como uma espécie de prolongamento icónico do subtítulo da obra de António Tenreiro: *Itinerário ... em que se contém como da Índia o autor veio por terra a estes reinos de Portugal* (Fig. 30).



29.

30.



31.



32.

Na década de sessenta (1562) a portada da *Copilaçam* das obras de Gil Vicente, edição promovida pelos filhos do autor com o patrocínio régio, as armas de Portugal são acompanhadas pela esfera armilar (à esquerda) e a cruz de Cristo (à direita) (Fig. 31). O elmo é encimado por uma coroa, detrás da qual nasce o timbre quimérico.

Finalmente, em 1573, a Universidade de Coimbra, para homenagear um dos seus mais ilustres professores – o sábio Pedro Nunes, aposentado desde 1562 –, autoriza o seu tipógrafo António de Maris a decorar a portada das obras do Salaciense (Nunes nascera em Alcácer do Sal) com o escudo nacional, devidamente coroado (Fig. 32).

* * *

Em jeito de conclusão, podemos dizer que a utilização das armas portuguesas nas portadas dos livros quatrocentistas e quinhentistas se enquadra no âmbito da heráldica tipográfica, com força expressiva equivalente à dos símbolos pessoais ou familiares, quase sempre porque editores, impressores ou livreiros entendiam que o escudo nacional dignificava sobremaneira o seu trabalho. Neste sentido, aceitavam mesmo prescindir dos seus próprios símbolos individuais, quando os tinham, para se adornarem com as marcas identitárias do país onde exerciam a sua actividade profissional, quer nele houvessem nascido, quer aí tivessem chegado como emigrantes. Com esta particularidade que explica tudo: o país chamava-se Portugal e era então a maior potência do mundo.

Varia

José Saramago: da realidade à utopia. O Homem como lugar onde

Ana Paula Arnaut*

Falar de utopia, na obra de José Saramago ou num âmbito mais abrangente e abstracto, implica lembrar, ainda que de forma necessariamente breve, alguns dos textos fundadores do conceito. Um conceito, um nome, cuja criação é atribuída a Thomas More, com a publicação de *A Utopia*, em 1516, e cuja definição-base aponta para o domínio da fantasia, ou melhor, da idealização (etimologicamente, ‘utopia’ significa lugar que não existe!), já que se centra no desejo de uma sociedade perfeita e de um governo ideal.

Sem pretendermos negar a importância do humanista inglês na implementação e na divulgação da (im)possibilidade de um sonho orquestrado à volta de uma sociedade livre e justa, cumpre fazer referência àquele que parece ser, de facto, o seu primeiro conceptualizador (se é que este sonho não nasceu com a própria Humanidade). Referimo-nos, já se adivinhou, a Platão e aos termos com que, em *A República*, descreve Callipolis, a cidade possuidora e defensora de quatro virtudes essenciais: a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça, requisitos inteiramente preenchidos pelos filósofos, com a sua plena consciência do bem, do belo e do justo e, precisamente por isso, aqueles a quem deveria ser atribuído o governo².

Ora, recordando, como disse Karl Marx, que o lugar social determina o lugar epistemológico, ou, por outras palavras, que o posicionamento sobre determinada matéria é sempre nimbado de uma perspectiva subjectiva, tributária tanto dos contextos em que o sujeito se insere quanto da sua *enciclopédia*, a verdade é que a utopia platónica, como outras de concepção posterior, não consubstancia uma total ideia de perfeição, traduzida, entre outros aspectos, na igualdade e na fraternidade entre os seres. Os ideais por que se

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹ A palavra resulta da junção dos elementos gregos *ou* – não – e *tópos* – lugar, isto é, “lugar [que] não [existe]” (Machado, 1987, “Utopia”).

² Atentemos na seguinte fala de Sócrates a Gláucon: “Enquanto não forem, ou os filósofos reis nas cidades, ou os que agora se chamam reis e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta coalescência do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que actualmente seguem um destes caminhos com exclusão do outro não forem impedidas forçosamente de o fazer, não haverá tréguas dos males, meu caro Gláucon, para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o género humano, nem antes disso será jamais possível e verá a luz do sol a cidade que há pouco descrevemos. [...]” (Platão, 1996, 473d).

deve reger a bela cidade não só excluem a presença de poetas ou pressupõem a existência da escravatura (dos bárbaros), e de outras linhas sociais divisórias, como, além disso, implicam a diferença de género, assumindo a debilidade do sexo feminino³.

Em todo o caso, os ecos do mote para a construção de uma nova sociedade sentir-se-ão, por exemplo, quer na já mencionada obra moresiana, quer nas menos conhecidas *Christianopolis* (1619), de Johann Valentin Andreæ, *A Cidade do Sol* (1623)⁴, de Tommaso Campanella, e (na inacabada) *Nova Atlântida* (1627), de Francis Bacon. Pese embora a diversidade de traços com que se faz o desenho, sempre esboço, da arquitectura social e ideológica das sociedades idealizadas nestas obras, cumpre assinalar que em todas é possível destacar o progresso científico-tecnológico, bem como a (relativa) igualdade e a amizade entre os cidadãos (homens e mulheres), ou a abolição da propriedade privada (Arnaut, 2009a: 224).

Apesar das diferentes tonalidades dos valores básicos, religiosos ou outros, apesar da diferente importância atribuída às artes ou apesar de algumas diferenças essenciais no que respeita, por exemplo, ao facto de não existir escravatura na utopia de Campanella⁵, destacam-se ainda, em todas, formas de governo a cargo dos mais sábios, isto é, dos melhores. A título parentético, já que não pretendemos debater essa problemática por não caber nos limites deste texto, cabe sublinhar que esta última característica tem levado alguns autores a ancestralmente enraizar diversos sistemas ditatoriais-autoritários nestas utopias clássicas⁶.

Em todas, também, finalmente (entenda-se o advérbio de forma retórica), importa destacar, para o ponto de vista que pretendemos fazer valer, o facto de a sociedade ideal a construir implicar uma deslocalização espacial, uma relocalização geográfica, se preferirmos, relativamente ao lugar em que o(s) sujeito(s) de enunciação se encontra(m) na verbalização da(s) sua(s) utopia(s): em More, a Ilha da Utopia, situada algures no continente sul-americano; em Andreæ, a cidade de *Christianopolis*, simplesmente algures; em Campanella, a Cidade do Sol, no equador; em Bacon, a Ilha de Bensalem, para além do Peru.

³ Platão, 1996, 398a-b, 469c, 463a-b, 457b, respectivamente. Não deixa de ser interessante, porém, que certas teorias feministas vejam Platão como “um feminista ‘avant la lettre’” (Ferreira, 2010: 77).

⁴ Segundo Lewis Mumford, esta “utopia existia já em manuscrito antes de Andreæ escrever a sua *Christianopolis*” (Mumford, 2007: 91).

⁵ Outras diferenças respeitam à importância atribuída aos ofícios mecânicos (ao contrário de *A República*, onde os ofícios mecânicos não eram vistos como profissões nobres, em *A Utopia* de More todas as artes são primordiais e importantes); ao entendimento do conceito de “família” e respectiva organização; ou ao peso concedido à religião (maior em *Christianopolis*).

⁶ Mumford, 2007: 11-12.

Se quisermos alargar o nosso raciocínio, podemos convocar, em paralelo, a tradição judaico-cristã e o desejo tornado crença de uma vida eterna, ou de uma vida que existe além da morte, como se lê nos vários livros que compõem a Bíblia, principalmente nos menos antigos e, essencialmente, no Novo Testamento.

Em notações sempre pintadas ao de leve, porque nunca concretizando questões de pormenor relativas a descrições mais ou menos exaustivas do *espaço* de que se fala, são múltiplas as indicações relativas a uma vivência não terrena: os justos ressuscitarão para a vida, os pecadores para o opróbrio. Por outras palavras, o espaço do céu visto no âmbito desse imaginário como uma espécie de retorno ao Paraíso genesíaco, como recompensa para os justos, e o espaço do inferno como castigo para os pecadores⁷. Não parece inoportuno, pois, afirmar que a ascensão à desejada e sonhada esfera celeste pode tornar-se, provavelmente, para além da Terra Prometida por Moisés, a mais utópica de todas as utopias; provavelmente o não-lugar mais não-lugar de todos; provavelmente o mais ideal mundo de todos os mundos idealizados⁸.

Não parece também inoportuno reconhecer que o Homem, desde sempre um ser insatisfeito, ou, no mínimo, pouco paciente, tenha feito várias tentativas para, antes do tempo, tentar alcançar a recompensa prometida, trazendo para a esfera terrena a promessa, e o gozo, dessa recompensa celestial, pela procura e pela recuperação do Paraíso

⁷ No *Livro de Daniel*, por exemplo, entre tantos exemplos, lê-se que “Muitos dos que dormem no pó da terra acordarão, uns para a vida eterna, outros para a ignomínia, para a reprovação eterna. Os que tiverem sido sensatos resplandecerão como a luminosidade do firmamento, e os que tiverem levado muitos aos caminhos da justiça brilharão como estrelas com um esplendor eterno” (Dan. 12, 2-3). Em 2.º Mac 7, 9, o segundo dos sete irmãos martirizados, por se terem recusado a comer carne de porco, exclama: “tu arrebatas-nos a vida presente, mas o rei do universo ressuscitar-nos-á para a vida eterna.” Ver ainda, por exemplo, *Livro dos Salmos* (Sl 16 (15), 9-11): “... o meu corpo repousará na segurança. / Vós não me entregareis à mansão dos mortos; [...] / Ensinar-me-eis o caminho da vida; / na Vossa presença (gozamos) a plenitude da alegria, / na Vossa direita (encontramos) / as delícias eternas”; *Livro da Sabedoria* (5, 15 ss): “... os justos viverão eternamente / a sua recompensa está no Senhor, / e o Altíssimo cuidará deles. / Por isso, receberão um glorioso reino, / e um diadema brilhante da mão do Senhor...”; *Evangelho segundo São Mateus* (5 – “Sermão da Montanha”). As citações são feitas a partir de *Bíblia Sagrada*, 1995.

⁸ Apesar de o texto bíblico oferecer várias passagens em que se menciona a ressurreição carnal, de Jesus ou de Lázaro, a verdade é que, pelo menos de acordo com a leitura que fizemos e com o entendimento com que ficámos, surge-nos como mais natural que as promessas feitas e as recompensas prometidas respeitem mais a uma ressurreição espiritual, na esteira, aliás, entre outros exemplos, do que é dito em São Lucas (6, 20-23; ver também Lc 6, 23, onde lemos: “Alegrai-vos e exultai nesse dia, pois a vossa recompensa será grande no Céu”). Sobre a ressurreição carnal de Jesus, ver Mt 28, 9-11, 17-20 (onde Cristo aparece às Santas Mulheres e aos discípulos), Mc 16, 9-19 (onde aparece a Maria de Magdala e aos seus discípulos, para depois ser “arreatado ao Céu”), Lc 24, 15-51 (onde aparece aos discípulos em Emaús para depois deles se separar e se elevar “ao Céu”) Jo 20, 11-29 (onde aparece a Maria de Magdala e, por três vezes, aos seus discípulos). Para Lázaro, ver Jo 11.

Perdido, (re)localizando-o na terra, mais propriamente no Novo Mundo do continente sul-americano.

É nesse sentido que convocamos, agora, alguns comentários tecidos por Rogério Mendes Coelho, na esteira, aliás, da leitura de Daniel J. Boorstin e de Sérgio Buarque de Holanda sobre a descoberta do Novo Mundo.

Para o historiador americano, “O dogma cristão e a tradição bíblica impuseram outras ficções da imaginação teológica ao mapa do Mundo”, levando a que “Os próprios mapas” se tornassem “guias dos artigos da Fé” e “os geógrafos cristãos” tentassem identificar em lugares descobertos os lugares “mencionados nas Escrituras”, como o Jardim do Éden (Boorstin, 1987: 105). Para o historiador brasileiro, por seu turno, “Já no tempo de Colombo, a crença na proximidade do Paraíso Terreal não é apenas uma sugestão metafórica ou uma passageira fantasia”; é, pelo contrário, “uma espécie de idéia fixa [...] que acompanha ou precede [...] a atividade dos conquistadores nas Índias de Castela” (Holanda, 1959: 17).

De acordo com estas palavras, e tendo em conta que os descobridores “eram homens medievais motivados a entender o mundo através de uma razão subjetiva” e em cujas reflexões “ainda havia a influência da escolástica”, Rogério Coelho não escreve apenas sobre o Novo Mundo como “a materialização desse imaginário” ancestral (Coelho, 2006: 250⁹). Referindo-se às descrições que são feitas, e de que já falaremos, aponta também o aproveitamento religioso da matéria:

a interpretação do espaço americano como Paraíso Terrestre garantiria a manutenção do controlo do imaginário da Igreja sobre os homens, convertendo a descoberta da América em um projeto utópico, de reforma não social, e sim, de reforma política da Igreja, já que a mesma se encontrava em crise devido a descentralização de seu poder [causado pelo] Grande Cisma do Ocidente, momento em que a Igreja foi governada por dois papas, ocasionando insegurança, desorientação e o surgimento de várias doutrinas contrárias a seus dogmas, ameaçando sua hegemonia.

(Coelho, 2006: 251-252; ver, ainda, *ibidem.*: 257)

A aceitar este ponto de vista, o que se pode depreender é, por conseguinte, mais uma vez, a assunção de uma linha de controlo, pela fé, através da reinstauração da ideia e da

⁹ “É como se os testemunhos dos viajantes descrevessem um universo que *pré-existia* como confirmação de um horizonte de expectativas que se enquadrava em universos *familiares* descritos antes por religiosos, historiadores, filósofos e literatos que acreditavam piamente na existência e localização, por exemplo, do mito do *Paraíso Terrestre* como anseio, que durante algum tempo fundamentou a razão do Velho Mundo” (Coelho, 2006: 250) (itálicos do autor).

promessa (agora alcançável) do Paraíso. Um Paraíso que Cristóvão Colombo estava certo de ter encontrado nesta terra “maravilhosa” e “magnífica” (Colombo, 1990b: 45), como podemos verificar pelas citações que a seguir transcrevemos:

tomavam e davam o que tinham, tudo, de boa vontade. Mas pareceu-me que eram pessoas muito desprovidas de tudo. Andam nus, tal como as mães os pariram, e as mulheres também, todavia só vi uma que era muito jovem. E todos os homens que vi eram jovens, nenhum tinha mais de trinta e dois anos; eram todos muito bem feitos, muito belos de corpo e muito bonitos de rosto [...]. Não usam armas nem sequer as conhecem [...].

O algodão cresce nesta ilha [...], o ouro nasce aí de tal modo que o usam suspenso do pescoço [...].

Estas ilhas são muito verdes e férteis, com ar muito suave [...].

(Colombo, 1990a: 43, 45, 49, respectivamente, *passim*)

Ora, se no relato desta sua primeira viagem não existe propriamente a menção directa ao Paraíso, bem como à sua relação com o local das Escrituras, o mesmo não acontece no Diário da sua segunda viagem, onde lemos o seguinte:

As Santas Escrituras mostram que Nosso Senhor fez o Paraíso terrestre, que aí pôs a árvore da vida e que daí sai uma fonte de onde nascem neste mundo quatro rios principais: o Ganges nas Índias, o Tigre e o Eufrates [...] e o Nilo [...]. Já disse o que pensava sobre este hemisfério e da sua forma, e creio que passava sob a linha equinocial, ao chegar lá, ao ponto mais elevado, encontraria uma temperatura mais suave e outras diferenças entre as estrelas e nas águas. [...] Estou convencido de que lá está o Paraíso Terrestre, onde ninguém pode chegar se não for pela vontade divina. [...] Não concebo que o Paraíso Terrestre tenha a forma de uma montanha abrupta, como os escritos a seu respeito nos mostram, mas sim que está neste cume, nesse ponto que disse, que figura o mamilo da pêra [...]. São estes grandes indícios do Paraíso Terrestre, porque a situação está conforme à opinião que disso têm os ditos santos e sábios teólogos.

(Colombo, 1990b: 92-93¹⁰)

Não são apenas, no entanto, as belezas físicas, ou a riqueza e a naturalidade de comportamentos, que permitem, em Colombo, o paralelismo entre o Novo Mundo e o Jardim do Éden. Como aponta Sérgio Buarque de Holanda, sendo o descobridor “tributário de

¹⁰ Ver, ainda, Colombo, 1990b: 5 – “tenho na minha alma por muito seguro que lá onde disse se encontra o Paraíso Terrestre, e baseio-me para isto nas razões e autoridades acima descritas” (refere-se, entre outros, a Plínio ou a Santo Agostinho).

velhas convenções eruditas, forjadas ou desenvolvidas [...] principalmente durante a Idade Média” (Holanda, 1959: 22), torna-se relativamente simples aceitar que também no seu relato se verifique quer a existência de locais povoados por *monstros* humanos (traduzidos, cremos, nos canibais), quer de espaços onde se faz notar “a presença de uma extraordinária fauna mais ou menos antropomórfica”; ambos pertencentes, claro, “aos arrabaldes daquele jardim mágico” (*ibidem*: 22) em tudo diferente do local para onde Adão e Eva são expulsos.

Não esqueçamos, aliás, que, “depois de ter expulsado o homem”, Deus procede à delimitação de fronteiras bem explícitas entre os dois espaços, colocando “a oriente do jardim do Éden, querubins armados de espada flamejante para guardar o caminho da árvore da vida” (Gênesis 3, 24; cf. Holanda, 1959: 169). É assim que, se, por um lado, sabemos (plausivelmente) de ilhas (as de Caribe) “habitadas por pessoas que comem carne humana” (Colombo, 1990b: 22), por outro lado, nessa mesma linha, mas agora de modo fantasioso, é-nos dada a conhecer a existência de “homens com um único olho e outros com focinho de cães, que comiam os seres humanos, e, quando agarravam um, o degolavam, bebiam o seu sangue e cortavam-lhe as partes naturais” (Idem, 1990a: 70).

Por outro lado ainda, um outro paralelismo possível pode ser sugerido, agora a propósito da questão da imortalidade – facultada no texto bíblico pela árvore da vida e posteriormente traduzida na existência de uma fonte da juventude. Referimo-nos, por conseguinte, não à (infrutífera) busca dessa fonte por Juan Ponce de León (companheiro de Colombo na sua segunda viagem), mas ao facto de, em outros textos, podermos ler ecos de que, no Novo Mundo, a gente “É muito sã e de bons ares, de tal maneira que com ser a gente muita e ter muito trabalho, e haver mudado os mantimentos com que se criaram, adoecem muito poucos, e esses, que adoecem, logo saram” (Nóbrega, 2004: 59¹¹).

Da descrição destas novas terras, deste Paraíso Terreno belo e rico, ressalta ainda a ideia (perpetuada no nosso quase presente) de que, tal como acontece no Gênesis, de onde o Homem foi expulso, não existe lugar para o mal, para o pecado. Esta ideia é também certificada por Oswald de Andrade, ao escrever que “a Europa atlântica divisava no horizonte utópico das Américas o sonho de uma humanidade igual, feliz e sem pecado”. Sonho aliás fixado “num dístico latino que afirma não haver pecado além dos trópicos” (Andrade, 1990: 197)¹² e que serviu, um dia, a Chico Buarque e a Ruy Guerra para escrever “Não existe pecado ao sul do equador”, poema tornado famoso por Ney Matogrosso,

¹¹ Carta do Padre Manoel da Nóbrega a Martín Navarro, datada de 10 de Agosto de 1549.

¹² “ultra equinoxialem non peccavi”(ver “Nota preliminar” da edição da Itatiaia das *Cartas do Brasil e mais escritos*, de Manoel da Nóbrega).

em 1978¹³. Sonho ainda muito antigo, que leva o ensaísta a escrever que “As Utopias são, portanto, uma consequência da descoberta do Novo Mundo e sobretudo da descoberta do novo homem, do homem diferente encontrado nas terras da América” (*Ibidem*: 163).

No caso de José Saramago, pelo menos no que respeita aos traços englobantes da larga maioria dos seus romances, a problemática da utopia assume contornos de tonalidades diversas. O desejo de uma sociedade diferente daquela em que vivemos, mais justa e fraterna, não acarreta, necessariamente, a ideia de deslocalização ou de realocização espacial implicada nas utopias a que já nos referimos. Ele não implica, também, o enraizamento e a responsabilidade da mudança em homens de eleição, estando ao alcance de qualquer um de nós, independentemente do género, religião ou raça.

A manutenção do desejo de um outro (não) lugar onde a perfeição assiste à vida do quotidiano humano parece fazer-se presente, apenas, em *A Jangada de Pedra* (1986) e, de modo diferente, como veremos, em *As Intermitências da Morte* (2005a). O primeiro romance não problematiza apenas questões relacionadas com a identidade portuguesa, em particular, e ibérica, em geral. Para além de consubstanciar as importantes *viagens* de auto e de heteroconhecimento de Joana Carda, Maria Guavaira, José Anaiço, Joaquim Sassa e Pedro Orce (e, porque não, do cão que virá a chamar-se Constante), a semântica interna da obra é ainda pautada pela exposição da velha e não consensual vontade de uma união ibérica e do posicionamento do autor relativamente à adesão de Portugal (e de Espanha) à União Europeia.

Segundo o próprio José Saramago, o romance tem por objectivo “demonstrar que, se existe uma vocação histórica nos povos da Península, essa seria a de uma ligação profunda com os povos da área cultural ibero-americana e ibero-africana” (citado em Gómez Aguilera, 2010: 442-443). Por isso se separa a Península do espaço não desejado da *velha* Europa; por isso viaja a *jangada* Atlântico fora¹⁴; por isso, não por acaso, depois de um movimento de rotação que coloca Portugal e a Galiza ao Norte, se realociza a barca de pedra no território (marítimo) entre o continente africano e o sul-americano (Saramago, 1986: 323).

¹³ Poema escrito para a peça *Calabar* (1972-1973): Não existe pecado do lado de baixo do equador / Vamos fazer um pecado rasgado, suado, a todo vapor / (Vamos fazer um pecado safado debaixo do meu cobertor) [verso censurado e substituído pelo anterior] / Me deixa ser teu escracho, capacho, teu cacho / Um riacho de amor / Quando é lição de esculacho, olha aí, sai de baixo / Que eu sou professor // Deixa a tristeza pra lá, vem comer, me jantar / Sarapatel, caruru, tucupi, tacacá / Vê se me usa, me abusa, lambuza / Que a tua cafuza / Não pode esperar / Deixa a tristeza pra lá, vem comer, me jantar / Sarapatel, caruru, tucupi, tacacá / Vê se me esgota, me bota na mesa / Que a tua holandesa / Não pode esperar // Não existe pecado do lado de baixo do equador / Vamos fazer um pecado rasgado, suado a todo vapor / Me deixa ser teu escracho, capacho, teu cacho / Um riacho de amor / Quando é missão de esculacho, olha aí, sai de baixo / Eu sou embaixador.

¹⁴ Sobre o assunto, ver Branco, s/d, e Monteiro, 2006.

A nova localização geográfica da Península Ibérica permite, por um lado, reavivar a memória das importantes ligações económicas e das profícuas afinidades culturais iniciadas ao tempo dos Descobrimentos. Por outro lado, o local encontrado permite estabelecer uma ligação com as utopias que já referimos, na medida em que o espaço utópico eleito se aproxima, geograficamente, daqueles que foram escolhidos por More ou por Bacon.

Apesar de *A Jangada de Pedra* não oferecer propriamente elementos que permitam a pormenorizada caracterização, social e outra, do novo espaço achado, parece-nos seguro presumir, pelo menos segundo Saramago, que, também aqui, se poderá cumprir o sonho de uma sociedade melhor. A gravidez colectiva das mulheres da Península Ibérica, no final da longa viagem, talvez não seja, então, mais do que a certificação simbólica do cumprimento do sonho ibérico saramaguiano: a nova geração a vir será seguramente outra, diferente, já que formada longe da *velha* Europa, ironicamente designada por “Mãe amorosa” (Saramago, 1986: 33).

A problemática desenvolvida no romance de 2005, *As Intermittências da Morte*, consubstancia, segundo cremos, um outro(-mesmo) tipo de cenário utópico. Não se trata agora, é certo, de ficcionalmente ansiar por uma sociedade ideologicamente renascida para a (quase) perfeição. Trata-se, em todo o caso, de, numa linha afim, expor o “maior sonho da humanidade desde o princípio dos tempos, isto é, o gozo de uma vida eterna cá na terra” (Saramago, 2005a: 17). É assim que, numa realocação respeitante a um país e a um tempo nunca identificados, utópicos, portanto, numa estratégia que aponta para a universalização exemplar do enredo, a morte decide não matar.

Contudo, durante os sete meses em que decorre a greve da morte (Saramago, 2005a: 113), o que parecia e aparecia como a concretização apolínea desse velho sonho-utopia de imortalidade transforma-se em gozo e euforia esporádicos. Recorrendo a um registo matizado de *cores* variadas, da seriedade quase sempre irónica às diversas modalidades do cómico, o narrador deixa-nos saber que, afinal, a existência da morte é condição fundamental para o bem-estar do Homem.

À medida que o caos se instala na vida eterna provisoriamente¹⁵ ganha, “o temor de não morrer nunca” acaba, de forma irremediável, por se sobrepor à “esperança de viver sempre” (Saramago, 2005a: 77): pela falência de agências seguradoras, que ficam sem clientes, ou, entre outros malefícios, pela falência da crença na igreja, já que a instituição fica sem moeda de troca (sem morte não pode haver a recompensa de uma vida para além

¹⁵ Lembramos que a morte acaba por decidir voltar ao activo, com a variante de passar a avisar do final da vida de alguém com uma semana de antecedência (Saramago, 2005a: 106-107).

dela, logo, não há como seduzir os fiéis). Como disse “Um teólogo ortodoxo”, “a morte é a evidência da história, a Ressurreição é o segredo da fé” (citado em Saramago, 1996: 93).

A grande lição final deste resvalar da utopia na distopia, traduz-se, por conseguinte, na tranquila aceitação da “impossibilidade de viver” num mundo em que a morte se retira de cena (Saramago, 2005b: 114). Proporcionada, em termos englobantes, pelo próprio modo como a trama se desenrola, esta lição é ainda sabiamente retirada de um interessantíssimo episódio que, logo no início do romance, prende a atenção do narrador: o da família de camponeses pobres que, após longa ponderação, opta por clandestinamente passar a fronteira para que avô e neto possam morrer (Saramago, 2005a: 40-51).

A menção destacada que fazemos a este momento narrativo tem uma explicação simples e lógica. Recuperando, com variantes, aspectos já abordados em outro texto (Arnaut, 2010: 69), parece ser evidente que da globalidade da leitura de *As Intermittências da Morte* sobressai a sábia assunção de que ao Homem cumpre esperar que atrás do tempo, tempo venha – na vida, na morte e nas utopias. Não é menos evidente, porém, que aquela humana atitude permita ler mais do que isso. Ela faculta a ideia de que é ao Homem que cumpre (tentar) fazer da sua vida um tempo-espaço de contínua, sistemática e ponderada procura do que é melhor para si e para os outros que o rodeiam.

Não pode ser por acaso, como começámos por dizer, que a arquitectura utópica dos demais romances do autor se actualize e concretize em tonalidades diferentes das utopias que referimos. O sonho num mundo melhor não implica, como condição *sine qua non*, o achamento de um novo espaço, diverso daquele que habitamos. Esse parece ser, na ficção de José Saramago, um mero pormenor. Pelo contrário, a ideia que subjaz à leitura que fazemos das ficções saramaguianas aponta para a exigência de (re)construir uma sociedade livre, justa e fraterna exactamente no mundo/sociedade em que vivemos. O (não) lugar da utopia deixa de ser um (outro) espaço físico, geográfico, passando a ser o próprio Homem, as suas crenças e convicções.

Não nos parece, então, que devamos aceitar sem qualquer questionamento a falta de esperança ou o carácter céptico e pessimista do autor e da sua obra, mesmo que as suas verbalizações públicas para isso apontem. Citamos algumas delas que, em todo o caso, como aliás sucede nos seus romances, apontam para a possibilidade de relativizar o entendimento que tem sobre este assunto:

Sou bastante céptico em relação à natureza humana, tão céptico que nem acredito que haja uma natureza humana. Mas, seja isso o que for, acredito que se podem criar situações, estados de espírito, determinações que podem converter as mesmas pessoas pouco generosas ou nada generosas em solidárias em certas circunstâncias.

Não tenho nenhum motivo para ter esperança. No plano estritamente pessoal, podemos ter razões para isso. Mas se falarmos numa esperança que nos envolva a todos, ela não é possível num mundo como este. Como será daqui a cinquenta ou cem anos? Estamos no fim de uma civilização e não temos ideia nenhuma do que vem aí. Nem sabemos se no futuro o ser humano terá alguma coisa a ver com o actual, ou se não será outra coisa que deva passar a chamar-se de forma diferente.

Muita gente diz-me que eu sou pessimista; mas não é verdade, é o mundo que é péssimo. O ser humano limita-se na actualidade a «ter» coisas, mas a humanidade esqueceu-se de «ser». Ser dá muito trabalho: pensar, duvidar, interrogar-se sobre si mesmo...

(Citado em Gómez Aguilera, 2010: 158, 160, 163-164, respectivamente)

Em derradeira instância, aos múltiplos comentários de sentido e melancólico desalento sobrepõem-se outros, talvez em menor número, mas, ainda assim, de fundamental importância, que evidenciam a constante procura do que o Homem pode/poderia ser. Como diz a rapariga dos óculos escuros em *Ensaio sobre a Cegueira*, “Dentro de nós há uma coisa que não tem nome. É isso que somos” (Saramago, 1995: 162). E é isso que o autor procura, e nós com ele; e é isso que o autor acha em algumas das suas personagens. É isso, também, que parece ser descortinado pelo médico do mesmo romance, quando levanta a hipótese de os olhos que levou a vida a observar serem, eventualmente, “o único lugar do corpo onde talvez exista uma alma” (Saramago, 1995: 135).

A redefinição utópica saramaguiana, ou o que entendemos como tal, implica, pois, uma busca que se traduz num processo de (re)aprendizagem que começa e acaba no próprio ser humano. Para tal, há que acreditar na capacidade e no poder do Homem para lutar contra várias espécies de adversidades, de obstáculos e de violências. Afinal, como disse, em 1997, a Eduardo Sterzi e Jerônimo Teixeira, “Sabemos mais do que julgamos, podemos muito mais do que imaginamos” (citado em Gómez Aguilera, 2010: 155).

Este percurso de (re)aprendizagem, que acarretará a mudança social, ainda que de forma (muito) lenta e, se calhar, impossível (ou não falássemos de utopia), passa, necessariamente, portanto, ainda que por vezes de modo enviesado, pela construção de universos agónicos e caóticos, que progressivamente consubstanciam a representação de um real que poderá vir a acontecer, a impor-se, se não tivermos em conta os *avisos à navegação* que os romances também são/pretendem ser.

Assim acontece em *Ensaio sobre a Cegueira* ou em *Ensaio sobre a Lucidez* (2004), variantes, ambos, de um retrato do Homem transformado em caçador do seu semelhante; variantes, ambos, também, da redução absoluta do valor da vida, da transformação da solidariedade em despotismo, da racionalidade em irracionalidade, da humanidade em ganância e em cobiça.

A exposição crua e violenta do que de pior existe no ser humano, numa *realidade* distópica alarmante e, quiçá, premonitória, torna-se necessária, porém, para fazer sobressair a teoria que defendemos: a conceptualização de um apocalíptico real a vir reforça a ideia de que o Homem se torna o centro, o local, o não espaço tornado espaço da própria utopia. Apesar de tudo, então, neste como em outros romances, a crença, a esperança, é, ainda, na redenção da Humanidade. Não uma redenção religiosa, não poderia sê-lo, tratando-se de José Saramago, mas uma redenção humanista e humanitária. Por isso se permite, no romance de 1995, a recuperação progressiva do mal da cegueira branca, a do espírito; por isso assume o autor o carácter de 'fábula' do romance de 2004 (Saramago, 2004: 39), em cujas páginas se retomam, diversamente, temas e personagens que haviam presentificado a bondade e a maldade (im)perfeitamente humanas.

Por isso é possível verificar, para além dos casos a que já aludimos, outros exemplos que deixam patente a assunção do poder do Homem e a consequente procura "daquela coisa que não tem nome" e a que talvez possamos, como diz, chamar humanidade. Uma humanidade que, por vezes, se traduz, simplesmente, numa auto-humanidade que, em todo o caso, anuncia outros processos de mudança. Só depois de se reencontrar pode o indivíduo plenamente lutar com e pelos outros que o rodeiam.

Não podendo falar de todas as obras, por tantas serem, destacamos, a título de exemplo, o incipiente percurso de aprendizagem humanista protagonizado por H., de *Manual de Pintura e Caligrafia* (1977), ou o longo processo de aquisição ideológica de João Mau-Tempo, que, em *Levantado do Chão* (1980), assume protagonismo simbólico em nome de tantos outros que com ele, ou como ele, trilham os mesmos caminhos.

No caso de H., e à medida que este vai intensificando a relação com M., é possível verificar a sua progressiva transformação num sujeito mais capaz de compreender-se e, também, de compreender os problemas do seu semelhante, neles se envolvendo com uma humanidade que lhe não assiste no início do romance (Saramago, 1977: 264-268; ver, também, *ibidem*: 276). Apesar de este desenvolvimento pessoal, e também sócio-ideológico, se estabelecer em paralelo com processos de evolução pictóricos e de aprendizagem das técnicas e potencialidades do registo escrito, a verdade, acreditamos, é que sem a proximidade relacional de M. a *viagem* interior, conducente ao verdadeiro conhecimento de outrem e, concomitantemente, ao seu próprio conhecimento, bem como ao conhecimento do sentido da vida, não teria sido inteiramente conseguida. Ao contrário, por exemplo, da resposta "vasa forçada num jogo obrigado a naípe" (Saramago, 1977: 126) que, anteriormente, viveu com Adelina e, extensionalmente, com Ana, Francisco, Sandra ou Carmo, H. adquire, finalmente, a capacidade para (re)conhecer António, irmão de M., tranquila e conscientemente se preocupando em ajudar os pais deste, agora numa vasa não forçada de um jogo não obrigado a naípe:

É chegada a altura de ter medo: murmurei estas palavras. Pelo horizonte do meu deserto estão a entrar novas pessoas. Estes dois velhos, quem são, que serenidade é a que têm? E o António, preso, que liberdade transportou consigo para a cadeia? E M., que me sorri de longe, pisando a areia com pés de vento, que usa as palavras como se elas fossem lâminas de cristal e que de repente se aproxima e me dá um beijo? [...] «Gostei de estar contigo», disse ela. Aplicadamente, cuidando do desenho da letra, escrevo e torno a escrever estas palavras. Viajo devagar. O tempo é este papel em que escrevo.

(Saramago, 1977: 295¹⁶)

O tempo, podemos também dizer, foi o da autognose, da mudança que o fez liquidar “um passado e um comportamento” e “preparar um terreno”, de onde tirou pedras, arrancou vegetação, arrasou “o que tirava a vista”, assim fazendo um deserto, em cujo centro se encontra, sabendo “que é este o lugar” da sua “casa a construir (se de casa se trata, mas nada mais sabendo)” (Saramago, 1977: 264).

De igual modo, também João Mau-Tempo teve de aplanar e fertilizar um espaço de deserto, até que pudesse haver lugar, enfim, a uma, à sua, Primavera redentora. A aquisição de uma consciência política é, então, agora, a grande prova por que João Mau-Tempo tem de passar. A emergência dessa outra personalidade é um processo lento e difícil. Começa embrionariamente dentro da própria personagem que, pela sua vivência no grande mar do latifúndio dos senhores sem rosto, diariamente sente na pele a indignidade do tratamento a que os trabalhadores são submetidos. Continua e completa-se pela informação e pela formação que recebe dos papéis que lê e dos encontros clandestinos em que participa.

Assim, numa primeira etapa, é possível verificar a falta de forças inicial para discordar do poder, o que o leva a fazer parte da carga a granel que, em silêncio, se acotovela na camioneta que levará os trabalhadores a Évora, a um comício a favor dos nacionalistas espanhóis (Saramago, 1980: 95). Seguidamente, o gérmen da revolta instala-se quando, comparando os “dizeres inflamados” do padre Agamedes a favor do latifúndio com o que “em sua cabeça conseguiu fixar dos papéis que às escondidas lhe têm dado, faz o seu juízo de homem simples, e se dos papéis acredita alguma coisa, das palavras do padre não acredita em nenhuma” (Saramago, 1980: 121). Juízo feito, ponderadas e comparadas as coisas, a revolta é explicitamente assumida quando, em conversa com o feitor a propósito da reivindicação pela jorna de trinta e três escudos, “João Mau-Tempo abre a boca e as palavras saem, tão naturais como se fossem água a correr de boa fonte, Ficarà a seara no pé, que nós não vamos por menos” (Saramago, 1980: 141).

¹⁶ Sobre *Manual de Pintura e Caligrafia*, ver Arnaut 2002a: 159-160.

A activação e o desenvolvimento de processos de reivindicação e de revolta que levam a personagem a começar a saltar o muro de si mesmo, na tentativa de derrubar esse outro muro feito de repressões diversas, continuará (Saramago, 1980: 312-318) com a participação em várias revoltas e culminará na rebelião de 23 de Junho de 1958, em Montemor¹⁷.

Em romances mais recentes, podemos apontar a mudança interior sofrida por Tertuliano Máximo Afonso, de *O Homem Duplicado* (2002), ou a evolução presentificada pelo Comandante que, em *A Viagem do Elefante* (2008), escolta a comitiva portuguesa que entregará Salomão aos representantes do arquiduque Maximiliano da Áustria. Também aqui, nenhuma das personagens é a mesma no final do romance. Se, no confronto tantas vezes violento com o seu duplo, Tertuliano aprende o labirinto da humanidade dos afectos, o Comandante ganha, ao longo da viagem, eventual metáfora da própria vida, a capacidade para aceitar o valor das lições que vêm da gente simples (Saramago, 2008: 144).

No mesmo âmbito, podemos apontar a capacidade do senhor José, protagonista de *Todos os Nomes* (1997a), para aceitar e para levar a bom termo os desafios que lhe permitirão conhecer-se e conhecer os outros. Podemos também sublinhar a progressiva lucidez de Cipriano Algor que, em *A Caverna* (2000), não se deixa enganar pelas aparências de uma (boa) vida que, enfim, se revelará sombra. Aparentemente um local de extraordinária comodidade, onde tudo, ou quase tudo, existe, o espaço do Centro para onde a família se muda sempre se lhe apresenta, contudo, como um local de redução de liberdade e de humanidade. Por isso, depois de conhecer o segredo da(s) caverna(s), num percurso de consciencialização desde cedo posto em evidência, Cipriano arrasta a filha, Marta Isasca, e o genro, Marçal Gacho, na fuga a esse espaço de tonalidades utópicas.

A fuga acontece, por consequência, não na direcção da tradicional perfeição da utopia mas, antes, na direcção de um lá fora, indeterminado é certo, mas um lá fora, o nosso mundo, onde o Homem pode ser livre e perfeitamente imperfeito. E esta mesma lição que impõe a perfeição da humana imperfeição parece-nos ser aquela que assiste ao exemplo que acima demos da família de camponeses que, clandestinamente, passa a fronteira para que avô e neto possam morrer em paz. Na mesma linha, não podemos esquecer os comportamentos das personagens que compõem o grupo de protagonistas de *A Jangada de Pedra* e que vão adquirindo a sua humanidade num constante jogo de afectos nem sempre pacíficos. Relembre-se, tão-somente, a atitude de Maria Guavaira e, depois, de Joana Carda, que, ao decidirem fazer de Pedro Orce um homem menos só, provocam uma momentânea desunião/cisão no grupo (Saramago, 1986: 287-290).

¹⁷ Sobre *Levantado do Chão*, ver Arnaut, 2002b: 209-221.

E já que destas mulheres falamos, deve pôr-se em evidência que o elemento feminino é, no romance saramaguiano, de fundamental importância para o desenvolvimento moral, afectivo, ideológico e, às vezes, físico do elemento masculino. Por outras palavras, a mulher é, desde *Manual de Pintura e Caligrafia*, desde *M.*, portanto, a mola de conhecimento que permitirá ao homem tornar-se um ser melhor e humanamente mais completo; a mola de conhecimento que ajudará o homem tornar-se no Homem como lugar onde o sonho utópico poderá concretizar-se.

A esta galeria de mulheres e à importância que têm nos universos do autor, devemos aduzir, ainda, os seguintes nomes: Faustina e Gracinda Mau-Tempo, mulheres-companheiras de armas de homens que, em *Levantado do Chão*, ensaiam um novo tempo de consciência humana e política; Blimunda, de *Memorial do Convento* (1982), a mulher de olhos excessivos, cujos poderes, aliados ao sonho quimérico de Bartolomeu Lourenço, abrem novos horizontes a Baltasar Sete-Sóis; Lídia de *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), elo de ligação entre o mundo do poeta e o do povo comum; as já mencionadas Joana Carda ou Maria Guavaira, sem as quais se não podia entender plenamente o sentido da viagem da Península tornada jangada de pedra; Maria Sara, por causa de quem Raimundo escreve a sua *História do Cerco de Lisboa* (1989), num percurso que é também o da afectividade; Maria de Magdala, responsável por um Jesus capaz de humanamente amar e errar.

Relembrem-se, também, a incógnita figura feminina de *Todos os Nomes*, mentora indirecta da fuga de José ao marasmo em que vivia, e a mulher do médico, única personagem que ao longo de *Ensaio sobre a Cegueira*, mantém a capacidade de olhar e de ver e de, por isso, ajudar a compreender – numa mesma linha, aliás, recuperada em *Ensaio sobre a Lucidez*. Sem esquecermos Marta Isasca ou Isaura Madruga que, em *A Caverna*, cada uma à sua maneira, dão a Cipriano Algor novos alentos de vida, mencionem-se Maria da Paz e Helena cujas acções e atitudes, em *O Homem Duplicado*, são fundamentais para o nascimento de um ‘novo’ Tertuliano Máximo Afonso.

Nos romances mais recentes, *As Intermittências da Morte*, *A Viagem do Elefante* e *Caim* (2009), destacamos, respectivamente, a morte tornada mulher, que contribui, apesar de tudo, para o (re)nascimento de um novo homem, o violoncelista; a rainha dona Catarina, mulher de Dom João III, e o facto de ser ela a motivar a viagem de Salomão e, por conseguinte, a possibilitar as diversas viagens de autognose; e, finalmente, a insubmissa e rebelde Lilith, pelo papel que desempenha na consubstanciação do humano Caim, e Eva, pelo que na (re)construção da personagem existe de diferença subversiva em relação ao arquétipo bíblico¹⁸.

¹⁸ Ao contrário da *original*, a Eva saramaguiana não evidencia apenas consciência crítica para comentar a atitude de Deus, considerando forçoso, por exemplo, levá-lo a explicar o motivo pelo qual os fez e com que fim (“Sobre o que o senhor possa ou não possa, não sabemos nada, Se é assim, teremos de

Convém aduzir, a propósito, que não nos parece ser um acaso o relevo que a personagem feminina adquire na obra saramaguiana. Lembrando a impossibilidade de, na ficção do autor, separarmos a (sua) vida da arte (literária) que a recria¹⁹, julgamos não errar se afirmarmos que o respeito e os afectos dedicados à avó Josefa contribuíram, decisivamente, para o desenho da constelação de mulheres que acabámos de enumerar.

O reconhecimento desta influência (a que, quase sempre, se aliam as menções ao avô Jerónimo) é verbalizado pelo próprio José Saramago em textos tão diversos como *As Pequenas Memórias* (Saramago, 2006), o discurso pronunciado na Academia Sueca por ocasião da entrega do Prémio Nobel (Saramago, 1999), ou, se quisermos recuar ainda mais no tempo, as crónicas “Retrato de antepassados” (Saramago, 1973) e “Carta para Josefa, minha avó” (Saramago, 1971).

Assim sabemos da consciência de que “estava a transformar as pessoas comuns que eles haviam sido em personagens literárias e que essa era, provavelmente, a maneira de não os esquecer, desenhando e tornando a desenhar os seus rostos com o lápis sempre cambiante da recordação” (Saramago, 1999: 15). Assim sabemos, também, de uma avó Josefa cujo desconhecimento da literatura ou da filosofia não a impediu de alcançar a coragem, a sensibilidade e a bondade que devem assistir ao ser humano (Saramago, 1971: 27).

Mas a assunção do poder do Homem, da sua capacidade para se tornar o local, o centro, de concretizações utópicas, passa também pelo polémico tópico da religião, implicando, na obra ficcional saramaguiana, a necessidade de denegar a força do divino. O poder a alcançar, e a manter, é o que decorre da vontade humana. A vontade que não é a alma, nem com ela deve ser confundida, como Bartolomeu Lourenço diz a Baltasar Sete-Sóis (Saramago, 1982: 123). Parece-nos lícito afirmar, então, que a alma a que se refere o médico de *Ensaio sobre a Cegueira*, na citação que acima fizemos, seja lida nesta dimensão.

o forçar a explicar-se, e a primeira coisa que deverá dizer-nos é a razão por que nos fez e com que fim, Estás louca, Melhor louca que medrosa, Não me faltes ao respeito, gritou adão, enfurecido, eu não tenho medo, não sou medroso, Eu também não, portanto estamos quites, não há mais que discutir, Sim, mas não te esqueças de que quem manda aqui sou eu, Sim, foi o que o senhor disse, concordou eva, e fez cara de quem não havia dito nada”; Saramago 2009: 25-26). Além disso, a nova Eva mostra-se capaz de agir, na esteira dessa linha de composição de personagens femininas corajosas, determinadas, e não pouco importantes ao desenvolvimento de vários traços da personalidade, dos afectos e da capacidade ideológica dos homens que acompanham. Assim, prolongando alguns traços da composição de Lilit, esta Eva, ao contrário de Adão, resignado com a deliberação divina e temeroso dos efeitos de novas desobediências (Saramago, 2009: 24-25), não aceita pacificamente a fome que são obrigados a passar, decidindo, por isso, “ir pedir ao querubim que lhe permitisse entrar no Jardim do Éden e colher alguma fruta que lhe aguentasse a fome por uns dias mais” (Saramago, 2009: 24).

¹⁹ Referimo-nos à impossibilidade, tantas vezes assumida por José Saramago, de separarmos autor de narrador (ver, por exemplo, Saramago, 1997b: 40-41).

Parece-nos também correcto, a propósito, relevar a importância de, em *Memorial do Convento*, o engenho voador construído pela santíssima trindade terrestre (Bartolomeu, Baltasar e Blimunda) se elevar nos ares por causa das duas mil vontades de homens e de mulheres; vontades recolhidas por Blimunda e distribuídas pelas duas esferas da Passarola. De igual modo, não podemos deixar de convocar os episódios finais de *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991) ou de *Caim*.

No primeiro romance, numa paródica linha de subversão muito característica do modo como José Saramago se apropria dos dados históricos, laicos ou religiosos, Jesus, crucificado, clama “para o céu aberto onde Deus sorria, Homens, perdoai-lhe, porque ele não sabe o que fez” (Saramago, 1991: 444), assim dando resposta cabal à questão formulada em *Memorial do Convento* sobre “quem há-de perdoar a Deus ou castigá-lo” (Saramago, 1982: 183). Não se trata, pois, como regista o canónico Evangelho de São Lucas (23.34²⁰), de pedir perdão ao Pai para os que o haviam crucificado. E muito menos se trata de entregar nas Suas mãos o Seu Espírito (Lc 23.46²¹). Trata-se, pelo contrário – numa clara assunção do papel egoísta e malévolos de um Deus que, “sacrificador”, o obriga a morrer –, de implorar ao humano que perdoe as atitudes do divino, desse modo totalmente assumindo a supremacia do primeiro sobre o segundo. Como já havia dito em *Memorial do Convento*, “é a vontade dos homens que segura as estrelas”, sendo “fácil ver que, faltando os homens, o mundo pára” (Saramago, 1982: 124, 66).

Em *Caim*, o narrador não evidencia só a sua compreensão relativamente ao assassinio de Abel. Além disso, sempre regula a sua simpatia de modo a (re)criar uma personagem, Caim, de “bons princípios como poucos” (Saramago, 2009: 41): digna, humana, visceralmente bondosa e intrinsecamente honesta (Saramago, 2009: 150)²², detentora de uma consciência ideológica capaz de comentar e de desmontar criticamente as atitudes de Deus²³ (*passim*); capaz, também, de lutar contra os desígnios divinos.

²⁰ “Quando chegaram ao lugar chamado Calvário, crucificaram-n’O a Ele e aos mal-feitores, um à direita e outro à esquerda. Jesus dizia: ‘Perdoai-lhes, ó Pai, porque não sabem o que fazem’” (Lc 23.34).

²¹ “Por volta da hora sexta, as trevas cobriram toda a terra, até à hora nona, por o Sol se haver eclipsado. O véu do Templo rasgou-se ao meio, e Jesus exclamou, dando um grande grito: ‘Pai, nas tuas mãos entrego o Meu Espírito’. Dito isto expirou” (Lc 23 44-46).

²² Talvez por isso Caim assumia, duas vezes, o nome *Abel*, desse modo redistribuindo e reatribuindo (logo, corrigindo) a carga semântica tradicionalmente atribuída ao irmão.

²³ Na conversa que mantém com os “dois anjos do senhor”, por exemplo, a propósito da aposta feita entre Deus e o Diabo sobre a fidelidade de Job, Caim comenta: “[...] não me parece muito limpo da parte do senhor, [...] [Job] vai ser castigado sem motivo com a perda dos seus bens, talvez, como tantos dizem, o senhor seja justo, mas a mim não me parece, faz-me recordar sempre o que aconteceu com abraão a quem deus, para o pôr à prova, ordenou que matasse o seu filho isaac, em minha opinião, se o senhor não se fia das pessoas que crêem nele, então não vejo por que tenham essas pessoas de fiar-se no senhor

É assim que, depois de entrar na arca de Noé, vai eliminando, um a um, os filhos, as noras e a mulher de Noé. Este acaba também por perecer, deixando-se cair borda fora da arca depois de ter concluído sobre o fracasso da missão que lhe havia sido atribuída, pois “sem mulheres que fecundem não haverá vida nem humanidade” (Saramago, 2009: 179). O confronto final acontece, pois, entre o humano Caim e o divino Senhor, afinal os únicos (sobre)viventes do apocalíptico dilúvio; afinal os únicos (sobre)viventes de uma nova humanidade que não chegará a acontecer da forma idealizada porque o humano derrota Deus (ver Arnaut, 2010: 63-65).

Não deixa de ser muito curioso, porém, que o delinear destes percursos de humana aprendizagem faculte a verificação da presença de afinidades com certos vectores da tradição religiosa que se denega. Radicar a esperança de uma sociedade mais justa e perfeita no próprio Homem assemelha-se, pelo menos numa primeira abordagem, a essa linha a que já fizemos referência no início e que implica que os justos serão recompensados, ressuscitando no reino dos céus. Esta afinidade é, todavia, meramente aparente: no caso da tradição judaico-cristã, a sociedade justa situa-se num não local, num não espaço; no caso de José Saramago, a ideia é que a recompensa, isto é, a vida melhor, se situe na vida terrena.

Neste sentido, a utopia saramaguiana aproxima-se mais de uma outra dimensão espiritual. Referimo-nos às semelhanças com o rito de elevação ao grau de mestre maçom e, segundo se pode ler na *Introdução à Maçonaria*, da autoria de António Arnaut (2009), à forma como Hiram²⁴ se transforma em figura de ritual iniciático e, em concomitância, em símbolo de ressurreição para uma vida justa e perfeita.

Recusando-se a revelar os segredos do grau de Mestre, que “três maus companheiros” queriam obter para “alcançar a mestria e o respectivo salário” (Arnaut, António, 2009: 24²⁵), Hiram é assassinado: um dos companheiros atinge-o com uma régua no ombro, o outro com um esquadro de ferro no peito, e o último derruba-o com um golpe de maço sobre a frente, “provocando-lhe a morte” (Arnaut, António, 2009: 25). Ao verificar que nenhum havia conseguido saber a palavra do Mestre, sepultam-no, deixando sobre o túmulo um ramo de acácia. “Ali foi encontrado, mais tarde, pelos mestres” que, segundo a lenda, escreve ainda o ex-Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano, “havia combinado

[...], Estou cansado da lengalenga de que os desígnios do senhor são inescrutáveis [...], deus deveria ser transparente e límpido como cristal em lugar desta continua assombração, deste constante medo, enfim, deus não nos ama [...].” (Saramago, 2009: 142).

²⁴ Artesão de Tiro incumbido por Salomão da construção do Templo de Jerusalém (*1.º Livro dos Reis* – 7, 13-51).

²⁵ Ver, também, Chevalier e Gheerbrant, 1992: 505-506.

que o primeiro sinal que fizessem e as primeiras palavras que proferissem ao descobrirem o cadáver, ficassem para sempre como o sinal e a palavra sagrada de mestre”, assim acautelando “a eventualidade de os sinais correspondentes ao grau terem sido descobertos pelos assassinos”.

Essas palavras e sinais,

que apenas são revelados quando um companheiro ascende ao grau de mestre, ainda hoje são utilizados. Também os graus estabelecidos por Hiram constituem, tantos séculos volvidos, os três primeiros graus da Maçonaria [...].

O assassinio de Hiram interrompeu os trabalhos e o Templo de Jerusalém ficou por concluir, sendo mais tarde destruído pelos caldeus e pelos romanos.

Os maçons procuram desde então a palavra de Mestre, a fim de o poderem reconstruir. Esta palavra perdida é a essência do segredo maçónico. A sua descoberta permitirá a ressurreição simbólica do arquitecto e a construção do novo ‘Templo’, símbolo da fraternidade universal.

(Arnaut, António, 2009: 25)

No ritual maçónico o recipiendário identifica-se, portanto, com Hiram, devendo, por isso, morrer simbolicamente. E os três golpes desferidos no Mestre passam a representar uma tripla morte: física (ombro), sentimental (peito) e mental (fronte). Ora, esta morte iniciática mais não é do que a possibilidade (simbólica) de uma renascença (também ela tripla) em um novo Hiram, quando ao aprendiz/companheiro é concedido o grau de mestre. A palavra procurada reside, por conseguinte, nesta possibilidade de transformação interior; uma transformação espiritual conducente à busca da integridade, da Sabedoria, da Tolerância e da Generosidade (Chevalier e Gheerbrant, 1992: 505-506). Alcançadas estas qualidades, não é difícil compreender que, a partir daí, se poderá construir uma sociedade ideal, porque livre, porque igual, porque universalmente fraterna.

Parecendo também semelhante ao ideal de ressurreição dos católicos, há, no entanto, que assinalar uma variante fundamental entre estas duas linhas de espiritualidade. A saber, se a tradição judaico-cristã remete (para alguns) para uma (utópica) vida perfeita a atingir depois da morte, a tradição maçónica, tal como em José Saramago, ou tal como lemos os romances do autor, reenvia (para outros) para uma (talvez não menos utópica) sociedade também ela perfeita, mas a ser alcançada e experimentada em vida depois de múltiplas e simbólicas privações e tormentos.

Em qualquer uma das atitudes que acabámos de mencionar não parece difícil, em todo o caso, afirmar a ancestralidade da aliança espiritualidade/utopia, ou a permanência de sonhos e de desejos velhos como a própria Humanidade; sonhos e desejos que, em

alguns casos, deixaram já de o ser, porque concretizados por viscerais ambições humanas; sonhos e desejos utópicos, ainda – como este de sociedades justas e perfeitas ou aquele da imortalidade –, que, quer o autor o tenha pretendido ou não, encontram eco no espaço-tempo dos romances escritos.

Bibliografia

- ANDRADE, Oswald de (1990), *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo.
- ARNAUT, Ana Paula (2010), “Novos rumos na ficção de José Saramago: os romances *fábula* (*As intermitências da morte, A viagem do elefante, Caim*)”. In A. B. BAREL (Org.), *Os Nacionalismos na Literatura do Século XX: Os indivíduos em face das nações*. Coimbra: Minerva, pp. 51-70.
- ARNAUT, Ana Paula (2009a), “Nas margens do tempo e do espaço: onde pa(i)ram as utopias”. In M. F. SILVA (Coord.), *Utopias e Distopias*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 223-234.
- ARNAUT, Ana Paula (2009b), *José Saramago*. Lisboa: Edições 70.
- ARNAUT, Ana Paula (2002a), *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo. Fios de Ariadne – máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina.
- ARNAUT, Ana Paula (2002b), “Leituras da obra literária e ensino da literatura. Processos simbólicos em *Levantado do chão*”. In *Actas das II Jornadas Científico-Pedagógicas de Português*, Coimbra: Almedina, pp. 209-221.
- ARNAUT, António (2009 [1996]), *Introdução à Maçonaria*. Coimbra: Coimbra Editora.
- BÍBLIA SAGRADA (1995), 19.^a ed. Lisboa: Difusora bíblica.
- BRANCO, Célia (s/d), *Utopia e distopia em ‘A Jangada de Pedra’ de José Saramago*. Disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/Mestrado-TL/celia_branco_Jangada.pdf (consultado em 4 de Março de 2011).
- BOORSTIN, Daniel J. (1987), *Os Descobridores*. Trad. Fernanda Pinto Rodrigues. Lisboa: Gradiva.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain (1992), *Dictionnaire des Symboles*. 13^{ème} réimp. Paris: Éditions Robert Laffont et Éditions Júpiter.
- COELHO, Rogério Mendes (2006), “O testemunho da literatura hispano-americana colonial. A descoberta da quarta região do mundo ou a grande utopia”. In A. Cordiviola et alii (Org.), *Fábulas da iminência. Ensaios sobre literatura e utopia*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPE, pp. 247-260.
- COLOMBO, Cristóvão (1990a), *A Descoberta da América. Diário de Bordo da 1.^a viagem (1492-1493)*. Pref. Luís Albuquerque, trad. Ana Rabaça. Mem Martins.
- COLOMBO, Cristóvão (1990b), *A Descoberta da América. Relações das quatro viagens (1493-1504)*. Pref. Luís Albuquerque, trad. Ana Rabaça. Mem Martins.

- FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (2010), "A mulher como 'o outro' – a filosofia e a identidade feminina". In M. M. A. Jorge (Coord.), *Porque nos Interessa a Filosofia*. Lisboa: Esfera do Caos, pp. 73-92.
- GÓMEZ Aguilera, Fernando (2010), *José Saramago. Nas suas palavras*. Lisboa: Caminho.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (1959), *Visão do Paraíso. Os motivos edénicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed.
- MACHADO, José Pedro (1987 [1952]), *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MONTEIRO, Cristiana Sofia dos Santos Pires (2006), *O modo Fantástico e 'A Jangada de Pedra' de José Saramago*. Porto: Ecopy.
- MUMFORD, Lewis (2007 [1922]), *História das Utopias*. Trad. Isabel Donas Botto. Lisboa: Antígona.
- NÓBREGA, Manoel da (2004), *Cartas do Brasil e mais escritos*. Introdução e selecção de João Alves das Neves. Lisboa: Universitária Editora.
- PLATÃO, *A República* (1996), 8.ª ed., Int., trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SARAMAGO, José (2009), *Caim*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (2008), *A Viagem do Elefante*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (2006), *As Pequenas Memórias*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (2005a), *As Intermittências da Morte*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (2005b), "O tempo e a morte". Entrevistado por José Carlos Vasconcelos, *Visão*, 3 de Novembro, pp. 113-119.
- SARAMAGO, José (2004), *Ensaio sobre a Lucidez*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (2002), *O Homem Duplicado*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (2000), *A Caverna*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1999), *Discursos de Estocolmo*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1997a), *Todos os Nomes*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1997b), "O autor como narrador". *Ler*, 38 (Primavera-Verão), pp. 36-41.
- SARAMAGO, José (1996), *Cadernos de Lanzarote. Diário – III*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1995), *Ensaio sobre a Cegueira*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1991), *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1989), *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1986), *A Jangada de Pedra*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1985 [1977]), *Manual de Pintura e Caligrafia*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1984), *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1982), *Memorial do Convento*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1980), *Levantado do Chão*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1973), *A Bagagem do Viajante*. Lisboa: Caminho.
- SARAMAGO, José (1971), *Deste Mundo e do Outro*. Lisboa: Caminho.

A historiografia sobre os escravos em Portugal*

Jorge Fonseca**

Os estudos sobre a escravidão praticada em Portugal iniciaram-se no século XIX. Antes dela só os testemunhos ocasionais, embora esclarecidos, de cronistas como Zurara¹, de economistas como Manuel Severim de Faria² e de pedagogos, de que é exemplo Ribeiro Sanches³ – além das reflexões de teólogos preocupados com a legitimidade da escravidão e do tráfico à luz da doutrina cristã⁴ –, despertaram para o tema a atenção dos contemporâneos. Não se devem também esquecer, pela ligação que tiveram com a escravatura que se desenvolveu no reino, as intervenções de eclesiásticos, académicos e outros intelectuais que, a partir do século XVIII, se debruçaram sobre os problemas do tráfico atlântico e da presença de mão-de-obra escrava no Brasil. São de destacar, nesse campo e entre os portugueses, o Padre Manuel Ribeiro Rocha, autor de *Etiópe Resgatado*⁵, Oliveira Mendes, académico que editou *Memória a Respeito dos Escravos*⁶, e o bispo de Pernambuco e Elvas, D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, defensor da escravatura⁷. Já antes esta última

* O presente texto tem por base o preâmbulo da minha tese *Escravos e senhores na Lisboa quinhentista*, defendida em 2009 na FCSH da UNL, que, pelas suas características, não incluí na edição com igual título (Jorge Fonseca, *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*, Lisboa, Colibri, 2010). Ao mesmo acrescentei as indispensáveis actualizações até Julho de 2013.

** CHAM/FCSH-UNL e UAç.

¹ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné* (Edição José de Bragança), Porto, Civilização, 1973, pp. 117-128.

² Manuel Severim de Faria, "Dos remédios para a falta de gente" (1655), *Antologia dos economistas portugueses* (Introdução, prefácio e notas de António Sérgio), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, pp. 171-240.

³ António Nunes Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (Edição Joaquim Ferreira), Porto, Domingos Barreira, s. d., pp. 103-105.

⁴ Domingos Maurício, "A universidade de Évora e a escravatura", *Didaskalia*, v. VII, 1977, Lisboa, Universidade Católica, 1997, pp. 153-200; António Manuel Hespanha, "Luís de Molina e a escravização dos negros", *Análise Social*, v. XXXV, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, pp. 937-960.

⁵ Padre Manuel Ribeiro Rocha, *Etiópe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado*, Lisboa, 1758 (referido em Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo das Consciências. A escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995, pp. 245-250).

⁶ Luís António de Oliveira Mendes, "Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil", *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, v. IV, 1812 (referido em Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo das Consciências*, pp. 259-262).

⁷ José Joaquim de Azeredo Coutinho, *Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa de África*, 1798 (referido por Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo das Consciências*, pp. 262-274).

problemática fora objecto de análise crítica por parte de escritores estrangeiros, como os castelhanos Bartolomé de Las Casas⁸ e Alonso de Sandoval⁹.

O destacado papel que Portugal, por razões históricas e geográficas, assumiu no tráfico de escravos africanos para as colónias europeias da América valeu-lhe a acusação, no contexto da difusão das ideias abolicionistas, de ter sido responsável pelo início do tráfico atlântico, o que em grande parte correspondia à verdade. Tal acusação era motivada pela demora do país em aceitar a abolição, tanto por razões económicas como culturais¹⁰, mas ofendia o brio nacional, sobretudo por provir de países que tinham, tanto ou mais que Portugal, beneficiado da escravatura e do tráfico e que, se o não tinham iniciado, fora por falta de condições para o fazer e não por superioridade moral. Esse sentimento de culpa, de o país ter estado na vanguarda da escravatura moderna, associado ao de ser vítima de acusações consideradas excessivas, vindas de quem vinham, levou vários intelectuais portugueses a rebaterem aquela acusação através de textos em que, pela demonstração da antiguidade e universalidade da escravidão, a responsabilidade portuguesa ficasse, senão anulada, pelo menos atenuada. Deu-se assim início à publicação das primeiras tentativas de história da escravatura em Portugal. Embora colocando a tónica na escravidão universal e na história do tráfico, estes textos aludiam também, quase sempre, à realidade social portuguesa e à importância que nela tiveram os escravos.

Um desses primeiros textos foi da autoria de Frei Francisco de S. Luís, político liberal e Patriarca de Lisboa, conhecido por Cardeal Saraiva. Foi escrito em 1829, durante o seu exílio no convento da Serra de Ossa, a que foi coagido pela reacção miguelista. Intitula-se *Nota sobre a Origem da Escravidão e Tráfico dos Negros*¹¹. O seu objectivo foi contestar o historiador Frédéric Schoell¹², que afirmara caber aos portugueses a triste honra de terem imaginado o tráfico negreiro. Para tentar ilibar o seu país de acusação tão grave e que fosse votado “à execração dos séculos futuros um povo que assim calcava aos pés os direitos sagrados da Humanidade”¹³, o autor enumerou demoradamente os povos civilizados que praticaram a escravidão, com especial ênfase para os europeus e para a aprovação da

⁸ Bartolomé de Las Casas, *Brevissima relacion de la destruccion de Africa* (1556) (estudo preliminar, edição e notas de Isacio Perez Fernandez), Salamanca, San Estéban, 1989.

⁹ Alonso de Sandoval, *De instauranda Aethiopia salute* (1627) [*Un tratado sobre la esclavitud*], (Introdução, transcrição e tradução de Henriqueta Vila Vilar), Madrid, Alianza Editorial, 1987.

¹⁰ João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: O Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999.

¹¹ *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 324-347.

¹² Christophe G. de Koch e Frédéric Schoell, *Histoire abrégée des traités de paix entre les puissances de l'Europe depuis la paix de Westphalie*, Paris, 1817-1818, tomo 11, p. 171.

¹³ *Obras Completas do cardeal Saraiva*, tomo V, p. 326.

mesma pelo cristianismo. Ao descrever o desenvolvimento do tráfico africano – em virtude do qual “Lisboa [...] se encheu de escravos negros”¹⁴ –, o bispo não deixou de referir que, antes dos portugueses, ao mesmo já se dedicavam os árabes e os próprios africanos, concluindo que Portugal se limitara a mudar as correntes do tráfico, do próprio continente para a América.

Na mesma linha de preocupações se pode situar o primeiro livro publicado sobre a escravatura em Portugal, da autoria de António Pedro de Carvalho, com o título *Das Origens da Escravidão Moderna em Portugal*¹⁵. O seu autor foi funcionário da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e secretário do governo de Angola entre 1862 e 1863. Fundou e dirigiu a revista *Arquivo Universal*, na qual deu a conhecer uma série de artigos sobre o que chamou a *escravatura branca*¹⁶, nos quais defendeu a concessão de melhores condições aos colonos portugueses que se fixassem no Brasil¹⁷. Em 1870 editou *As Pautas das Alfândegas das Províncias Ultramarinas*¹⁸. Era, portanto, um típico funcionário da administração colonial interessado pelas questões políticas e administrativas do Ultramar, filho, aliás, de outro alto funcionário, o conselheiro António Pedro de Carvalho, oficial superior da mesma Secretaria¹⁹. A sua morte, aos 41 anos, em 1877, ano da publicação do texto sobre a escravatura, interrompeu, por certo, uma carreira que o destinava a postos mais elevados.

No seu livro o autor procurou desmentir a acusação feita a Portugal de ter restabelecido a escravatura depois de a mesma já estar extinta na Europa. Para isso, começou por desenvolver a história da escravidão nas civilizações antigas e as alterações introduzidas pelo cristianismo no sentido de uma suavização da condição servil. Justificou a aceitação da escravatura pela Igreja recorrendo à mensagem de Cristo, que não pretendeu alterar as bases da sociedade, mas antes salvar as almas dos filhos de Deus. Quanto à Península Ibérica, ressaltou o papel da Reconquista cristã no reanimar da escravatura, através das guerras e dos cativeiros que proporcionou, tendo sido essa a principal causa da sua manutenção ininterrupta até à época moderna. Relativamente a Portugal, transcreveu vários documentos medievais, nomeadamente os forais de diversas cidades e vilas, com inclusão de impostos e multas atribuíveis aos escravos. Mais tarde, as conquistas no Norte de África e as viagens na costa africana intensificariam a entrada de cativos no reino.

¹⁴ *Ibidem*, tomo V, p. 343.

¹⁵ António Pedro de Carvalho, *Das Origens da Escravidão Moderna em Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1877.

¹⁶ Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 267.

¹⁷ António Pedro de Carvalho, *Arquivo Universal*, tomo 1, n.ºs 5, 6, 9 e 23, Lisboa, 1859.

¹⁸ *Idem*, *As Pautas das Alfândegas das Províncias Ultramarinas*, Lisboa, 1870.

¹⁹ Inocêncio Francisco da Silva, *ob. cit.*, p. 267.

O autor reafirmou não ter cabido a Portugal o início do tráfico dos negros, que já encontrou instituído e organizado. Dissertou sobre as características que considerava próprias dos africanos, que favoreciam a sua escravização: “O preto é naturalmente indolente, não tem brios que o estimulem. [...] O negro livre [...] procura a floresta para comer os frutos das árvores ao pé das quais se deitará de dia para dançar à noite. [...] A África é por essência a terra da escravidão. O preto é escravo por nascimento [...] só pretende que o deixem fazer o ócio. Entre eles vale mais ser escravo a dormir que homem livre a trabalhar”²⁰.

Defendendo que a atitude de Portugal quanto à escravatura e ao tráfico fora igual à dos restantes países que os praticaram, afirmou que, no entanto, o país se podia ufanar de ter sido o que “sempre tratou com maior humanidade os indivíduos das raças inferiores submetidos ao seu poder” [*ibidem*, p. 57]. Sobre o papel da colonização da América no tráfico, sustentou que ela teve o efeito de o intensificar em grande escala, não de o fazer renascer. Condenou os abusos dos colonizadores portugueses no Brasil, ao quererem submeter os autóctones, contra os esforços dos jesuítas.

António Pedro de Carvalho considerou a escravatura um “repugnante abuso de força do homem sobre o seu semelhante” [*ibidem*, p. 53], mas que não foi criação de Portugal: “Não inventámos a escravidão dos Negros; encontrámo-la formando a base daquelas sociedades imperfeitas. [...] A nossa cobiça e a muito maior cobiça das outras nações coloniais, transformou a simples deslocação de trabalho, a emigração forçada, mas porventura útil, dos Africanos, em comércio imoralíssimo, cujas crueldades e abusos de toda a sorte foram universalmente condenados”²¹.

Também à escravidão dedicou várias páginas o político, romancista e historiador Manuel Pinheiro Chagas, que em 1877 defenderia o governo português na Câmara dos Deputados das acusações, feitas ao país pelos exploradores ingleses Cameron e Young, de prática de tráfico negreiro²². Na sua *História de Portugal*, que começou a publicar-se em 1867, procurou rebater a atribuição ao infante D. Henrique do início do tráfico negreiro, demonstrando que aquele príncipe já encontrara a escravatura “radicada no ânimo dos povos” e estabelecida na Europa desde a mais remota Antiguidade. Porém, ao descrever a primeira grande venda de escravos realizada em Portugal, na praia de Lagos, dada a conhecer por Zurara e da qual transcreveu larga passagem, afirmou que as “façanhas de Lançarote” referidas pelo cronista não passavam de “actos de uma odiosa pirataria” e que “o tráfico infame da escravatura” repugnava aos espíritos da sua

²⁰ António Pedro de Carvalho, *Das Origens da Escravidão Moderna em Portugal*, p. 45.

²¹ *Ibidem*, p. 57.

²² *Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão legislativa de 1877*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877, pp. 332-334.

época. Classificou a morte de Gonçalo de Sintra, que pereceu às mãos dos autóctones durante um dos assaltos portugueses à costa africana, não como o martírio de “um dos primeiros portugueses que rubricaram com o seu sangue as nossas conquistas”, como foi designada por um historiador, mas antes como “o princípio de uma justíssima expiação”, atendendo ao “repugnante quadro das tripulações de Lançarote, perseguindo [...] os pobres moiros inofensivos, matando, cativando com bestial ardor [...], piratas sem fé nem lei, violando os direitos mais sagrados da Humanidade a pretexto de servirem o Mártir do Calvário”²³.

Noutra linha de preocupações, paralela a esta, já antes destes autores, em 1858, publicara Alexandre Herculano o estudo *Do Estado das Classes Servas na Península desde o VIII até o XII Século*, através do qual o grande historiador sustentou uma polémica com o espanhol Muñoz y Romero e que viria a ser incluída nos *Opúsculos*²⁴. Tal debate desenvolveu-se em torno da existência ou não da servidão pessoal de cristãos na monarquia visigoda e nos reinos da Reconquista, que o historiador espanhol defendeu e Herculano negou, reservando essa condição para os muçulmanos. A mesma temática da escravidão e da servidão medievais viria também Herculano a abordá-la na *História de Portugal*²⁵, procurando, por um lado, encontrar as características distintivas entre a escravatura romana e a visigoda e, por outro, caracterizar a condição dos servos e a sua evolução para o colonato livre no fim da Idade Média e também a condição dos escravos mouros.

Estes temas voltaram a ser tratados pelo medievalista Henrique da Gama Barros na *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, ocupando os capítulos II e III do tomo IV²⁶. A publicação desta obra iniciou-se em 1885, embora o tomo IV tenha saído do prelo só em 1922²⁷. No capítulo II o historiador estabeleceu a diferença entre a condição social dos camponeses livres, dos servos adscritos à gleba e dos servos pessoais ou escravos entre os visigodos. Referiu-se também às fontes da servidão e à influência da economia e do cristianismo na melhoria da condição dos escravos. No capítulo III foi desenvolvido o influxo da Reconquista no reforço da escravatura através da captura dos sarracenos e moçárabes vencidos. Mencionou também a tendência para a melhoria da condição dos escravos cristãos nos séculos X e XI, relativamente à dos muçulmanos, e a sua aproximação da dos servos adscritos à gleba. Finalmente, o autor explicou o

²³ Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, v. III, Lisboa, Promoclube, s. d., pp. 253-259.

²⁴ Alexandre Herculano, *Opúsculos*, v. IV, Lisboa, Bertrand, 1983, pp. 131-163.

²⁵ Idem, *História de Portugal*, tomo III, Liv. VII, Parte II, Lisboa, Bertrand, 1980, pp. 347-383, 413-502.

²⁶ Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.^a edição, Tomo IV, cap. III, Lisboa, Sá da Costa, 1947, pp. 53-172.

²⁷ Conforme Torquato de Sousa Soares, na *Introdução* à edição de 1945 desta obra, p. XXIV.

desaparecimento da adscrição à terra na primeira metade do século XIII, pela transformação do servo em colono, sob o impulso das instituições municipais.

À história da escravatura também dedicou alguma atenção, nos inícios de Novecentos, o bibliotecário, académico e paleógrafo Pedro de Azevedo, assíduo colaborador do *Arquivo Histórico Português*, dirigido por Braamcamp Freire. Nessa colaboração contaram-se três artigos sobre escravidão: “Os escravos”, no volume I (1903), “Uma carta de alforria em 1228”, no volume V (1907), e “Cartas de alforria”, no volume VIII (1910)²⁸. No primeiro, o autor partiu da escravatura medieval para abordar depois as viagens de descobrimento e a obtenção de cativos. Nos outros, dissertou sobre a escravatura e o tráfico a propósito de várias cartas de alforria que transcreveu. No último destes artigos, aludiu à ingerência inglesa nos assuntos portugueses no referente ao tráfico negreiro, motivada por “abusos que deveriam ser corrigidos interiormente”, responsabilizando também o bispo Azeredo Coutinho, deputado da Inquisição, pela conotação negativa de Portugal nesta matéria, ao ter defendido a escravidão num texto publicado em Londres²⁹. Defendeu que, além do conteúdo do documento, contribuiu para essa opinião o facto de o prelado pertencer “a uma corporação desprezada pela Europa culta”.

A Pedro de Azevedo se deveu também a publicação, com Edgar Prestage, de duas fontes importantes para o conhecimento da escravatura, os livros quinhentistas de registos paroquiais das freguesias lisboetas do Castelo e da Sé³⁰.

Não deve passar sem referência a obra de Manuel Gonçalves Cerejeira *O Renascimento em Portugal* – apresentada em 1917 à universidade de Coimbra como tese de doutoramento e concluída um ano depois com uma segunda parte, como prova de concurso académico – sobre Nicolau Clenardo, que incluiu a tradução livre das cartas que este humanista do século XVI enviou para a Flandres durante a sua estadia em Portugal. As cartas incluem algumas das mais conhecidas descrições da presença de escravos no país, com comentários reveladores da mentalidade do seu redactor quinhentista. A obra foi várias vezes reeditada³¹ e revela o espírito independente e aberto do seu autor, sobretudo se tivermos em conta a sua brilhante carreira eclesiástica e a ligação ao Estado Novo.

²⁸ Pedro de Azevedo, “Os escravos”, *Arquivo Histórico Português*, v. I, n.º 9, 1903, pp. 289-307; “Uma carta de alforria de 1228”, idem, v. V, 1907, pp. 447-451; “Cartas de alforria”, idem v. VIII, 1910, pp. 441-446.

²⁹ José Joaquim de Azeredo Coutinho, *Análise sobre a Justiça do Comércio de Escravos da Costa d’África*, Londres, 1798 (referido por Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo das Consciências*, p. 262).

³⁰ Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da Freguesia da Sé desde 1563 até 1610*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924 (v. I) e 1927 (v. II); *Registo da Freguesia de Santa Cruz do Castelo desde 1536 até 1628*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.

³¹ Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal* (4.ª edição), Coimbra, Coimbra Editora, 1975, v. I, pp. 253-254, 258-259, 261, 291-292, 299, 347 e 371.

Nas primeiras décadas do século XX o tema da escravatura continuou a ser tratado em obras históricas de carácter geral, nomeadamente por João Lúcio de Azevedo e Fortunato de Almeida. O primeiro dedicou-lhe largas páginas do livro *Épocas de Portugal Económico*, em que abordou o início do tráfico e a importância dos cativos no reino e no Brasil³², e uma referência breve no capítulo “Organização económica”, com que participou na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres³³. Quanto ao segundo, reservou-lhe todo um capítulo da sua *História de Portugal*³⁴, no qual se debruçou sobre a proveniência e o comércio dos escravos, a sua condição jurídica e social e a concessão da alforria pelos donos.

Também a Antropologia começou, nos finais do século XIX e no século XX, a dedicar alguma atenção à existência de escravos negros no país em épocas passadas e às consequentes marcas físicas e culturais que daí resultaram para a população portuguesa. Destacou-se neste campo o notável arqueólogo, filólogo e etnólogo José Leite de Vasconcelos que, em artigo no *Arqueólogo Português*³⁵, estudou os *mulatos* de Alcácer do Sal, descendentes de negros que habitaram aquela região. Considerou terem existido “duas espécies de influência africana em Portugal [...]: uma, antiga, devida à proximidade do continente africano e às conquistas e incursões que cá fizeram os povos de África; outra, moderna, devida às conquistas dos Portugueses na África”³⁶. Além disso registou, quer na *Etnografia Portuguesa*, quer em trabalhos de menor extensão, os reflexos na língua, na literatura popular e erudita, assim como nos costumes, da influência africana³⁷.

Relativamente ao impacto biológico do elemento negro na população portuguesa contemporânea, defendeu diferente posição António Augusto Mendes Correia, médico, antropólogo e deputado durante o Estado Novo. No seu livro *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, editado em 1924, afirmou que “quanto às influências negríticas, nítidas ou atenuadas, é de supor que, em geral, se tenham desvanecido, neutralizadas pela massa dominante caucasóide”. Para este autor, “nem o estudo do vivo (particularmente da pigmentação, dos cabelos e do índice nasal) nem o do crânio e de outras partes do esqueleto revelam na população portuguesa fortes afinidades ou influências negróides”. As medidas

³² João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Livraria Clássica, 1973, pp. 68-77, 243-248, 256, 323.

³³ João Lúcio de Azevedo, “Organização económica”, *História de Portugal* (Dir. Damião Peres), v. V, Porto, Portucalense, 1933, p. 305.

³⁴ Fortunato de Almeida, *História de Portugal* (1922-1929), v. VI, Lisboa, Promoclube, s. d., cap. VIII, pp. 25-41.

³⁵ José Leite de Vasconcelos, “Uma raça originária da África”, *O Arqueólogo Português*, v. I, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 67.

³⁶ José Leite de Vasconcelos, ob. cit., p. 68.

³⁷ José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, tomo IV, pp. 38-56; “Língua de preto num texto de Henrique da Mota”, *Separata da Revue hispanique*, tomo LXXXI, New York/Paris, 1933.

desse e de outros caracteres “marcam bem as afinidades europeias ou mediterrâneas, ao mesmo tempo que se afastam francamente dos valores correspondentes aos Negros e a raças inferiores em geral”³⁸. Defendeu os mesmos pontos de vista num trabalho de 1937, *A propósito do “Homo taganus”. Africanos em Portugal*, em que se referiu sobretudo às influências de África em Portugal durante a Pré-história, mas também à entrada de escravos negros no país a partir da expansão marítima. Em face desta última, mostrou-se surpreendido por, “apesar de tantas infiltrações [...] de sangue africano na população portuguesa, esta se encontra[r] hoje quase absolutamente isenta de sinais de que tais contaminações tenham perdurado na somatologia respectiva”³⁹. Numa conferência pronunciada no ano seguinte, publicada sob o título *Antigos Escravos Africanos em Portugal e no Brasil*, respondendo a “Günther, antropólogo oficial do hitlerianismo”, de que se podia reconhecer nos portugueses “uma forte influência negrítica, atribuível à importação antiga de escravos africanos”, manifestou a opinião de que eram “reduzidíssimos os vestígios” dessa influência. Defendeu ter-se exagerado na proporção de negros que existiram na população portuguesa entre os séculos XVI e XVIII e, admitindo embora ter havido na Lisboa de Quinhentos 9,95% de escravos, afirmou – sem provas, que não havia no tempo – que ela devia ser mínima no resto do país.

Sobre a posição do cristianismo relativamente à escravatura e respondendo à acusação de que o mesmo teria aplaudido a escravidão, respondeu que a Igreja, embora pregasse “a obediência e a resignação, consolou os infelizes com a perspectiva de compensações póstumas”. Afirmou igualmente que os escravos pertencentes a clérigos e ordens religiosas “tinham em geral muito melhor tratamento do que os dos leigos”, mera suposição, sem quaisquer provas também. Defendeu, além disso, que os portugueses foram dos povos mais benignos com os próprios escravos. Quanto às acusações a Portugal, feitas no seu tempo por estrangeiros, de prática da escravatura em São Tomé, enalteceu o Acto Colonial, declarando que “em matéria de [...] assistência e protecção dos indígenas Portugal não recebe hoje lições de nenhuma nação do mundo”⁴⁰.

Em termos da motivação para a abordagem da escravatura, as posições defensivas de Mendes Correia lembram as primeiras tentativas oitocentistas de estudo do tema, destinadas a melhorar a imagem internacional do país. Tais preocupações, como se verá, continuariam ainda durante algumas décadas a ser determinantes, quer dos objectivos, quer da matéria e das conclusões dos estudos sobre a escravatura empreendidos pelos investigadores portugueses.

³⁸ Mendes Correia, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto, Figueirinhas, 1924, pp. 329-330.

³⁹ Mendes Correia, *A Propósito do “Homo taganus”. Africanos em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1927, p. 10.

⁴⁰ Mendes Correia, *Antigos Escravos Africanos em Portugal e no Brasil*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1938, p. 27.

Também Joaquim Alberto Pires de Lima, médico e antropólogo, se referiu desenvolvendo aos reflexos da presença dos negros na literatura e no folclore português, em *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*. Embora admitindo que, no plano da influência biológica, “muito se tem discutido na Alemanha a nossa filiação negróide”, considerou que “a mistura de sangue semita ou negro na população de Portugal a cada passo é exagerada por cientistas estrangeiros, com intuitos deprimentes para nós”⁴¹.

Abordagem histórica e etnográfica, nesta última vertente sob a influência de Leite de Vasconcelos, seria a de António Brásio, padre da Congregação do Espírito Santo e historiador da acção missionária portuguesa. No seu livro *Os Pretos em Portugal*⁴² coligiu elementos da tradição oral e escrita referentes aos negros no país, nomeadamente do folclore e da antroponímia, e estudou as confrarias organizadas desde o século XVI pela população de origem escrava. A partir de 1952 iniciou a publicação de um vasto e valioso repositório documental sobre a acção missionária portuguesa intitulado *Monumenta Missionaria Africana*⁴³, que incluiu grande número de fontes de interesse para a história da escravatura.

A primeira das obras referidas, para além do seu indiscutível mérito, nomeadamente pelo seu pioneirismo em relação ao estudo das confrarias de negros, integrou-se na corrente historiográfica preocupada com a defesa do bom nome de Portugal face às acusações desferidas a propósito da colonização lusa e do relacionamento com os africanos. O autor começou por afirmar que “a escravatura para os Portugueses [...] revestiu sempre um carácter de humanitarismo que se não encontra facilmente em qualquer outra parte do globo”. Comparou o tratamento dado aos negros pelos portugueses com o racismo que, ainda na sua época, vigorava nos Estados Unidos da América, país de onde tinham partido, ainda em 1925, acusações de prática de escravagismo contra Portugal, feitas pelos professores Ross e Cramer⁴⁴.

Sobre a influência dos antigos escravos negros na constituição biológica da população portuguesa do seu tempo, António Brásio fez-se eco da opinião de Mendes Correia e de Eusébio Tamagnini de que a mesma foi reduzida⁴⁵.

No entanto, foi Manuel Heleno o primeiro, de todos os autores portugueses até aqui considerados, a iniciar um projecto de investigação de razoável dimensão sobre a

⁴¹ Joaquim Alberto Pires de Lima, *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*, Porto, Civilização, 1940, pp. 22-23.

⁴² António Brásio, *Os Pretos em Portugal*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.

⁴³ Idem, *Monumenta Missionaria Africana*, v. I a XI, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952-1971; Idem, v. XII a XV, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2.ª Série, 6 volumes.

⁴⁴ António Brásio, *Os Pretos em Portugal*, p. 18.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 21.

escravatura em Portugal. Manuel Domingues Heleno Júnior foi professor da Faculdade de Letras de Lisboa, director do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, arqueólogo, historiador e antropólogo, com numerosos trabalhos publicados nessas áreas do conhecimento. O projecto empreendido constava de três livros: um sobre a escravidão medieval, outro sobre a época moderna até 1773 – data da lei pombalina de parcial abolição da escravatura na metrópole portuguesa e de supressão da condição de liberto – e o último sobre a escravidão colonial e o trabalho indígena⁴⁶. Destes, só o primeiro foi escrito e publicado, sob o título *Os Escravos em Portugal*, tendo constituído a tese de doutoramento de Manuel Heleno⁴⁷. Para o segundo o seu autor esboçou o respectivo plano e reuniu materiais⁴⁸, pelo que é possível conhecer os objectivos e conteúdo global do mesmo. Só do último nada ficou, provavelmente por o projecto ter sido abandonado antes do início da preparação da última parte.

Antes de nos referirmos ao conteúdo da parte editada e da que foi esboçada, há que realçar que o empreendimento se integrou plenamente na historiografia da escravatura que temos assinalado como destinada a rebater as críticas a Portugal como país colonizador e escravocrata e pode mesmo ser considerada como a sua realização principal. Manuel Heleno ocupou cargos oficiais, embora não directamente políticos, integrava-se nos valores do Estado Novo e não custa admitir que as suas opções de investigação se adaptassem aos interesses estratégicos da política da época⁴⁹. Até o abandono do projecto poderá ser lido à luz das alterações entretanto ocorridas no mundo.

Na introdução ao livro o historiador esclarecia os seus destinatários de que o objectivo com que o tinha redigido era a crítica de três argumentos principais com que alguns autores “ao serviço de certas nações cobiçosas das nossas colónias de África” procuravam “inutilizar a acção de Portugal a favor da civilização”: 1. “Que foram os Portugueses os criadores da escravidão moderna”; 2. “Que os mesmos têm mantido os indígenas africanos nessa situação, sem nada fazer por eles”; 3. “Que, degenerados pelo cruzamento com escravos, não possuem capacidades colonizadoras”⁵⁰.

Para contestar essas afirmações – cujos responsáveis Heleno enumerou e que pertenciam não só ao campo historiográfico, mas também ao jornalístico, literário e político e tinham por base, segundo afirmava, as ambições coloniais das principais potências –,

⁴⁶ Cf. Manuel Heleno, *Os Escravos em Portugal*, v. I, Lisboa, Anuário Comercial, 1933, p. 18.

⁴⁷ Fernando Castelo Branco, *Elogio do Prof. Doutor Manuel Heleno*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988, p. 19.

⁴⁸ Esse plano e materiais constam do espólio documental de Manuel Heleno.

⁴⁹ O autor da sua biografia académica afirma, referindo-se ao livro em questão, que o mesmo “é de um português que ama e defende a sua pátria” – Fernando Castelo Branco, ob. cit., p. 21.

⁵⁰ Manuel Heleno, ob. cit., pp. 7-8.

surgiu o plano a desenvolver: relativamente à primeira, pretendia o autor provar a falsidade das acusações com a publicação dos dois primeiros volumes; quanto à segunda, fá-lo-ia no terceiro volume. O terceiro argumento começou a criticá-lo na própria introdução do livro, citando vários dos autores, europeus e americanos, cujas afirmações de base racista consideravam os portugueses fortemente influenciados pelos povos negros, senão mesmo como mulatos, devido ao seu longo contacto com escravos, o que os tornava incapazes de um decisivo contributo para a civilização. A publicação da obra, nomeadamente do segundo volume, teria, por isso, também por objectivo mostrar como era falsa “a suposta incapacidade colonizadora de Portugal, devida à degenerescência que o cruzamento com escravos provocou na sua população”⁵¹. Heleno considerava exagerada e pouco oportuna a aceitação, por parte de autores portugueses como Leite de Vasconcelos e Hipólito Raposo, de uma forte influência negra na população portuguesa.

O volume publicado incidiu na escravatura pré-romana e romana, na escravatura entre os visigodos e na Idade Média em território português. Neste âmbito, dedicou algum espaço à controvérsia entre Herculano e Muñoz y Romero. Terminou o livro com a conclusão óbvia de que “a escravidão na Península Ibérica se manteve da Antiguidade aos tempos modernos” e que também “não foram os Portugueses os iniciadores do tráfico de negros”⁵².

Quanto ao projectado segundo volume, o que se pode conhecer tem por base os apontamentos e fichas de leitura existentes no espólio pessoal do autor. Um esquema provisório do trabalho mostra que o título deveria ser *História da Escravidão Moderna em Portugal* e que constaria de duas partes, uma sobre os *Antecedentes* ou *Os escravos Mouros* e outra sobre *Os escravos Negros*, esta subdividida nos capítulos: 1. Os Descobrimentos; 2. O tráfico dos negros; 3. Situação jurídica dos escravos; 4. A vida dos escravos; 5. Protecção aos escravos; 6. Influência dos escravos no continente – a) na raça; b) na língua; c) na vida económica; d) nos costumes.

No que toca ao conteúdo da obra, das muitas centenas de fichas reunidas, conclui-se que ela se basearia sobretudo em fontes impressas e, quanto a fontes manuscritas, nos forais manuelinos, nos livros de Chancelarias e no Corpo cronológico da Torre do Tombo.

A explicação para a interrupção do projecto pode estar, como é opinião de Fernando Castelo Branco, autor do seu *Elogio* académico, no “predomínio da actividade arqueológica constatável a partir de 1933”⁵³. Poderá encontrar-se também, afirmamos nós, na

⁵¹ *Ibidem*, p. 15.

⁵² *Ibidem*, pp. 179-180.

⁵³ Fernando Castelo Branco, *Elogio do Prof. Doutor Manuel Heleno*, p. 21.

perda de actualidade do tema para o seu autor nas duas décadas seguintes, ou melhor, na menor premência da defesa do prestígio de Portugal perante as potências ocidentais após o fim da Segunda Guerra, em que abrandaram as tensões coloniais e, no contexto da Guerra Fria, se deu uma aproximação do Ocidente em relação ao regime português. O que é facto é que Manuel Heleno, até 1970, ano em que faleceu, não voltou a tocar num assunto que tanto o interessara.

Por essa época também se registou o contributo de historiadores estrangeiros para o estudo da escravatura em Portugal. Um pouco na linha de Herculano, Gama Barros e Heleno, o belga Charles Verlinden publicou em Espanha, em 1934, *L'Esclavage dans le monde ibérique médiéval*, em que analisou a escravidão no fim do império romano, entre os visigodos e os reinos surgidos da Reconquista, com referência desenvolvida a Portugal⁵⁴. Também aqui se pode incluir o já mencionado historiador inglês Edgar Prestage, professor das universidades de Manchester e Londres, amigo e colaborador de D. Manuel II durante o exílio deste no seu país⁵⁵. Este autor dedicou uma vasta obra ao estudo de Portugal e do seu passado – nomeadamente sobre as descobertas e a colonização – com referências à escravatura, em que se nota o distanciamento crítico de um estrangeiro não comprometido politicamente⁵⁶.

Pouco a pouco, na década de 40, a historiografia da escravatura foi-se libertando daquela necessidade de justificação da acção de Portugal como país com papel relevante no tráfico negreiro. Já no *Congresso do mundo português*, realizado em 1940 – apesar das “premissas dogmáticas e acríicas” da maior parte das respectivas intervenções⁵⁷ –, foram apresentadas várias comunicações sobre escravatura que demonstravam uma atitude mais descomprometida em relação ao assunto: uma do advogado Mariano Maia Mendes sobre *Escravatura no Brasil*, mas com bastantes referências a Portugal⁵⁸, outra do brasileiro Luís Viana Filho⁵⁹ e uma terceira do marquês de Rio Maior, João de Saldanha de Oliveira e Sousa, intitulada *O Marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem*,

⁵⁴ Charles Verlinden, *L'Esclavage dans le monde ibérique médiéval*, Madrid, Tipografia de Archivos, 1934.

⁵⁵ Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 215.

⁵⁶ Edgar Prestage, *Descobridores Portugueses*, Porto, 1934, pp. 61-66. Note-se, a título de exemplo, o comentário, cheio de complacente ironia, à descrição de Zurara do desembarque de escravos em Lagos: “Zurara pretende que os cativos depressa se esqueciam da mágoa que a separação dos seus lhes havia causado, que se tornavam cristãos e que se fixavam alegremente sob um tipo de escravidão muito suave”.

⁵⁷ Fernando Catroga, “Ritualizações da história”, *História da História de Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 600.

⁵⁸ Mariano Maia Mendes, “Escravatura no Brasil (1500-1700)”, *Congresso do Mundo Português*, v. X, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 31-55.

⁵⁹ Luís Viana Filho, “O trabalho do engenho e a reacção do índio. Estabelecimento de escravatura africana”, *Congresso do Mundo Português*, v. X, pp. 11-29.

que chamava a atenção para os decretos pombalinos de 1761 e 1773 e publicava os respectivos textos, considerando-os resultado da “nobreza de intenções e pureza de sentimentos” que nortearam a política daquele ministro⁶⁰. Na mesma linha se pode incluir um dos subcapítulos do volume III da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, editada em 1940, intitulado *A Acção Missionária e os Escravos*⁶¹.

Mas foi com o livro de Edmundo Correia Lopes *A Escravatura (Subsídios para a sua história)* que essa atitude nova se tornou manifesta. Publicado em 1944, no mesmo ano de *Os Pretos em Portugal*, de Brásio e pela mesma entidade editorial, a Agência Geral das Colónias, a abordagem do tema foi, no entanto, bem diversa. Isento, destituído de intenções *patrióticas*, assinalava o seu autor que o mesmo “confina[va]-se na investigação”, criticando aqueles que “exigem sempre ao lado do passado morto o desinfectante”⁶². Não deixou, mesmo assim, de assegurar que “a escravatura não surgiu no espírito dos Portugueses com um plano de colonização, mas foi condição essencial da vitória de ambições que, à margem dos caminhos da Fé, pensavam em servi-la realizando um comércio lucrativo que o espírito da época não reprovava”⁶³.

A matéria do livro de Correia Lopes foi o tráfico atlântico, para cujo estudo reuniu grande volume de informações, que apresentou agrupadas por épocas e áreas geográficas, embora não deixasse de se referir à presença de cativos no reino e à sua importância. Isabel Castro Henriques considerou este trabalho “a primeira grande tentativa de encarar a escravatura como um processo constante e regular na sociedade portuguesa”⁶⁴.

Ao livro de Correia Lopes, porém, seguir-se-iam quase duas décadas de abandono deste tema de estudos por parte dos historiadores portugueses, pois só nos anos 60 o mesmo voltaria a ser motivo de interesse. Aí, no entanto, adoptando já uma atitude, na quase totalidade dos casos, despida de intenções de contrapropaganda. Aquele período de espera é atribuível aos condicionalismos culturais criados à historiografia pelo Estado Novo, que não incentivava a abordagem de temas potencialmente negativos para a imagem de Portugal.

⁶⁰ Marquês de Rio Maior, “O marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem”, *Congresso do Mundo Português*, v. VIII, pp. 95-120.

⁶¹ *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (Dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias), v. III, Cap. IV, alínea c), Lisboa, Ática, 1940.

⁶² Edmundo Correia Lopes, *A Escravatura (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, p. IX.

⁶³ *Ibidem*, p. 5.

⁶⁴ Isabel Castro Henriques, Prefácio a *Escravos no Sul de Portugal. Séculos XVI-XVII* (Jorge Fonseca), Lisboa, Vulgata, 2002, p. 7.

A renovação da prática historiográfica a que se assistiu a partir daqueles anos deveu-se em grande parte à influência de investigadores estrangeiros ou de portugueses radicados noutros países e levou à introdução de novos temas e atitudes científicas⁶⁵. Entre as contribuições de historiadores não portugueses contou-se a do francês Frédéric Mauro, autor do artigo *L'Atlantique portugais et les esclaves (1570-1670)*, que tratou do tráfico entre a África e a América e foi publicado em 1956⁶⁶. Esta matéria foi também tema de um capítulo da tese defendida na Sorbonne pelo mesmo autor no ano seguinte, publicada em livro em 1960 em francês e, mais tarde, em edição portuguesa⁶⁷.

Outra contribuição de relevo foi a do inglês Charles Ralph Boxer, que em 1963 reuniu uma série de conferências, pronunciadas no ano anterior, no livro *Race Relations in Portuguese Colonial Empire (1415-1825)*, publicado em português só na década de 70, já na vigência do regime democrático. Esta obra destinou-se a combater alguns dos principais mitos, por muitos aceites, acerca da especificidade do comportamento de Portugal face aos outros povos e viria a ter grande influência na historiografia futura⁶⁸. As mesmas ideias seriam retomadas no livro *The Portuguese Seaborne Empire*, de 1969, editado posteriormente em Portugal⁶⁹.

Também o investigador anglo-saxónico John Vogt publicou em 1973 um artigo pioneiro sobre a Casa dos Escravos de Lisboa⁷⁰.

No que se refere a contribuições portuguesas, em 1963 foi iniciada a publicação do *Dicionário de História de Portugal*, sob a direcção de Joel Serrão, obra de referência fundamental ao longo de décadas, que incluiu um conjunto de três artigos sobre escravatura; no mesmo ano, foi publicado o livro de Vitorino Magalhães Godinho, historiador com prolongada estadia em França e ligação estreita a vários centros de investigação desse país, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, que incluiu um desenvolvido capítulo intitulado "O mercado da mão-de-obra e os escravos".

No primeiro caso, trata-se de três abordagens ao tema: em Portugal, em Angola e no Brasil. O primeiro artigo é da autoria de Carlos de Sousa Miguel, professor do Colégio

⁶⁵ José Maria Amado Mendes, "A renovação da historiografia portuguesa", *História da História de Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 277.

⁶⁶ Frédéric Mauro, *L'Atlantique portugais et les esclaves (1570-1670)*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXII, 1956, pp. 5-55.

⁶⁷ Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, v. I, Lisboa, Estampa, 1989, pp. 201-241.

⁶⁸ Charles Ralph Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*, Porto, Afrontamento, 1977.

⁶⁹ Idem, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 98-116.

⁷⁰ John L. Vogt, "The Lisbon Slave House and African trade, 1486-1521", *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 117, n.º 1, 1973, pp. 1-16.

Militar, e refere-se, com isenção, às más condições de transporte e de vida dos cativos, às críticas de autores contemporâneos da escravatura e às dificuldades que Portugal teve em acompanhar o movimento abolicionista do século XIX⁷¹.

A segunda obra mencionada constituiu um dos trabalhos fundamentais da nova historiografia portuguesa⁷². O capítulo sobre a escravatura analisou, com sentido crítico, todas as facetas do fenómeno, desde o tráfico e respectivas justificações ideológicas ao regime jurídico e inserção dos escravos na economia e na sociedade portuguesas. O carácter global da abordagem abriu novas perspectivas para o estudo do tema, que viriam a ser aprofundadas por outros autores⁷³.

Em 1973 foi editado o livro de José Sebastião da Silva Dias, historiador da cultura e prestigiado docente universitário, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, que abordou a visão europeia e portuguesa sobre os povos de outros continentes, formada a partir das descobertas, que influenciou a prática da escravatura⁷⁴.

Ainda na década de 70, em 1979, é de assinalar a defesa, em Paris, da tese de mestrado de Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues *L'Esclave dans les sociétés portugaises avant l'Amérique*, sob a direcção de Jacques Heers, cujo tema foi a escravatura medieval⁷⁵. É também digno de referência o livro de Joaquim Antero Romero de Magalhães *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*, publicado em 1970, com inclusão de dados importantes sobre o papel dos escravos e dos negros naquela região⁷⁶.

Nos anos 70 foram impressos dois artigos de interesse para o estudo deste tema, ambos de inspiração católica e procurando realçar a influência positiva do cristianismo na melhoria da condição dos cativos: do cônego Isaías da Rosa Pereira, *Dois Compromissos de Irmandades de Homens Pretos*, publicado em 1972⁷⁷, e de Domingos Maurício, *A Universidade de Évora e a Escravatura*, de 1977, este último de importância para o conhecimento das

⁷¹ Carlos Frederico Montenegro de Sousa Miguel, "Escravatura", *Dicionário de História de Portugal*, v. II, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 421-428.

⁷² José Maria Amado Mendes, "A renovação da historiografia portuguesa", *História da História de Portugal – Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 327-328.

⁷³ Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, v. IV, 2.ª edição, Lisboa, Presença, 1983, pp. 151-206.

⁷⁴ José Sebastião da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, Presença, 1982.

⁷⁵ Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *L'Esclave dans les sociétés portugaises avant l'Amérique*, Paris, Université de Paris IV, 1979.

⁷⁶ Joaquim Antero Romero de Magalhães, *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970, pp. 32-33, 230-231.

⁷⁷ Isaías da Rosa Pereira, "Dois compromissos de irmandades de homens pretos", *Arqueologia e História*, 9.ª Série, v. IV, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1972, pp. 9-47.

ideias acerca da escravidão defendidas pelos mestres de Teologia da universidade alentejana nos séculos XVI e XVII⁷⁸.

A partir da década de 80 do século XX surgiram as principais obras dedicadas ao estudo dos escravos em Portugal. Beneficiando de um ambiente cultural já isento de imposições ideológicas resultante da revolução de 25 de Abril de 1974, no que diz respeito aos autores portugueses, e da renovação temática e metodológica da prática historiográfica das décadas anteriores, assistiu-se pela primeira vez à publicação de trabalhos de grande envergadura sobre este tema, quer em extensão, quer em profundidade.

Em 1982 foi dado à estampa em Cambridge, Reino Unido, o livro de A. C. de C. M. Saunders *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555*⁷⁹, só em 1994 publicado em língua portuguesa⁸⁰, obra inovadora sob diferentes aspectos. Pela primeira vez a escravatura foi estudada num período relativamente curto – de 1441, data da primeira razia para captura de escravos na costa africana, a 1555, ano de publicação da *Arte da Guerra no Mar*, de Fernão de Oliveira –, permitindo uma maior profundidade de análise. Pela primeira vez também houve a preocupação de tratar o assunto em todo o território continental português, com utilização sistemática de fontes inéditas, como os registos notariais, paroquiais e das misericórdias, o que permitiu a abordagem de aspectos nunca até aí devidamente tratados. A demografia dos escravos foi um deles. Mas igualmente a vida quotidiana dos cativos, o casamento, a fuga aos donos e as modalidades e incidência da alforria. O papel e o funcionamento do tráfico não deixaram de ser desenvolvidos pelo autor, bem como a condição jurídica dos escravos e as concepções ideológicas formuladas a respeito da escravidão. Pelo seu rigor e pela novidade da informação revelada, tratou-se de uma obra verdadeiramente fundadora dos atuais estudos sobre este tema.

Já no ano anterior Saunders tinha publicado um pequeno estudo sobre o antigo escravo, depois cortesão de D. João III, João de Sá Panasco⁸¹.

De 1988 é a edição de *Os Negros em Portugal – Uma presença silenciosa*, do musicólogo brasileiro José Ramos Tinhorão, no qual o seu autor, além de reunir a informação

⁷⁸ Domingos Maurício, “A universidade de Évora e a escravatura”, *Didaskalia*, v. VII, Lisboa, Universidade Católica, 1977, pp. 153-200.

⁷⁹ A. C. de C. M. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal (1441-1555)*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

⁸⁰ A. C. de C. M. Saunders, *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal (1441-1555)*, Lisboa, IN-CM, 1994.

⁸¹ A. C. de C. M. Saunders, “The life and humour of João de Sá Panasco, o Negro, former slave, court jester and gentleman of the Portuguese royal household”, *Mediaeval and Renaissance Studies on Spain and Portugal in Honour of P. E. Russel*, Oxford, The Society for the Study of Mediaeval Languages and Literature, 1981, pp. 180-191.

conhecida em relação à escravatura em Portugal, desenvolveu sobretudo as consequências culturais da presença dos negros, quer na literatura de cordel, no teatro, nas touradas e na música, quer na língua portuguesa, retomando e aprofundando trabalhos anteriores, de natureza antropológica, iniciados, nesta vertente, por Leite de Vasconcelos⁸². Este trabalho constituiu um contributo apreciável para o conhecimento do tema.

1999 foi o ano de surgimento do livro *O Negro no Coração do Império. Uma memória a resgatar – Séculos XV a XIX*, de Didier Lahon, antropólogo francês nesse tempo residente em Portugal e dedicado ao estudo do passado escravagista português. Neste livro, o autor desenvolveu, quer o funcionamento e as consequências do tráfico negreiro, quer a presença de escravos em Portugal, com destaque para as confrarias de negros⁸³. Mas foi em 2001 que este investigador defendeu em França a sua dissertação de doutoramento, *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l’Ancien Régime (1441-1830)*. Tratou-se de um dos principais contributos, até agora empreendidos, para o estudo da temática escravagista no país. No primeiro volume foi apresentada uma panorâmica sobre o tráfico e o papel de Lisboa no mesmo e sobre a demografia dos cativos em Portugal e sua inserção sociocultural no território de acolhimento, com referência à bibliografia mais actualizada e à investigação original. O segundo volume é preenchido com o estudo das confrarias de negros, sobretudo de Lisboa, e das formas de culto que as mesmas originaram. Relativamente a esta última matéria, a tese constitui a mais expressiva contribuição para o respectivo conhecimento até agora produzida⁸⁴. Didier Lahon tem continuado a publicar trabalhos sobre estes temas⁸⁵.

⁸² José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal – Uma presença silenciosa*, Lisboa, Caminho, 1988.

⁸³ Didier Lahon, *O Negro no Coração do Império. Uma memória a resgatar – Séculos XV a XIX*, Lisboa, Ministério da Educação, 1999.

⁸⁴ Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l’Ancien Régime (1441-1830)*, (Tese policopiada), Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

⁸⁵ Idem, “Le confraternite nere in Portogallo dal Cinquecento al Settecento. Privilegi acquisiti, privilegi perduti”, *Nuove effemeridi*, n.º 54, Palermo, Ed. Guida, 2001/II, pp. 83-96; “Black African slaves and freedmen in Portugal during the Renaissance: creating a new pattern of reality”, *Black Africans in Renaissance Europe*, (Ed. T. F. Earle e K. Lowe), Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 261-280; “Esclavage, confréries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal (XVI^e-XVIII^e siècles)”, *Lusitania Sacra*, 2.^a Série, n.º 15, Lisboa, 2003, pp. 119-162; “L’esclavage au Portugal. Utopie et réalité”, *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, n.º 3, Nantes, Anneaux de la Mémoire/UNESCO, 2011, pp. 147-174; “Exclusion, intégration et métissage dans les confréries noires au Portugal (XVI^e-XIX^e siècles)”, *Negros, Mulatos, Zambaios. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2000, pp. 275-311; “O escravo africano na vida económica e social portuguesa do Antigo Regime”, *Africana Studia*, n.º 7, Porto, Universidade, 2004, pp. 73-100.

Outros investigadores estrangeiros têm publicado artigos sobre a escravidão em Portugal, como o francês Bernard Vincent⁸⁶, a americana Annemarie Jordan⁸⁷ e o britânico Thomas Earle⁸⁸.

Alguns dos estudos publicados nas últimas décadas têm sido orientados para o âmbito regional e local, o que significa um avanço em relação a investigações de tipo mais geral, pois permite maior aprofundamento do tema, podendo servir de base, no futuro, à elaboração de sínteses mais rigorosas. Nesta linha de acção integrou-se a obra de Alberto Vieira *Os Escravos no Arquipélago da Madeira – Séculos XV a XVII*, editada em 1991, que estudou as diversas vertentes do fenómeno escravagista naquela região durante o período assinalado, com destaque para a relação entre a utilização de mão-de-obra escrava e a produção de açúcar⁸⁹. Mais recentemente, duas investigadoras e docentes da Universidade dos Açores, Rute Dias Gregório e Maria Margarida Machado, integradas no projecto *Escravos e libertos nos Açores, séculos XV-XIX*, coordenado pela primeira, têm-se dedicado a estudar a presença de cativos na região, de cujo trabalho começam a surgir as primeiras publicações⁹⁰.

No que se refere ao continente, há que considerar os trabalhos sobre Lisboa, de Francisco Santana (abordando, entre muitas outras, a problemática da alforria⁹¹), sobre o Porto, de Amândio Jorge Morais Barros⁹², e sobre a comunidade rural de Leça da Palmeira,

⁸⁶ Bernard Vincent, "Eslavage au Portugal: entre Mer Méditerranée et Océan Atlantique", *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, v. XLIII, Lisboa-Paris, 2002, pp. 61-70.

⁸⁷ Annemarie Jordan, "Images of empire: slaves in the Lisbon household and court of Catherine of Austria", *Black Africans in Renaissance Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 155-180.

⁸⁸ T. F. Earle, "Black Africans versus Jews: religious and racial tension in a Portuguese saint's play", *Black Africans in Renaissance Europe*, Cambridge, C. University Press, 2005, pp. 345-360.

⁸⁹ Alberto Vieira, *Os Escravos no Arquipélago da Madeira. Séculos XV a XVII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

⁹⁰ Rute Dias Gregório, "Africanos nos Açores: informes sobre uma presença quinhentista", *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI* (Ed. José Damião Rodrigues e Casimiro Rodrigues), Ponta Delgada, Centro de História de Além Mar, 2011, pp. 33-46; "Escravos e libertos da Ilha Terceira na primeira metade do século XVI", *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano: Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa/Ponta Delgada, Universidade Nova/Universidade dos Açores, 2007, pp. 443-459.

⁹¹ Francisco Santana, "Senhores e escravos em alforrias setecentistas", *Ler História*, n.º 42, Lisboa, 2002, pp. 93-118; "Processos de escravos e forros na Inquisição de Lisboa", *Ler História*, n.º 13, Lisboa, 1988, pp. 15-30; "De coisa a pessoa. Análise de alforrias setecentistas", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 117, n.º 1-12, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1999, pp. 181-204.

⁹² Amândio Jorge Morais Barros, "O Porto e o trato de escravos no século XVI", *Africana Studia*, n.º 7, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2004, pp. 31-51; "Trato de escravos e economia atlântica. O contrato do navio Conceição, 1525-1526", *Trabalho Forçado Africano. Articulações com o poder político*, Porto, Campo das Letras, 2007, pp. 15-46.

de Francisco Araújo e Sandra Alves⁹³. Do mesmo modo, há a considerar o artigo de Jorge Miranda, *Aspectos da situação do escravo em Oeiras na segunda metade do século XVIII*⁹⁴, e os meus próprios trabalhos sobre o Alentejo, o Algarve e Lisboa⁹⁵. Não é também de esquecer a comunicação de Isabel Négrier Lourenço ao colóquio “Escravidão e liberdade na Península Ibérica” (1997) sobre *Escravos na Região da Guarda*, que não foi publicada.

Os escravos têm também sido analisados sob uma perspectiva biológica por especialistas desta ciência, procurando extrair as vantagens, para o estudo deste grupo social, das características físicas da maior parte deles, nomeadamente para o conhecimento da sua presença ao longo do país de acordo com os vestígios que deixaram na actual população portuguesa. Destacam-se neste âmbito os trabalhos de Maria Cristina Neto⁹⁶, António Amorim⁹⁷ e outros autores⁹⁸.

Outra linha importante de investigação tem sido a da abolição do tráfico negreiro e da escravatura no século XIX, em ligação com os respectivos antecedentes históricos e ideológicos. Mencionarei apenas os autores portugueses, pela dificuldade de alargar

⁹³ Francisco Araújo e Sandra Alves, “Escravos e libertos em Leça da Palmeira (1560-1836)”, *Africana Studia*, n.º 7, pp. 53-72; e “A comunidade escrava de Leça da Palmeira seiscentista”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, v. 5 (III Série), Porto, Universidade, 2004, pp. 193-210.

⁹⁴ Jorge Miranda, “Aspectos da situação do escravo em Oeiras na segunda metade do século XVIII”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 91, 1.º tomo, Lisboa, 1989, pp. 5-35.

⁹⁵ Jorge Fonseca, “Black Africans in Portugal during Cleynaerts’s visit (1533-1538)”, *Black Africans in Renaissance Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 113-121; “Os escravos de D. Teodósio I, duque de Bragança”, *Callipole*, n.º 13, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 2005, pp. 43-53; *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*, Lisboa, Colibri, 2010; *Os Escravos em Évora no século XVI*, Évora, Câmara Municipal, 1997; “Escravos em Vila Viçosa”, *Callipole*, n.º 5-6, 1997-98, pp. 25-50; *Escravos no Sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, Lisboa, Vulgata, 2002; “Fugas de escravos na região de Évora (Século XVII)”, *A Cidade de Évora*, 2.ª Série, n.º 2, Évora, 1996-97, pp. 211-228; “As leis pombalinas sobre a escravidão e as suas repercussões em Portugal”, *Africana Studia*, n.º 14, Porto, Universidade, 2010, pp. 29-36; “Senhores e escravos no Alentejo (Séculos XVI-XVII)”, *Ler História*, n.º 43, Lisboa, 2002, pp. 39-55; “Senhores e escravos no Algarve (1580-1700)”, *Anais do Município de Faro*, v. XXVI, Faro, 1996, pp. 151-176.

⁹⁶ Maria Cristina Neto, “Breve abordagem sobre os negros em Portugal”, Separata de *Garcia de Orta. Série de Antropobiologia*, v. 8, n.º 1, Lisboa, 1995; “Os negros em Lisboa no século XIX. Tentativa de caracterização histórico-biológica”, Separata de *Garcia de Orta. Série de Antropobiologia*, v. 7, n.º 1 e 2, Lisboa, 1994.

⁹⁷ António Amorim, Leonor Gusmão e Maria João Prata, *Impactos Genéticos da Escravatura Negra em Portugal* (Comunicação ao colóquio “Escravidão e liberdade na Península Ibérica”, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1997); António Amorim, “Os genes dos Portugueses”, *Colóquio/Ciências*, n.º 17, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 77-85.

⁹⁸ João Lavinha e outros, “Importation route of the sickle cell trait into Portugal. Contribution of molecular epidemiology”, *Human Biology*, v. 64, n.º 6, 1992, pp. 891-901; M. C. Martins, G. Olim, J. Melo, H. A. Magalhães e M. O. Rodrigues, “Hereditary anaemias in Portugal: epidemiology, public health significance and control”, *Med Genet*, 30, 1993, pp. 235-239.

demasiado as referências a um âmbito de estudos que só indirectamente tem implicações com a escravatura praticada em Portugal, tema desta abordagem.

Entre as contribuições mais importantes desta área contam-se as obras de José Capela, pseudónimo do historiador José Soares Martins, *Escravatura. Conceitos. A empresa de saque*, de 1974, e *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico da Escravatura*, publicada em 1979. Na primeira, este investigador expôs os conceitos e ideologias relacionados com a prática da escravidão e comparou a escravatura europeia com a africana, enquadrando o comércio negreiro nas dinâmicas socioeconómicas das épocas em que decorreu⁹⁹. A segunda destinou-se a demonstrar que o nível de desenvolvimento económico de Portugal no século XIX não o impelia a explorar, nas suas colónias africanas, outros recursos além da mão-de-obra escrava; daí o desinteresse da burguesia metropolitana e a resistência das burguesias coloniais à pressão abolicionista britânica e às medidas políticas tomadas internamente no mesmo sentido¹⁰⁰.

Em 2013 surgiu o livro *Escravos e Traficantes no Império Português*¹⁰¹, de Arlindo Manuel Caldeira, historiador de África, nomeadamente de Angola e do Golfo da Guiné, com vários estudos publicados sobre o tema¹⁰². Este livro constitui uma boa síntese, consistente e sugestiva, sobre o tráfico negreiro, dirigida a um público alargado.

Em 1990 foi defendida na Universidade Nova de Lisboa a tese de doutoramento *Escravidão e Antiescravidão em Portugal. Percurso e problemática da escravidão*, de Maria do Rosário Pimentel, editada cinco anos depois sob o título *Viagem ao Fundo das Consciências. A escravatura na época moderna*¹⁰³. Obra fundamental para o conhecimento do tema, compõe-se de três partes. Na primeira a autora descreveu o tráfico negreiro da época moderna, quer o que se destinava a Portugal, quer o que era dirigido ao continente americano, nomeadamente ao Brasil. Na segunda, expôs e comentou as principais formulações teóricas ocidentais acerca da escravidão. A terceira parte foi dedicada às polémicas desencadeadas em Portugal e no Brasil quanto à legitimidade e à prática concreta da

⁹⁹ José Capela, *Escravatura. Conceitos. A empresa de saque*, 2.ª edição, Porto, Afrontamento, 1978.

¹⁰⁰ José Capela, *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico da Escravatura, 1810-1842*, Porto, Afrontamento, 1979.

¹⁰¹ Arlindo Manuel Caldeira, *Escravos e Traficantes no Império Português*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013.

¹⁰² Idem, "A escravatura africana vista da América: Alonso de Sandoval e o tráfico de escravos em Angola no início do século XVII", *Africana Studia*, n.º 5, 2002, pp. 47-74; "Escravidão e liberdade: notas para uma história da ilha de Ano Bom", *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano: Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, v. 2, pp. 623-643; "Os Jesuítas em Angola nos séculos XVI e XVII: tráfico de escravos e escrúpulos de consciência", *Trabalho Forçado Africano. Articulações com o poder político*, pp. 47-82.

¹⁰³ Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo das Consciências. A escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995.

escravatura, bem como ao processo abolicionista. O mais notável contributo do livro foi a investigação e análise das posições surgidas no mundo de língua portuguesa sobre a escravidão. Já em 1979 a autora defendera na Universidade de Coimbra a tese de licenciatura *O Abolicionismo Português: Problemática e condicionalismo*¹⁰⁴.

Maria do Rosário Pimentel tem continuado a dedicar-se ao estudo da escravatura e suas consequências sociais e culturais, quer em artigos, quer em comunicações científicas¹⁰⁵. Em 2010 publicou *Chão de Sombras. Estudos sobre a escravatura*¹⁰⁶.

Também Valentim Alexandre tem obra de destaque neste domínio. Em artigos e livros, nomeadamente em *Origens do Colonialismo Português Moderno* (1979), *Os Sentidos do Império* (1993) e *O Império Africano: séculos XIX e XX* (2000), realçou a importância do comércio de escravos na evolução das colónias portuguesas ao longo do século XIX, o qual constituiu o principal obstáculo à respectiva exploração económica, devido ao poder dos negreiros, ao relativo desinteresse da burguesia metropolitana e à debilidade das administrações coloniais¹⁰⁷.

Igualmente dignos de destacada referência são os trabalhos de João Pedro Marques, nomeadamente o livro *Os Sons do Silêncio: O Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos* (1999), em que são estudadas as condições ideológicas que influenciaram a difusão em Portugal das propostas abolicionistas, originando duas tendências principais:

¹⁰⁴ Idem, *O Abolicionismo Português: Problemática e condicionalismo* (Dissertação de licenciatura), Coimbra, Universidade, 1979.

¹⁰⁵ Idem, "Cativar e descativar por serviço a Deus"; *A União Ibérica e o mundo atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 273-284; "Do próximo e do distante. Escravos e forros na administração municipal"; *O Municipalismo em Portugal*, Lisboa, Colibri, 2007, pp. 151-166; "Escravo ou livre? A condição de filho de escravos nos discursos jurídico-filosóficos", *Cultura*, v. XIII (2.ª Série), Lisboa, Universidade Nova, 2000-2001, pp. 37-53; "El-Rei do Congo em Portugal e no Brasil. Da realidade à ficção", *Portugal e o Brasil no advento do mundo moderno*, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 371-392; "A pretensa justificação humanitária da escravidão: o escravo da força e o escravo da fome", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 8. 2.º v., Lisboa, 1995, pp. 229-238; "Sob o signo do pecado. Jorge Benci e as normas de convivência entre senhores e escravos na sociedade colonial brasileira", *Escravatura e Transformações Culturais* (Actas do colóquio), Lisboa, Vulgata, 2002, pp. 161-182; "O bispo de Elvas D. José Joaquim de Azeredo Coutinho e a defesa da escravatura", *O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração. Mudanças e permanências*, Lisboa/Évora, Colibri/CIDEHUS, 2011, pp. 193-208.

¹⁰⁶ Idem, *Chão de Sombras. Estudos sobre a escravatura*, Lisboa, Colibri, 2010.

¹⁰⁷ Valentim Alexandre, *O Império Africano: séculos XIX e XX*, Lisboa, Colibri, 2000; "O liberalismo português e as colónias de África (1820-39)", *Análise Social*, v. XVI, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1980, pp. 319-340; *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, Sá da Costa, 1979; "Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51)", *Análise Social*, v. XXVI (111), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1991, pp. 293-333; *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*, Porto, Afrontamento, 1993.

escravismo e toleracionismo¹⁰⁸. Além de importantes artigos sobre este tema¹⁰⁹, é também de destacar a excelente síntese sobre o tráfico negreiro e a escravatura *Portugal e a Escravatura dos Africanos* (2004)¹¹⁰, assim como o livro *Sá da Bandeira e o Fim da Escravidão* (2008)¹¹¹.

O artigo de António Hespanha *Luís de Molina e a escravidão dos negros* (2001) aprofunda a visão deste teólogo castelhano – que leccionou nas universidades de Coimbra e Évora – sobre a legitimidade do tráfico de escravos¹¹².

Outro núcleo de estudos desenvolvidos por investigadores portugueses e estrangeiros tem sido o da escravatura e comércio de escravos em territórios ultramarinos sob domínio português. Embora só indirectamente respeitem ao tema que estamos a desenvolver, não deixamos de referir os principais, devido a essas mesmas conexões, embora, como no núcleo anterior e pelas mesmas razões, só o façamos no que se refere aos historiadores portugueses.

Neste âmbito são de mencionar os livros do antropólogo e historiador António Carreira, publicados nas décadas de 60 a 80, nomeadamente sobre a Guiné e Cabo Verde – como *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata* (1972)¹¹³ –, Angola¹¹⁴ e sobre o tráfico em geral¹¹⁵. A formação das companhias pombalinas de navegação foi objecto de atenção particular em *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*¹¹⁶.

¹⁰⁸ João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: O Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999.

¹⁰⁹ João Pedro Marques, “Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX”, *Análise Social*, v. XXXVI (160), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, pp. 609-638; “Uma cosmética demorada: as cortes perante o problema da escravidão (1836-1875)”, *Análise Social*, v. XXXVI (158-159), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, pp. 209-247.

¹¹⁰ João Pedro Marques, *Portugal e a Escravatura dos Africanos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004.

¹¹¹ João Pedro Marques, *Sá da Bandeira e o Fim da Escravidão. Vitória da moral, desforra do interesse*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008.

¹¹² António Hespanha, “Luís de Molina e a escravização dos negros”, *Análise Social*, v. XXXV (157), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, pp. 937-960.

¹¹³ António Carreira, *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983; *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850): Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1981; *Os Portugueses nos Rios de Guiné: 1500-1900*, Lisboa, 1984.

¹¹⁴ Idem, *Angola – Da escravatura ao trabalho livre: Subsídios para a história demográfica do século XVI até à independência*, Lisboa, Arcádia, 1977.

¹¹⁵ Idem, *Notas sobre o Tráfico Português de Escravos*, Lisboa, Universidade Nova, 1983.

¹¹⁶ Idem, *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*, Porto, 1969, reformulado em 1983 no livro *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Presença, 1983.

De fundamental importância são também as obras de Isabel Castro Henriques sobre São Tomé e Angola, em que a problemática da escravatura e das relações entre portugueses e africanos foi objecto de um olhar simultaneamente histórico e antropológico. Relativamente a São Tomé, são de destacar *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade* (2000)¹¹⁷, *Ser Escravo em S. Tomé no Século XVI* (1986)¹¹⁸, e, em relação a Angola, *A Rota dos escravos. Angola e a rede do comércio negreiro (séc. XV a XIX)* (1996)¹¹⁹ e *Percursos da Modernidade em Angola* (1997)¹²⁰; do mesmo modo, mas em termos mais abrangentes, *Os Pilares da diferença. Relações Portugal-África (Séc. XV-XX)* (2004)¹²¹ e a síntese com fins de divulgação, de excelente aspecto gráfico, *A Herança Africana em Portugal* (2008), sobre a presença de escravos africanos no território português e suas consequências socioculturais¹²². A acção desta investigadora e docente universitária tem-se destacado também na organização de reuniões científicas, exposições e outras iniciativas culturais sobre a escravatura e o tráfico negreiro.

Ainda no âmbito de uma análise cultural das consequências da escravatura e do relacionamento entre portugueses e africanos, são de mencionar os trabalhos de Alfredo Margarido¹²³, Dulce Pereira¹²⁴ e José da Silva Horta¹²⁵.

¹¹⁷ Isabel Castro Henriques, *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*, Lisboa, Veja, 2000.

¹¹⁸ Idem, "Ser escravo em S. Tomé no século XVI: uma outra leitura de um mesmo quotidiano", *Primeiras Jornadas de História Moderna – Actas*, v. II, Lisboa, Universidade, 1986, pp. 1120-1142.

¹¹⁹ João Medina e Isabel Castro Henriques, *A Rota dos Escravos. Angola e a Rede do Comércio Nегreiro*, Lisboa, Cegia, 1996.

¹²⁰ Isabel Castro Henriques, *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.

¹²¹ Idem, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XIX*, Lisboa, Caleidoscópico, 2004.

¹²² Idem, *A Herança Africana em Portugal*, Lisboa, CTT, 2008.

¹²³ Alfredo Margarido, *La Vision de l'autre (Africain et Indien d'Amérique) dans la Renaissance portugaise*, Paris, 1984; *Théologiens, bureaucrates et Indiens en Amérique Hispanique au XVI^e siècle*, Paris, 1975; "A participação dos Africanos – escravos ou livres – na mudança cultural, em Portugal e no Brasil", *Escravatura e Transformações Culturais* (Actas do colóquio), Lisboa, Vulgata, 2002, pp. 29-50; "O direito a fazer e a vender escravos", *História*, Ano XXI (Nova Série), n.º 16, Lisboa, 1999, pp. 28-37.

¹²⁴ Dulce Pereira, "A linguagem dos escravos negros em Portugal entre a realidade e a ficção", *Escravatura e Transformações Culturais* (Actas do colóquio), Lisboa, Vulgata, 2002, pp. 247-268.

¹²⁵ José da Silva Horta, "O Africano: produção textual e representações (Séculos XV-XVII)", *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens* (Coord. Fernando Cristóvão), Lisboa, Cosmos, 1999, pp. 261-301; "Evidence for a Luso-African identity in Portuguese accounts on Guinea of Cape Verde", *History in Africa. A journal of method* (v. 27), 2000, pp. 99-130; *A Guiné do Cabo Verde: Produção textual e representações (1578-1684)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2011; "A imagem do Africano pelos Portugueses: o horizonte referencial das representações anteriores aos contactos dos séculos XV e XVI", *Primeiras Jornadas de História Moderna*, v. 2, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 1013-1036; "Perspetivas para o estudo da evolução das representações dos Africanos nas escritas portuguesas de viagem: o caso da Guiné do Cabo Verde (Sécs. XV-XVII)", *Representações de África e dos Africanos na his-*

Outros contributos para a historiografia da escravatura e do tráfico na costa ocidental africana merecem referência, como a *História Geral de Cabo Verde*, obra colectiva coordenada por Maria Emília Madeira Santos¹²⁶, autora de vários trabalhos sobre esta matéria¹²⁷, bem como as obras de Maria Luísa Esteves, sobre o capitão-mor de Cacheu Gonçalo de Gamboa de Aiala¹²⁸, Catarina Madeira Santos¹²⁹, Maria João Soares¹³⁰ e António Luís Ferronha¹³¹. Maria Manuel Torrão, colaboradora da obra colectiva acima referida¹³², é autora do livro *Dietas Alimentares. Transferências e adaptações nas ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*, que estuda a alimentação dos escravos vítimas do tráfico de seres humanos¹³³, e de vários trabalhos sobre o comércio atlântico de cativos¹³⁴. Ainda em relação com o tráfico realizado a partir da África Ocidental, merecem especial referência os estudos de António de Almeida Mendes, docente universitário radicado em França¹³⁵.

tória e cultura – Séculos XV a XXI, Ponta Delgada, CHAM, 2011, pp. 409-425; “A representação do africano na literatura de viagens do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)”, *Mare Liberum*, n.º 2, Lisboa, CNCDP, 1991, pp. 209-339.

¹²⁶ *História Geral de Cabo Verde* (Coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), v. I, 2.ª edição, Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001; v. II, (Coord. Maria Emília Madeira Santos), Lisboa/Praia, IICT/INIC, 1995.

¹²⁷ Maria Emília Madeira Santos, “Escravos e escravocratas: Vadios e coronéis. A crise da sociedade cabo-verdiana nos séculos XVII e XVIII vista através dos levantamentos”, *Escravatura e Transformações Culturais* (Actas do colóquio), Lisboa, Vulgata, 2002, pp. 145-159; “Mulatos, sua legitimação pela chancelaria régia no século XVI”, *Studia*, n.º 53, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, pp. 237-246.

¹²⁸ Maria Luísa Esteves, *Gonçalo de Gamboa de Aiala, capitão-mor de Cacheu e o comércio negreiro espanhol (1640-1650)*, Lisboa, 1988.

¹²⁹ Catarina Madeira Santos, “A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI”, *Studia*, n.º 54/55, Lisboa, IICT, 1996, pp. 51-91.

¹³⁰ Maria João Soares, “Para uma compreensão dos lançados nos Rios de Guiné. Séc. XV-Meados do séc. XVI”, *Studia*, n.º 56/57, Lisboa, IICT, 2000, pp. 147-222.

¹³¹ António Luís Alves Ferronha, *O Comércio Português de Escravos*, Lisboa, Ministério da Educação, 1994; “O comércio português de escravos nos séculos XV e XVI”, *Portugal no Mundo* (Dir. Luís de Albuquerque), v. I, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 315-332.

¹³² Maria Manuel Ferraz Torrão, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”, *História Geral de Cabo Verde*, v. I, pp. 237-345; “Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento”, *História Geral de Cabo Verde*, v. II, pp. 17-123.

¹³³ Maria Manuel Torrão, *Dietas Alimentares. Transferências e adaptações nas ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*, Lisboa, IICT, 1995.

¹³⁴ Idem, “Construção de redes de comunicação no tráfico negreiro atlântico”, *O Domínio da Distância* (Coord. Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato), Lisboa, IICT, 2006, pp. 53-57; *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos impérios ultramarinos ibéricos no espaço atlântico (1466-1595)*, Lisboa, IICT, 2000.

¹³⁵ António de Almeida Mendes, “Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI”, *Africana Studia*, n.º 7, Porto, Universidade, 2004, pp. 13-30; “Uma contribuição para a história da escravatura no Benim: o livro de armação do navio São João (1526)”, *Africana Studia*, n.º 5, 2002, pp. 27-46; “Traite

Sobre Moçambique, são de realçar os contributos de José Capela, já referido – de que são exemplos *Donas, Senhores e escravos* (1995) e *O Escravismo Colonial em Moçambique* (1993)¹³⁶ –, de Eduardo Medeiros¹³⁷, de Eugénia Rodrigues¹³⁸ e de Luís Frederico Dias Antunes¹³⁹. Sobre os domínios portugueses orientais, devem ser mencionados os estudos de Luís Filipe Tomás sobre a escravatura em Malaca no século XVI¹⁴⁰ e de Ana Maria Amaro sobre as escravas de Macau¹⁴¹.

A investigação sobre o tráfico negreiro levou alguns autores a aprofundar o estudo de alguns traficantes. Foram os casos de Maria da Graça Mateus Ventura¹⁴², de João Pedro Marques, já mencionado, com um artigo sobre Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo¹⁴³, e de Carlos Gabriel Guimarães, sobre o fidalgo-mercador Francisco Pinheiro¹⁴⁴. José Capela, já referido, publicou em 2013 *Conde de Ferreira & Cia., traficantes de escravos*, que se refere aos principais mercadores de escravos oitocentistas, obra de bastante interesse didáctico, nomeadamente para o grande público¹⁴⁵.

des Maures-traite des Noirs, ou les visages de l'esclavage au Portugal (XV^e-XVI^e siècles), *Trabalho Forçado Africano. Experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das Letras, 2006, pp. 13-30.

¹³⁶ José Capela, *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Afrontamento, 1995; *O Escravismo Colonial em Moçambique*, Porto, Afrontamento, 1993.

¹³⁷ Eduardo Medeiros, "A escravatura no Norte de Moçambique: formação de novos espaços e entidades políticas na segunda metade do século XVIII e durante o século XIX", *Escravidão e Transformações Culturais* (Actas do colóquio), Lisboa, Vulgata, 2002, pp. 211-231.

¹³⁸ Eugénia Rodrigues, "Female slavery, the domestic economy and social status in the Zambezi Prazos during the 18th Century", *II International Congress Female Slavery, Orphanage and Poverty in Portuguese Colonial Empire (XVI to XX centuries)*, Porto, 2006; *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os prazos da coroa nos séculos XVII e XVIII* (Dissertação de Doutoramento), Lisboa, Universidade Nova, 2002; "Senhores, escravos e colonos nos prazos dos Rios de Sena no século XVIII: conflito e resistência em Tambara", *Portuguese Studies Review* (Durham, New Hampshire), v. 9, n.º 1-2, 2001, pp. 289-320.

¹³⁹ Luís Frederico Dias Antunes, *A Actividade da Companhia de Comércio dos Baneanes de Diu em Moçambique (1686-1777)* (Dissertação de Mestrado), Lisboa, Universidade Nova, 1992; *O Bazar e a Fortaleza em Moçambique. A comunidade baneane do Guzerate e a transformação do comércio afro-asiático (1668-1810)* (Dissertação de Doutoramento), Lisboa, Universidade Nova, 2001; "A sociedade colonial: estilos de vida europeus em Moçambique setecentista", *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*, Ponta Delgada, CHAM, 2011, pp. 181-194.

¹⁴⁰ Luís Filipe Thomaz, "A escravatura em Malaca no século XVI", *Studia*, n.º 53, Lisboa, IICT, 1994, pp. 253-316.

¹⁴¹ Ana Maria Amaro, "Das escravas de preço às nnonhonha de Macau", *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, 5, Vila Nova de Gaia, Colégio Corpus Christi, 2000, pp. 177-182.

¹⁴² Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros Portugueses na Rota das Índias de Castela (1541-1556)*, Lisboa, 1999.

¹⁴³ João Pedro Marques, "Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX", *Análise Social*, v. XXXVI (160), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, pp. 609-638.

¹⁴⁴ Carlos Gabriel Guimarães, "O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o negócio da carne humana – 1707-1715", *Promontoria*, n.º 3, Faro, Universidade do Algarve, 2005, pp. 109-133.

¹⁴⁵ José Capela, *Conde de Ferreira & Cia, traficantes de escravos*, Porto, Afrontamento, 2013.

O tema da escravatura e do tráfico negreiro tem continuado a ser tratado em obras históricas de carácter geral, de que são exemplos dois artigos de Yoro K. Fall, incluídos na publicação *Portugal no Mundo* (1990) e no *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (1994), ambas as obras dirigidas por Luís de Albuquerque¹⁴⁶, e vários capítulos do livro *O Império Luso-Brasileiro (1500-1620)*, v. I (1992), da responsabilidade de Filipe Nunes de Carvalho, Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva¹⁴⁷.

Uma abordagem à historiografia da escravatura em Portugal não pode esquecer os encontros científicos que incidiram sobre essa vertente da história, quando dos mesmos foram editadas as respectivas comunicações. Por isso deve ser mencionada, já em 1978, a reunião realizada sob a égide da UNESCO, no Haiti, subordinada ao título *O tráfico de escravos negros. Séculos XV-XIX*, em que participou, por Portugal, Françoise Latour da Veiga Pinto, cujas intervenções foram editadas, em francês, em 1979 e, em português, em 1981¹⁴⁸. E também o seminário internacional *Escravos com e sem açúcar*, realizado no Funchal em 1996, cujas comunicações foram publicadas no mesmo ano¹⁴⁹. No ano seguinte ocorreu em Lisboa o colóquio *Escravidão e liberdade na Península Ibérica*, promovido pelo GINPOR (Grupo de Investigação dos Negros em Portugal), tendo as intervenções no mesmo sido editadas no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, entidade que acolheu a iniciativa¹⁵⁰.

O Comité português do projecto da UNESCO “Rota do Escravo” organizou dois colóquios sobre o tráfico negreiro, a escravatura e os fenómenos culturais a ambos ligados: em 1998, em Lisboa, *Os fundamentos ideológicos e jurídicos da escravatura e do tráfico negreiro*, com edição em Paris dos textos apresentados¹⁵¹, e, em 2001, em Évora, *Escravatura e transformações culturais*, com publicação das comunicações respectivas em 2002¹⁵².

Embora ocorrido fora de Portugal, o colóquio *Black Africans in Renaissance Europe*, realizado em 2001 em Oxford, contou com várias intervenções sobre a importância da escravatura na sociedade portuguesa, tendo resultado do mesmo uma edição em livro¹⁵³. É

¹⁴⁶ Yoro K. Fall, “Escravatura, servidão e reconquista”, *Portugal no Mundo* (Dir. Luís de Albuquerque), v. I, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 300-314; “Escravatura”, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses* (Dir. Luís de Albuquerque), v. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 367-384.

¹⁴⁷ Filipe Nunes de Carvalho, Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, *O Império Luso-Brasileiro (1500-1620)*, 1, Lisboa, Estampa, 1992.

¹⁴⁸ Françoise Latour da Veiga Pinto, com colaboração de António Carreira, “A participação de Portugal no tráfico negreiro”, *O Tráfico de Escravos Negros. Séculos XV-XIX*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 153-189.

¹⁴⁹ *Escravos com e sem Açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

¹⁵⁰ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 116 e 117, Lisboa, 1998 e 1999.

¹⁵¹ *Déraison, esclavage et droit. Les fondements idéologiques et juridiques de la traite négrière et de l’esclavage*, Paris, UNESCO, 2002.

¹⁵² *Escravatura e Transformações Culturais*, Lisboa, Vulgata, 2002.

¹⁵³ *Black Africans in Renaissance Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

igualmente de destacar a realização, pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, dos colóquios sobre *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, que incluem a abordagem da escravatura e de que decorreram já várias edições. As respectivas comunicações têm sido dadas a conhecer em livro¹⁵⁴. Em 2009 decorreu em Ponta Delgada o colóquio *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura. Séculos XV a XXI*, promovido pelo Centro de História de Além-Mar da Universidade dos Açores e da Universidade Nova de Lisboa, de cujas comunicações foram publicados os textos em 2011¹⁵⁵. No mesmo ano realizou-se na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa o Seminário Internacional *Escravos, libertos e trabalho forçado na era das abolições*, de que se publicaram em 2010 as intervenções, no n.º 14 da revista *Africana Studia*¹⁵⁶.

Em 2011 ocorreu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa a mesa-redonda internacional *Os Escravos na Cidade. Do Mediterrâneo ao Império português. Séculos XIV-XVIII*, organizado pela École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques/Casa de Velázquez, de Madrid, e pelo Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa. Finalmente, em 2013, foi promovido na mesma Faculdade, com organização do respectivo Centro de História da Cultura, do Núcleo de Investigação em Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Évora e da Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, o congresso internacional *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas*, de cujas comunicações se aguarda para breve a publicação.

Também não deve ser excluída desta enumeração, pela sua importância na divulgação do tema da escravidão junto do grande público, a exposição *Os Negros em Portugal. Séculos XV a XIX*, promovida em Lisboa, em 1999-2000, pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e organizada pelo GINPOR, que deu origem à publicação do respectivo catálogo, com interesse pelo conteúdo quer textual quer iconográfico¹⁵⁷, e das exposições itinerantes *Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negroiro* e *Os Africanos em Portugal: História e memória (Séculos XV-XXI)*, ambas com autoria e coordenação de Isabel Castro Henriques e produzidas no âmbito do Comité Português do Projecto da UNESCO *Rota do Escravo*, de que foram editados os respectivos catálogos¹⁵⁸.

¹⁵⁴ *Trabalho Forçado Africano. Experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das Letras, 2006, e *Trabalho Forçado Africano. Articulações com o poder político*, Porto, Campo das Letras, 2007.

¹⁵⁵ *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI* (Edição de José Damião Rodrigues e Casimiro Rodrigues), Ponta Delgada, CHAM, 2011.

¹⁵⁶ *Africana Studia*, n.º 14, Porto, Universidade do Porto, 2010.

¹⁵⁷ *Os Negros em Portugal. Séculos XV a XIX*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

¹⁵⁸ Isabel Castro Henriques, *Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negroiro – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Comité Português do Projecto da UNESCO Rota

Para terminar esta breve abordagem aos estudos sobre a escravidão na parte europeia do território português – realizados por historiadores, antropólogos e outros investigadores, quer portugueses quer de outras nacionalidades –, penso poder-se concluir que os mesmos se desenvolveram em duas fases principais. Uma primeira, do século XIX até aos meados do século XX, caracterizada por trabalhos motivados ou influenciados pelo desejo de combater a imagem negativa que imperava no mundo sobre Portugal, como país responsável pelo início da escravatura moderna. Mesmo os mais destacados historiadores desse período – com excepção dos estrangeiros, por razões compreensíveis – não deixaram de participar desse objectivo. Na verdade, se podia ser em boa parte atribuído aos portugueses o enorme incremento do tráfico negreiro a partir dos séculos XV e XVI e a avalanche de escravos que invadiram a Península Ibérica e as Américas a partir daí, não é menos verdade que foram as colónias castelhanas da América as suas grandes impulsionadoras, sem cuja procura os fornecedores portugueses não teriam desenvolvido esse negócio em tão larga escala; e também que outra corrente de tráfico negreiro, mas sob a responsabilidade dos países islâmicos, se processou ininterruptamente durante séculos, desde a Idade Média até à Época Contemporânea, em quantidades maciças, só que em direcção contrária.

A partir sobretudo da década de sessenta – com a excepção de Edmundo Correia Lopes, como foi dito, na década de quarenta, mas que não teve seguidores imediatos –, iniciou-se uma nova fase do estudo deste tema, sob influência da renovação historiográfica europeia e também, nas décadas seguintes, da democratização do país e do fim do império colonial. Esta fase caracterizou-se, quer por uma maior isenção, com o abandono definitivo das anteriores preocupações apologéticas, quer pela produção de estudos mais desenvolvidos e de maior interesse científico. Estes estudos têm focado os aspectos demográficos, económicos, sociais e culturais da escravidão portuguesa, tanto sob uma perspectiva local, como regional e nacional. Outras vertentes que têm atraído os investigadores portugueses têm sido o movimento abolicionista do século XIX e a escravatura e o tráfico promovidos por Portugal nos seus territórios ultramarinos.

Dada a importância do estudo da escravidão para o conhecimento da sociedade portuguesa entre a Idade Média e o início do século XIX, é de esperar e desejar que se venham a desenvolver, no futuro, novas investigações, nomeadamente sobre as regiões, as épocas e as vertentes menos estudadas.

Jogo e desporto no Portugal contemporâneo (1870-1910)

Ricardo Serrado*

O problema

Na actualidade, o desporto surge-nos como uma das actividades principais do ser humano, não só nas sociedades mais desenvolvidas, como também nos países mais pobres do Mundo. Basta olharmos para os Jogos Olímpicos, ou para os mundiais de futebol desde a década de 50 para entendermos a força e a centralidade social do desporto.

O desporto arrasta multidões, “enlouquece” milhões de pessoas e leva facilmente um país ou uma sociedade a uma histeria colectiva. É um fenómeno único, complexo, diversificado, mas ainda pouco estudado no mundo académico, não obstante os trabalhos pioneiros de grande valor de Jorge Crespo, Manuela Hasse, Vítor Costa, Nuno Domingos, Irene Maria Vaquinhas, Manuel Sérgio, Alberto Trovão do Rosário, entre alguns outros. Tendo em conta a diversidade do fenómeno, a sua centralidade social, as ambiguidades que ainda suscita e a sua complexidade, considero, no entanto, que são ainda muito escassos os trabalhos sobre a temática, nomeadamente sobre a sua definição conceptual, ou sobre a ligação ubíqua que o desporto tem com novas representações da relação do corpo com a mente surgidas ao longo do século XIX.

Assim, apesar da sua proeminência social secular, o conceito de desporto é, porém, ainda difícil de definir. Não existe, aliás, um consenso actual sobre a sua definição conceptual. Muitos autores referem-se ao desporto sem se compreender muito bem quando é que os seus limites conceptuais se misturam ou se distanciam do conceito de jogo, ou de educação física, ou até mesmo de motricidade humana¹.

Apesar da sua ambiguidade conceptual, sabemos que o desporto engloba hoje conceitos como: movimento, competição, resultado, *record*, esforço, exercício, entre outros. Segundo Pierre de Coubertin, “o desporto é o culto voluntário e habitual do exercício muscular intensivo...”². Apesar de não corroborar totalmente esta definição, penso que o

* Doutorando em História e Teoria das Ideias, FCSH, UNL.

¹ Conceito sugerido por Manuel Sérgio para significar o movimento intencional do Homem.

² Cf. Pierre de Coubertin, in Manuel Sérgio, Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira da Cultura, Lisboa-São Paulo, editorial Verbo (edição século XXI), 2001, p. 48.

fundador dos Jogos Olímpicos modernos está mais ou menos perto daquilo que, genericamente, se pode considerar como desporto nos dias de hoje.

De uma forma muito generalizada, e até popular, o desporto é, fundamentalmente, *exercício físico*, embora possam existir desportos que não abarquem esta definição genérica. Mas a definição popular é importante para entendermos como uma determinada sociedade pensa ou representa um determinado conceito. Embora não haja grande rigor conceptual na definição que apresentámos, podemos considerar sem grandes problemas que a sociedade actual vê o desporto, de um modo, como o *exercício físico voluntário*.

As questões que se colocam são, essencialmente, três: 1. o desporto teve sempre esta conotação com o exercício físico? 2. Qual a diferença entre jogo e desporto? 3. Quais os objectivos e a função do desporto na contemporaneidade?

Para responder a estas questões, importa analisar o contexto histórico de quando surge o desporto de que somos descendentes (designado ao longo do texto, também, por desporto moderno), observando as funções para que nasceu, os seus principais objectivos e características, no último quartel do século XIX. Esta análise, crucial para entender conceptualmente o significado de desporto, visa fundamentalmente compreender a evolução que se vai realizar no decorrer desse século, de um desporto aristocrático, secular, virado para as artes da guerra, próprio de uma elite aristocrática ostensiva de uma forma muito particular de se comportar e de se movimentar, para um desporto moderno (de que somos contemporâneos), mais democratizado, tendo o corpo como pedra angular e funções educativas completamente diferentes, até antagónicas, do desporto aristocrático. Veremos que, apesar de serem conceitos diferentes, não podemos falar de desporto sem falar de *educação física*, de *ginástica* e de *higiene*. Todos estes conceitos têm denominadores comuns – são indissociáveis –, embora se nos apresentem com conteúdos conceptuais distintos na contemporaneidade.

Do ponto de vista cronológico, o trabalho que se apresenta centra-se entre 1870 e 1910, o período que considero de charneira para a implementação do desporto moderno em Portugal, não obstante poder recuar a obras icónicas anteriores a esse período, como é o caso da referência, a meu ver obrigatória, à primeira obra conhecida sobre educação física em Portugal, da autoria do médico Francisco de Mello Franco, designada *Tratado da Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa* e datada de 1789.

Chamo a atenção para o facto de, ao longo deste trabalho, poder utilizar o termo *desporto* para designar actividades que não concebemos hoje como tal (como tourada, caça, torneios medievais, entre outros), mas que, no respectivo período, ou tinham uma conotação, em língua portuguesa, com a palavra *depôrte* (vocábulo arcaico para desporto), ou abarcavam características inerentes ao conceito de desporto aristocrático, como

divertimento ou jogo. No entanto, devemos ter presente que, quando falamos de desporto antes do século XIX, estamos a falar de actividades que pouco ou nada têm a ver com as que conhecemos como tal, embora a ideia de “desporto” abarque, desde pelo menos o século XVI, alguns ingredientes que o acompanham até aos dias de hoje. Por isso, apesar de todas as diferenças conceptuais que devemos ter em atenção, não é de todo descabido falar de desporto antes do século XIX sempre que falamos de actividades que envolvam divertimento ou jogo, embora o conceito actual de desporto compreenda algo mais.

O Portugal de Oitocentos: a fome, a miséria e a “civilização do corpo”

Durante a segunda metade do século XVIII e por todo o século XIX viveu-se um pouco por toda a Europa um sentimento que envolvia a ideia de que a espécie humana tinha degenerado devido, fundamentalmente, ao sedentarismo e à exclusiva aposta na educação intelectual. Com a defesa dos Estados entregues a militares profissionais, a população entregava-se muitas vezes à ociosidade e ao sedentarismo, já que, segundo esta perspectiva, não existia razão para exercitar o corpo. A primazia da alma em detrimento do corpo, do intelecto em relação ao físico, fazia com que o corpo fosse profundamente desvalorizado e até repudiado a favor daquilo que diferenciava o ser humano dos outros animais: a racionalidade.

O fim do absolutismo e a ascensão, não só do liberalismo mas também do conhecimento científico, vão instaurar um novo tipo de sociedade, assente em valores, concepções, modelos e ideias completamente diferentes, muitas vezes até antagónicos, dos do Antigo Regime. Apesar de tardiamente, Portugal vai sofrer estas consequências no decorrer do século XIX, sobretudo na segunda metade. A nova ordem que se pretendia, crítica dos costumes aristocráticos seculares e assente na democratização dos costumes e do poder, leva à necessidade de as autoridades públicas portuguesas controlarem, na passagem do século XVIII para o XIX, os corpos, devido à miséria, à fome, às doenças e à falta de higiene com que então se vivia no país. A miséria social a que se assistia, devido em grande medida ao menosprezo que se dava ao corpo, a propagação de doenças e a fome afectavam o equilíbrio social, os valores que se pretendiam instaurar e, consequentemente, a integridade do corpo social – o mesmo é dizer do País. Isto é, a miséria com que vivia a maioria da população portuguesa de Oitocentos, os seus costumes retrógrados, a sua falta de higiene faziam com que o corpo social nacional fosse afectado e não se sustentasse num crescimento desejável, assente no progresso, na higiene e no desenvolvimento. Perante este cenário pintado de fome, de doenças, de miséria e de definhamento

físico, as autoridades, mas também os eruditos, vão tentar impor medidas reformadoras, contribuindo para uma recuperação do corpo individual e, subsequentemente, do corpo social, através da educação física.

Nos finais do século XVIII, segundo o médico Francisco de Mello Franco, em Portugal as crianças “quase todas morrem no berço³”. Com efeito, a sociedade portuguesa vivia, em muitos casos, em condições deploráveis, com hábitos de higiene prejudiciais, com modelos comportamentais e rituais nocivos à saúde, com um corpo definhado e exposto a todo o tipo de carências alimentares e de doenças. Segundo alguns, os portugueses eram “um dos povos mais tristes da terra⁴” devido a muitos dos costumes que imprimiam ao seu quotidiano. A sociedade lusa de Oitocentos vivia, efectivamente, em grande miséria e era assolada por inúmeras doenças que se instalavam nos corpos, a maior parte deles com carências de todo o género e enfermidades que, na sua maioria, eram incuráveis à época e traziam profundo sofrimento, como a lepra, mal antigo mas ainda então muito preocupante.

As estações do ano eram, aliás, propícias a doenças específicas: no Verão e no Outono abundavam as febres; no Inverno, as anginas e os reumatismos; e na Primavera, a asma e alergias de toda a espécie, embora fosse uma estação em que algumas doenças atenuavam ou estagnavam. Como afirma Jorge Crespo: “A população vivia num estado de depressão física que permitia a regressão da doença⁵”.

Neste contexto, as epidemias transformavam-se, em Portugal, no início do século XIX, num verdadeiro assunto de Estado. As instituições e autoridades públicas lutavam por combater estes males, sendo que os mendigos, vadios e vagabundos eram erradicados da sociedade devido ao medo do contágio de doenças. Numa sociedade ainda tremendamente católica e supersticiosa, as epidemias eram vistas como castigo de Deus⁶. Como tal, os mendigos eram excluídos socialmente e encerrados muitas vezes em lazaretos. O facto de os cemitérios estarem, muitas vezes, dentro das cidades, com os corpos enterrados a pouca profundidade e em locais desaconselháveis, era outro dos motivos para as doenças da população.

As deficiências na higiene e as lacunas na alimentação apresentavam-se como as principais causas de doenças, o que levava a que os teóricos fizessem da higiene pública

³ Cf. Francisco de Mello Franco, *Tratado da Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790, p. VII.

⁴ Cf. Augusto Filipe Simões, *Educação Física*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1879, p. 352.

⁵ Cf. Jorge Crespo, “O processo de civilização do corpo em Portugal”, *Uma História do Desporto em Portugal – Corpo, espaços e media*, Lisboa, Quidnovi, 2011, p. 30.

⁶ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 35.

objecto das suas reflexões. A higiene era deplorável, mas os maus hábitos mantinham-se teimosamente, nomeadamente na resistência em adoptar um método clínico inovador – a vacina. De facto, a superstição, a religiosidade e os maus hábitos mantinham-se como as principais causas da não-evolução da sociedade portuguesa, que se mantinha presa a costumes prejudiciais à sua saúde. A polícia portuguesa surgia neste contexto com a responsabilidade de controlar a difícil situação pública do país ao nível da higiene. A portaria de governo de 24 de Outubro de 1812 assim o anunciava. Em 1813 nasce a Junta de Saúde com o objectivo de intervir na saúde pública portuguesa.

Na transição do século XVIII para o XIX, os portugueses tomavam, portanto, consciência da necessidade de conhecer as realidades do seu corpo e de, urgentemente, o valorizarem. Como nos diz Jorge Crespo: “Os eruditos criticavam a desorganização da vida quotidiana das populações e apontavam, no quadro da regeneração moral sugerida, as soluções que condiziam ao homem novo, diferente, capaz de dar respostas às exigências do desenvolvimento requerido. E sob a tutela de um Estado cada vez mais disposto a exercer o controlo da situação, os educadores e médicos, com apoios das entidades policiais, desde logo revelaram, na teoria e na prática, que o local privilegiado da mudança era o corpo, as atitudes e comportamentos ligados ao principal meio de expressão do homem”⁷.

Ao processo que se assiste no período em questão, que envolveu uma nova noção do organismo humano, na qual o corpo saiu extremamente privilegiado, chamou, oportunamente, Jorge Crespo de “civilização do corpo”. A civilização do corpo “era um instrumento de luta desencadeada especialmente pelos estratos sociais mais cultos da vida portuguesa, que dispunham de conhecimentos técnicos e científicos atualizados...”⁸.

Depois de séculos em que o corpo foi secundarizado e até mal tratado, ligado ao mundano e ao pecado, em detrimento da alma – ligada ao divino –, o século XIX será aquele em que se ganhará a consciência de que o corpo tem de ser regulado e desenvolvido de forma a atingir uma saúde mais robusta e um equilíbrio social desejável. Neste sentido, o corpo transformava-se no instrumento fundamental na luta contra os desregramentos, e defendia-se uma vida menos voltada para o prazer e mais para o trabalho; uma vida não só virada para o desenvolvimento intelectual, mas também para o desenvolvimento do corpo na sua totalidade.

Cresce e desenvolve-se igualmente a ideia de que os corpos eram susceptíveis de se transformarem, excluindo-se a hipótese da rígida condição social hereditária, tal como

⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 30.

⁸ Cf. Idem, *História do Corpo*, Lisboa, Difel, 1990, p. 504.

era pensado anteriormente. Nesta sociedade em mudança os homens eram avaliados, contrariamente ao que sucedia no Antigo Regime, pela sua utilidade social – por aquilo que poderiam fazer com vista ao progresso e ao desenvolvimento social e económico. Por seu turno, a luxúria e a ociosidade, típicas do Antigo Regime, eram profundamente condenáveis. No limiar do século “era a sobriedade dos costumes bem como o valor do trabalho que dominavam as mentalidades”⁹.

Assim, surge a ideia da implementação de um novo sistema educativo com incidência no corpo, de forma a eliminar os gestos excessivos “perniciosos à desejada economia de energias e às exigências da moral e da civilização”¹⁰. Desta feita, a saúde pública era vital para o progresso, para o aumento da população – sinal de desenvolvimento –, enfim, para o desenvolvimento de Portugal enquanto nação, etc.

A educação física surge neste contexto no sentido de criar um Homem novo, numa sociedade diferente, virada para o progresso, para a democratização e para o conhecimento científico. Para além de “uma sólida formação moral, baseada no autocontrolo e no escrupuloso respeito pelos outros, o que se recomendava, também, era um programa de exercícios corporais que pudessem contribuir para o vigor do espírito, na perspectiva do *mens sana in corpore sano*”¹¹. “Adquirindo um conhecimento da realidade portuguesa, havendo a consciência dos perigos resultantes da prática de excessos e dispondo-se a um apetrechamento teórico razoável, as autoridades lançaram-se num projecto de regeneração concebido à escala nacional”¹², no sentido de colaborarem em conjunto no estabelecimento e no reforço de um código único de comportamento que permitisse a regeneração física da população portuguesa.

Esta dinâmica havia de dar origem em Portugal, no último quartel do século XIX, não só à integração da ginástica no ensino oficial (embora na prática isso não acontecesse), mas também à modificação de alguns comportamentos, bem como à introdução de novas modalidades desportivas e ao desenvolvimento de novas práticas higiénicas.

Neste quadro de valorização do corpo, num contexto de profundo sentimento de decadência fisiológica, seria na educação física que a sociedade se deveria alicerçar, pois seria nela que estariam o futuro e o progresso dos corpos – a cura para a degeneração das raças. Em poucas palavras, a educação física aparece nos finais do século XVIII com a função nuclear de fortalecer o corpo e, desta forma, de oferecer a coesão social desejável.

⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 62.

¹⁰ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 30.

¹¹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 62.

¹² Cf. Idem, “O processo de civilização do corpo em Portugal”, *Uma História do Desporto em Portugal...*, p. 63.

Veremos mais à frente que será a necessidade de fortalecimento físico, com vista a uma vida mais saudável, aliada a uma nova concepção do organismo humano, nascida entre os séculos XVII e XVIII¹³, que irá dar origem em Portugal, durante o século XIX, a novos padrões educacionais que irão assentar no cultivo e no robustecimento do corpo, primeiro através da ginástica e, depois, através de modalidades desportivas introduzidas no país na viragem para o século XX, as quais designaremos por desporto moderno.

Um novo olhar sobre o corpo: educação física, ginástica e higiene

Numa Europa mergulhada num sentimento decadentista mas dominada cada vez mais pelo conhecimento científico, nascem e desenvolvem-se em alguns países várias escolas de ginástica, com a função vital de recuperar os homens e mulheres esqueléticos, doentes e depauperados que então se considerava existirem. A uma sociedade doente, que se sentia poder acabar definhada, pedia-se uma cura. A cura seria a educação física. Pretendia-se instaurar uma nova ordem e formar um Homem novo, distante dos costumes arcaicos do Antigo Regime responsáveis “pela degeneração dos costumes e pelos defeitos do corpo”¹⁴ e capaz de, voluntariamente, fugir aos malefícios das sociedades modernas e vertiginosas e, desta feita, se tornar mais forte e apto. Desejava-se que o Homem se tornasse mais responsável pelo seu destino, acreditando-se que a sua herança biológica pudesse ser diferente, no sentido em que o corpo já não dependeria apenas da herança mas do cuidado que se deveria ter com ele. Este pensamento – de libertação do determinismo hereditário – será fundamental para o desenvolvimento da educação física e para uma melhor higiene.

Mas também neste aspecto Portugal vai apresentar-se como um país atrasado relativamente à realidade europeia, manifestando-se como uma nação com elevada mortalidade, altos níveis de pobreza e miséria e uma taxa de analfabetismo assustadora (a rondar os 70% no fim do século XIX); um país resistente à introdução de novas práticas, de novos comportamentos e de novos modelos; um país profundamente supersticioso, arreigado a velhas e desactualizadas práticas, onde a mocidade era, segundo Alfredo Dias (1887), “na maior parte anémica, escrupulosa, ou tuberculosa...”¹⁵; uma população grande parte dela com sujeitos “enfezados, sem músculo”, com aspecto “doentio e triste... sem energia e sem vida, envelhecidos de todo”¹⁶.

¹³ Entre filósofos como Espinosa, Locke, Rosseau, Kant, entre outros.

¹⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 545.

¹⁵ Cf. Alfredo Dias, *Apontamentos para a Reforma e História da EF em Portugal*, Lisboa, Typografia Lisbonense, 1887, p. 34.

¹⁶ Cf. *Revista de Sport*, 5 de Julho de 1903, p. 2.

Influenciadas pelas correntes europeias, nomeadamente por Ling, criador da Ginástica Sueca, mas também pelos pensadores que estão na base da educação física moderna, Jean-Jacques Rousseau, John Locke e, numa certa perspectiva, Charles Darwin, entre outros, serão várias as personalidades que se dedicarão a apresentar uma solução para o definimento do “povo” português. Esta solução passava pela introdução e institucionalização da educação física, que deveria ser, inicialmente, aplicada por métodos de ginástica, mas também por uma radical mudança de comportamentos e de rotinas, também elas integrantes daquilo que se considerava ser uma boa educação física.

É nos finais do século XVIII que se conhecem os primeiros escritos sobre a temática em território português. Para além da obra pioneira, que aqui já mencionámos, de Francisco Franco de Mello, chega até nós, do mesmo período, outra que merece alguma relevância, apesar de não ser originalmente portuguesa. De autor que não conseguimos apurar, o *Tratado da Educação Física e Moral das Crianças de Ambos os Sexos*, traduzido para português por Luís Carlos Moniz Barreto em 1787, falava de uma série de hábitos que se deveriam implementar, e outros que se deveriam corrigir ou evitar. A educação física compreendia neste período, não aquilo que hoje, e mesmo no final do século XIX, significa, mas *um conjunto de preceitos que se deveriam adquirir para uma vida saudável*, compreendendo a educação física propriamente dita – isto é, do corpo propriamente dito – mas também a educação moral e intelectual, bem como outros hábitos inerentes à higiene. Assim, a educação física em finais do século XVIII não implicava apenas o exercício físico *per se*, mas também uma série de medidas que envolviam: a dieta, o vestuário, o exercício, a educação moral, o comportamento, a postura, a habitação, a ventilação, o banho, a gravidez, o sono, entre outras. Este livro visava essencialmente mudar radicalmente os costumes e os comportamentos da sociedade – ainda muito arraigada aos modelos do Antigo Regime.

Inseridos numa sociedade de charneira, os finais do século XVIII, onde os modelos do Antigo Regime ainda se faziam sentir, os exercícios que o autor sugere como fulcrais para uma boa conduta e para uma boa saúde são ainda, naturalmente, a esgrima e a dança – actividades claramente aristocratas que mais tarde serão secundarizadas e desvalorizadas. Para além daqueles exercícios corporais, a educação moral e intelectual era imprescindível – estudo da língua, matemática, física, armas, música, religião, filosofia, equitação, esgrima –, e nos fins do século XVIII enquadrava-se no conceito amplo que era a educação física.

Em 1790, o médico Francisco de Mello Franco, no seu *Tratado da Educação Física dos Meninos para Uso da Nação Portuguesa*, defende a urgência em fazer um levantamento sobre estudos relacionados com a educação física, coisa que em Portugal ainda não

existia. Preocupava-o a má educação e a má formação das crianças portuguesas, que nasciam e viviam em tão míseras condições. Para o efeito, Franco vai lançar algumas bases de comportamento para as mães e os pais aplicarem, não só nos seus filhos desde que nascem, mas também neles próprios; o autor tocava ainda pontos tão fundamentais como a gravidez ou a amamentação. Para ele, a educação física era essencial para um bom desenvolvimento: “Todos terão tido ocasiões de observar, que de um pai cheio de enfermidades, nunca nasceu um filho robusto: outro tanto digo da mãe, e logo preciso que para uma criança ser vigorosa, seus pais também o sejam, condição essencialmente necessária”¹⁷.

É neste período que alguns conceitos nucleares no âmbito do desporto ganham uma importância determinante na sociedade contemporânea, adquirindo significados muito semelhantes àqueles que utilizamos nos dias que correm, como *higiene*, *ginástica* e *educação física*. Estes três conceitos são fundamentais para compreender a génese e a função do desporto moderno.

A higiene seria, segundo a revista *Biblioteca do Povo e das Escolas*, de 1882, “a arte de conservar a saúde. Por esta simples definição se vê quanto é elevado o seu fim, qual é a sua influência no bem-estar da educação e da vida do Homem, e que importância ela deve ter no viver social”¹⁸. É, segundo esta perspectiva, um ramo da medicina que “trata de conhecer as diversas influências que sobre a vida e a saúde humana exercem os meios em que o organismo vive...”¹⁹.

Etimologicamente derivada do grego *hyghieinos* – “de maneira sã” – e escrita durante o século XIX *hygiene*, *higiene* pode ser considerada na actualidade, o “conjunto de práticas e princípios que visam preservar e melhorar a saúde; asseio”²⁰. É a “parte da medicina que visa à preservação da saúde e ao estabelecimento das normas e preceitos para prevenir doenças”; ou o “Conjunto de condições que conduzem ao bem-estar e à saúde; limpeza, asseio. Limpeza corporal”²¹. É claro que o conceito de higiene não difere na actualidade daquilo que comportava na segunda metade de Oitocentos.

A educação física estava, durante o século XIX, intrinsecamente ligada ao melhoramento do organismo, não só numa perspectiva de aperfeiçoamento físico *per se* mas também de apuramento das qualidades intelectuais, possuindo nesta altura, curiosamente, um significado bastante amplo, ligado à totalidade do corpo. Nos dias que correm,

¹⁷ Cf. Francisco de Mello Franco, *Op. Cit.*, p. 2.

¹⁸ Cf. “Higiene”, *Biblioteca do Povo e das Escolas*, n.º 16, Lisboa, David Corazzi Editor, 1882, p. 3.

¹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 4.

²⁰ Cf. “Higiene”, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Verbo, 2001.

²¹ Cf. “Higiene”, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

a educação física possui um significado muito semelhante, embora alguns autores lhe atribuam uma função sobretudo ligada ao físico, desligada do intelectual; é o caso da definição do *Dicionário de Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa*, que define a educação física como uma “disciplina escolar que tem como objectivo promover o desenvolvimento de capacidades motoras e corporais através da prática desportiva”²². Já o dicionário *Michaëlis* define a educação física segundo um conceito no qual o corpo é total: a educação física é uma educação “que consiste em formar hábitos e atitudes que promovam o desenvolvimento harmonioso do corpo humano, mediante instrução sobre higiene corporal, mental e mediante vários e sistemáticos desportos e jogos”²³. Embora me reveja mais na segunda definição, penso que não andarei muito longe da realidade se disser que a primeira definição é aquela que vulgarmente se associa à educação física actual – virada essencialmente para o exercício motor metódico e pedagógico –, ainda que a educação física pensada no meio académico esteja, tendencialmente, mais próxima do conceito antigo – virado para um amplo conjunto de exercícios que compreendem a totalidade do corpo.

Do grego “*gymnatike* – a arte da ginástica, por via culta”²⁴, o conceito de ginástica estava, no século XIX, preso aos de educação física e de higiene. A ginástica era a arte que se deveria praticar na lógica de uma boa educação física, isto é, de uma boa higiene. Inexistente em alguns dicionários de língua portuguesa no início do século XIX, em 1874 o *Dicionário Enciclopédico ou Novo dicionário da língua portuguesa*, de Araújo Correia Lacerda e José Maria de Almeida, define “gymnastica” como a “parte da higiene que trata de todos os exercícios e da influência destes sobre a economia animal; a arte de exercitar o corpo para o fortificar”²⁵. Em 1891, numa altura em que a ginástica estava mais divulgada, o *Dicionário de Língua Portuguesa*, de António Moraes Silva, diz-nos que: a “Arte dos exercícios do corpo divide-se em 3 ramos: ginástica militar, atlética e medicinal. Parte da higiene que trata de todos os exercícios e da influência que têm sobre a economia animal. [...] ciência cujo fim é fazer adquirir aos membros do corpo qualidades que não tem por natureza, ou desenvolver as faculdades que possuem, por meio de exercícios mais ou

²² Cf. “Educação Física”, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Verbo, 2001.

²³ Cf. “Educação Física”, *Michaëlis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1998.

²⁴ Cf. José Pedro Machado, “Ginástica”, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Horizonte, [1977].

²⁵ Cf. Araújo Correia Lacerda e José Maria de Almeida, “gymnastica”, *Dicionário Enciclopédico ou Novo dicionário da língua portuguesa*, Lisboa, Francisco Artur da Silva, 1874.

menos violentos”²⁶. Vale a pena ler ainda a explicação de Paulo Lauret, professor destacado de ginástica na segunda metade do século XIX, do que é a ginástica: “A ginástica é uma parte da ciência higiênica que se ocupa dos movimentos para proporcionar a saúde e a robustez a todo o ser que constitui o Homem”²⁷. Agrupada em vários ramos, ginástica significa na actualidade a “arte ou prática desportiva que tem por objectivo desenvolver, fortificar e adestrar o corpo”²⁸.

Parece-me claro que os três conceitos analisados, amplamente difundidos na segunda metade do século XIX e cruciais para se compreender o desporto moderno, possuem, salvo algumas pequenas diferenças, fortes correlações com aquilo que é a educação física, a higiene e a ginástica contemporâneas.

A grande proposta de uma educação física à escala nacional havia de surgir, em 1823, na obra *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública*, de Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque. Este defendia que²⁹ a “existência, independência e felicidade [do homem] estão na razão directa do desenvolvimento das suas faculdades morais, intelectuais e físicas, [sendo] dever do governo formar estabelecimentos ginásticos em cada freguesia”³⁰. Porém, apesar dos esforços de diversas personalidades, oriundos dos mais diversos quadrantes sociais, é certo que a educação física demora a ser introduzida em Portugal. No período entre 1862 e 1895, foi, aliás, como verificou Manuela Hasse, “marcada por uma orientação militar e acrobática”³¹, pouco ligada à função pedagógica e educativa que se pretendia.

Devemos assinalar, no entanto, algumas excepções. Em 1834, D. Pedro IV, depois de ter visitado a Casa Pia de Lisboa, “tendo notado o fraco aspecto físico e pouca higiene dos seus alunos, resolveu introduzir o ensino da ginástica, chamando a Lisboa um discípulo de Amoros, com o objectivo de estabelecer na Casa Pia uma Escola Nacional de Ginástica”³². Porém, devido à ambição do projecto, o mesmo acabou por ser abandonado. Em 1835, no

²⁶ Cf. António Moraes Silva, “gymnastica”, *Dicionário de Língua Portuguesa*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1889-1891.

²⁷ Cf. Paulo Lauret, *Guia para o Ensino da Ginástica nas Escolas do Sexo Feminino*, Porto, Livraria Portuense de Clavel, 1883, p. 1.

²⁸ Cf. “Ginástica”, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Verbo, 2001.

²⁹ Cf. Luiz Mouzinho de Albuquerque, *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública, Dedicadas à Nação Portuguesa e Oferecidas a Seus Representantes*, Academia das Ciências de Paris, Paris, 1823, pp. 39-40.

³⁰ Cf. Idem in Vítor Costa, *O desporto e a sociedade em Portugal: fins do século XIX – princípios do século XX*, Lisboa, tese de dissertação de mestrado, 1999, p. 16.

³¹ Cf. Manuela Hasse, in Vítor Costa, *Op. Cit.*, p. 380.

³² Cf. Moraes Rocha e Fernando Barreto, *Subsídios para a História da Educação Física na Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, [s.e.], 1987, p. 31.

entanto, a Casa Pia constrói o primeiro ginásio que se conhece em Portugal apetrechado de aparelhos para a arte de acrobática, graças à persistência do seu administrador-geral, António Maria Couceiro. Durante todo o século XIX, não obstante alguns períodos menos profícuos e, eventualmente, sem actividade, é certo que não só a Real Casa Pia de Lisboa institui a educação física nos seus planos de estudo, como ainda aquela instituição de caridade social se dota da primeira estrutura desportiva de que há conhecimento em Portugal. Em 1862 temos conhecimento da construção de outro ginásio, no Instituto Industrial e Comercial, e em 1865 o Colégio Militar, talvez por influência da Casa Pia, integra o ensino de ginástica nos seus programas de ensino.

Até ao último quartel do século XIX, como referiu Hasse, apesar das tentativas de alguns em implementar uma educação física virada para a componente educativa (a ginástica racional, como se designava, contraposta à ginástica acrobática), a única forma de ginástica a desenvolver-se em Portugal de forma mais ou menos consistente é a acrobática, de cariz circense, que viria a ser muito criticada no último quartel do século por não corresponder àquilo que deveria ser a educação física desejável: “É sabido que a ginástica de fantasia, a de aparelhos, pode sim embasbacar as multidões anónimas; pode ser uma fonte de receita para o indivíduo que a isso se dedica; pode finalmente servir para uma glória absolutamente efémera, mas nunca será preferida como modo de vida...”³³. Uma das mais importantes instituições desportivas portuguesas da altura, o Real Ginásio Club Português, fundado em 5 de Janeiro de 1878³⁴ por Luís Monteiro, vai, inclusive, dedicar-se até ao final do século à ginástica acrobática, entregando-se apenas no virar do século à ginástica racional de cariz educativo, como observou José Pontes: “Os seus espectáculos de predilecção eram os do circo. Conviviam com os ‘artistas’”³⁵.

Em praticamente todo o contexto europeu, a ginástica só ganhará um definitivo impulso a partir de 1870, após o conflito militar que opôs a Prússia e a França. Constatando-se a supremacia física dos prussianos, que no seu país praticavam afincadamente a ginástica, em relação aos franceses, supostamente mais débeis, a maior parte dos povos europeus, mas em especial o francês, vai desenvolver a ginástica como forma de robustecimento da sua população. Com efeito, a vitória prussiana em 1870 vai dar um decisivo impulso, não só à educação física francesa, que após esse ano apostará fortemente na sua institucionalização, como à educação física na Europa, designadamente em Portugal, onde se verificará um certo estímulo da ginástica a partir de 1880.

³³ Cf. *Revista de Sport*, 30 de Novembro, 1903, p. 2.

³⁴ Em 1882 recebe o título de Real.

³⁵ Cf. José Pontes, *Quase um Século de Desporto*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1934, p. 3.

No último quartel do século XIX destaca-se em Portugal, entre outros, Paulo Lauret na divulgação da ginástica metódica. Professor de ginástica e ex-aluno da Casa Pia, vai ser um dos impulsionadores mais relevantes da ginástica em território nacional, inclusivamente no género feminino, para o qual, segundo Lauret, a ginástica acabava por ser mais importante, já que o ventre feminino também seria favorecido por esses benefícios. Paulo Lauret foi ainda director do primeiro jornal desportivo de Portugal – *O Gymnasta*, fundado em 1878, em Lisboa – e director de uma série de escolas e cursos de ginástica no país, tendo em 1883 dado à estampa o *Guia para o Ensino da Ginástica nas Escolas do Sexo Feminino*.

Numa sociedade europeia ainda muito marcada pela educação intelectual em detrimento da educação do físico, mas onde a ideia de corpo ao serviço do progresso era já algo evidente, o exercício físico aparecia como a única forma de equilibrar o corpo e o espírito dos excessos da sociedade moderna. Durante a segunda metade do século XIX desenvolve-se, no contexto internacional e com alguma intensidade em alguns círculos intelectuais, a ideia darwinista (hoje aceite integralmente pela Ciência) de que o homem está sujeito às mesmas leis físicas e orgânicas que os animais. Deste modo, começa-se a defender a aplicação de alguns métodos científicos na criação de animais, numa ideia que chega a Portugal em 1887, entre outras formas, através do livro do filósofo darwinista Herbert Spencer, *Da Educação Moral, Intelectual e Física*. Segundo Spencer, já que as leis orgânicas são iguais em homens e em animais, “as generalizações originadas da experiência e das observações realizadas sobre os animais tornam-se úteis ao Homem”³⁶. Desenvolve-se, igualmente, a ideia de que o corpo e a mente dependem mutuamente um do outro, pelo que não se pode desprezar nenhuma das partes. Herbert Spencer diz-nos, neste sentido, que a “vida física [deveria] ser o fundamento necessário da vida intelectual, [pois] a inteligência não deve ser desenvolvida à custa do físico...”³⁷.

Desta forma, a partir sensivelmente de 1870, intensifica-se uma campanha de fomentação do papel fulcral da educação física, capaz de curar uma sociedade definhada. No entanto, apesar de se verificar alguma evolução, é certo que entre 1870 e 1890 o cenário social português era ainda algo atrasado, tanto do ponto de vista da pouca aderência ao exercício físico, como do ponto de vista das condições de vida.

Nesta conjuntura, onde apenas algumas iniciativas privadas pareciam preocupar-se com a educação física, eram várias as críticas aos poderes públicos, algo abstraídos desta realidade. Mas não eram só os poderes públicos que mereciam críticas. A própria

³⁶ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 191.

³⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 250.

sociedade portuguesa era alvo de rasgadas reprimendas, por parte dos mais eruditos, pelo desprezo que concediam à educação física. A reacção negativa da sociedade em geral inscrevia-se, entre outras causas, no facto de existir uma ideia generalizada de que a ginástica era uma actividade de acrobatas e de palhaços de circo. Por outro lado, o facto de Portugal continuar a ter uma sociedade resistente e presa a padrões morais algo retrógrados não ajudava à introdução de novos costumes. Como nos diz uma senhora no final do século XIX: “não criei meu filho para pelotiqueiro, é muito fraquinho, coitadinho, não quero que se distraia dos seus estudos, isso não serve para nada, eu vivi sem essa toleima e cheguei a velha [...] não quero o meu filho aleijado”³⁸. Por seu turno, a enorme quantidade de população que vivia em extremas dificuldades fazia com que essas mesmas pessoas não pudessem despender qualquer tempo na prática de uma actividade física que não fosse o trabalho árduo para sobreviver diariamente.

Esta resistência social pode ser comprovada em vários livros e artigos de jornal a partir, fundamentalmente, de 1870. Em 1872 Augusto Filipe Simões diz-nos: “ [à] maior parte da gente repugnam os exercícios ginásticos. A uns parecem prejudiciais, porque desconhecem seus salutareos efeitos; a outros ridículos, porque as pessoas sérias não se ocupam de semelhantes exercícios; a muitos, enfim, impróprios de moços bem-educados, mas de arlequins e acrobatas”³⁹.

Seis anos depois, António Menezes, no jornal *O Gymnasta*, dizia que “neste bocado de terra, colocado na parte ocidental da Europa, e a que se chama Portugal, faz-se geralmente uma triste ideia da ginástica. Em todas as classes da sociedade se encontra quem desdenhe dela como valendo pouco, e este é o maior número”⁴⁰.

Em 1880, porém, foi aprovado um programa governamental de ensino de ginástica para uso das escolas normais, o que espelha alguma preocupação da monarquia com a causa da educação física nacional. No entanto, esse projecto não logrou os seus objectivos, encontrando-se em 1887 “num estado primitivo”, sem “uniformidade nem método”, ausente de “um programa outorgado pelo qual os professores” se devessem regular⁴¹.

No final do século, à medida que a ginástica sueca se ia desenvolvendo como uma das mais aplicadas na Europa e se defendia o desenvolvimento de uma ginástica metódica, aumentavam exponencialmente as críticas à ginástica acrobática e de cariz circense.

³⁸ Cf. Elvira Guerra in Manuela Hasse, *O Divertimento do Corpo – Corpo, lazer e desporto na transição do século XIX para o século XX, em Portugal*, Lisboa, Editora Temática, 1999, p. 237.

³⁹ Cf. Augusto Filipe Simões, *Erros e Preconceitos da Educação Phisica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, p. 134.

⁴⁰ Cf. António Menezes, *O Gymnasta*, 15 de Novembro de 1878, p. 3.

⁴¹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 32.

Afirmava-se nesta altura, num período em que se acentuará o sentimento generalizado de decadência nacional – um sentimento colectivo que acreditava que a raça portuguesa estava a definhar e que a sua única salvação era a prática da ginástica racional e do desporto (do *sport* como no final do século se vai dizer) –, que a acrobática “deve ser substituída pela ginástica racional”⁴² por esta ser mais pedagógica e mais consonante com as funções regenerativas que se exigiam.

Apesar da resistência generalizada da sociedade portuguesa a aderir a novos costumes e comportamentos, mais consonantes com os modelos modernos saídos da Revolução de 1789, parece-me evidente que o século XIX testemunhou a consolidação de uma nova representação do corpo humano, na qual ganhou uma dimensão central no progresso social que se desejava, o que, evidentemente, não só originou novos modelos educacionais, como criou o paradigma desportivo de que somos contemporâneos. Como já afirmara Crespo em 1990: “Os exercícios físicos valorizam-se na medida em que as representações do corpo se modificam”⁴³.

A importância do conceito de decadência da “raça” portuguesa para o desenvolvimento do desporto moderno

Em 1871 já Antero de Quental se tinha pronunciado em relação às causas de decadência dos povos peninsulares, enumerando três factores: o absolutismo, a expansão ultramarina e o catolicismo. Ainda não evocara as questões fisiológicas da “raça”, muito em voga nos últimos anos do século XIX, mas a ideia da decadência portuguesa está presente em Antero, como o está na Geração de 70. Em 1881 Antero escreve: “considero tudo perdido em Portugal e sem remissão possível”⁴⁴.

Porém, o conceito de decadência da “raça” portuguesa, o seu sentimento colectivo, já vem de trás, pelo menos desde os fins do século XVIII. Francisco Mello de Franco fala-nos dele em 1790 quando afirma: “os nossos portugueses, a falarmos sem paixão, já não são aqueles bravos, e intrépidos soldados, que só com o seu nome faziam espanto aos povos teimosos na guerra. Quão raros são hoje os soldados, que podem manejar os instrumentos bélicos daquele feliz tempo”⁴⁵. Franco apresenta várias causas para essa decadência, que ele considerava, aliás, serem universais: o sedentarismo, o afastamento da vida militar e o pacifismo entre os reinos.

⁴² Cf. Augusto Filipe Simões, *Op. Cit.*, p. 138.

⁴³ Cf. Jorge Crespo, *Op. Cit.*, p. 566.

⁴⁴ Cf. Antero de Quental, in João Medina, *História de Portugal – Dos tempos pré-históricos aos nossos dias – Portugal Liberal II – Monarquia Constitucional I*, Amadora, Sape, 2004, 286.

⁴⁵ Cf. Francisco de Mello Franco, *Op. Cit.*, p. 27.

No caso português, esse sentimento é bem claro ao longo do século XIX, mas fundamentalmente a partir de 1890, quando se dá o *Ultimatum*, embora a independência do Brasil, em 1822, tenha deixado mazelas que fizeram sentir, igualmente, que o povo português estava a degenerar.

Este sentimento decadentista nacional pode ser explicado, por um lado, pela influência internacional que também o partilhava e, por outro, pelo sentimento nacional generalizado de que Portugal já tinha sido uma grande “potência”, com um vasto império, e que o deixara de o ser ao longo do século XVI (com a perda da independência), mas, sobretudo, ao longo do século XIX – primeiro com a perda do Brasil e depois com a humilhação britânica que reduziu a já baixa auto-estima portuguesa e conduziu o país a um sentimento depressivo generalizado.

No mesmo sentido, as grandes dificuldades verificadas na sociedade portuguesa de Oitocentos, na sua maioria com agudos problemas de vária ordem, aliadas a uma série de crises político-financeiras que o país vivera ao longo do século XIX ajudarão a agudizar esse sentimento, designadamente no final do século XIX, quando à crise do *Ultimatum* se junta uma crise financeira internacional e uma crise política nacional que em muito contribuiu para a ascensão do movimento republicano a partir de 1880, para o aumento de um sentimento decadentista e para a queda da monarquia constitucional no espaço de alguns anos.

Neste quadro de crise política, social e financeira, os republicanos não perdem tempo a empolar o problema, apontando a monarquia, na pessoa do Rei D. Carlos, como a causadora da crise que então se vive, a partir fundamentalmente de 1890. Para muitos dos republicanos, a decadência residia na própria monarquia e no rotativismo governamental a que se assistia. Com efeito, como afirma Joel Serrão, “a ideologia republicana, cuja origem se pode remontar a meados do século XIX e se encontra em plena expansão em 1880, preocupada também com uma regeneração, de fundamento filosófico positivista [...] tende a atribuir a decadência nacional a causas predominantemente políticas”⁴⁶.

Não obstante o sentimento de decadência estar bem presente em meados do século XIX, nomeadamente na Geração de 70, é na última década do século que o mesmo se intensificará e se alargará socialmente. Embora o sentimento de decadência viesse de trás, a perspectiva fisiológica, isto é, a sua componente virada para a saúde do corpo, vai fortalecida no último quartel de Oitocentos. De facto, a partir fundamentalmente de 1890, instala-se um sentimento generalizado de pessimismo nacional, que considerava que era urgente intervir na educação física da sociedade portuguesa no sentido de robustecer o

⁴⁶ Cf. Joel Serrão, “Decadência”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, Porto, Livraria Figueirinhas, [s.d.].

corpo social. Como afirma a historiadora Irene Maria Vaquinhas, “Num contexto de crise nacional e política despoletada pelo *Ultimatum* britânico, em 1890, a tese da ‘decadência fisiológica da raça portuguesa’ assume uma dimensão trágica e converte-se numa arma ideológica que se esgrime contra a situação política vigente”⁴⁷.

São cada vez mais numerosos, a partir deste ano, os artigos, não só de médicos como da própria sociedade civil, a defenderem a aplicação intensa da educação física de forma a regenerar a raça. Desta forma, o *Ultimatum* britânico vem exponenciar um sentimento que, existente no século XVIII, se irá agudizar nos últimos anos do século XIX.

O *Ultimatum* teve repercussões tão fortes na sociedade nacional, que até teses de doutoramento se defenderam sobre o assunto, problematizando-se a forma de se fortalecer a sociedade portuguesa com a educação física. É o caso do médico Carlos Alberto Lima, que, em 1891, publica a sua tese de doutoramento com o insinuante título *Melhoramento da Raça pelo Exercício Phísico*, o que reflecte, de certa forma, o pensamento que então se vivia. Carlos Alberto Lima, através de um estudo que incide na composição fisiológica do corpo humano, critica o excesso de actividade intelectual em detrimento da actividade física, reforçando a importância e a utilidade da educação física para “refundir a nossa raça – dar-lhe a têmpera, que só se pode conseguir com uma educação física racional e metódica”, de forma a que Portugal se pudesse bater com os países que o humilhavam – o autor referia-se à Inglaterra e à humilhação internacional causada pela situação do Mapa Cor-de-Rosa⁴⁸.

Eram várias as causas que se apresentavam para a decadência da “raça” portuguesa. Para além das enunciadas pela geração de 70 – que se prendiam mais com aspectos políticos, militares e religiosos, e não com aspectos fisiológicos –, médicos, higienistas e mestres apresentavam causas orgânicas para o definhamento da raça portuguesa. As mais evidentes eram a mortalidade infantil, o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose. Em suma, identificava-se a falta de higiene, por um lado, e a ausência de exercício físico como as principais causas do abastardamento da “raça”.

De forma a combater estes males que afectavam a “raça” portuguesa, mas também para evitar a “destruição da sociedade” (e da espécie) que poderia decorrer do enfraquecimento orgânico da população, a *educação física foi apresentada como o remédio para as doenças da população*. Se no início do século eram sobretudo médicos e higienistas que

⁴⁷ Cf. Irene Maria Vaquinhas, “O conceito de «decadência fisiológica da raça» e o desenvolvimento do desporto em Portugal (finais do século XIX / princípios do século XX)”, *Revista de História das Ideias* – vol. 14 - Coimbra, [s.e.], 1992, p. 370.

⁴⁸ Cf. Carlos Alberto de Lima, *Melhoramento da Raça pelo Exercício Phísico*, Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1891, p. XXV.

propagavam a ideia da educação física para evitar o abastardamento da “raça”, na última década do século XIX, também a imprensa (generalista e desportiva), referindo-se inúmeras vezes ao “depauperamento da raça portuguesa”, vai reflectir bem o espírito decadentista que se vivia, cultivando intensamente o desenvolvimento da educação física, mas também do *sport* – modalidades desportivas modernas que entretanto tinham surgido no país.

O *Diário Ilustrado*, muito provavelmente o primeiro jornal generalista português a ter uma secção de *sport* (até à década de 20 era este o vocábulo utilizado para a palavra que hoje conhecemos como *desporto*), dizia em 1894: “[...] atendendo ao benefício que pode ser para o nosso país espalhar-se o *sport* alcançando-se assim um bom passatempo para muitos, e simultaneamente o seu desenvolvimento, ou ainda talvez o apuramento de toda a nossa raça debaixo de todos os pontos de vista que toda a gente clama, que hoje caminha numa triste decadência [...]”⁴⁹. Já o jornal *O Sport*, de 1894, diz no seu número de estreia: “O *sport*! Que entusiasmo pronunciá-lo?! O *sport* é a salvação da vida humana; é a nossa educação futura; é a nossa própria alma [...]. O fim do *sport* é o desenvolvimento físico; ele nos fortifica e nos dá agilidade; ele nos dá [...] uma vida o mais agradável possível, desviando-nos completamente de toda a espécie de vícios e tornando-nos, pois, robustos e sadios [...]. Será, pois, ou não o *sport* a salvação da vida humana?”⁵⁰. Por sua vez, *A Tarde* – um dos primeiros generalistas a ter uma secção de *Sport* – afirmava em 1894 que: “O *Sport* é o exercício, o exercício é a vida dum a ou mais classes e como consequência é talvez no futuro o renascimento físico do nosso povo... [...]. A população robustece-se a pouco e pouco e não longe virá o dia em que o povo português reconhecerá as vantagens da educação física e os seus magníficos resultados”⁵¹. Por seu turno, o *Tiro Civil*, em 1903, dizia “prestar um serviço ao *sport* nos seus diferentes ramos, que felizmente vai ganhando adeptos, levando-nos à regeneração física, e enfileirando-nos ao lado das nações mais cultas da Europa”⁵².

Nos inícios do século XX o sentimento de decadência estava mais vivo que nunca. Em 1908 era a vez de o jornal *O Século* se pronunciar em relação a este problema. Através do lema “Regeneremos a Raça”, *O Século* apresentava “depoimentos de médicos, relatórios, inquéritos escolares, descrição de casos clínicos e de visitas a hospitais e instituições de assistência social que procuravam demonstrar os sinais de degenerescência da população portuguesa e da urgência da criação de mecanismos de prevenção médica e social como forma de ‘acudir

⁴⁹ Cf. *Diário Ilustrado*, 20 de Março de 1894, p. 1.

⁵⁰ Cf. Solrac-Cavitos, *Sport* (1894), 12 de Fevereiro de 1897, p. 1.

⁵¹ Cf. Etraud, *A Tarde*, 10 de Fevereiro de 1894, p. 3.

⁵² Cf. *Tiro Civil*, 5 de Julho de 1903, p. 1.

ao definhamento pavoroso da raça”⁵³. Por sua vez, cinco anos antes, já Pinto da Cunha afirmava que “a raça latina está degenerada, o que representa um mal sobremaneira grave”⁵⁴.

Este sentimento de decadência prolongar-se-á por algum tempo, sendo vivido de forma intensa pelo menos até à I Guerra Mundial, altura em que novos problemas se afiguram como mais graves. Contudo, o sentimento de decadência não desaparece, antes pelo contrário – ele vai atingir o seu culminar nos anos 20 do século XX. O sentimento decadentista que Portugal viveu ao longo do século XIX, com maior incidência na segunda metade, e durante os primeiros anos do século XX, vai levar a uma gradual abertura social relativamente à educação física e a uma maior atenção política às debilidades orgânicas da população portuguesa, que deveriam ser corrigidas pelo exercício físico metódico e racional. Porém, as autoridades políticas demoraram a agir, e apenas podemos verificar uma séria preocupação com a causa desportiva nacional no Estado Novo – primeiro com a criação da MP e da FNAT, na década de 30, e depois, em 1942 com a criação da DGEFDSE⁵⁵; além disso, a própria sociedade portuguesa, apesar de uma maior abertura, vai manter-se resistente ao exercício físico, desprezando-o muitas vezes. Contudo, a criação de inúmeros clubes destinados à prática de várias actividades desportivas (embora com primazia para o futebol) a partir fundamentalmente de 1904 atesta bem a importância que o desporto estava a assumir na sociedade portuguesa, nomeadamente nas classes mais baixas, onde o futebol viria a ter um papel muito importante.

Simultaneamente a uma intensa divulgação da ginástica para uma boa educação física verificada neste período, no final do século XIX surgem também novas formas de exercício – várias modalidades, umas colectivas outras individuais, que serão conhecidas em Portugal a partir da década de 70 pelo termo inglês *sport*. O *sport* tinha exactamente o mesmo fim que a ginástica, embora, ao contrário desta, estivesse conotado com o divertimento; com efeito, embora a ginástica se devesse praticar alegremente, estava fundamentalmente ligada a um comportamento mais contido.

É na segunda metade do século XIX, num contexto de desenvolvimento de novas práticas higienistas, fruto de uma nova representação e valorização do corpo, que, no meu entender, se desenvolve e se institui o *desporto moderno* – modalidades colectivas com fins exclusivos de exercitar o corpo através do divertimento. O desporto moderno é

⁵³ Cf. Irene Maria Vaquinhas, *Op. Cit.*, p. 368.

⁵⁴ Cf. Pinto da Cunha, *Tiro Civil*, 5 de Agosto de 1903, p. 3.

⁵⁵ A Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar irá colocar em prática a ideologia corrente no século XIX – a instituição da ginástica como disciplina obrigatória com vista ao desenvolvimento físico da nação. Tratava-se da instauração de uma política desportiva nacional que visava, fundamentalmente, o culto metódico da educação física através da ginástica.

distinto do *desporto aristocrático*, filho do Antigo Regime – modalidades seculares, viradas para os hábitos aristocratas e para as artes da guerra, que sobreviverão ao longo do século XX, mas que serão ultrapassadas desportiva e socialmente por outras actividades cujos benefícios físicos serão mais valorizados.

Como já tive oportunidade de afirmar em trabalhos anteriores, “este processo de transição de um desporto ‘rudimentar’, elitista, fundamentalmente aristocrático, para um desporto moderno e mais democratizado, situa-se, sensivelmente entre 1875 e 1910 [...]. Será neste anos que se operarão as maiores transformações no desporto nacional no sentido da sua modernização e democratização”⁵⁶. Anos antes já Vítor Costa se tinha adiantado ao afirmar que o desporto enquanto negócio e espectáculo – aquilo que temos vindo a designar de desporto moderno – nasce, precisamente, no último decénio do século XIX⁵⁷.

Jogo e desporto

O conceito contemporâneo de desporto é algo difuso e não consensual, confundindo-se amiúde com o de jogo, ou até com o de educação física. É possível, inclusivamente, que nunca se tenha trabalhado convenientemente este conceito em Portugal. Sabemos que, tendencialmente, se prende com o exercício físico e com o fortalecimento do corpo (uma ideia que, como vimos, nasce na segunda metade do século XIX), mas também sabemos que existem actividades tidas como desportivas que não visam o exercício físico, como a pesca ou o xadrez, embora em última análise possamos concordar, em rigor, que todas as actividades exigem exercício físico nem que o mesmo se cinja ao neuronal – que é, evidentemente, actividade fisiológica, logo, actividade física. Deixando esta questão complexa para uma altura mais adequada, vamos considerar o exercício físico à luz do conceito tradicional – de movimento do corpo propriamente dito.

O desporto contemporâneo pode ser considerado, na actualidade, um “conjunto de exercícios físicos que, sob a forma de jogos individuais ou colectivos, sujeitos a certas regras, e com carácter competitivo ou não, têm geralmente como finalidade o desenvolvimento harmonioso do corpo humano, com exclusão de fins utilitários imediatos”⁵⁸. Embora esta definição me pareça correcta, a mesma ainda me apresenta certas dificuldades, pois o conceito de jogo pode possuir, aparentemente, as mesmas características. Já vimos que a ginástica é um ramo da educação física e que esta é um ramo da higiene, mas

⁵⁶ Cf. Ricardo Serrado, “O desporto moderno entre 1902 e 1910”, *História do Futebol Português – Uma análise social e cultural – Das origens ao 25 de Abril*, Lisboa, Prime Books, 2010, pp. 64-66.

⁵⁷ Cf. Vítor Costa, *Op. Cit.*, 1999.

⁵⁸ Cf. “Desporto”, *Focus, Enciclopédia Internacional*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1965.

qual a diferença entre jogo e desporto? Qual a função do jogo e do desporto? O que os distingue? Serão a mesma coisa? Jogo e desporto são dois conceitos que à primeira vista parecem sinónimos, mas não são, sobretudo na actualidade. Embora sejam conceitos intimamente ligados, deveremos procurar aquilo que os distingue já que, como veremos, são conceitos que significam duas ideias distintas, ainda que tenham tido uma origem comum e tenham significado, durante anos, praticamente a mesma coisa.

No célebre *Homo Ludens* (obra que apesar de algumas ideias válidas carece, no meu entender, de actualização), Johan Huizinga defende que o jogo “é uma actividade livre, conscientemente exterior à vida ‘normal’, um aspecto ‘não sério’ da vida, mas que, ao mesmo tempo, absorve intensa e completamente o jogador”⁵⁹.

Apesar da insustentabilidade de algumas das suas ideias⁶⁰, Huizinga toca em duas características essenciais que me parecem separar convenientemente o conceito de jogo do de desporto, embora ele não o refira: a não-seriedade e a separação da “vida real” do jogo.

Roger Caillois não foge muito do ponto de vista de Huizinga, afirmando que o jogo é livre, separado (da actividade produtiva), incerto, regulado, improdutivo e fictício⁶¹. As características da não-seriedade e da separação da “vida real” – aquelas que, como veremos, distinguem o jogo do desporto e já realçadas por Huizinga – são, igualmente, relevadas pelo etnólogo francês. Por seu turno, o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* afirma que o jogo é “uma actividade recreativa, mais ou menos espontânea, que tem como finalidade o prazer, o divertimento”⁶². Segundo os pontos de vista acima referidos, o jogo é, portanto, algo 1) *não sério* e que se constitui 2) *fora da vida real*. A prioridade do jogo parece ser, em suma, o *entretenimento* pessoal.

Ora, o desporto moderno distancia-se claramente destas duas características, já que, como vimos, vai instituir-se com propósitos *sérios* de desenvolver o corpo; ou seja, vai assumir um compromisso muito *sério* e inserido na “vida real” de fortificar o organismo e, com isso, promover o desenvolvimento social. Ao contrário do jogo, o desporto insere-se, desta forma, na *vida real* e reveste-se de profunda *seriedade*.

Neste sentido, julgamos que o jogo apresenta uma importante característica, apontada pela maior parte dos autores que se debruçam sobre este conceito, que o irá distinguir claramente do desporto: *a ausência de um fim*. Como disse Kant, o jogo é “uma ocupação

⁵⁹ Cf. Huizinga, *Homo Ludens*, Lisboa, Edições 70, [1938], p. 29.

⁶⁰ Como entre outras, a separação que o autor faz da biologia e da cultura; ou a relação que estabelece entre o jogo e o metafísico.

⁶¹ Cf. Roger Caillois, in Manuel Sérgio, *Para uma Nova Dimensão do Desporto*, Lisboa, Instituto Piaget, 2003, p. 264.

⁶² Cf. “Jogo”, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Verbo, 2001.

agradável em si e sem outra finalidade⁶³, ao contrário do desporto moderno, que assume um fim claro de educar e fortalecer.

Fica mais ou menos claro que, embora possamos não concordar com alguns detalhes nas definições apresentadas de jogo, este conceito parece ser diferente do conceito de desporto, pelo menos na contemporaneidade, devido sobretudo à dimensão não séria que o jogo ocupa contrariamente à *seriedade* que o desporto comporta. É nesta dimensão que iremos encontrar aquilo que realmente distingue o jogo do desporto, não obstante muitos jogos se terem transformado em desportos, como iremos verificar.

Mas, se é certo que a significação destes dois conceitos foi particularizada desde, pelo menos, fins do século XIX – numa altura em que o desporto vai começar a comportar uma função bem precisa de fortalecimento físico, distanciando-se, desta forma, do conceito meramente lúdico de jogo –, nem sempre foi assim. De facto, durante largos séculos, não existia grande diferença (ou nenhuma) entre o que era jogo e o que era desporto – *depôrte* em português arcaico. Durante a Idade Média e o Antigo Regime, jogo seria divertimento, recreação, aposta, risco e estaria ligado intimamente às classes aristocratas. *Depôrte* seria, essencialmente, a mesma coisa.

Etimologicamente, *jogo* deriva do latim *jocus* – divertimento, gracejo, brincadeira, jovialidade, galhofa, passatempo⁶⁴ – e do grego *iakhé*, que significava clamor, grito, alegria.

Em 1813, numa sociedade portuguesa ainda com muitos comportamentos ligados ao Antigo Regime, jogo era uma “espécie de sorte, a que expomos certa aposta em dinheiro, à condição de ganharmos, jogando cartas, dados, bola... conforme certas leis”. Era também “exercício que se faz por divertimento; e para espectáculo⁶⁵. Em 1899, o conceito mantêm-se – o dicionário de Cândido de Figueiredo diz-nos que jogo era “divertimento; recreio; brincadeira; passatempo sujeito a regras, e em que geralmente se arrisca dinheiro”. Na actualidade, embora com algumas *nuances*, o conceito de jogo mantêm-se praticamente inalterado: “designação genérica de certas actividades cuja natureza ou finalidade é recreativa; diversão, entretenimento; actividade espontânea de crianças⁶⁶. Podemos verificar que a ideia de jogo sempre comportou alguns denominadores comuns, já que conceitos como divertimento, brincadeira, entretenimento e, de certa forma, aposta estão sempre presentes. E o que seria desporto na sociedade de Oitocentos?

⁶³ Cf. Kant, in Manuel da Costa Freitas, “Jogo”, *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, [s.d.].

⁶⁴ Cf. “Jogo”, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Verbo, 2001. “Jogo”, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Horizonte, [1977].

⁶⁵ Cf. “Jogo”, *Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado*, Lisboa, Typografia Lacerdina, 1813.

⁶⁶ Cf. “jogo”, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

Etimologicamente, *desporto* deriva “do antigo francês *desport...* ‘divertimento; jogo’ ligado ao verbo *déporter* ‘divertir, distrair’ (e também aguentar, salvar, suportar) [...] deixar coutadas para deporte del-rey (cortes de Lisboa por el-rei D. Manuel)”⁶⁷. Nesta perspectiva, *desporto* (ou *depôrte* até ao século XIX) não difere, na sua essência, de jogo. No início do século XIX eram, aliás, exactamente a mesma coisa, podendo-se, designadamente, considerá-los sinónimos. No *Dicionário de Língua Portuguesa*, de António Moraes Silva, de 1813, a palavra *desporto* aparecia ainda sob a sua forma antiga – *depôrte* – e significava “divertimento”⁶⁸, tal como o jogo. Em 1833 tinha exactamente o mesmo significado no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de José da Fonseca, significado esse que vai manter até ao final do século, embora nem todos os dicionários apresentassem a palavra, nem a sua expressão inglesa (*sport*).

Curiosamente, a palavra portuguesa *depôrte* vai cair em desuso no final do século XIX para ser substituída pela sua correspondente inglesa: *sport*. Este vocábulo, porém, embora seja sinónimo de *depôrte*, vai ter um significado distinto do do seu correspondente português arcaico. Em 1899 um dicionário descrevia assim *sport*: o vocábulo “inglês *sport* está hoje no domínio da língua para com ele designar qualquer grande exercício ao ar livre; ora, como à índole da língua portuguesa repugnam todos os vocábulos que principiam com *sp*, *sc*, *sn*, etc., não vemos razão para continuar na ingrata tentativa de aclimação de esta palavra, quando de há muito temos um vocábulo apropriado e gentilmente português, *depôrte*, de que Faria diz: ‘divertimento, recreio, passatempo, desenfado’”⁶⁹.

Nesse mesmo ano, num outro dicionário, o de Cândido de Figueiredo, o termo *sport* aparece como: “qualquer exercício ao ar livre, como corridas de cavalos, regatas, esgrima, etc.”⁷⁰. Ora, podemos notar nestas definições do final do século XIX uma evolução do conceito de *depôrte* (conceito arcaico, ligado ao jogo) para *sport* (conceito moderno, ligado ao exercício físico). Em 1925, a primeira vez que encontramos a palavra *desporto*, esta aparece-nos ainda com conteúdo antigo, pouco consonante com a sua função mais evoluída de exercício físico: “Divertimento, recreação, desenfado; gracejo, zombaria”⁷¹. Isto pode ser compreendido considerando a adopção por parte do autor do conceito arcaico de

⁶⁷ José Pedro Machado, “desporto”, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Horizonte, [1977].

⁶⁸ Cf. António Moraes Silva, “Depôrte”, *Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado*, Lisboa, Typografia Lacerdina, 1813.

⁶⁹ Cf. Henrique Brunswich, “Sport”, *Dicionário de Sinónimos da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editora Francisco Pastor, 1899.

⁷⁰ Cf. Cândido de Figueiredo, “Sport”, *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Editora Cardoso e irmão, 1899.

⁷¹ Cf. F. J. Caldas Aulete, “desporto”. *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1925.

depôrte e a não adopção das funções ligadas ao vocábulo inglês *sport* (com conteúdo mais evoluído) ainda relativamente recentes na sociedade portuguesa, embora já bem presentes.

Mas em 1996 o dicionário de Cândido de Figueiredo dá-nos um olhar moderno sobre desporto, dizendo-nos que é “Divertimento, recreio, desenfado” – significado que já possuía – e acrescentando agora algo de novo: “exercício físico regulado por normas, praticado individualmente ou em grupo. Exercício físico regulado por normas específicas, adequado ao desenvolvimento [...] e da agilidade do corpo humano e praticado individualmente ou em equipa”⁷². O dicionário *Houaiss*, por seu turno, dá-nos um olhar semelhante do desporto afirmando que é uma “actividade física regular, com fins de recreação e/ou de manutenção da condição física e da saúde”⁷³, enquanto o *Michaëlis* nos diz que é “passatempo, divertimento [...] prática metódica de exercícios físicos que consistem geralmente em jogos competitivos entre pessoas [...]”⁷⁴. Finalmente o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* diz-nos que desporto é a “prática metódica de jogos ou de qualquer actividade física que implique exercício físico e perícia, podendo ou não ter como objectivo a competição”⁷⁵.

Ora, parece evidente que: 1) jogo e *depôrte* (vocábulo antigo de desporto) possuíam a mesma função até ao fim do século XIX; 2) ao longo dos anos o conceito de desporto, perfilhando os mesmos fins sérios que o *sport* inglês, vai ganhar algumas características que o vão distanciar do conceito lúdico de jogo. Parece-me, portanto, que, se no início (e no decorrer) do século XIX o conceito de desporto (*depôrte*) não diferia do de jogo, mais recentemente estes conceitos parecem-nos dissociados, embora ainda interligados. No século XIX parece-me, inclusivamente, que *depôrte* seria algo, como vimos, senão igual, muito semelhante à prática de um jogo. Envolveria divertimento e recreação – ingredientes fundamentais para se jogar um determinado jogo – e ainda despreocupação. No entanto, ao conceito moderno de desporto acrescentam novos ingredientes inexistentes na ideia arcaica de *depôrte*, como a prática regulada de exercícios físicos com vista ao fortalecimento do corpo⁷⁶.

⁷² Cf. Cândido de Figueiredo, “desporto”, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Venda Nova, Bertrand, 1996.

⁷³ Cf. “Desporto”, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

⁷⁴ Cf. “Esporte”, *Michaëlis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1998.

⁷⁵ Cf. “Desporto”, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Verbo, 2001.

⁷⁶ Cf. Cândido de Figueiredo, “desporto”, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Venda Nova, Bertrand, 1996.

Assim, aquilo que durante séculos teve o mesmo significado (jogo e *depôrte*), passa a ter dois significados diferentes durante o século XX (jogo e *sport ou* desporto), sendo que, como veremos, esta ruptura pode ser localizada nos finais do século XIX, fruto de novas concepções do corpo.

Apesar de *depôrte* ser a tradução para português do vocábulo inglês *sport*, parece que este último, não obstante poder ser aplicado a um leque variado de actividades, vai introduzido em Portugal para definir um conjunto de exercícios físicos com objectivos precisos de fortalecer o corpo, acabando por, mais tarde, já na década de 20 do século XX, ser substituído pelo termo português *desporto*. Além disso, o vocábulo *depôrte*, embora pouco utilizado quando do surgimento do desporto moderno no século XIX, era já conhecido em território luso desde, pelo menos, o século XVI para descrever actividades recreativas ligadas, sobretudo, às práticas lúdicas aristocráticas – ao jogo. Não é por acaso que *depôrte* não é muito utilizado na sociedade lusa no âmbito do surgimento do desporto moderno, visto compreender um conjunto de funções antigas, ligadas aos hábitos aristocráticos e ao conceito de jogo, pouco consonantes com a seriedade das novas práticas desportivas que visavam o fortalecimento da espécie humana.

No âmbito de um agudo sentimento de decadência da “raça” portuguesa, será a ginástica a primeira actividade física a surgir como remédio para essa degeneração, a partir sensivelmente da década de 70 do século XIX. A ginástica, apesar de pouco praticada, vai assumir uma função regeneradora na sociedade portuguesa, mas outras actividades surgem com o mesmo objectivo, assumindo embora, ao contrário da “monocórdica” ginástica sueca, uma função recreativa e lúdica, algo que a ginástica, em certa medida, não era capaz de oferecer. É assim que aparece e se desenvolve o *sport* – não confundir, como vimos, com *depôrte*, que tem uma conotação diferente, embora seja linguisticamente sinónimo. O *sport* surge, sem a contrariar, como alternativa à ginástica, com objectivos precisos de robustecer o corpo. Mas o desporto moderno provém do jogo. Em grande medida, o desporto moderno surge, primordialmente, em forma de jogos, os quais serão direccionados e disciplinados no sentido de robustecer o corpo. Ao ganharem esta componente medicinal, os jogos ganham uma *seriedade* e um objectivo que os distancia da *não seriedade* própria do jogo, bem como de outras características inerentes a este, como a inexistência de um objectivo prático. Os jogos, ao assumirem uma seriedade e um objectivo prático, vão tornar-se uma actividade que os desloca para uma outra dimensão na qual podemos identificar o desporto moderno.

Esta espécie de transição de jogo para desporto é notória na génese do desporto moderno, nomeadamente nas *Public Schools* inglesas, as quais são fundamentais para o nascimento do desporto moderno entre os séculos XVII e XIX. São elas que irão adoptar e

disciplinar *jogos* tradicionais, alguns deles bastante violentos, em jogos regulamentados que, com o tempo, se transformaram em modalidades desportivas. É o caso do futebol, por exemplo. Enquanto modalidade desportiva, o futebol é uma realidade de 1863 – data da sua regulamentação definitiva –, mas as suas origens podem localizar-se nalguns *jogos* de bola urbanos, muito violentos. Disciplinados numa primeira fase nas *Public Schools*, e ali adaptados às condições materiais que essas escolas possuíam, estes jogos transformar-se-ão gradualmente, por um lado, no futebol e, por outro, no rãguebi. Isto é, são jogos tradicionais que, aproveitados, adaptados e disciplinados nas escolas inglesas, irão, paulatinamente, resultar em desportos bem definidos e com objectivos precisos.

Comprovando os benefícios dos exercícios físicos, os directores das *Public Schools* vão aproveitar os jogos tradicionais no sentido de inculcar disciplina, carácter e exercício físico nos alunos, até porque a ginástica nunca teve o condão de cativar tanto como alguns jogos mais dinâmicos. Ao disciplinar os jogos urbanos que existiam, os directores estavam a aproveitar a sua componente lúdica – já existente – mas também a sua componente educativa – acrescentada na altura da regulamentação. Como se afirma em *História do Desporto*, as *Public Schools* “vão ser fundamentais [...] ao transformar as práticas de rua dos seus alunos em práticas desportivas disciplinadas, que seguissem princípios educativos”⁷⁷.

O desporto moderno caracteriza-se, portanto, ao contrário do conceito de jogo, pela sua dupla função *pedagógica e medicinal*. Numa sociedade em mudança, que entra em profunda ruptura com a antecessora e na qual o corpo assume uma função nova, tanto a ginástica como os *sports* vão assumir um *objectivo comum* que visa, em suma, a educação física da população. Será neste contexto que, no último quartel do século XIX, serão introduzidas novas modalidades na sociedade portuguesa, até então totalmente desconhecidas, nomeadamente, o ciclismo, o rãguebi, o futebol, o ténis, etc.

Desporto aristocrático e desporto moderno

Verificamos que estas novas actividades serão introduzidas num contexto em que outras actividades ligadas à aristocracia – como a caça, o tiro, a esgrima, a equitação, a dança, todas elas seculares – estavam ainda muito em voga, sendo, aliás, numa primeira instância, mais praticadas que as modalidades modernas. Estas práticas, ligadas aos modelos comportamentais e sociais aristocráticos do Antigo Regime, serão, gradualmente, contestadas e criticadas, pelo facto de serem filhas de uma organização político-social que se rejeitava. A estas actividades, muitas delas sobreviventes nos dias de hoje mas caídas

⁷⁷ Cf. Vários autores, *História do desporto*, Vila Real, SDB-UTAD, 2011, p. 27.

em desuso no início do século XX, precisamente por simbolizarem uma sociedade ultrapassada, designamos *desporto aristocrático* – actividades ligadas ao conceito de jogo e à palavra arcaica *depôrte* –, contraponto ao desporto moderno, que inclui as modalidades desportivas contemporâneas.

Em final de Oitocentos a esgrima era ainda, porventura, a prática mais relevante no país. Como afirma José Vilarinho: “A esgrima constituía nos últimos anos da monarquia e nos primeiros da república uma das mais importantes disciplinas do desporto português [...]. Talvez ainda mais do que outras modalidades, a esgrima [...] era uma das práticas favoritas dos reis e príncipes, moços aristocratas e de burguesia endinheirada [...]. As festas de esgrima, torneios, saraus ou mesmo assaltos [...] realizavam-se nos locais de maior prestígio de Lisboa e do Porto e constituíam acontecimentos mundanos, reunindo assistências numerosas das elites de então”⁷⁸.

Não só a esgrima, mas também o tiro, a caça e a tourada vão aparecer ainda nos finais do século XIX e inícios do século XX como alguns dos mais conceituados “desportos” da sociedade portuguesa. O desporto aristocrático estava, efectivamente, muitas vezes, ligado a festas e a saraus, aos quais a maior parte da sociedade não tinha sequer acesso. Envolvia, sobretudo, uma série de actividades mais viradas para a aposta, para o desafio, enfim, para o conceito de jogo (de *depôrte*), e que se desenrolavam num ambiente de festas senhorial.

A criação de clubes para praticar uma determinada modalidade moderna (ou várias) corresponde a uma segunda fase do processo de desenvolvimento do desporto moderno – a sua institucionalização. Em Inglaterra isto acontece a partir da segunda metade do século XIX, tal como em Portugal, embora aqui tenha sido, fundamentalmente, a partir de 1880, não obstante a criação do Real Ginásio Clube Português em 1878. A esmagadora maioria dos clubes desportivos portugueses funda-se, porém, no início do século XX. A criação de uma série de colectividades no final do século XIX e no início do século XX corresponde, portanto, primeiro ao surgimento e, depois, à institucionalização de um conjunto de desportos modernos que visavam, através da competição recreativa, o cultivo do corpo mas também o divertimento metódico.

Na sociedade portuguesa, o conceito inglês de *sport* (como vimos, ligado fundamentalmente ao desporto moderno) é, no início, um pouco amplo, não obstante existir a clara consciência, em 1897, de que o *sport* é “Um complemento indispensável, e universalmente reconhecido como um dos mais importantes da educação [...]”. São tão profundos, tão completos os estudos que os fisiologistas, higienistas e moralistas têm empreendido

⁷⁸ Cf. José Vilarinho, *Espadas e Floretes*, Lisboa, [s.n.], 1993. p. 5.

sobre as vantagens do *sport*, que julgamos supérfluo, senão fastidioso, insistir sobre este assunto⁷⁹. Ou seja, a sociedade portuguesa de finais de Oitocentos, pelo menos os mais letrados, tinha a consciência de que o desporto (ou *sport*) tinha como função exercitar o corpo e robustecer a raça. É, quanto a nós, claro que ao desporto é dada a mesma função que à ginástica, embora aproveitando a sua capacidade lúdica e de recreação, própria do jogo.

Esta perspectiva contraria a ideia de Luís Trindade, que defende que “o *sport* não era aqui distinguível de *hobby*”⁸⁰. *Hobby*, segundo aquilo que tenho vindo a enunciar, estaria mais ligado ao conceito de *depôrte* – jogo, recreação, divertimento – e não ao de *sport* – que visava o fortalecimento físico. No seu texto *A Imagem do Sportsman e o Espectáculo Desportivo*, Trindade afirma que “a falta de especialização fazia do *sport* uma coisa ainda muita vaga e incluía, mais ou menos indistintamente, qualquer tipo de actividade que implicasse movimento”⁸¹. Mesmo atendendo ao facto de que o conceito de desporto (ou de *sport*) era, na altura como hoje, de definição difícil um pouco, pela sua amplitude, não me parece correcta a afirmação de que a ideia de *sport* era muito vaga. Considero que a sociedade mais instruída de finais do século XIX e inícios do século XX sabia perfeitamente qual a função do desporto, e para que servia, como nos mostram os inúmeros textos da época sobre a temática. Como vimos, aliás, em linhas precedentes, parece-me evidente que o desporto possuía uma função de extrema importância, ao contribuir para o fortalecimento da “raça” através do exercício físico disciplinado e metódico. Ao contrário do jogo, o desporto tinha uma função clara, independentemente de a mesma poder ser, ou não, ignorada. Por isso, não me parece correto considerar que o conceito de *sport* era muito vago e implicava tudo o que era movimento, até porque são vários os autores que criticam as actividades físicas sem método, isto é, os movimentos do corpo sem qualquer metodologia.

O que as pessoas da época não sabiam era aquilo sobre que, ainda hoje, temos algumas dúvidas: o que deve ou não caber no conceito de desporto. Neste aspecto estou próximo da ideia de Vítor Costa quando defende que o termo *sport* “designava um conjunto demasiado amplo de actividades físicas”⁸² na sociedade de finais de Oitocentos. A destrição entre desporto e jogo era, no entanto, bem real na sociedade portuguesa da época, como

⁷⁹ Cf. *Sport Velo*, 14 de Janeiro de 1897 p. 3.

⁸⁰ Cf. Luís Trindade, “A imagem do sportsman e o espetáculo desportivo”, *Uma História do Desporto – Corpo, espaços e media...*, p. 126.

⁸¹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 126.

⁸² Cf. Vítor Costa, “O desporto e a sociedade em Portugal entre finais do século XIX e inícios do século XX”, *Ibidem*, p. 84.

podemos verificar no *Jornal da Noite*, em 1905: “O inglês olha o *sport* como parte importante da sua existência terreal. Não admite a profanação nem que a ganância macule os seus rigorosos princípios de lei de organização [...]. Mas nós, que miséria. Confundimos *sport* com jogo...”⁸³.

No entanto, estamos de acordo com Luís Trindade quando ele diz que o desporto moderno corresponde, numa época de rupturas, a uma negociação entre o estatuto da aristocracia e novos hábitos. Ou seja, numa sociedade em mudança, onde os velhos modelos aristocráticos se apresentavam como obsoletos, onde a aristocracia se via “esvaziada da sua função exclusivamente guerreira e ameaçada dos seus privilégios pelas várias pressões democratizadoras da modernidade”, as elites viram no desporto uma nova forma de afirmação do seu estatuto, agora com uma nova roupagem⁸⁴. Neste sentido, segundo Trindade, o desporto poderia devolver de novo às elites o seu estatuto social, entretanto perdido pela democratização político-social. O *sportsman* surge, neste contexto, com um estatuto privilegiado e o monarca D. Carlos aparece como o exemplo acabado desse tipo de homem.

Segundo esta leitura, o *sport*, “enquanto fenómeno social moderno, foi um campo de várias negociações entre as classes sociais mais privilegiadas e conservadores num momento histórico marcado por uma profunda percepção de mudança”⁸⁵, no qual o *sportsman* aparecia como detentor de um estatuto e defensor de uma ética; era na realidade o espelho de uma classe que se sentia deslocada no tempo e que tinha de renegociar a sua posição social privilegiada. Apesar de podermos considerar esta perspectiva de Luís Trindade como, em certa medida, correcta, apenas a podemos aceitar como tal para as elites, pois há todo um universo social (o académico, o desportivo, o científico, o literário, o popular, etc.) que interpretava o desporto de forma diferente das camadas sociais mais altas. O erro de Trindade consiste, no meu entender, em definir e interpretar a função do desporto apenas à luz da nobreza, parecendo ignorar que o desporto tem de ser analisado como fenómeno muito mais abrangente sob o aspecto social.

O desporto moderno aparece em Portugal, desde os finais do século XVIII e percorrendo todo o século XIX, não apenas à luz de uma interpretação aristocrática mas, fundamentalmente, à luz de um conceito de regeneração física, defendida por médicos, mestres, professores, pensadores, enfim, pela sociedade civil mais informada, o que Trindade parece ignorar. O desporto fortalece, fundamentalmente, pela sua dupla função de regenerar e educar a sociedade; ou seja, o desporto assume um papel social preponderante,

⁸³ Cf. *Jornal da Noite*, 26 de Abril de 1905; Vítor Costa, *Ibidem*, p. 84.

⁸⁴ Cf. Luís Trindade, *Op. Cit.*, p. 125.

⁸⁵ Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 131.

nomeadamente sob uma perspectiva medicinal. Por isso não podemos circunscrever a nossa análise do desporto exclusivamente à classe aristocrata, como parece fazer Luís Trindade, porque isso é ter em conta apenas uma leitura (muito parcial) de um fenómeno que irrompeu na sociedade portuguesa com significativa importância no âmbito da regeneração da espécie.

O *sportsman* não era, de todo, o objectivo máximo do *sport*. Poderia sê-lo, e era, de facto, para algumas elites, mas, para outras camadas sociais, o objectivo máximo do *sport* era, repetimos, a *regeneração social*. Tal como afirma Vítor Costa, as “Preocupações surgiam em proporcionar-se uma educação integral, apresentando-se o exercício físico como um instrumento ao serviço de uma política e de uma sociedade, com o objectivo de promover a regeneração moral e física da população portuguesa”⁸⁶. Não é por acaso que a imprensa desportiva, embora periclitante, se assume com o objectivo de “prestar um serviço ao *sport* nos seus diferentes ramos, que felizmente vai ganhando adeptos, levando-nos à regeneração física, e enfileirando-nos ao lado das nações mais cultas da Europa”⁸⁷.

O primeiro grande desporto moderno a surgir em Portugal, introduzido na década de 80, foi o ciclismo (durante algum tempo chamado velocipedia), “que de todos os ramos de *sport* é aquele que maior desenvolvimento conseguiu atingir”⁸⁸, ultrapassando largamente na década de 90 do século XIX aquele que seria o desporto-rei do século XX – o futebol. Porém, o cicloturismo vai ganhar, igualmente, grande relevo nos finais do século XIX devido à fusão cidade-campo que será muito valorizada. Por outro lado, o futebol tem um primeiro período de algum fulgor a partir de 1894 – ano da disputa da Taça do Rei (um troféu de prata oferecido pelo Rei D. Carlos), entre as equipas de Lisboa (representadas pelo Clube Lisbonense) e do Porto (representadas pelo Futebol Clube do Porto (de 1893)).

Em 1878 nasce aquele que podemos considerar o primeiro jornal desportivo – embora se dedicasse fundamentalmente à ginástica. Outros se lhe seguirão, virados mais para o desporto: *O Sport* (1894), *O Sport Velo* (1896), *O Sport Velo* (1897), *O Sport* (1897), *O Campeão* (1897), *O Campeão* (1899), *Revista de Sport* (1903), *Tiro e Sport* (1905), o que atesta bem o surgimento de um fenómeno novo que é suficientemente impactante, não só para ter a atenção de alguns generalistas, que lhe vão dedicar alguma atenção a partir de 1893, como para formar novas publicações. Contudo, é também notório que o desporto moderno, apesar de em expansão, tem sérias dificuldades em se desenvolver por algumas razões já aqui analisadas.

⁸⁶ Cf. Vítor Costa, “O desporto e a sociedade em Portugal entre finais do século XIX e inícios do século XX”, *Ibidem*, p. 75.

⁸⁷ Cf. *Revista de Sport*, 5 de Julho de 1903, p. 1.

⁸⁸ Cf. Félix Bermudez, *Sport Velo* (1897), 14 de Janeiro de 1897 p. 3.

Além disso, a partir, sensivelmente, de 1893, alguns generalistas mais conceituados abrem uma secção de *sport* nas suas páginas, parecendo-nos pioneiro neste aspecto o *Diário Ilustrado*, que naquele ano cria as suas primeiras reportagens sobre a temática (embora já tivesse, em anos anteriores, notícias sobre regatas, corridas de cavalos, velocipedia e ginástica). Por seu turno, em 4 de Janeiro de 1894, *A Tarde* abre igualmente a sua secção de *sport*.

O desporto moderno, embora ainda algo difuso nos seus contornos conceptuais, no início vai, concomitantemente, ganhando o seu espaço e assumindo uma função. Esta função era, não só pedagógica e medicinal, como lhe era reconhecida desde o início, mas também de espectáculo e de negócio, sobretudo nas modalidades de ciclismo e luta, primeiro, e de futebol, depois. Em 1910 já muitos dos desportos modernos estavam enraizados no país, nomeadamente o futebol e o ciclismo, que se apresentavam em clara expansão e com grande aderência do público em geral. De facto, “o desporto moderno contém um programa temporal, um tempo próprio, originalmente autónomo, que se vai impor e penetrar no quotidiano, estimulando a emergência de períodos de preparação, de treino, inevitáveis para se encarar e suportar uma competição cada vez mais exigente, ao ter que levar em conta os adversários, os tempos e os records [...]. Esta ideia de desporto [virada para o treino e para o desenvolvimento da técnica] contrasta com a de séculos precedentes em que a actividade física, os jogos, dependiam da disposição dos praticantes, se associavam a festas públicas e privadas, a desafios, a apostas”⁸⁹.

Entre os fins do século XIX e princípios do século XX, o *sport* assume, embora de forma ainda algo rudimentar, os contornos fundamentais do desporto moderno. Estão lá as funções recreativa, educativa e medicinal, que todos ainda reconhecemos na actualidade, e em alguns casos, a financeira ou de espectáculo, que também facilmente a identificamos na modernidade. Ao contrário, o desporto aristocrático apenas comportava a função recreativa, sendo mais virado para a aposta e para o conceito de jogo, realizado no âmbito das festas senhoriais, e sem que houvesse, de todo, uma preocupação educativa e medicinal do ponto de vista físico.

Ora, o processo que leva ao desporto moderno é, como vimos: primeiro a codificação de uma actividade física (pode ser um jogo, e na maior parte da vezes é; como fizeram as *Public Schools* inglesas) com vista ao fortalecimento físico, ao cultivo do corpo e à disciplina do carácter; segundo, a sua institucionalização e conseqüente competição.

⁸⁹ Cf. Vítor Costa, “O desporto e a sociedade em Portugal entre finais do século XIX e inícios do século XX”, *Ibidem*, p. 85.

Neste quadro, penso que já estamos aptos a distinguir convenientemente jogo de desporto. O jogo é, em muitos casos, a actividade (ou actividades) mais ou menos espontânea e não instituída antecedente do desporto. O jogo possui regras, mas estas não são, em muitos casos, instituídas. O jogo não tem o carácter sério, de intervenção na saúde da espécie humana que o desporto tem. Este distingue-se do jogo pelos códigos instituídos e bem definidos e pela sua função educativa e medicinal (o mesmo é dizer pela sua seriedade).

O jogo, embora possa apresentar algumas características do desporto, como as regras (embora nem sempre instituídas), e em alguns casos a competição, não tem, claramente, os mesmos objectivos. O jogo é algo, como disse Huizinga, “não-sério” e, quanto a nós, não comporta nenhuma função obrigatoriamente educativa do ponto de vista do exercício físico ou do cultivo do corpo. Ou seja, um jogo apenas tem necessidade de conter uma função lúdica, podendo não comportar, em última análise, qualquer outra. O desporto, pelo contrário, tem obrigatoriamente uma função educacional de exercício e de cultivo físico que o jogo, por si só, pode não conter e normalmente não contém.

Desta forma, o desporto moderno pode ser definido como *um conjunto de actividades, em forma de jogos ou não, codificadas e instituídas, com funções muito sérias de 1) disciplinar o carácter e 2) fortalecer o organismo*. O desporto moderno é, em última análise, *uma tentativa de intervir na saúde e no bem-estar do ser humano*.

Ora, esta concepção de desporto (de que nós somos claramente herdeiros) nasce precisamente nos finais do século XIX, quando se enraíza em Portugal uma série de actividades físicas, que hoje reconhecemos universalmente como desportos modernos, com regras e funções precisas, muito semelhantes àquelas que o homem contemporâneo tem. Um exemplo: no início, antes da sua definitiva codificação em 1862, o futebol era apenas um jogo espontâneo, não sério, longe da “vida real”, como diria Huizinga. Hoje o futebol é um desporto, assim como já o era nos finais do século XIX, devido aos objectivos que gradualmente estabeleceu e à sua institucionalização na segunda metade do século XIX. Este exemplo pode ser aplicado a quase todos os desportos conhecidos que, algures no tempo, tiveram uma dinâmica de jogo – logo despreocupada e sem funções educativas e medicinais. A partir do momento em que um jogo se “transforma” em desporto, a sua dinâmica passa a ser muito mais séria e a conter uma dimensão, diríamos, um fim, de fortalecimento físico.

A ascensão do desporto moderno, de que somos herdeiros, dá-se através de um processo de valorização do corpo, que se inicia no fim do século XVIII e que fará decair os costumes aristocráticos e outros comportamentos ligados ao Antigo Regime, levando, nos finais do século XIX, num ambiente de profundo sentimento de decadência fisiológica da

“raça”, à introdução, divulgação e institucionalização do desporto moderno. Em suma, o desporto moderno nasce e desenvolve-se devido a uma dignidade que o corpo, muito castigado durante o Antigo Regime, adquire sobretudo durante o século XIX, fruto em grande medida do avanço científico verificado nesse período. A relação de dependência que os cientistas e pensadores oitocentistas estabeleceram entre o corpo e a mente, aliada a uma necessidade urgente de intervir na espécie humana, com o perigo de a mesma definhar e degenerar, fez com que se desenvolvesse um conjunto de modalidades desportivas com dois objectivos primordiais: disciplinar o carácter e fortalecer o corpo.

Considerações sobre representação política na filosofia de Eric Weil

Pedro Dias*

«A questão que, superior em importância a todas as outras, deve nos ocupar aqui consiste em saber quem é representado no parlamento. A resposta formal é fácil: é a representação que, junto com o governo, define o que ela representa, e é uma lei que define o grupo daqueles que participam na eleição ou designação dos membros do parlamento. É esta lei que constitui o que se chama o povo, por oposição ao governo, ao parlamento, à administração.»¹

Estas são palavras de Eric Weil, as quais servirão como ponto de partida para a discussão do conceito de representação política presente na sua obra *Filosofia Política*. Neste trabalho, tentaremos compreender a visão de Weil sobre esta questão, à luz do texto de Hanna Fenichel Pitkin, *The Concept of Representation*. Centraremos a nossa atenção, principalmente, no capítulo “O Estado”, e nos subcapítulos “Os tipos do Estado moderno”, parágrafo 38, e “Os problemas do Estado moderno”.

Ao afirmar, na frase que citámos, que o mais importante na representação política é saber quem é representado, Weil parece começar a investigação do problema afastando-se dele. Se representar é um verbo, e se a representação política de uma comunidade se faz pelas acções dos seus representantes, porquê atribuir a primazia do enfoque àquilo ou àqueles que são representados e não àquilo ou àqueles que representam; ou seja, para saber o que é representação política, por que motivo recomenda Weil que olhemos para o que é representado e deixemos de parte o agente dessa representação? A inadequação desta forma de colocar o problema torna-se mais manifesta se, em lugar de representar e representado, colocarmos outro par, como seja governar e governado, conduzir e conduzido, por exemplo. Será que, para compreendermos o que é governar, a questão primeira e principal que devemos colocar é quem ou o quê é governado? E para o par conduzir/conduzido, o

* Mestre em Filosofia, FCSH, UNL.

¹ Weil, *Filosofia Política*, pp. 224-225.

exercício não revela, também, a inadequação da questão? Pois que, se à questão de saber o que é conduzir um automóvel se responder que o automóvel é um «veículo, geralmente de quatro rodas, dotado de motor próprio para se deslocar em terra e destinado à circulação de pessoas e de bens»², que esclarecimento se prestou quanto à actividade em causa, que informação se deu sobre o que é, propriamente, conduzir um automóvel?

A constatação do facto de que Weil se concentra, no par representante/representado, naquele dos dois que não pode agir (se compreendermos a acção do representante como enquadrada institucionalmente, como no caso dos Estados constitucionais de que Weil fala), ou seja, no representado, e de que inicia, a partir daí, a sua indagação sobre o que é a representação, promove uma primeira conclusão: a representação política, na concepção weiliana, é um domínio de passividade. Veja-se o que diz o autor:

«A função do parlamento só se compreende com relação ao governo, diante do qual ele representa a nação. Esta é uma verdade evidente, mas freqüentemente esquecida, porque ainda é muito viva a lembrança da época em que a instituição adquiriu sua importância lutando contra governos arbitrários. Ora, tal esquecimento acarreta as mais graves consequências. Um órgão que só existe para controlar e colaborar, isto é, aprovar ou recusar, e para exprimir, por seus consentimentos, estas recusas e desejos, as opiniões, necessidades e desejos dos que representa, *não é feito para agir*, e todo o regime de assembléia acaba na tirania de uma minoria agente ou da administração, pois nenhuma assembléia representativa possui as qualidades necessárias para tomar decisões racionais no momento desejado, nem a faculdade de formular os problemas a resolver (dos quais ela apenas mostra a existência por suas reacções).»³

Fica clara a desconfiança de Weil em relação ao parlamento como capaz de agir; em relação ao domínio da representação política como um de acção. Mas se não o parlamento, que instituição age dentro de uma comunidade política, dentro de um Estado constitucional? Que instituição confere o dinamismo necessário para que determinada comunidade não pereça na inacção? Diz Weil: «A iniciativa das acções vem, pois, necessariamente do governo, apoiado na administração (...)»⁴. Pois que, continua o autor, «num Estado sadio, a acção cabe ao governo, ao qual compete, por esta razão, as maiores prerrogativas, a saber, as da responsabilidade»⁵.

² *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

³ Weil, *Filosofia Política*, p. 226 (itálicos nossos).

⁴ *Ibidem*, p. 226.

⁵ *Ibidem*, p. 284.

Em função do que fica dito, podemos afirmar que, para Weil, o governo não representa porque a representação é passiva e ao governo compete a acção; a representação não governa porque o governo é activo e à representação compete não agir. De acordo com esta visão, quer do governo quer da representação, parece ser possível relacionar as concepções de Weil sobre estas questões com a caracterização da representação feita por Pitkin. Para esta autora existem, essencialmente, quatro concepções de representação política: formalista (dividida em autorização e responsabilização), descritiva, simbólica, substantiva⁶. Se, na concepção de Weil, a representação (a assembleia) é passiva, esta enquadrar-se-á no que Pitkin caracteriza como representação descritiva. Vejamos, então, em que consiste a visão descritiva da representação política avançada por Pitkin:

«Para estes autores, representar não é agir com autoridade, ou agir antes de ser responsabilizado [ambas as formas enquadrando-se na visão formalista], ou qualquer tipo de acção. Em vez disso, representar depende das características do representante, do que ele é ou de como ele é, de ser algo em vez de fazer algo. O representante não age por outros; ele “está por” eles, em virtude de uma correspondência ou relação entre eles; de uma parecença ou de um reflexo. Em termos políticos, o que parece importante é menos o que a legislatura faz do que como é composta.»⁷

E a autora prossegue, dizendo:

«[Isto constitui] geralmente o que podemos denominar por (...) “representação descritiva” (...). O modo como um mapa ou uma imagem representam não é, primeiramente, o de uma actividade; é por isso que a representação pode ser predicada para objectos inanimados (...). Esta é uma visão plausível da representação, baseada em usos relevantes do conceito – arte representativa, amostras representativas, representatividade –, todavia é (...) apenas um aspecto do conceito, e uma definição geral baseada somente nele será, portanto, incorrecta.»⁸

Para uma melhor compreensão da teoria da representação de Pitkin, faremos uma breve descrição das restantes concepções apresentadas pela autora, de forma a enquadrar a concepção que atribuímos a Weil na visão geral que Pitkin apresenta.

⁶ Pitkin, *The Concept of Representation*, pp. 38-143 (todas as passagens são traduções da nossa responsabilidade).

⁷ *Ibidem*, p. 61 (todas as passagens são traduções da nossa responsabilidade).

⁸ *Ibidem*, pp. 80-81.

A concepção formalista da representação avançada por Pitkin, e que engloba a visão da autorização e a visão da responsabilização, coloca o enfoque em dois momentos: o momento inicial da actividade representativa, e consequentemente, a autorização dada ao representante para agir; o momento final da actividade representativa e, consequentemente, a responsabilização do representante pelos actos realizados nessa competência. Como diz a autora:

«(...) ambas as visões são formalistas, no sentido em que o seu critério definidor para a representação se encontra fora da actividade da representação – antes de ela começar ou depois de ela terminar. De facto, elas não reconhecem o que quer que seja como “a actividade de representação”; representar significa, simplesmente, agir após ter sido autorizado ou agir antes de ser responsabilizado.»⁹

Não é neste enquadramento teórico, claramente, que Weil pensa a representação política. Como dissemos anteriormente, a representação, para Weil, é pensada em termos de passividade e semelhança. Ora, a visão formalista da representação implica, necessariamente, que o representante seja pensado em termos activos, ou seja, como dotado de capacidade para agir, deliberar e decidir, sendo que, nesta equação, não está envolvido nenhum elemento de semelhança, nem nenhuma obrigação de acção do representante espelhar, seja de que forma for, a vontade daqueles que o empossaram, ou de levar a cabo a concretização de qualquer dos seus desejos. Aliás, do enfoque que a visão da autorização e da responsabilização colocam na acção do representante, sai claramente um entendimento do significado da representação política como comensurável com a actividade de governação. É aos representantes que é conferido o poder de governar, isto é, quem governa é, numa dimensão teórica e prática, um representante da comunidade que o empossa, quer esse empossamento tenha ocorrido por meio da expressão implícita de consentimento (leia-se aqui a necessidade lógica que existe deste mecanismo de legitimidade no interior da teoria do contrato social), quer pela expressão regular de consentimento, de que são exemplo as eleições, no interior das comunidades que se constituem em Estados constitucionais, como sejam aqueles de que Weil fala. Ora, como vimos, para Weil, governar e representar são duas categorias distintas, cada uma delas com uma característica identitária principal: acção (governo); passividade (representação). Desta forma, é legítimo concluir que Weil não pensa a representação política nestes termos, uma vez que, no interior do enquadramento teórico proporcionado pela concepção formalista

⁹ *Ibidem*, p. 59.

da representação, na sua acepção de autorização e de responsabilização, representar e governar são indissociáveis.

A concepção simbólica da representação, na teoria de Pitkin, centra-se na potencialidade que emerge da função do representante como símbolo de uma comunidade, e de como esse papel e essa identidade que assume se podem compreender como a totalidade da actividade representativa. Para que se compreenda como pode um representante funcionar como um símbolo, teremos, primeiramente, de compreender que funções atribuímos a um símbolo, ou seja, de que maneira nos relacionamos com os símbolos, de uma forma geral.

Um símbolo, diz Pitkin, «não é uma fonte de informação acerca do que representa»¹⁰. Portanto, um símbolo, e, conseqüentemente, uma representação que se pense simbólica, não terá como sentido, e como critério definidor, ser um veículo através do qual se obtenha qualquer conhecimento que se possa verter numa proposição. Isto, porque, como se disse, «Nós não usamos símbolos como fontes de informação, como bases para chegar a conclusões sobre aquilo que eles significam»¹¹. A relação que se estabelece com os símbolos é de outra ordem; nessa relação «o símbolo parece ser o receptor ou o objecto de sentimentos, expressões de sentimento, ou acções»¹², como sejam todas as manifestações que decorrem do encontro entre pessoas e bandeiras nacionais, objectos religiosos, ou mesmo parafernália clubística. Nenhum destes objectos é utilizado como meio para obter informação sobre Estados (ou Nações), crentes ou adeptos. Não há nada numa bandeira que “fale” sobre as qualidades dos cidadãos e as analogias sucedem-se.

Se um símbolo não é uma fonte de informação e se o seu propósito não é o de se auxiliar na formação de proposições, logo de enunciados lógicos, então a sua natureza é da ordem das emoções, é da ordem das paixões e, portanto, é irracional. Todavia, em virtude da caracterização que Weil dá da representação, de acordo com o citado, fica estipulado que a função desta será «controlar e colaborar», «aprovar e recusar» e «exprimir» as «opiniões, necessidades e desejos dos que representa. Ora, qualquer destas actividades pressupõe a formulação de proposições e uma relação directa entre os representados e a representação (baseada na semelhança), traduzindo-se na demonstração da sua (dos representados) vontade perante o governo, precisamente por meio do fornecimento de informação e constituindo, assim, a natureza da actividade representativa como a concebe Weil. Em termos mais concretos, para Weil, os representantes estão obrigados a levar a cabo a actividade de representação dos cidadãos perante o governo; só o poderão fazer

¹⁰ *Ibidem*, p. 99.

¹¹ *Ibidem*, p. 99.

¹² *Ibidem*, p. 99.

constituindo-se como fonte de informação acerca dos representados e através da construção de um discurso que se assumia como veículo das «opiniões, necessidades e desejos dos que representa».

Do facto de os símbolos não serem utilizados como fonte de informação decorre que uma representação que assente em critérios simbólicos não poderá cumprir uma das funções que Weil considera fundamentais (transmissão de informação), mas existe outra implicação que assinala a diferença entre esta concepção da representação e aquela que Weil defende: a característica essencialmente unitária dos símbolos.

Não existe qualquer obrigação de os símbolos partilharem características com o que simbolizam. Assim, a representação simbólica da comunidade não está vinculada a qualquer relação de semelhança entre representantes e representados. Não tendo como propósito constituir-se como veículo de prestação de informação, a representação simbólica não tem de dar conta da pluralidade e das diferenças que enformam a comunidade; pelo contrário, a representação simbólica é, por norma, um reduto de unidade. Então, como diz Pitkin:

«nesse caso, um monarca ou um ditador poderão ser líderes mais bem sucedidos e mais dramáticos e, assim, melhores representantes que um membro eleito do parlamento. Um tal líder convoca lealdades emocionais e identificação nos seus seguidores, os mesmos elementos irracionais e afectivos produzidos por bandeiras, hinos e bandas marciais. E, claro, a representação vista a esta luz tem pouco ou nada que ver com a reflexão precisa da vontade popular, ou com a promulgação de leis desejadas pelo povo.»¹³

Este pressuposto choca com outro dos critérios que Weil apresentará para classificar a sua concepção de representação, como veremos mais à frente neste ensaio: a superioridade do regime constitucional. Esta superioridade materializa-se no pluripartidarismo e na proporcionalidade, os quais se apresentam como condição essencial na concepção weiliana da representação, pelo facto de permitirem, teoricamente, a participação universal na discussão racional que se desenvolve, em permanência, entre os membros de uma comunidade. Desta forma, quer por não estar vinculada ao critério de semelhança entre representantes e representados, que se constitui como fundamento teórico para que as opiniões de ambos os grupos estejam em consonância, sendo assim, para o governo, uma fonte fidedigna de informação sobre a comunidade; quer pelo carácter unitário dos símbolos, cuja consubstanciação em representação política teria de implicar,

¹³ *Ibidem*, p. 106.

necessariamente, a ausência da diversidade e pluralidade que enformam uma comunidade política, consideramos inadequada a concepção simbólica da representação como modelo explicativo da teoria weiliana.

A última categoria da teoria da representação de Hanna Fenichel Pitkin corresponde a uma noção de representação política entendida como acção, vendo no representante alguém que é dotado da faculdade de agir e de tomar parte na actividade governativa. A autora avança uma definição, para esta concepção da representação como um “agir por”: «A representação é uma determinada actividade característica, definida por certas normas comportamentais ou certas coisas que se espera que um representante faça»¹⁴. Se é certo que de actividade se trata, e que se pode traçar uma semelhança com o que diz Weil, quando avança que a representação deve dar conta dos sentimentos da nação (o que se pode considerar uma forma de actividade), o que não parece poder verificar-se é a adequação da concepção weiliana da representação ao universo da actividade representativa. A sua concepção é manifestamente insuficiente quando confrontada com a noção de representação como acção, uma vez que, como afirma Pitkin, «Onde o representante é comparado a uma representação descritiva (...) ele representa pelo que é»¹⁵. A implicação é a de que «O facto de um homem ou uma assembleia serem uma muito boa representação descritiva não garante automaticamente que eles serão bons representantes»¹⁶.

O que pode estar implicado na avaliação de uma boa representação e de que forma a representação por semelhança é insuficiente para compreender o que ocorre na acção política? Vejamos: se um representante se limitar a descrever ao governo (perante quem a comunidade é representada, segundo Weil), com o maior rigor, as calamidades por que passam aqueles que representa, por exemplo, o número certo dos que estão sem emprego, a quantidade daqueles que não têm acesso à saúde, o grupo dos que se viram privados de habitação devido a uma calamidade natural, que ferramentas terão os representados para avaliar, na eleição seguinte, os que devem manter-se em funções ou os que devem ser substituídos? É à figura de um relator que os cidadãos conferem poder? É em função da qualidade de execução de um relatório, no qual esteja expressa a informação acerca das necessidades dos cidadãos, que estes irão deliberar, quando decidirem a quem conferir um novo mandato? Ou será que os cidadãos, no momento em que essa deliberação tem lugar, se focam, pelo contrário, na acção levada a cabo por aqueles que elegeram como representantes; na actividade desenvolvida por estes na prossecução de políticas que estejam de acordo com os seus interesses (vontades, desejos, etc.)?

¹⁴ *Ibidem*, p. 112.

¹⁵ *Ibidem*, p. 113.

¹⁶ *Ibidem*, p. 142.

Se estas questões permitem elucidar as limitações da concepção descritiva da representação, e a sua oposição em relação a uma representação que se pense como activa, no ponto que respeita à avaliação que os representados fazem do papel dos representantes, há, pelo menos, outro aspecto da representação que não é apreendido pela concepção teórica de Weil, e que a representação política, enquanto um “agir por”, permite conceber. Nos Estados constitucionais, logo democráticos e parlamentares, o poder alcança-se pelas eleições, que se constituem como uma transferência de poder. O poder é transferido de representados para representantes, os quais se organizam (de uma forma geral) em partidos políticos. Findo o processo eleitoral, poderá ocorrer um de vários cenários: ou um dos partidos tem uma votação que lhe confere uma maioria absoluta; ou dos vários partidos votados, haverá um que possui mais mandatos, mas somente uma maioria relativa a todos os outros. Ou, ainda, num terceiro cenário, poderá registar-se um empate entre todas as forças políticas (ou entre algumas delas), e, num quarto cenário, os votos nulo/abstenção/branco poderão ser maioritários. O cenário no qual nos focaremos é o que enunciámos em segundo lugar, ou seja, aquele em que não há um vencedor maioritário em relação a todos os seus oponentes. Este, em comparação com as últimas hipóteses de que falámos, não é altamente improvável; é, antes, várias vezes consumado. E é neste cenário, no qual um governo minoritário se vê “forçado” a um entendimento definitivo ou a vários entendimentos pontuais com outras forças políticas, que se compreende verdadeiramente como pode e como governa, de facto, a representação de uma comunidade. Neste cenário, todas as decisões sobre como endereçar os meios comuns para enfrentar problemas comuns, e toda a discussão que estas concepções envolvem no que respeita às várias mundivisões que se defrontam, ou seja, toda a discussão e acção sobre o comum, logo, tudo o que é política, tanto está nas mãos daqueles que constituem o governo, como nas mãos daqueles que constituem a representação. E é assim que o governo representa e a oposição governa, numa mistura de papéis que não se compadece com a noção asséptica e incomunicável que Weil preconiza para a relação entre governo e representação. Como diz Pitkin, «Somente esta visão [a concepção de “agir por”] permitirá que discutamos as obrigações do representante como agente ou actor no lugar de outros»¹⁷, e, por conseguinte, «apenas este conceito nos fornece os padrões para julgar a acção do representante, para decidir se ele representou bem ou mal (o que é distinto de saber se ele proporciona uma boa semelhança, se é um homem típico)»¹⁸.

¹⁷ *Ibidem*, p. 115.

¹⁸ *Ibidem*, p. 142.

Tendo concluído o percurso pelas outras categorias da teoria da representação de Hanna Pitkin, relembremos o que a autora entende pelo conceito de representação descritiva: a preponderância do aspecto representativo é dada à identidade comum entre representante e representado, à forja e manutenção dessa identidade artificial, ou, nas palavras de Weil, «a opinião parlamentar, por inconsistente que seja, pode *sentir* o que, nas medidas e projectos do governo, é contrário, não tanto ao interesse técnico e material da comunidade, mas à vida de sua moral, sem a qual toda riqueza é nada»¹⁹. Pois que «É a nação que é representada no parlamento, mas a nação com suas dificuldades, suas oposições, suas preferências contraditórias, seus interesses materiais, suas convicções morais (...)»²⁰. Ainda que não faça uso de nenhuma das metáforas que Pitkin utiliza, quer “imagem” quer “mapa”, Weil transmite a mesma ideia acerca do órgão representativo: este existe para institucionalizar a “voz” do povo, trazendo para a arena política o debate e as discussões que têm lugar na Nação. É, portanto, o parlamento que, na visão de Weil, age como intermediário entre o povo (súbdito) e o governo (soberano). Ao parlamento é dado um âmbito dos assuntos de Estado, o qual não envolve nenhuma competência particular – «os cidadãos e seus representantes não dispõem dos dados e conhecimentos requeridos, e não têm o desejo nem o tempo para adquiri-los, de modo que o trabalho é feito pelo governo com a ajuda da administração»²¹ –, mas o qual legitima, na visão de Weil, o papel do governo:

«Isso não significa que o papel da representação seja nulo (...) o papel da representação é tão decisivo que sem ele uma vida política moderna sequer seria concebível: prova disso é que mesmo os sistemas autocráticos sentem-se obrigados a encontrar certos sucedâneos para ele.»²²

Se o governo do Estado constitucional é apenas um soberano dos tempos modernos, ainda que, como diz Weil, um que qualitativamente é melhor, porque se encontra integrado num regime que promove a discussão como linha de conduta política – «(...) o regime político que exige a razão de todos e de cada um é o regime razoável por excelência»²³, sendo que, «de duas comunidades, é superior aquela onde a discussão racional e razoável pode *realmente* ser universal»²⁴, traduzindo-se no facto de que «o sis-

¹⁹ Weil, *Filosofia Política*, pp. 227-228.

²⁰ *Ibidem*, p. 225.

²¹ *Ibidem*, p. 285.

²² *Ibidem*, p. 284.

²³ *Ibidem*, p. 230.

²⁴ *Ibidem*, p. 274.

tema parlamentar pluripartidário é superior, filosoficamente falando, ao sistema autoritário (...). [Isto é], o Estado constitucional é superior»²⁵ –, então, o parlamento não pode aspirar a nada mais do que a esta dimensão vocal, discursiva, mas impotente, uma vez que o âmbito da sua acção não possui comparação alguma com aquele que é detido pelo governo. O parlamento deve limitar-se a estar presente, ao modo de um adereço imprescindível, para o governo levar a cabo o seu trabalho sem as dores de cabeça da contestação. Para o governo agir, e agir sem constrangimentos de maior, deve permitir a presença do parlamento na sua função discursiva, reflexo da nação e dos seus descontentamentos. Weil afirma esta condescendência do governo sobre o parlamento, assumindo que até governos autocráticos necessitam de uma assembleia; mas necessitam da assembleia, não porque a compreendam como cumprindo um papel essencial, não porque a vejam como agindo no sentido do apuramento do interesse nacional, ou regional, governando em parceria com o executivo, mas porque a sua presença permite ao governo desarmar e anestesiar a cidadania, manipulando a sua imagem pública. E se, para Weil, a autocracia nunca pode (racionalmente) ser a melhor forma de governo, os seus comentários sobre o parlamento não deixam dúvidas sobre a desconsideração que lhe suscita esta instituição, que considera turbulenta²⁶ e dificultadora das acções do governo²⁷. E para além do que já ficou dito, veja-se: «Salvo a *cooperação* [e não iniciativa] na legislação e a aprovação dos impostos e do orçamento, nada de importante é atribuído a todos eles [parlamentos]»²⁸. E mais à frente: «o governo e a administração chocam-se com o que preferem chamar de estupidez do parlamento (e que pode muito bem merecer este nome)»²⁹.

Em função do que foi apresentado, vejamos o que diz Pitkin sobre a questão da acção e da inacção (no que a governo e parlamento diz respeito), na relação com os argumentos dos defensores do sistema de representação proporcional, os quais partilham, com Weil, a visão pluripartidária que, como vimos, este autor considera «superior». A relação entre os defensores do sistema proporcionalista e os seguidores da visão descritiva da representação alicerça-se no facto de ambos entenderem a representação política como, necessariamente, uma imagem da nação perante o governo, decorrente da «discussão entre o governo e a nação representada [parlamento]»³⁰, «a nação com suas dificuldades, suas oposições, suas preferências contraditórias, seus interesses materiais, suas convicções morais». Diz a autora:

²⁵ *Ibidem*, p. 290.

²⁶ *Ibidem*, p. 283.

²⁷ *Ibidem*, p. 227.

²⁸ *Ibidem*, p. 224 (itálico nosso).

²⁹ *Ibidem*, p. 228.

³⁰ *Ibidem*, p. 284.

«A função de uma assembleia representativa, dizem, é retratar ou apresentar, ou espelhar, a opinião popular; contrastam, frequentemente, de forma explícita, esta função “discursiva” da assembleia com a função de agente ou de fazedor da política, que atribuem ao executivo. E, por algum motivo, não pensam no executivo como “representante”.»³¹

Se se aceitar que a visão da representação política de Weil é aquela que Pitkin categoriza como descritiva, ficamos na posse não só da sua concepção da representação, mas também da sua visão do governo. Como já foi amplamente exposto, o governo deve agir, a representação deve estar presente. Todavia, se assim for, como podemos acomodar que Weil determine o papel do governo como um de acção e de iniciativa; o do parlamento como passivo e órgão de consulta daquele; e, de uma só vez e ao mesmo tempo, afirme o preciso oposto do que fica dito? Veja-se o que diz o autor a este respeito, em primeiro lugar em relação ao governo, de seguida em relação ao parlamento: «o papel do governo não termina aí: cabe-lhe formular os projectos e tomar as decisões, respeitando os desejos dos cidadãos (que incluem as “convicções”) *na medida do possível*»³². E depois: «certas assembleias, mesmo as mais turbulentas, (...) fazem tudo para deixar a iniciativa ao governo, abrindo mão do *seu direito de propor* iniciativas (isto é, *de agir positivamente*)»³³. Ora, se o governo deve ter em conta os desejos dos cidadãos, à altura da elaboração dos seus projectos e à altura da tomada das suas decisões, que outra coisa é isso senão representação política? Mas um governo como aquele que Weil caracterizou, que é o único conhecedor (a par da administração, que é somente sua auxiliar) dos pormenores técnicos da governação, por oposição ao povo e seus representantes; que é o legítimo e único autor da condução dos assuntos políticos da comunidade; que «deve propor e, se for o caso, impor»³⁴, não tem, definitivamente, nada que ver com um órgão amarrado pelos condicionalismos da representação democrática. E se isto é assim, por que motivo aduz Weil, como dever do governo, e em desarticulação com a sua visão vincada do que é o executivo, o respeito pelos desejos dos cidadãos? Por outro lado, se ficou já tão claramente estabelecido que Weil não considera a assembleia outra coisa que não uma “caixa de ressonância”, a qual não «possui as qualidades necessárias para tomar decisões racionais no momento desejado, nem a faculdade de formular os problemas a resolver (dos quais ela apenas mostra a existência por suas reacções)», como pode afirmar, em paralelo, que este órgão, descrito desta forma, é capaz de «agir positivamente»? E, finalmente, se

³¹ Pitkin, *The Concept of Representation*, p. 63.

³² Weil, *Filosofia Política*, p. 262.

³³ *Ibidem*, pp. 283-284 (itálicos nossos).

³⁴ *Ibidem*, p. 276.

o governo também representa, mas se representar é não agir, então o governo, quando representa, cessa a sua acção governativa? E passa a ser o quê, representação?

Para a falta de sistematicidade no tratamento destas questões, encontramos somente uma resposta: Weil, que encontra no constitucionalismo a forma de organização do poder político que considera superior, e que teme, talvez precisamente por essa razão, a inoperância do mesmo, está disposto a sacrificar à eficácia (numa clara sobrevalorização e sobreposição da acção governativa em relação à das restantes instituições e associações, que compõem o Estado e a sociedade civil, nomeadamente o parlamento) todo o domínio da acção política que é enquadrável no interior do corpo social e político. Porque, para Weil:

«Onde o sistema constitucional funciona, as diferenças entre os partidos, na realidade pouco importantes, amiúde reduzem-se a nuances de temperamento, de tradições de grupo, de interesses particulares (...); como regra geral, trata-se de uma simples competição de equipas das quais cada uma, chegando ao poder, continuará a obra da sua concorrente. (...) A vida política, e em particular a parlamentar, em decorrência disso pode assumir um aspecto monótono ou de actividade vã e ridícula: isso não é um sinal inquietante, ao contrário. Diz-se que os povos felizes não têm história, o que é duvidoso: no mundo moderno, tais povos têm grandes possibilidades de serem lançados no turbilhão da história da maneira mais violenta, se não reconhecem os problemas existentes como tais e não fazem sacrifícios históricos para permanecerem fora da história. Seria mais verdadeiro dizer que os povos felizes não têm vida política.»³⁵

Este esvaziamento da dimensão política dos cidadãos, assumido, em nosso entender, através do uso de um tom condescendente, que é insustentável no que respeita à situação social de monarquias ou repúblicas democrático-parlamentares (que se regem pelos princípios da liberdade e da igualdade), como são os Estados constitucionais de que Weil fala como modelos, não só contém em si uma disposição perigosa para a vida comum desses Estados, como também, assim nos parece, uma contradição nos termos. Porque, vejamos, em Estados nos quais os cidadãos têm o poder de eleger e se fazer eleger para cargos públicos, levar a sério que a alternância no poder dos diversos partidos políticos não é mais do que a alternância de temperamentos e interesses particulares, «simples competição de equipas» que se reduzem à prossecução de uma e mesma política, cuja evidente vanidade não tem nada de assinalável, implica, necessariamente, o alheamento e o desinteresse pelo processo político daqueles (os cidadãos, bem entendido) que, no

³⁵ *Ibidem*, p. 291 (itálicos nossos).

interior de um Estado constitucional, são o elemento necessário de renovação dos mandatos dos que “jogam o jogo”, isto é, dos que ocupam cargos políticos. Ou seja, a vida política de uma comunidade, que se esgota no processo eleitoral, tem, ao contrário do que é afirmado por Weil, todas as razões para temer pela sua felicidade, mais, pela sua continuação no tempo como comunidade, pois que não parece possível manter o regime constitucional se aqueles que o fazem mover (ou que pelo menos são o seu primeiro motor) não tiverem qualquer razão para agir. Além de que – e aqui está a contradição – como podem os cidadãos de um Estado constitucional (que são agentes políticos com ou sem poder efectivo), subtraídos da sua vida política e portanto de toda a aprendizagem de como agir politicamente, ser o grupo indicado para escolher aqueles que os representarão, e, particularmente, aqueles que serão, de acordo com Weil, a força motriz da comunidade, isto é, o governo?

A resposta de Weil a esta aporia é a seguinte:

«ninguém ignora que a maioria dos cidadãos não só é incapaz de governar realmente, mas não deseja governar. Isso não constitui uma fraqueza do Estado, ao contrário. É só nas comunidades divididas que aparece a *paixão política*, essa paixão que se exprime no desejo de dirigir os negócios da comunidade (...). Numa comunidade em geral satisfeita, que sente serem reconhecidos seus justos interesses, o desinteressamento pela política (...) é o sinal de equilíbrio.»³⁶

Ou seja, na visão defendida por Weil, a direcção (governo) do corpo político tem como função a concretização dos interesses dos cidadãos (a que deve atender) e a defesa do interesse geral da comunidade, para que esta sobreviva no tempo. Se o fizer, os cidadãos colaborarão na manutenção do sistema. Mas, se atendermos à margem de participação que resta aos cidadãos, não é possível evitar considerar o enorme desequilíbrio de poder ocasionado por esta forma de organização política. Weil, todavia, justifica-o assim:

«(...) o corpo eleitoral é incapaz de decidir racionalmente entre possibilidades técnicas das quais ele não conhece nem a natureza nem as consequências, incompreensíveis para ele na sua tecnicidade: um sistema fiscal, uma reforma das forças armadas, um novo código civil permanecem inacessíveis à massa dos eleitores. Se, contudo, eles pronunciam-se a respeito, é porque seguem os conselhos dos que consideram mais qualificados que eles, aos quais concedem sua confiança e por isso detêm a autoridade. É, pois, de vital interesse para

³⁶ *Ibidem*, p. 273.

a comunidade, a sociedade e o Estado que estes *comisionados* sejam os melhores dentre os cidadãos, e a aristocracia torna-se a condição do funcionamento da democracia.»³⁷

Fica, então, clara qual a posição de Weil quanto à organização política dos Estados constitucionais: estes devem ser conduzidos por uma elite de especialistas, a qual não é mais que uma aristocracia. A questão é que esta visão do político tem consequências graves que não podem ser ignoradas: se há um conhecimento político que só pode ser detido por um grupo restrito de especialistas na governação (e como é isto sustentável se considerarmos, a nosso ver acertadamente, que é «o realismo construtivista que corresponde à concepção epistemológica própria da democracia»^{38?}), por que motivo deverá estar o acesso aos cargos de poder, ou a sua continuação neles, dependente da «massa dos eleitores», massa amorfa, desinteressada e ignorante? O que impede essa aristocracia de se perpetuar no poder indefinidamente? A resposta de Weil para esta questão é a educação. Mas quem a ministra?

«A tarefa principal do governo razoável é a educação dos cidadãos. Esta tese é apenas o resumo do que precede. Mas, enunciada desta forma, ela encontrará a mais viva resistência, e todos os pseudo-argumentos da abstração, dos quais falamos, levantar-se-ão contra ela. A que se reduz a liberdade do indivíduo se o governo tem o direito de educá-lo?»³⁹

É, portanto, ao governo que cabe a tarefa da educação. Todavia, e depois do que ficou dito sobre a forma como Weil estipula a distribuição do poder e a possibilidade de participação dos cidadãos na condução do destino político da sua comunidade, como é ainda comportável aceitar que tal acção do governo sobre os cidadãos seja compreendida como educação e não, simplesmente, como dominação? Note-se que Weil fala abertamente de aristocracia, dos cidadãos como impreparados para governar e dessa questão como natural. Não será, portanto, um optimismo antropológico sem fundamento esperar que, se depender do mesmo agente, sem qualquer mediação, controlar o poder e ministrar a educação, esta última actividade possa ser outra coisa que não somente mais um meio à disposição de quem governa para afirmar a sua dominação, e que a comunidade correrá sérios riscos de ver o poder tornar-se privilégio de alguns, em lugar de dever de todos?

Estas questões (as que Weil apelida de «pseudo-argumentos da abstração», mas as quais não pode coibir-se de voltar a formular, ainda que de outra perspectiva) não podem

³⁷ *Ibidem*, pp. 295-296.

³⁸ Bernardo, *A Discussão entre Política e Educação: à volta de Eric Weil e de Jürgen Habermas*, p. 282.

³⁹ Weil, *Filosofia Política*, p. 252.

deixar de ser pertinentes para o próprio autor, uma vez que as formulou, particularmente, aquela que põe o enfoque na determinação do governo como encarregado e responsável natural por esta tarefa (a da educação), questão que o próprio Weil classifica como nada menos que «chocante»⁴⁰:

«Se o governo deve ser educador, portanto, se deve julgar a moral histórica da comunidade, as regras que devem guiá-lo não podem ser as que guiam os cidadãos. O indivíduo vive segundo a moral da comunidade no quadro das leis: o homem de Estado, que deve julgar a moral e as leis, não pode contentar-se com segui-las.»⁴¹

Ora, a questão que decorre naturalmente do estado de coisas no qual o governo deve educar (estando, todavia, acima da moral e das leis que regulam a comunidade) é saber por que leis se regula o governo. E se o argumento é o de que o governo tem o dever de educar, devido, presume-se, a uma qualquer característica que lhe confere superioridade epistemológica no âmbito do político, então, essa característica deve ser clara o bastante para que essa educação se torne legítima. Contudo, se, como já assinalámos, não podemos crer que o domínio político seja um de especialistas, no qual somente aqueles que “sabem” devem ter uma palavra a dizer na condução dos assuntos públicos (uma vez que a política é isso mesmo, um assunto público, colectivo, que a todos deve respeitar), mas aceitamos a premissa aristocrática, a qual diz que o governo dos melhores é o melhor dos governos, e que os melhores são, necessariamente, os mais bem preparados, logo, os que mais sabem, então, esse saber deve ser patente e demonstrável, para que a teoria possua coerência interna e não caia em contradição. O que dizer então das seguintes palavras de Weil? «O governo será, pois, necessariamente educador, quer queira e saiba, quer não»⁴². E mais à frente: «É pouco provável que os governos cumpram esta tarefa com plena consciência, o que não significa que não a cumpram (mal, se for o caso)»⁴³.

De que forma poderá um educador não saber educar, não o fazer em consciência e, ainda assim, fazê-lo? Pois que se quem educa não tem propriedade sobre o que é o conteúdo da educação, como o fará, sequer? Como deixará de agir em função daquilo que claramente conhece e deseja, âmbito no qual estarão as suas motivações e intenções, para o fazer influenciado por qualquer dever que nem sequer sabe que tem, ou que abertamente não deseja? Como fica justificado um governo de sábios, de especialistas, cuja

⁴⁰ *Ibidem*, p. 260.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 260-261.

⁴² *Ibidem*, p. 260.

⁴³ *Ibidem*, p. 260.

principal função é educar, se esses mesmos especialistas não possuem o único critério que os qualifica, isto é, a superioridade epistemológica? Não cremos que a justificação possa ser claramente encontrada. Mas Weil assevera:

«O problema parece, pois, resolvido: basta encontrar um homem ou um grupo de homens que, graças à sua prudência, sejam capazes de educar a comunidade e conduzi-la na grande empresa de conservação edificadora, de edificação conservadora de uma vida sensata para todos, uma vida razoável, garantida por uma organização racional contra a violência exterior dos homens e da natureza.»⁴⁴

E ainda que diga que «não é fácil encontrar esse homem ou esse grupo»⁴⁵, a mera construção da hipótese assemelha-se mais a algum tipo de messianismo do que a uma análise fundamentada dos problemas políticos dos Estados contemporâneos e de uma teoria que se sustente apenas na argumentação racional.

Vejam, finalmente, o que diz Pitkin das limitações associadas à concepção descritiva, na qual enquadrámos a teoria da representação de Weil:

«a visão da representação que temos estado a discutir não permite uma actividade de representação, excepto no sentido restrito e especial de (...) fornecer informação. Não concebe espaço para nenhum tipo de representação como agir por ou em nome de outros; o que significa que no reino político não concebe espaço para as actividades criativas de uma legislatura representativa, a forja de consensos, a formulação de políticas, a actividade que geralmente designamos por “governar”. Pode ser desejável que essa actividade seja levada a cabo por representantes, mas levá-la a cabo não é representar; representar, aqui, pode no máximo significar ser típico ou assemelhar-se (...). Se restringirmos a representação à visão descritiva, a uma prestação de informação, então não podemos dar conta das outras maneiras, em conflito entre si, nas quais o conceito é usado, e não podemos explicar como um governo em funções representa.»⁴⁶

O perfil da concepção da representação política que encontrámos na filosofia de Eric Weil pode ser sumariado nestes termos: o parlamento não deve agir porque a acção política pertence ao governo; ao parlamento compete espelhar a nação e dar parte dos seus desejos; ao governo, atender, ou não, à sua satisfação; nem representantes nem

⁴⁴ *Ibidem*, p. 265.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 265.

⁴⁶ Pitkin, *The Concept of Representation*, pp. 90-91.

representados possuem o conhecimento necessário para a condução dos assuntos políticos da comunidade; essa é a tarefa do governo, e como tal, aí radica também a sua outra função (senão a principal, para Weil), que é a educação dos cidadãos. À luz da leitura da obra de Hanna Fenichel Pitkin, pudemos assinalar algumas das insuficiências desta visão da representação política, que é, também, e de forma indissociável, o assinalar da insuficiência da visão política que Weil advoga.

Por fim, terminamos com um excerto que deverá servir como conclusão, mas o qual, pelas suas características de definição conceptual, se pode constituir como introdução à leitura deste ensaio:

«representar (...) significa agir no interesse dos representados, de uma forma que se constitua como resposta em relação a eles. O representante deve agir de forma independente; a sua acção deve envolver discrição e juízo; deve ser ele quem age. Os representados devem ser (concebidos como) capazes, também, de acção e juízo independentes, não como sendo somente protegidos. E, apesar do potencial resultante para a existência de conflito entre representante e representados, acerca do que é suposto fazer, esse conflito não deve ocorrer normalmente. O representante deve agir de tal forma que não haja conflito ou, se ocorrer, uma explicação é exigida. Ele não deve estar persistentemente em dívida com os desejos dos representados sem que haja uma boa razão no que respeita aos seus interesses; sem que haja uma boa explicação do porquê de os seus desejos não estarem em acordo com os seus interesses.»⁴⁷

Bibliografia

- Bernardo, Luís Manuel, "A discussão entre política e educação: À volta de Eric Weil e de Jürgen Habermas", Michel Renaud/Gonçalo Marcelo (coord.), *Ética, Crise e Sociedade*, Lisboa, Húmus/CHC, 2011, pp. 267-299.
- Casteleiro, J. M. (Coord.), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001.
- Pitkin, Hanna Fenichel, *The Concept of Representation*, Berkeley, University of California Press, 1967.
- Weil, Eric, *Filosofia Política*, trad. de Marcelo Perine, São Paulo, Edições Loyola, 1990.

⁴⁷ *Ibidem*, pp. 209-210.

Autores

Ana Cristina Torres Mestra em Estudos Portugueses – Literatura Portuguesa Moderna, especialidade História do Livro, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do CHC (até 2014) e do CHAM, Universidade Nova de Lisboa, no grupo de investigação «Leitura e formas de escrita». Bolseira da FCT para o projecto «Iconografia do livro impresso em Portugal (séculos XV-XVIII) – Marcas tipográficas e insígnias de papeleiros».

Ana Paula Arnaut é doutorada com agregação pela Universidade de Coimbra, onde lecciona Literatura Portuguesa Contemporânea. Publicou *Memorial do Convento. História, ficção e ideologia* (1996), *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo: Fios de Ariadne-Máscaras de Proteu* (2002), *Homenagem a Cristóvão de Aguiar: 40 anos de vida literária* (2005) (org.), *José Saramago* (2008), *Entrevistas com António Lobo Antunes. 1979-2007. Confissões do Trapeiro* (ed.) (2008), *António Lobo Antunes* (2009), *António Lobo Antunes: A crítica na Imprensa. 1980-2010. Cada um Voa como Quer* (ed.) (2011), *As Mulheres na*

Ficção de António Lobo Antunes. (In)variantes do feminino (2012). Tem também artigos publicados em inúmeras revistas nacionais e internacionais.

Ana Teresa Brito Arquivista da Câmara Municipal de Lisboa. É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Franceses, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pós-graduada em Ciências Documentais pela mesma Faculdade e mestre em Estudos de Texto (FCSH da Universidade Nova de Lisboa), onde trabalhou com Artur Anselmo.

Artur Anselmo Doutor em Estudos Portugueses pela Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV) e pela Universidade Nova de Lisboa. Professor jubilado de Língua, Literatura e Cultura Portuguesas, especialidade em História do Livro. Autor de várias obras de referência na sua área científica, a última das quais se intitula *História do Livro e Filologia* (2015).

Henrique Tavares e Castro Licenciado em História pela Universidade de Coimbra, mestre em Literatura e Cultura Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa, com uma dissertação sobre *Oficinas tipográficas de Entre-Douro-e-Minho (1601-1750)*. De 1986 a 1988, coordenou a actividade do GIMA – Grupo de Investigação de Marcas-d’água da Tecnicelipa. Foi o tradutor para português da obra de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *L’Apparition du livre*.

João Luís Lisboa Docente da FCSH, Universidade Nova de Lisboa e director do Centro de História da Cultura da UNL entre 2004 e 2014, foi responsável nesta unidade de investigação pelo grupo «Livro e leitura». Pertence à equipa do projecto «Iconografia do livro impresso em Portugal (séculos XV-XVIII) – marcas tipográficas e insígnias de papeleiros» e actualmente faz parte do grupo «Leitura e formas da escrita», coordenado por Artur Anselmo no CHAM.

João Ruas Arquivista e estudioso da história do papel e dos documentos manuscritos, trabalhou no Paço Ducal de Vila Viçosa. Publicou, entre outros textos, *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora* (2005), *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II* (2006) e *Os Dois Pelicanos* (2009).

Jorge Fonseca é doutor em Estudos Portugueses pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador do CHAM da mesma Faculdade e da Universidade dos Açores. É autor de cerca de uma centena de trabalhos sobre História Medieval e Moderna, nomeadamente sobre o tema da Escravidão e dos Negros em Portugal, sobre o qual publicou os livros *Os Escravos em Évora no Século XVI* (Évora, 1997), *Escravos no Sul de Portugal* (Lisboa, 2002) e *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista* (Lisboa, 2010), bem como diversos artigos e capítulos de livros, como “Black Africans in Portugal during Cleynaerts’s visit”, em *Black Africans in Renaissance Europe* (Cambridge, 2005), e “As leis pombalinas sobre a escravidão e as suas repercussões em Portugal”, em *Africana Studia*, n.º 14 (Porto, 2010).

Julian Martin Abad Especialista em História do livro dos séculos XV e XVI, foi responsável durante muitos anos pelo serviço de manuscritos e incunábulo da Biblioteca Nacional de Espanha. A sua tese de doutoramento sobre *La imprenta en Alcalá de Henares (1502-1600)* (1990) e o grande trabalho que conduziu ao *Catálogo bibliográfico de la colección de incunables de la Biblioteca Nacional de España* (2010) estão entre as mais importantes publicações sobre o livro antigo em Espanha.

Maria José Ferreira dos Santos Foi responsável pelo programa museológico e instalação do Museu do Papel Terras de Santa Maria, tendo assumido a sua direcção entre 2001 e 2012. É consultora científica deste museu, dedicando-se à investigação de marcas de água e história do papel. É a delegada, em Portugal, da International Association of Paper Historians.

Maria Teresa Payan Martins Doutorada e agregada em Estudos Portugueses, na especialidade de História do Livro, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tem-se dedicado ao estudo da censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Investigadora do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa e mais recentemente do Centro de História d'Aquém e Além Mar, integra a equipa de investigação do projecto «Iconografia do livro impresso em Portugal (séculos XV-XVIII) – Marcas tipográficas e insígnias de papeleiros».

Pedro Dias Licenciou-se em Estudos Portugueses e Lusófonos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e é mestre em Filosofia Política pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com uma dissertação sobre a representação política e o pensamento federalista e antifederalista norte-americano. Trabalha, actualmente,

na preparação de uma candidatura a bolsa de doutoramento, com um projecto sobre a União Europeia e representação política, soberania e federalismo. Os seus interesses principais são Filosofia Política, Ética, Filosofia do Direito e Argumentação.

Pierre Gheno Arquivista e paleógrafo, estudioso de História da imprensa e das marcas dos impressores. Em 1999 defendeu na École Nationale des Chartes a tese *Les Marques typographiques en France des origines à 1600*. Participou no *Dictionnaire encyclopédique du livre*, onde escreveu sobre marcas de impressores. Tem escrito também sobre livrarias antigas e sobre história da fotografia.

Ricardo Serrado nasceu em Lisboa em 1980. É licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutorando em História e Teoria das Ideias pela mesma faculdade. Desde 2008 que incide os seus estudos na história do desporto, tendo já publicado um conjunto de obras e artigos científicos sobre a temática, nomeadamente os livros: *História do Futebol Português – Uma análise social e cultural* e *o Estado Novo e o Futebol*, entre outros. Desde 2013 trabalha na sua tese de doutoramento, intitulada *Corpo e Mente na Europa Contemporânea – Para uma epistemologia do desporto*. É investigador do CHAM.

Authors

Ana Cristina Torres MA in Portuguese Studies – Modern Portuguese Literature, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, with a specialization in the History of the Book. Researcher of the CHC (till 2014) and Portuguese Centre for Global History (CHAM), UNL e UAç. Member of the research group “Reading and the forms of writing”. Worked on the project “Iconography of the printed books in Portugal (15th-18th centuries) – typographical marks and watermarks” with an FCT grant.

Ana Paula Arnaut is a Senior Professor with Habilitation (Tenure) of Portuguese Contemporary Literature at the Faculty of Letters of the University of Coimbra. She has published *Memorial do Convento. História, Ficção e Ideologia* (1996), *Memorial do Convento. História, ficção e ideologia* (1996), *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo: Fios de Ariadne-Máscaras de Proteu* (2002), *Homenagem a Cristóvão de Aguiar: 40 anos de vida literária* (2005) (org.), *José Saramago* (2008), *Entrevistas com António Lobo Antunes. 1979-2007. Confissões do Trapeiro* (ed.) (2008),

António Lobo Antunes (2009), *António Lobo Antunes: A crítica na Imprensa. 1980-2010. Cada um Voa como Quer* (ed.) (2011), *As Mulheres na Ficção de António Lobo Antunes. (In)variantes do feminino* (2012). She has also published articles both in national and international reviews.

Ana Teresa Brito Archivist (Câmara Municipal de Lisboa). Degree in Modern Languages and Literatures (Portuguese and French Studies,) Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, post-graduation in documentation studies, by the same university and Master in Text Studies (FCSH Universidade Nova de Lisboa), where she worked with Artur Anselmo.

Artur Anselmo PhD in Portuguese Studies, University of Paris-Sorbonne (Paris IV) and Universidade Nova de Lisboa. Professor emeritus of Portuguese Literature, Culture and Language, speciality in the History of the Book. Author of several works of reference in this field, the latest of which is entitled *História do Livro e Filologia* (2015).

Henrique Tavares e Castro has a degree in History (University of Coimbra), a MA in Literature and Portuguese Culture at Universidade Nova de Lisboa, with the dissertation *Oficinas tipográficas de Entre-Douro-e-Minho (1601-1750)*. From 1986 to 1988, he coordinated the GIMA activity (Grupo de investigação de marcas d'água, Tecnicelpa (Watermarks research group). He translated into Portuguese the work of Lucien Febvre and Henri-Jean Martin, *L'Apparition du livre*.

João Luís Lisboa Teacher at the FCSH, Universidade Nova de Lisboa, and director of the Centro de História da Cultura da UNL between 2004 and 2014, he was responsible in this research unit for a group on "Books and reading" and participates at the team of the project "Iconography of the printed books in Portugal (15th-18th centuries) – typographical marks and watermarks". Currently he belongs to the group "Reading and the forms of writing, coordinated by Artur Anselmo at the Portuguese Centre for Global History (CHAM).

João Ruas Archivist and specialist in the history of paper and manuscript documents, he has worked in the Paço Ducal de Vila Viçosa. He has published, among other texts, *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora* (2005), *Manuscritos da biblioteca de D. Manuel II* (2006) and "Os dois pelicanos" (2009).

Jorge Fonseca is doctor in Portuguese Studies by Universidade Nova de Lisboa's Faculdade de Ciências Sociais e Humanas and member of the same Faculty and Universidade dos Açores CHAM (Portuguese Centre for Global History). Author of around one hundred works about Mediaeval and Modern History, including Slavery and Blacks in Portugal, in which are included the books *Os Escravos em Évora no Século XVI* (Évora, 1997), *Escravos no Sul de Portugal* (Lisboa, 2002) e *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista* (Lisboa, 2010), and several articles and chapters of books, as "Black Africans in Portugal during Cleynaerts's visit", in *Black Africans in Renaissance Europe* (Cambridge, 2005) and "As leis pombalinas sobre a escravidão e as suas repercussões em Portugal", in *Africana Studia*, no. 14 (Porto, 2010).

Julian Martin Abad Specialist on History of the Book (fifteenth and sixteenth centuries). He was responsible for the service of manuscripts and incunabula of the National Library of Spain, during many years. His doctoral thesis on *La Imprenta en Alcalá de Henares (1502-1600)* (1990) and the great work that produced the *Catálogo bibliográfico de la colección de incunables de la Biblioteca Nacional de España* (2010) are among dozens of the most important publications on ancient book in Spain.

Maria José Ferreira dos Santos was responsible for the museological program of the Paper Museum Terras de Santa Maria and was its curator, as well as its director from 2001 to 2012. Currently she is the Museum's Scientific Consultant and continues studying and researching watermarks and paper history. She is the Portuguese delegate of the International Association of Paper Historians (IPH).

Maria Teresa Payan Martins Ph. D. and aggregated in Portuguese Studies, specialization in the History of the Book (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa), she has been studying the literary censorship in Portugal during the 17th and 18th centuries. Researcher of the Centro de História da Cultura and more recently of the Portuguese Centre for Global History (Universidade Nova de Lisboa), integrates the team of researchers of the project "Iconography of the printed books in Portugal (15th-18th centuries) – Typographical marks and watermarks".

Pedro Dias has a degree in Portuguese and Lusophone Studies at the Faculty of Letters of the University of Lisbon and he is master in Political Philosophy by the Faculty of Social and Human Sciences of the New University of Lisbon, with a dissertation about political representation and the North-American federalist and antifederalist thought.

He currently works in the preparation of an application to a doctoral scholarship with a project about the European Union and political representation, sovereignty and federalism. His main interests are Political Philosophy, Ethics, Philosophy of Law and Argumentation.

Pierre Gheno Archivist and palaeographer, he has studied the history of printing press and printers devices. In 1999, he discussed at the École Nationale des Chartes his thesis *Les Marques typographiques en France des origines à 1600*. He participated at the *Dictionnaire encyclopédique du livre*, where he wrote about printer's devices and iconology. He has also written about old bookstores and on the history of photography.

Ricardo Serrado was born in Lisbon in 1980. He has a degree in History, by the Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, an MA in Contemporary History by the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, and he's a PhD student in History and Theory of Ideas by the same Faculty, since 2013. His thesis deals with the ideas of mind and body in Contemporary Europe in order to establish an Epistemology of Sports. He has already published several works and scientific articles on the History of Sports, as the books: *História do Futebol Português – Uma análise social e cultural*; and *O Estado Novo e o Futebol*. He's a researcher in CHAM.

Resumos e palavras-chave

Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo

O presente artigo desenvolve questões sobre o estudo das marcas de água dos séculos XV a XIX, procurando clarificar as especificidades de uma terminologia própria, e evidenciando a importância da sua interpretação e descodificação. Só assim toda a simbologia contida na marca de água, ou na(s) contramarca(s), se revela como uma fonte para o conhecimento da arte de fazer papel.

Palavras-chave: papel, marcas de água, terminologia, simbologia.

Notícias sobre a história do papel em Portugal

Este artigo refere documentação sobre duas fábricas de papel em Portugal (séculos XVII e XIX) e reafirma a importância do estudo de marcas de água a partir de exemplos em que a sua identificação foi decisiva para datar diversos livros dos séculos XV, XVI e XVIII.

Palavras-chave: Papel, marcas de água, moinhos de papel, livro impresso.

Marcas-d'água de livros impressos em Portugal (Séculos XV-XVIII) Recolha na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

O estudo da iconografia do livro impresso em Portugal entre os séculos XV e XVIII não prescinde do levantamento, tão extenso quanto possível, de marcas de água e contramarcas identificadoras do papel em que as obras foram estampadas. Este levantamento sistemático é tanto mais indispensável quanto são raros e avulsos os estudos portugueses neste campo da investigação histórica. O conjunto de marcas a reunir, algumas centenas de unidades, permitirá uma visão cronológica e panorâmica dos motivos iconográficos das filigranas utilizadas na produção do papel das obras impressas no nosso país, revelando a sua origem e contribuindo para a investigação no âmbito histórico, artístico e económico.

Palavras-chave: papel, marcas de água, iconografia, livro impresso.

***Inspice signum*: reflexión metodológica para la creación de un instrumento de control de las marcas tipográficas españolas**

A referência a um conjunto de reportórios e catálogos publicados desde 1890 onde se reproduzem portadas de obras produzidas na Península Ibérica entre finais do século XV e inícios do XVI é o ponto de partida para, através de quatro dezenas de exemplos, propor uma metodologia para identificação, registo e classificação de marcas de impressores.

Palavras-chave: Imprensa, Espanha, marcas, incunábulo, pós-incunábulo, impressores.

Les marques typographiques en France des origines à 1600: définition, usages, typologie, sémiologie

Este artigo aborda o primeiro século e meio de utilização de marcas tipográficas nos livros impressos, identificando, no caso da França, as oficinas que os tinham produzido ou os livreiros que os tinham custeado, e explicando os elementos que compõem essas marcas, as suas regras, os seus sentidos e tipologia.

Palavras-chave: Imprensa, França, marcas, impressores, iconologia.

Uma, duas, quantas edições? Os argumentos sobre a contrafacção de *Os Lusíadas* no século XVI

O presente artigo confronta os argumentos do antigo debate em torno das diferenças entre os exemplares de *Os Lusíadas* identificados como tendo sido impressos por António Gonçalves em 1572. Apresenta o que levava a pensar que se tratava de correcções numa mesma edição a par do que fundamenta a tese de que muitos dos exemplares conhecidos foram efectivamente impressos mais de uma década depois, por Andres Lobato.

Palavras-chave: *Os Lusíadas*, imprensa, contrafacção.

Marcar e falsificar: o caso dos impressores da família Galrão

João Galrão, fundador de uma das mais importantes oficinas tipográficas na Lisboa do século XVII, possuía quatro marcas tipográficas, as quais apresentam como característica comum a presença das suas iniciais – IG. Se muitas das espécies produzidas na oficina de João Galrão ostentam, no rosto ou no cólofon, a marca do impressor, após a sua morte, a situação altera-se. António Pedroso Galrão, sobrinho e continuador do impressor João

Galvão, utilizou, até meados do século XVIII, o material tipográfico da oficina de seu tio, reduzindo as marcas tipográficas a uma função meramente decorativa. Curiosamente, em contrafacções estampadas na sua oficina tipográfica, não se coibiu de as utilizar, deixando a sua marca identificadora.

Palavras-chave: imprensa em Portugal, século XVII, contrafacções.

A marca tipográfica e outros símbolos dos impressores de nome António Álvares

O objectivo deste artigo é analisar a insígnia profissional e outros símbolos tipográficos usados pelos membros de uma família de impressores de nome António Álvares, que trabalharam em Lisboa nos séculos XVI e XVII. Inicia-se com uma súpula dos dados biográficos e da actividade destes profissionais; segue-se a apresentação da marca tipográfica e de outras gravuras; e conclui-se com uma breve reflexão sobre a importância do estudo das marcas tipográficas para a compreensão do trabalho dos impressores, que inclui a detecção de obras contrafeitas e clandestinas.

Palavras-chave: marcas tipográficas, adornos tipográficos, Inquisição, edições licenciadas, edições contrafeitas.

As marcas de Pedro Ferreira

Este artigo apresenta a biografia e o percurso profissional de Pedro Ferreira, impressor activo em Lisboa no século XVIII, e descreve algumas das marcas tipográficas utilizadas nas suas impressões.

Palavras-chave: impressor, iconografia, marca tipográfica, século XVIII.

Armas nacionais portuguesas como marcas tipográficas

Este artigo apresenta e comenta três dezenas de casos de utilização das armas portuguesas nas portadas de livros quatrocentistas e quinhentistas. Esta utilização enquadra-se no âmbito da heráldica tipográfica, com força expressiva equivalente à dos símbolos pessoais ou familiares, quase sempre porque editores, impressores ou livreiros entendiam que o escudo nacional dignificava sobremaneira o seu trabalho.

Palavras-chave: heráldica, armas nacionais portuguesas, impressores.

José Saramago: da realidade à utopia. O Homem como lugar onde

Partindo de alguns textos fundadores do conceito de ‘utopia’, pretendemos pôr em evidência que, no caso de José Saramago, em regra, a procura de uma (im)possível sociedade livre e perfeita assume contornos de tonalidades diversas. O desejo de cenários diferentes daqueles em que vivemos, mais justos e fraternos, não acarreta, necessariamente, a ideia de deslocalização ou de realocação espacial implicada nas tradicionais utopias. Pelo contrário, cremos que o ideal utópico saramaguiano (numa perspectiva de leitura cuja subjectividade assumimos) supõe uma busca que se traduz num processo de (re)aprendizagem que começa e acaba no próprio ser humano. Para tal, há que acreditar na capacidade e no poder do Homem para lutar contra várias espécies de adversidades, de obstáculos e de violências. Afinal, como disse, em 1997, a Eduardo Sterzi e Jerônimo Teixeira: “Sabemos mais do que julgamos, podemos muito mais do que imaginamos.”

No delinear destes percursos de humana aprendizagem verificaremos ainda a presença (aparente) de afinidades com alguns vectores da tradição religiosa que o autor sempre recusou e a aproximação (efectiva) a uma outra dimensão espiritual: a de certos rituais maçónicos.

Palavras-chave: utopia, aprendizagem, vontade, Homem.

A historiografia sobre os escravos em Portugal

O artigo aborda a produção historiográfica sobre a presença de escravos em Portugal. Começa por destacar o facto de os primeiros trabalhos realizados sobre este tema, contemporâneos do movimento abolicionista do século XIX, terem sido motivados pela preocupação de demonstrar a universalidade da escravatura, defendendo o país da acusação de ter iniciado a escravidão moderna. Refere-se também à renovação, operada já nas últimas décadas de Novecentos, dos estudos sobre os escravos, que acompanhou a própria actualização da historiografia portuguesa sob a influência científica de outros países, mas que foi também favorecida pela sua libertação da necessidade de justificar o comportamento luso, após a implantação do regime democrático e o fim do império colonial. Procura igualmente sintetizar a historiografia mais recente sobre esta matéria.

Palavras-chave: historiografia, escravidão, Portugal.

Jogo e desporto no Portugal contemporâneo (1870-1910)

Desporto e jogo são dois conceitos proeminentes na contemporaneidade, cujos limites epistemológicos se tocam e se confundem. São dois conceitos com fortes ligações, que durante séculos significavam mais ou menos a mesma coisa – divertimento –, mas que no século XIX sofrem uma autonomização que nos obriga a procurar os limites conceptuais de cada um.

Este trabalho visa, precisamente, distinguir o conceito de desporto do de jogo. Ao analisar o surgimento do desporto moderno português no último quartel do século XIX, num contexto de profundo sentimento de decadência da “raça”, estudando os objectivos para que foi criado e as funções que foi adquirindo, chegamos à conclusão de que o conceito de desporto se vai distanciar do conceito de jogo devido à dimensão medicinal que vai ganhar com vista a regenerar a “raça”. O jogo, por seu turno, ao contrário do desporto, vai manter em definitivo a sua função meramente lúdica, sem o objectivo de interferir na “vida real” ou no robustecimento do corpo social.

Palavras-chave: desporto, higiene, saúde pública, corpo, educação física.

Considerações sobre representação política na filosofia de Eric Weil

A discussão sobre representação é transversal ao estudo teórico da política. Aquilo que nos propomos neste ensaio é levar a cabo uma análise da concepção de representação política presente na filosofia de Eric Weil. Para tal, tomaremos em consideração as categorias enunciadas por Hanna Fenichel Pitkin, em relação às quais colocaremos em confronto o pensamento político weiliano respeitante à representação. Desta confrontação emergirá uma concepção da representação política enquanto domínio de passividade e uma concepção do governo enquanto domínio de acção. Como consequência deste entendimento, a cidadania aparecerá como massa despolitizada e sujeita à acção educativa do governo.

Palavras-chave: representação, política, acção, passividade, despolitização.

Abstracts and keywords

Watermarks and paper history: the convergence of a study

Raising issues about the study of 15th-19th century watermarks, this article seeks to clarify the idiosyncrasies of a specific terminology, highlighting the importance of their interpretation and decoding. This methodology will uncover all of the watermarks' (or countermarks') symbolism, thus contributing for the advancement of our knowledge of the art of papermaking.

Keywords: paper, watermarks, terminology, symbology.

News about the history of paper in Portugal

This article refers documentation on two paper mills in Portugal (17th and 19th centuries) and reaffirms the importance of the study of watermarks from examples in which the identification was decisive to date several books of the 15th, 16th and 18th centuries.

Keywords: paper, watermarks, paper mills, printed book.

Watermarks of printed books in Portugal (XV-XVIII Centuries) Collection in the Library of the Academia das Ciências de Lisboa

The study of the iconography of the printed book in Portugal between the 15th and 18th centuries does not do without the survey, as extensive as possible, of watermarks and countermarks, identifying the paper on which the works were printed. This systematic survey is indispensable as Portuguese studies are rare and loose in this field of historical research. The set of marks to gather, a few hundred units, allow a chronological and broad perspective of iconographic motifs of the filigree used in paper production of printed works in our country, revealing its origin and contributing to the research carried following historical, artistic and economic perspectives.

Keywords: paper, watermarks, iconography, printed book.

***Inspice signum*: methodological reflection to create an instrument of control of the Spanish typographical brands**

The reference to a set of repertoires and catalogues published since 1890 reproducing book's covers produced in the Iberian Peninsula between the late fifteenth century and early sixteenth is the starting point to an essay where, through nearly forty examples, the author proposes a methodology to identify, record and classify printers devices.

Keywords: Press, Spain, devices, incunabula, post-incunabula, printers.

Typographical marks in France from its origins to 1600: definition, use, typology, semiotics

his article discusses the first 150 years of the use of typographical marks on printed books, identifying, in the case of France, the workshops where they were produced or the booksellers who had funded them, and explaining the elements that make up those marks, its rules, its meanings and typology.

Keywords: Press, France, devices, printers, iconology.

One, two, how many editions? The arguments about the counterfeiting of *Os Lusíadas*, in the 16th century

This paper addresses the arguments of the old debate about the differences between the copies of the *Os Lusíadas*, identified to have been printed by António Gonçalves in 1572. It features what led to think that they were copies of the same edition, in which corrections were inserted, facing the elements grounding the thesis that sustains that many of these copies were actually printed more than ten years later by Andres Lobato.

Keywords: *Os Lusíadas*, printing press, counterfeiting.

Mark and counterfeiting: the case of the Galvão printers family

João Galvão, founder of one of the most important print houses in Lisbon from the 17th century, possessed four imprints, which presents as a common characteristic the presence of his initials-IG-. If many of the species produced in the workshop of João Galvão bear, in the face or in the colophon, the device of the printer, after his death, the situation changes. António Pedroso Galvão, nephew and follower of the printer João Galvão, used, until the

mid-18th century, the typographic material of his uncle, reducing the typographic marks a merely aesthetic function. Interestingly, some counterfeiters' books printed in his house have those printer devices only to decorate the pages. But they identify the author of the crime.

Keywords: Printing press in Portugal, 17th century, counterfeiting.

The typographical mark and other symbols used by the printers known under the name António Álvares

This paper discusses the professional mark and other typographical symbols used by a family of printers known under the name António Álvares who worked in Lisbon in the 16th and 17th centuries. The paper includes a summary of their biographical and professional data. It then presents their typographical mark and other engravings used. Finally, the importance of typographical marks for an understanding of printers' works is discussed, including the identification of counterfeited and clandestine works.

Keywords: typographical marks, typographical adornments, Inquisition, authorised editions, counterfeited editions.

The marks of Pedro Ferreira

This paper presents the biography and the professional path of Pedro Ferreira, a printer who worked in Lisbon in the 18th century, and describes some of the typographic marks used in the books and papers printed by him.

Keywords: printer, iconography, typographical mark, 18th century.

Portuguese national coat of arms as printers devices

This article presents and discusses more than thirty cases of use of Portuguese national symbols in the fifteenth and sixteenth century covers of books. Such use falls within the scope of the printing heraldry, with expressive power equivalent to that of personal or family symbols, often because publishers, printers and booksellers understood that the national shield greatly dignified their work.

Keywords: Heraldry, Portuguese coat of arms, printers.

José Saramago: from reality to utopia. Man as where it happens

Starting from the founding texts of the concept of 'utopia', our intention is to illustrate that in José Saramago's novels the search for an (im)possible free and perfect society assumes diverse tonalities. The desire of more just and fraternal scenarios, diverse from those in which we live, doesn't necessarily imply the idea of spatial relocation patent in traditional utopias. On the contrary, we believe that the utopian ideal of Saramago (in a subjective reading) assumes a search that is translated in a learning process that begins and ends with the human being itself. To achieve this, one must believe in the capacity and power of Man to fight against various adversities, hurdles and violence. As Saramago confessed in 1997 to Eduardo Sterzi and Jerônimo Teixeira: "We know more than we perceive, we are capable of much more than we can imagine."

In the outline of these paths of human learning, we will also verify the (apparent) presence of affinities with the religious tradition that the author has always denied and the (effective) approximation to another spiritual dimension: one of certain Masonic rituals.

Keywords: utopia, learning, desire, man.

The historiography on slavery in Portugal

The article concerns historiography about slavery in Portugal. It begins defending that first Portuguese slavery studies, that were contemporaries of the abolitionist movement, intended to demonstrate slavery universality and to defend Portugal against the accusation of to have been modern slavery initiator. It also concerns of Portuguese slavery historiography renovation, along the last decades of the XX century. This renovation had been promoted by the international influence and the colonial Portuguese empire end. This last success caused the end of the Portuguese conduct justification necessity. It also includes a synthesis of the most recent Portuguese slavery studies.

Keywords: Historiography, Slavery, Portugal.

Game and sports in Contemporary Portugal (1870-1910)

Sport and game are two main concepts in the contemporary world, with similar and comparable epistemological boundaries. As a matter of fact, they are two concepts with strong connections between them, which used to mean more or less the same thing until the XIX century: recreation. Those two ideas suffered then an empowerment that forces

us to seek the conceptual boundaries for each one. This work aims, precisely, to analyse how those concepts assumed different meanings. Establishing the origins of Portuguese modern sport in the last quarter of the XIX century, in a context of a deep feeling of “race” decadence, we could study the goals for which it was created and the functions that it was supposed to accomplish. This allowed us to conclude that the concept of sport acquired a clinical dimension, as it was considered essential to regenerate the “race”, which will separate it from the concept of game, as this one kept its ludic function, with no explicit commitment with intentions to interfere in “real life” or in the strengthening of the social body.

Keywords: Sport, hygiene, public health, body, physical education.

Discussing Eric Weil’s concept of political representation

The discussion about representation is transverse to the theoretical study of politics. What we propose in this essay is to analyse the conception of political representation which is present in the philosophy of Eric Weil. To that matter, we will take in consideration the categories put forward by Hanna Fenichel Pitkin, with which we will put in confrontation the Weilian political thought considering representation. From this confrontation will emerge a conception of political representation conceived as a dominion of passivity and a conception of government conceived as a dominion of action. As a consequence of this understanding the citizenry will appear as a depoliticized mass subjected to the educational action of government.

Keywords: representation, politics, action, passivity, depoliticization.

Iconografia do livro impresso – impressores e papeleiros, algumas questões
Artur Anselmo e João Luís Lisboa

Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo
Maria José Ferreira dos Santos

Notícias sobre a história do papel em Portugal
João Ruas

Marcas d'água de livros impressos em Portugal (Séculos XV-XVIII).
Recolha na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
Henrique Tavares e Castro

Inspice signum: reflexión metodológica para la creación de un instrumento
de control de las marcas tipográficas españolas
Julián Martín Abad

Les marques typographiques en France des origines à 1600:
définition, usages, typologie, sémiologie
Pierre Gheno

Uma, duas, quantas edições? Os argumentos sobre a contrafacção
de *Os Lusíadas* no século XVI
João Luís Lisboa

Marcar e falsificar: o caso dos impressores da família Galvão
Maria Teresa Payan Martins

A marca tipográfica e outros símbolos dos impressores de nome António Álvares
Ana Cristina Torres

As marcas de Pedro Ferreira
Ana Teresa Brito

Armas nacionais portuguesas como marcas tipográficas
Artur Anselmo

VÁRIA

José Saramago: da realidade à utopia. O Homem como lugar onde
Ana Paula Arnaut

A historiografia sobre os escravos em Portugal
Jorge Fonseca

Jogo e desporto no Portugal contemporâneo (1870-1910)
Ricardo Serrado

Considerações sobre representação política na filosofia de Eric Weil
Pedro Dias